

Mestrado em Estudos Urbanos

## **A Interpretação do Património Urbano: Uma Análise Semiótica a um Sistema Cultural na Cidade de Tomar**

Rodrigo Nicolau Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Urbanos

Realizada sob a orientação científica de  
Doutor Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa, Professor Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018



*Para os meus pais, a minha irmã, e para a Inês*



## Agradecimentos

Ao fazer uma tese, sentimo-nos sempre em débito para com várias pessoas pela ajuda – intencional e não intencional – que estas nos propiciam. No processo gostaria, pois, de agradecer aos meus pais, aos meus tios, aos meus avós, e à minha irmã, que me propiciaram tudo isto, e que no processo de escrita da dissertação garantiram que eu não enlouquecesse. Nisso, um agradecimento mais do que especial à Inês, que executou tal tarefa como ninguém.

Queria também agradecer à Professora Paula Guerra, responsável em grande parte pelo meu interesse nestes tópicos, bem como ao Vitor Massa, que sem o título de professor me deu lições. De igual feita gostava de agradecer, em nenhuma ordem em especial, ao Professor Angus McBlane, ao Professor Virgílio Borges Pereira, à Professora Inês Pereira e ao Professor Nuno Pires Soares, os quais, quer intelectual quer pessoalmente ajudaram a guiar-me a chegar a estas temáticas. Um agradecimento particular ao Professor Nuno David que me aconselhou e acompanhou na parte de modelação baseada em agentes.

Aos meus colegas de trabalho – Manuel, José, António, Marina e Gonçalo em particular – pelas inúmeras conversas que pudemos partilhar, e que muito me enriqueceram. De forma igual, aos colegas de turma – Marko, José, Jannis, Sara e Maria João – pelo mútuo apoio que fomos conseguindo dar uns aos outros.

Ao Henrique, à Gabriela, e ao André, bem como a todos os meus amigos em Tomar e todos os que me responderam aos inquéritos. Um agradecimento especial ao Jorge, que reveu cuidadosamente todo o texto da dissertação, para além de ter sido um apoio constante na discussão das partes mais conceptuais do trabalho. Ao João, ao Rui e ao Miguel, e, especialmente, à Marta pelos meandros filosófico-matemáticos em que me foi metendo – vamos ver onde isto vai parar.

Gostava, por fim, de agradecer em especial ao Professor Pedro Costa pela sua ajuda metódica e incisiva, direccionando o curso dos trabalhos para chegar a um bom porto.



## Resumo

A noção de património cultural tem-se afigurado no século XXI como um eixo relevante de análise e prática social, congregando noções de representação social, memória colectiva, nacionalismo e globalização com questões técnicas de importância histórica e política pública. Não obstante, a indefinição do conceito, e mais concretamente, a falta de uma estrutura analítica que organize como se pensa o património em relação com outros domínios sociais, ameaça a possibilidade de que tais discussões possam ser feitas baseando a compreensão cientificamente. Neste trabalho começamos por defender que essa indefinição analítica está longe de ser específica do património, e é em geral partilhada com o domínio geral da “cultura”, argumentando que o património cultural deverá partilhar pelo menos a estrutura de uma definição de cultura, dadas as suas proximidades. Nesse processo discutimos um conjunto de perspectivas clássicas sobre a cultura, antes de partir para construir uma análise estritamente sistémica da cultura na base de acções e interpretações de significados. Defendemos esta perspectiva mobilizando um caso de estudo na cidade de Tomar, traçando o seu sistema patrimonial como visto pelos habitantes locais, utilizando uma metodologia de recolha baseada na representação visual e interpretação por parte dos próprios intervenientes, e isolando certas componentes do sistema que interessarão, particularmente, para caracterizar o contexto: uma alta autonomia de certas categorias de interpretação, uma entropia moderada indicando algum nível de consenso, e graus de iconização e simbolização substanciais. Estas medidas são analisadas e são traçadas algumas consequências para a descrição do sistema patrimonial na relação com fenómenos de turismo, nacionalismo e representação social. Mais ainda: tentamos complementar esta abordagem utilizando modelação baseada em agentes para abrir caminho à compreensão da dinâmica de categorias significativas, chegando a uma tentativa de descrever a estrutura de grupos sociais, bem como as relações de indivíduos com esses grupos como determinantes para a dinâmica de significados. Concluimos relacionando os vários pontos que discutimos com o contexto empírico e traçando as conclusões preliminares possíveis, nomeadamente notando o papel central dos mecanismos de mediação para a sustentabilidade do sistema cultural, e propondo um novo mecanismo participativo ligado ao turismo e à população local.

**Keywords:** património cultural, semiótica, estudos urbanos, simulação de sistemas sociais

## Abstract

The idea of cultural heritage has become in the 21<sup>st</sup> century a relevant field of social analysis and practice, bringing together notions of social representation, collective memory, nationalism and globalisation, as well as technical issues of historical and political relevance. Nonetheless, the concept remains strongly undefined, and moreover, it lacks an analytical foundation which organises how we think of it in relationship to other social domains, with potential threats to these topics being discussed on purely moral or ethical grounds, without resort to scientific analysis. In this work we begin by defending that this situation is far from specific to heritage, and is in general shared with the much wider domain of “culture”, arguing that heritage can be seen as sharing structure with it. In the process we discuss a series of classical approaches to culture before moving on to develop a systemic analysis of culture that focuses on actions and interpretations. We defend this perspective by developing a case study of the city of Tomar, tracing its heritage system as seen by local inhabitants, using techniques based on visual representation and interpretation by the agents themselves. We seek to obtain the system level components which we are interested in to characterise the context: high autonomy of certain interpretative categories, moderate entropy, indicating some level of consensus, and certain degrees of iconization and symbolisation, amongst other measures. These measures are then analysed in their potential to describe the specific heritage system of Tomar in relation to phenomena such as tourism, nationalism and social representation. Moreover, we attempt to complement this approach by using agent-based modelling in order to understand the conceptual dynamics of heritage categories, reaching a preliminary notion that group structure of users and their patterns of communication can be key in understanding such dynamics. We conclude by relating the former empirical and simulation analysis to the concrete case under study, tracing some preliminary conclusions and limitations, with the idea of mediation standing out as a key mechanism of increasing the sustainability of the cultural system, proposing a new participatory mechanism connecting tourism and local populations.

**Keywords:** cultural heritage, semiotics, urban studies, simulation of social systems



## Conteúdo

<b>Resumo .....</b>	<b>1</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>1.1. A Definição de Património .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2. A Definição de Cultura.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3. Plano da Tese .....</b>	<b>13</b>
<b>2. Perspectivas Clássicas sobre a Cultura.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. Clássicos Sociológicos .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. Estruturo-Funcionalismo Parsoniano.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3. Interaccionismo Simbólico .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4. Síntese Estruturo-Individual.....</b>	<b>25</b>
<b>2.5. Neo-funcionalismo e Teoria de Sistemas.....</b>	<b>28</b>
<b>2.6. Ponto de Situação.....</b>	<b>29</b>
<b>3. Micro-Fundações da Cultura .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Cognição e Significação .....</b>	<b>39</b>
3.1.1 Funções Cognitivas Básicas .....	39
3.1.2 Representações e categorização: uma perspectiva incorporada .....	40
3.1.3 Semiose e Interpretação .....	42
3.1.4 A estrutura formal do significado e a estética .....	46
3.1.5 Domínios Semióticos e Temporalidade.....	48
3.1.6 Da Significação à Cognição .....	51
<b>3.2. Acção .....</b>	<b>56</b>
3.2.1 A Estrutura da Acção .....	57
3.2.2 Princípio de Acção Utilitária .....	60
3.2.3 Princípio de Acção Narrativa-Contextual .....	64
3.2.4 A Acção Influyente e o Poder .....	66
3.2.5 A Comunicação como Acção .....	68
3.2.6 A Racionalidade das Acções .....	70
<b>3.3. Propriedades e Relações .....</b>	<b>73</b>
<b>3.4. Elementos Grupais.....</b>	<b>76</b>
3.4.1 Formação de Grupos .....	77
3.4.2 Identidade e Grupos.....	79
3.4.3 Estruturas Formais e Cultura .....	83
<b>4. Uma Abordagem sistémica à cultura .....</b>	<b>89</b>

<b>4.1. Sistemas e Intersistematicidade – Descrever o que é o sistema</b>	90
4.1.1 Uma definição de Sistema	90
4.1.2 Propriedades do Sistema	96
<b>4.2. Elementos Espaço-Territoriais – Onde está o sistema</b>	105
4.2.1 O Espaço e a Significação	105
4.2.2 A incorporação do Espaço	108
<b>4.3. Princípios Dinâmicos – Como evolui o sistema</b>	110
4.3.1 O problema de escala e o historicismo	111
4.3.2 Modelos de Dinâmica	114
4.3.3 A Formulação de Princípios Dinâmicos	118
<b>5. Perspectivas Teóricas sobre o Património</b>	122
5.1. A Constituição do Sistema Patrimonial	122
5.1.1 Património Objectivo	123
5.1.2 O Património e os Grupos de Referência	125
5.1.3 O Património e a Representação Turística	129
5.1.4 Condicionamentos Sociais	131
5.1.5 Sumário teórico	132
5.2. A Dinâmica do Sistema Cultural Patrimonial	133
5.2.1 A importância da interpretação <sup>6</sup> patrimonial	134
5.2.2 A dinâmica de categorias	136
5.3. Forma Semiótica do Sistema Patrimonial	139
5.3.1 Semiótica Formal Peirceana	140
<b>6. Contexto Territorial</b>	143
6.1. Contexto Socio-económico	143
6.2. Contexto Histórico-Cultural e Categorias mais relevantes	146
<b>7. O Sistema Patrimonial de Tomar: Metodologias e Análise</b>	153
7.1. Metodologia e Hipóteses	153
7.1.1 Inquéritos Fotográficos e Selecção da Amostra	154
7.1.2 Técnicas de Análise dos Inquéritos	158
7.1.3 Modelação Baseada em Agentes	166
7.2. Resultados e Discussão	170
7.2.1 Constituição do Património em Tomar	170
7.2.2 Dinâmica no Património em Tomar	206
<b>8. Notas sobre transformações políticas e gestão pública do património</b>	234
8.1. Estado presente do discurso patrimonial em Tomar	236
8.1.1 O Património em Tomar	237

8.1.2	Condicionantes Socio-Políticas do Património.....	240
8.1.3	Análise de conteúdo da brochura .....	243
<b>8.2.</b>	<b>Questões de Intervenção no Sistema Patrimonial .....</b>	<b>245</b>
<b>8.3.</b>	<b>Criação de Soluções Locais: APP para optimização de roteiros turísticos.....</b>	<b>249</b>
8.3.1	Primeira Fase de Implementação: Interpretação Auxiliada.....	250
8.3.2	Seguintes Fases de Implementação .....	251
<b>9.</b>	<b>Notas conclusivas .....</b>	<b>254</b>
	Bibliografia .....	258
	Índice de Ilustrações.....	274
	Índice de Gráficos.....	274
	Índice de Tabelas.....	275
	Índice de Equações.....	276
	Tabela de Abreviaturas .....	277
	Anexo I – Artigos Submetidos Citados no Texto .....	278
	Cities, Systems and Structures: An ontological approach to urban studies .....	278
	Introduction .....	278
	The Ontology of Urban Studies .....	280
	Ontological structures in the analysis of the city .....	283
	Epistemological issues.....	289
	Systems theory and Complexity in the Social Sciences.....	292
	Concluding Notes .....	295
	References.....	296
	Signs of Heritage - An Agent-Based Model of the Dynamics of Heritage Categories .....	<b>Erro!</b>
	<b>Marcador não definido.</b>	
	Anexo II – Guiões de Entrevista e Procedimentos .....	313
	Guião de Entrevista ao Município .....	313
	Guião de Inquérito .....	314
	Folha de Informação Interpretativa (Tratamento Experimental) .....	316
	Template de Registo.....	318
	Anexo III – Gráficos e Ilustrações .....	320
	Anexo IV – Tabelas .....	333
	Anexo V – Código de Implementação do Modelo “Signworld Evolucionário” .....	340

# 1. Introdução

## 1.1. A Definição de Património

A União Europeia declarou o ano de 2018 como o ano Europeu do Património Cultural. Num contexto social progressivamente marcado por conflitos entre a globalização e as tendências nacionalistas, a multiculturalidade e a formação de narrativas nacionais, bem como um progressivo questionamento sobre o que define e como deve ser entendida a noção de memória colectiva, as questões relacionadas com o património parecem afigurar-se cada vez mais relevantes e mais notáveis. Isto é particularmente relevante para os contextos urbanos, onde uma grande parte do património cultural material tende a situar-se, dado que é também nesses contextos onde as lógicas supracitas tendem a sentir-se mais intensivamente, e porque, legalmente, é às autarquias que tende a recair a tarefa de identificar e preservar o património.

Tais questões não são de maneira nenhuma novas, como apontado por David Harvey (2001): estas traçam uma história ancestral que se prende sempre com que tipo de **elementos** (entendidos aqui no sentido mais geral possível – tanto materiais, como tradições, histórias, etc) importa preservar para gerações futuras, quais as formas como queremos que esses elementos sejam vistos, e qual o papel que esses elementos devem ter na vida contemporânea. As múltiplas perspectivas que ao longo do século XX e XXI foram forjando este entendimento de património, ora criticando (Hewison, 1987; Lowenthal, 1985) ora afirmando (Tilden, 1977; Uzzell, 1989) a importância dos esforços de patrimonialização, por várias razões, atestam à perdurância de tais debates actualmente e impelem-nos a olhar para o património hoje como uma parte integrante da cultura humana com uma relação privilegiada com a história, as comunidades e os Estados.

De facto, para uma cidade, a gestão económica e social do seu património – o que quer que este seja – constitui uma preocupação ao nível das políticas públicas e de planeamento urbano (Freestone, 1993), bem como algo que se reflecte na sociedade

civil como parte de uma preservação de memória comunitária ou pessoal (Silberman & Purser, 2012; Waterton & Smith, 2010). Em termos concretos da vivência dos sistemas urbanos, podemos apontar vários domínios nos quais o património se afigura directamente relevante. Em termos socio-culturais, os elementos considerados património podem indexar os indivíduos a grupos sociais, enquanto elementos de pertença, bem como a territórios aos quais os indivíduos tomam como parte da sua identidade, e servem de uma ligação material a esse complexo histórico. Por essa razão constituem formas de mobilizar determinadas narrativas sobre comunidades, imaginadas em torno de bandeiras, como o nacionalismo ou o comunitarismo (Anderson, 2006) – algo visível em Portugal no discurso sobre os “Descobrimentos” (Marques, 2007; Vala, Brito, & Lopes, 1999). Enquanto estrutura de conhecimento sobre a vivência dos indivíduos no passado, o património ajuda por seu turno a relativizar essas mesmas narrativas ao constituir um legado visível e material das formas de vida passadas (Appadurai, 1986; Gottdiener, 1995). Enquanto parte dos elementos que atraem os turistas culturais, o património e os elementos que apresentam servem como estruturas económicas que empresas privadas e decisores políticos podem tentar gerir de forma a tornar o acesso ao significado dos elementos mais preciso (Poria, Butler, & Airey, 2003; Waterton & Watson, 2014), de forma a maximizar a experiência e informatividade da experiência turística (Barile & Saviano, 2015; Du Cros, 2001; Du Cros & McKercher, 2015), bem como aumentar a atractividade urbana dos territórios (Russo & Richards, 2016; M. K. Smith, 2003). Essencialmente, o património afigura-se pelo menos como tendo uma relevância **socio-cultural** em termos da representação de grupos sociais, das suas narrativas e considerações, e uma relevância **socio-económica** em termos do valor económico que, directa ou indirectamente, gera para um território.

Quando vemos o discurso actualmente existente sobre o património, enfatizando a importância do património natural, imaterial, comunitário e multicultural, deparamo-nos muitas vezes com discussões que Waterton & Watson (Waterton & Watson, 2015b, p. 3) designam como discussões *ontológicas* sobre o património – uma tentativa de decidir que tipo de coisas podem ser património, e como é que essas coisas se tornam património – a qual os autores notam ser quase tão diversa como o campo de estudos de património cultural em si. Precisamente por existir esta diversidade ontológica tão

grande, convirá desde logo notar que dado o nosso interesse na gestão de património nas cidades, e dada a necessidade de restringir o campo de análise, optámos neste trabalho por nos focar maioritariamente no **património material** – algo que seria em si digno de conceptualização aprofundada – como categoria derivada da ideia de elemento objectual. Essencialmente, tomamos qualquer elemento que os indivíduos alicercem numa estrutura objectual como sendo passível de considerar património material, mesmo que, por vezes, aquilo que torna o objecto relevante pudesse mais adequadamente ser descrito como património intangível: um dado tabuleiro, por exemplo, explicitando a festa dos tabuleiros.

Mas para além desta especificação de forma, a questão central permanece: o que é, e para quem é que é, o património cultural, num dado contexto? E, subjacente a esta, temos um conjunto de problemas analíticos substanciais: o que quer dizer que o património cultural seja negociado? O que queremos dizer quando dizemos que novas interpretações alteram o significado de um dado elemento de património? Que papel têm a interpretação, a mediação ou a gestão neste processo? Como é que podemos dizer que o património influencie outros domínios sociais? Todas estas questões poderiam ser dadas como inícios de investigações independentes, mas parece-nos claro que nenhuma delas poderá ir muito longe sem responder à primeira, e mais geral, questão. Para ter essa resposta seria precisa uma concepção que fosse capaz de responder a todas estas questões, mantendo o património como algo processual, constituído e subjectivo, representativo de uma população que o reclama (como defendido por autores como Waterton & Watson, p.3); e também explicar como este pode ser visto como objectivo e como uma questão técnica pelos poderes políticos.

Infelizmente não nos parece – não obstante os vários avanços importantes feitos nesse sentido (Waterton & Watson, 2015b) – que uma tal concepção exista presentemente nos estudos do património, dada a sua natureza fragmentária e multidisciplinar. Ao contrário de Waterton e Watson não vemos uma tal disseminação de perspectivas como algo de positivo, dadas as dificuldades que tal variedade traz na formulação de teorias concretas e que possam ser adequadamente aplicadas, quer nas suas consequências teóricas, quer práticas. Independentemente do valor que a aquisição de novas perspectivas possa ter para complexificar a compreensão de

património, se estas não tiverem possibilidade de se “encaixar” dentro de uma concepção transversal, parece-nos que a possibilidade de existirem avanços no estudo destas questões permanecerá limitado.

No entanto, tal problema parece-nos longe de ser exclusivo do património: encontram-se problemas muito semelhantes quando falamos de “cultura”. O conceito de cultura aparece simultaneamente como demasiado vasto e demasiado estrito (Lysgård, 2013; Waterton & Watson, 2014), não obstante ser um conceito crucial para se poder discutir questões sociais e políticas. Esta problemática é uma que é clássica na sociologia e antropologia, e que por essa razão tem uma longa história de tratamento. E tal coincidência de partes não nos espantará se considerarmos que, pelo menos num sentido muito vasto, o património é uma parte da cultura humana, e como tal sujeito a grande parte dos problemas analíticos que esta tem.

Tendo esta premissa em mente, a proposta que damos para o problema da ontologia de património reside, de forma aparentemente contraditória, precisamente no conceito de cultura. Sendo um conceito mais lato e com um maior corpo de literatura, ainda que marcado pelos mesmos problemas analíticos de indefinição e falta de medidas e conceitos de análise, podemos ambicionar compreender património através das ferramentas que construirmos para compreender a cultura. Dessa forma teremos, mais do que uma resposta ao problema concreto, uma concepção que pode permitir compreender intersecções e interligações entre outros domínios culturais e o património, e, desejavelmente, até entre outros domínios sociais e estes. Admitindo que esta possa ser uma solução pouco ortodoxa para o problema de conceptualizar um domínio como o património, cremos que os frutos que traz são suficientes para justificar o caminho tomado.

## 1.2. A Definição de Cultura

Tendo em conta o que antes dissemos sobre a relevância do contexto urbano para o património, parece-nos intuitivo que ao discutir cultura nos foquemos desde logo na forma como este conceito tem aparecido e sido discutido nos estudos urbanos. A cultura é por vezes tida de uma forma muito vasta quando abarca a totalidade do que se

encontra no contexto urbano, uma definição de cultura-como-produto-humano, trivializando a sua definição; e demasiado restrita quando se foca no conjunto de entidades consideradas culturalmente relevantes, ou as práticas sociais que produzem e recebem essas entidades, respectivamente, como na selecção da “alta cultura”, ou “cultura nacional” em detrimento de outras. De forma análoga ao património, a questão ontológica da cultura – o que são os elementos cruciais da cultura? Como é que esta evolui ou se transforma? De que maneira é que a cultura como sistema autónomo (se é que tal faz sentido de dizer) afecta outros sistemas? – aparece sucessivamente na sociologia geral e cultural, nos estudos urbanos, na economia, com respostas variadas. Tanto por questões teóricas como práticas – para ser possível definir uma política cultural nas cidades e executar o tipo de *cultural planning*, que planifique não só produção cultural, mas os impactos culturais que cada forma de planeamento tem, na lógica de Bianchini (1999) – é crucialmente importante perceber quais os elementos que se devem definir como culturais.

Apesar de continuar a ter relevância, tal inquérito parece acontecer hoje de uma perspectiva mais eminentemente crítica do sistema em que estamos envolvidos (Dawson, 2010; D. Harvey, 1990; Latour, 2005), situando as problemáticas no período histórico em que se encontram, sem no entanto compreender inteiramente quais os fenómenos fundamentais, se alguns, que se encontram subjacentes a essas propriedades históricas. Como Talcott Parsons em 1937, deparamo-nos com o problema de que se queremos compreender a cultura, temos de a tentar compreender fundamentalmente, apesar desta parecer em todos os casos algo accidental e contextual.

Quando, como nota Jeffrey Olick (2010), o estudo da cultura se afasta do modelo Parsoniano, especializando-se em estudos de diferentes tipos de culturas em certos territórios, focando-se em formas de comunicação, construção de formas específicas segundo interações dinâmicas, ou partindo para determinados contextos tidos como funcionalmente culturais – a cultura fragmentou-se tanto em termos conceptuais como disciplinares, em muitos casos *submetendo-se* inteiramente a explicações sociais e políticas. À medida que o seu estudo progrediu no século XX, esta aproximou-se cada vez mais das cidades, ao ponto de hoje se poder falar de uma sobreposição muito grande entre ambos; mas a fragmentação persistiu, sendo que hoje continua a perdurar a ideia



(menos disseminada, e com muito trabalho que assim a questiona) de que a cultura é algo que está lá para ser explicado por outros aspectos – uma variável dependente sem qualquer autonomia (Alexander & Smith, 2010; Olick, 2010) – ou uma variável independente, objectiva e imutável (Olick, 2010). Os custos analíticos disto é que a cultura se torna assim algo que não tem qualquer dinâmica específica, a sua evolução tendo de ser inteiramente determinada por processos externos sociais, negando assim o potencial emergentista da cultura, e sendo incapaz, por seu turno, de qualquer poder de influência sobre outros sistemas.

Podemos identificar três linhas de análise que aparecem de forma a minorar estes preconceitos (pós)-estruturalistas, com diversos resultados: a **economia da cultura**, fortemente vinculada com a economia regional, enfatizando a importância da cultura como um elemento de promoção de crescimento económico, e notando as formas como a cultura se intersecta com outros domínios como a equidade social, a ecologia ou a diversidade social (Hutter & Throsby, 2011; Storper & Scott, 2008); a **antropologia urbana**, com preocupações específicas com a construção de discursos, ideologias e códigos simbólicos associados aos grupos culturais e aos objectos, especificamente com a cooperação e conflito associada a diferentes pertenças culturais na coexistência na cidade, bem como a várias intersecções de classe, género e sexualidade (Brettell, 2000; O. Lynch, 1994); e a **geografia e sociologia crítica**, tomando os elementos culturais como parte de dinâmicas mais vastas de transformação nas cidades, nomeadamente provenientes da perpetuação e renovação do capitalismo por ideologias neoliberais (D. Harvey, 1990; Scott & Storper, 2015; N. Smith & Williams, 1986; Zukin, 1995).

Estas perspectivas têm feito muito para compreender fenómenos culturais nas cidades como algo analiticamente tratável, mas como se pode ver pela sua desconexão, apesar de predicarem o mesmo conjunto de entidades, a sua abordagem parece ainda algo fragmentária e disciplinar, tomando caminhos e perspectivas bastante diferentes – e em muitos casos, não falando sequer sobre os mesmos fenómenos.

Não obstante, a política cultural urbana em particular aparece hoje como uma prioridade pelo menos discursivamente: as decisões de incentivar uma determinada produção, criar um parque de recreio, financiar um museu; e a forma com estas estão intrinsecamente ligadas aos territórios nos quais decorrem e às dinâmicas socio-

económicas das cidades onde tomam lugar. Em anos recentes, com as transições nos sistemas de produção para uma valorização particular do conteúdo “cultural” dos produtos (Lash & Urry, 2002; Storper & Scott, 2008; Zukin, 1995), e com o advento da “criatividade” no discurso político (Florida, 2003; Landry, 1995; Storper & Scott, 2008), estas questões tornaram-se tanto mais enfáticas. Por essa razão, as preocupações de fragmentação e segmentação da cultura, que antes falámos, implicam, em grande medida, um risco acrescido para as formas que a política cultural pode assumir: um excessivo economismo das suas aplicações (Costa, Vasconcelos, & Sugahara, 2011; Hutter & Throsby, 2011), uma prática de instrumentalização da cultura para o desenvolvimento urbano que não contabiliza custos e vantagens efectivas (Jarvis, Berkeley, & Lambie, 2009; Raunig, Ray, & Wuggenig, 2011) e um desconhecimento ou desconsideração de elementos muito relevantes (Costa et al., 2017). Isto soma-se aos vários aspectos culturais do planeamento que transcendem a mera política de gestão de elementos culturais, nomeadamente incluindo desenvolvimento económico em termos de usos do solo, desenho de habitações e incentivos económicos (Bianchini, 1999; Lysgård, 2013). Por esta razão, parece-nos que uma ontologia da cultura – e, por intermédio desta, do património – pode servir para além do problema específico do património.

Um outro aspecto notável prende-se com a hierarquização dos elementos, com relevância teórica e política. Podemos colocar-nos no papel de um decisor político local, um académico ou um activista – não importa qual dos três, dado que o problema é o mesmo – e depararmo-nos com um dilema central associado à cultura: dizem-nos que o elemento X tem uma importância cultural muito grande, e que deve ser preservado em vez de se construir um parque de estacionamento. A resposta clara será perguntar – importante para quem? Cultura de quem? Por que é mais importante que o parque de estacionamento? Podem responder-nos que é algo único, mas esse critério, a ser usado, tornaria qualquer intervenção impossível; podem dizer-nos que é muito importante para a população local, mas isso envolve efectivamente perceber o que acha a população e ser capaz de o comunicar de forma eficiente e sustentada, factor que carece por si de explicação; podem dizer-nos que existem determinadas propriedades

do objecto que o individualizam ou especializam, e dar-se o provável caso de quando olharmos para o objecto não notarmos essas propriedades.

Pegando nestes problemas, convirá notar que eles não têm uma solução analítica que possa ser **inteiramente** dada por uma noção mais adequada de cultura. Podemos, efectivamente, determinar como é que determinados **elementos** – um termo muito geral que definimos como qualquer objecto, agente, proposição ou outra estrutura que possa ser tomada como um signo por um agente – figuram nos códigos semióticos dos indivíduos, como é que estes constroem, desenvolvem, e fazem evoluir esses mesmos códigos, podemos até apresentar os riscos subjacentes ao desaparecimento de determinadas formas de ver as coisas, ao apagamento de determinados traços culturais, e também mostrar tendências sincréticas subjacentes a momentos de interacção entre vários sistemas. Mas se nos encontrarmos na situação em que uma pequena população na baixa de uma cidade quer preservar uma estátua em vez de construir um hotel, com toda a nossa análise a mostrar que a utilidade relativa para outros indivíduos daquele hotel é mais alta do que o valor cultural equivalente para a estrutura cultural – qualquer posição que aí tomemos será **axiológica**, moral, envolvida no mundo. Iremos ter de nos comprometer com a utilidade ou com a cultura, e só o podemos fazer invocando princípios de fora da análise – leis, morais, princípios queridos.

Esta adopção normativa é algo que aparece sistematicamente nos estudos urbanos, dado que estes se posicionam dos vários lados das lógicas políticas transformativas – com os activistas ou com os decisores políticos – e não é esperado que sejam neutros. Esse pressuposto de neutralidade que a ciência puramente positivista assumiu como algo desejável é, por várias razões a que chegaremos, altamente implausível (Habermas, 1984). O que nos parece mais desejável é que tal axiologia seja clara e explicitamente importada para a análise, para que possa aí ser sujeita a um debate não científico, mas moral e ético, e crucial para a acção das ciências sociais.

### 1.3. Plano da Tese

Por estas razões desenvolvemos a primeira metade deste trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo, procurámos ver que concepções podemos levantar de

*cultura*, especialmente na literatura sociológica e antropológica (que classicamente se debruçaram sobre o tema). Começamos pelos trabalhos da antropologia evolucionista, seguindo os clássicos da sociologia até encontrarmos Talcott Parsons. Parsons serve-nos de certa forma, como um farol, por ser uma figura que encarou a cultura com uma autonomia e importância notável, e também por ter um particular sentido de articulação entre os domínios sociais, nomeadamente através da noção de **sistema**. Exploramos em seguida o trabalho de alguns autores que o sucederam, procurando mostrar pontos de contacto e de afastamento, de forma a recolhermos o que pudermos para uma concepção sistémica de cultura. Esta é uma incursão exploratória, e não tenta ser exaustiva da visão de qualquer dos autores, mas antes procura mostrar que existe um caminho que parece ser comum – o entendimento da cultura como fundada na semiótica.

Os seguintes dois capítulos procuraram servir de guia enciclopédico para a construção de soluções para as questões que antes levantámos. O nosso objectivo, dessa forma, é produzir o tipo de esforço de síntese que parece estar imbuído em Archer, Bourdieu e Alexander, entre diversas perspectivas, e juntar a isso o cruzamento disciplinar, filosófico, matemático e metodológico, que cremos poder servir para definir melhor o campo de estudo da cultura. Iremos, por isso, abordar tópicos que constroem a noção de cultura como um sistema (e o que significa ser um tal sistema): 1) a significação como processo de contínua categorização do mundo; 2) a **acção** e a interacção entre agentes, e a natureza da acção; 3) a distinção formada entre os agentes na base de propriedades e relações; 4) a comunicação e a formação e dinâmica de grupos; 5) a evolução temporal e dinâmica da cultura; 6) a sistematicidade e o significado da análise sistémica da cultura; 7) o território e as relações corpóreas e individuais com os elementos. Partimos do mais específico, tentando mostrar como uma construção de cultura requer uma vastidão de domínios operacionais para poder “emergir”, no sentido de Archer e da teoria da complexidade, de propriedades agênticas e relações com o território e o tempo.

Podemos através disto perceber que o percurso que nos propomos fazer na dissertação é um que vai desde a cultura em termos gerais para uma conceptualização sistémica da cultura, que seja suficientemente flexível para chegar aos nossos objectivos

centrais: a questão de como conceber o património num dado contexto empírico. Tal questão geral carrega na realidade três conjuntos de questões: o que é o património em termos dos elementos que consideramos fazer parte de um “sistema de património” num dado território, e quais as propriedades desse sistema; como é que esse sistema tem mudado ao longo do tempo, e como é que podemos inquirir sobre as causas dessa mudança; e como é que o património pode ser gerido e mediado politicamente. Focando-nos num caso de estudo sobre a cidade de Tomar – em parte devido às suas características socio-económicas que a dispõem a este tipo de análise, em parte devido ao seu tamanho reduzido e maior tratabilidade analítica – procurámos concretizar estas questões junto de um território de forma a tentar dar uma resposta, mesmo que provisória, a estes conjuntos de questões para um dado contexto empírico. Com isto há, portanto, uma preocupação social e política com as questões concretas inerentes ao território, para as quais procuramos dar solução, e uma ambição de contribuir para a teoria sobre o património.

*Ilustração 1 - Questões de Partida para o Sistema Patrimonial de Tomar*

Análise	Que signos é que são considerados património urbano?
Constituição	Que categorias é que são mais proeminentes na representação do património?
Semiótica	Como é que o património é representado em termos semióticos formais
Dinâmica	Como é que o significado do património se transforma como produto de interpretações sucessivas?
Política	Como é que a introdução de elementos interpretativos altera a interpretação "normal" do património?
	Como é que o actual DPI se aproxima da concepção do património sistemicamente determinada?
	Como é que se pode alterar a concepção actual de património de forma a maximizar a eficiência e a equidade da representação?

*Fonte: Elaboração Própria*

Iremos procurar, já na segunda metade da dissertação, lidar com estas questões no contexto empírico. Adiantando desde já algum do vocabulário conceptual que iremos construir nas próximas páginas, podemos assim formular de forma sucinta:

- 1) O que é constitui o sistema conceptual patrimonial em termos sociais, semióticos e interpretativos?
  - a. Que categorias é que fazem parte da rede semântica do sistema patrimonial?
  - b. Que signos é que fazem parte do sistema conceptual patrimonial, e quais é que este partilha com outras categorias da rede semântica?
  - c. Que interpretantes é que são utilizados para aceder ao sistema conceptual patrimonial, e quais é que derivam de categorias da rede semântica?
  - d. Que formas semióticas é que tomam os signos interpretados como património?
  - e. Quais as variações que existem na definição dos elementos patrimoniais em termos de género ou de educação?
  - f. Qual a proximidade entre o sistema patrimonial e o discurso patrimonial institucional?
  - g. Que forma específica assume o património no contexto da cidade de Tomar?
- 2) Como é que este sistema conceptual patrimonial pode ser esperado evoluir ao longo do tempo?
  - a. Como é que a informação interpretativa providenciada afecta as interpretações dos indivíduos?
  - b. Como é que, em termos abstractos, se poderia esperar que um sistema evoluísse na base de um modelo conceptual de semiose com estruturas grupais definidas e comunicação?
  - c. Como é que estes processos se podem vir a desenrolar na cidade de Tomar?
- 3) Como é que se pode pensar a gestão dos activos patrimoniais de forma a tornar tal gestão adequada às necessidades e desejos de formas de turismo criativo, representação de interesses da população, etc?

Como podemos ver as questões que formulamos não têm uma interpretação necessária, ou um domínio de aplicação. A última questão pode tomar um cariz

económico, perguntando de que forma é que o sistema patrimonial dos indivíduos pode ser mobilizado de forma a gerar maior interesse económico por parte do turismo, no sentido de abrir o caminho para práticas criativas se poderem instituir mais claramente no território (Duxbury, Silva, & Castro, n.d.) – de formas que iremos discutir para o fim da dissertação.

Tendo isto presente, e tendo presente a dimensão da tarefa em mãos, começemos a olhar para a cultura como ela tem vindo a ser discutida.

## 2. Perspectivas Clássicas sobre a Cultura

Pelas razões que explicitámos, a cultura constitui um elemento central para a análise dos estudos urbanos em termos práticos e teóricos. A temática é, no entanto, uma das mais clássicas dos estudos sociais, ultrapassando diversas tradições e formas disciplinares, tendo as suas origens muito antes dos primeiros antropólogos partirem para o terreno.

Não obstante a sua história no pensamento filosófico, é na antropologia evolucionária que encontramos os primeiros esboços de uma definição científico de cultura – um conceito incrivelmente vasto para estes autores, que se prendia com a sua utilização como termo que separa o homem dos animais, e que se encontrava em doses diferenciadas, e em estados diferentes em diversas “civilizações”.

Olhando aos trabalhos de Edward Tylor (1871), estes prendiam-se com a compreensão holística da cultura das sociedades primitivas; respondendo e reagindo contra o difusionismo, as suas ideias focavam-se em tais estruturas, como a dinâmica e génese da sociedade, a sua localização, a perdurância de objectos ao longo do tempo, e a forma como determinados objectos emergem no processo de uma sociedade. A ideia de Tylor da existência de universais culturais, a sua refutação da teoria de degeneração social, e a afirmação de um carácter de continuação entre as ideias de várias partes do mundo, formam uma tentativa de transpor os limites que existiam no seu contexto histórico, e esboçam uma das primeiras concepções sérias da cultura como temática de estudo. A sua definição é, de resto, ilustrativa da forma como o autor considerava a vastidão da temática:

*“Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society” (Tylor, 1871, p. 1)*

Esta definição não é, de todo, insatisfatória: chegamos a uma ideia de cultura como marcada por tudo o que é humano, independentemente daquilo que a constitui, caso encerrado. Mas em seguida, naturalmente, iremos perguntar: o que não é cultura? Será que a economia é cultura? A ciência é cultura? Claro, parecerá fazer sentido. Mas e o campo de “produção cultural”? – devemos assim considerar que escrever uma peça de teatro ou observar um monumento é homólogo em termos analíticos a construir um



autómato celular, lavar um carro ou plantar uma árvore? O domínio daquilo que queremos referir-nos são, em grande medida, as peças de teatro, os monumentos nacionais e as formas de falar de uma população num dado território. De facto, todos os objectos podem ser visíveis no sentido de Tylor se tivermos a cultura humana como referente; mas tendencialmente teremos em mente algo mais restrito, e impõe-se olhar de forma mais fina para a realidade social.

## 2.1. Clássicos Sociológicos

Um bom lugar para começar a refinar tais conceptualizações teóricas será no trabalho de Marx: a tese económica e sociológica que posiciona a infraestrutura, composta pelo sistema produtivo de bens, nos quais os indivíduos vendem de forma desigual a sua força de trabalho em troca de recursos, como determinante em grande medida de uma superestrutura, composta das instituições, organizações e posições sociais que, por seu turno, reforçam e legitimam o sistema socio-económico imposto pelo capitalismo (Marx, 1959). A ideia de cultura aqui é limitada, mas ainda assim bastante poderosa – os indivíduos são inseridos numa sociedade que os condiciona a aceitar com relativa docilidade a sua posição social, que institui as leis e forças que determinam essa mesma posição, e normaliza os comportamentos activos e passivos que reforçam essa determinação – a cultura superestrutural, a cultura burguesa, é, pois, um instrumento de dominação. Mais ainda, para Marx, outros fenómenos mais finos derivam deste panorama geral: a alienação dos indivíduos, que em termos humanistas se refere à alienação do ser humano do seu próprio trabalho, o “fetichismo da mercadoria”, presumindo – com grande acuidade – a forma como a propriedade de “valor” de um objecto pode servir como uma medida falsamente objectiva que esconde dentro delas várias relações sociais complexas (Marx, 1959). Talvez mais importante na obra de Marx, que intitula de resto a sua abordagem geral, é a dialéctica materialista que defende, e que, implicitamente, vê a cultura como evoluindo no sentido de uma contínua exploração dos indivíduos que se subsumem nela.

O modelo de cultura aqui é relativamente simples, e por essa razão um bom lugar para começar a complexificar a análise – a cultura é vista como um produto das relações económicas entre indivíduos, e postulada como reproduzindo as ideias da classe

dominante. A força deste modelo é, no entanto, visível quando olhamos para as variadas formas da sua leitura persistem nos dias de hoje, pelo trabalho de Althusser (1978) – que cunhou a noção de ideologia de classe, e forjou, em muitos aspectos, a análise marxista como a conhecemos hoje – até às leituras freudianas de Deleuze (Deleuze & Guattari, 1976), que postula o desejo na base infraestrutural, e aos trabalhos de Neil Smith (1986) ou David Harvey (1990), que vêem as cidades de hoje como novos palcos das lutas de comodificação, alienação e apropriação por parte do capital. Quando olhamos em particular para este tipo de discussões situadas – a gentrificação, a turistificação, a segregação social e étnica – vemos os modelos de cultura de Marx a surgirem, em formas compostas e compósitas.

Se seguirmos Lukacs na sua processualização do pensamento Marxista, a cultura seria permanentemente um processo de actualização, uma forma de totalidade que transforma o sujeito e o faz encontrar todas as coisas como coisas, as relações sociais transformando-se em coisas e sendo objectificadas nesse domínio pela ordem capitalista (Stahl, 2018). Centralmente, portanto, a cultura **emerge de outros sistemas**, e é subjugada, controlada e dominada por esses sistemas, dando a entender que a sua forma de existência é “natural” (Alexander & Smith, 2010).

Uma análise igualmente perene encontra-se nos trabalhos de Emile Durkheim: para Durkheim, a cultura opera como um conjunto de valores, crenças, e objectos simbólicos nos quais os indivíduos depositam uma forma de poder sobre si mesmos (Durkheim, 1997). A partir disto é fácil de ver que o autor tomava uma visão igualmente vasta de cultura, e nesse sentido, é também um dos primeiros a identificar o carácter eminentemente contingente da cultura como uma produção de determinados grupos socialmente orientados (ao revés de apenas economicamente motivados) aos quais, na sua visão, os indivíduos atribuem valores morais – algo que ressoa de certa forma com os trabalhos sobre a percepção grupal de Tajfel e Turner (Tajfel, 1981), vários anos mais tarde.

O ponto que separa Durkheim e que o deixa associado a uma visão mais *estruturalista*, é precisamente que na sua ontologia a noção de “facto social” toma a primazia explicativa: para este, o facto social é a unidade com capacidade de afectação da sociedade, uma estrutura analítica que enquadra em termos científicos aquilo que

são condicionamentos e forças sociais. Centralmente, a cultura de Durkheim é uma que exerce poder sobre os indivíduos, mas fá-lo através de determinados padrões de relação que os indivíduos estabelecem uns com os outros – quer tradições, rituais, ou simplesmente crenças – e que permitem fundar a ordem social na sua base, sendo, nesse sentido, crucial para organizar os grupos sociais e permitir o seu funcionamento.

O pensamento Durkheimiano mereceria um tratamento muito mais longo do que aqui lhe podemos dar, dada a complexidade dos seus entendimentos sobre cultura, a reprodução da sociedade, e a dinâmica que este conferia à sociedade, ecoando em grande medida com muito daquilo que aqui trataremos – no entanto, impõe-se aqui apenas que notemos a relevância e impacto que teve esta concepção de cultura como força restritiva imposta aos indivíduos, sujeita a transformações sociais tanto quanto económicas, influenciando autores como Maurice Halbwachs na sua noção de “memória colectiva” (Halbwachs, 1992), o conjunto de referentes culturais de uma população, a que voltaremos, bem como alguns antropólogos evolucionistas no desenvolvimento de concepções colectivistas de cultura. Esta é também a visão que aqui discutimos que mais fortemente funda **a cultura como alicerçada e operada dentro de um grupo.**

Uma volta muito diferente é a dada pela antropóloga Ruth Benedict na construção do seu trabalho sobre “*Patterns of Culture*” (Benedict, 1934). Na sua linguagem, a cultura estrutura-se como um conjunto de traços que formam um *padrão* – uma estrutura **mais ou menos coesa**, de acção e pensamento – que são seleccionados do arco de potencialidades humanas. Tomando a influência Jungiana da existência de um *inconsciente colectivo*, que se constitui na base do inconsciente humano (como uma estrutura objectiva psicológica partilhada pela espécie), a autora analisou no seu trabalho a existência desses mesmos padrões como formas de acção gerais, não como orientações estruturais, mas como produto da interacção e formação da personalidade dos indivíduos que nascem numa cultura.

Tal como os dois autores anteriores, a ontologia de Benedict sobre cultura é bastante liberal: é cultural, tudo aquilo que for o produto e acção de determinados grupos humanos assim definidos. A relevância fundacional de Benedict para o tipo de trabalho que aqui expomos não pode ser sobre-estimada, apesar da sua visão de traços

personalísticos de culturas ser vastamente simplificador daquilo que podemos pensar como a explicação desses fenómenos – é necessário dizer exactamente *como* é que as culturas encorajam os seus indivíduos a comportar-se de uma determinada forma, como se operam esses processos de aprendizagem e reprodução. Mais ainda aquilo que sobrava nos anteriores autores falta aqui: sendo esses traços emergentes de uma cultura como processo reprodutivo, como é que eles entram em contacto com os restantes domínios sociais?

## 2.2. Estruturo-Funcionalismo Parsoniano

A figura central, e por vezes posta num patamar inferior ao que seria desejável para percebermos a evolução do estudo da cultura e o surgimento dos estudos culturais, é Talcott Parsons, e a sua veia específica de estruturo-funcionalismo. A visão de Parsons da cultura, fortemente tributária de Durkheim, bem como de Weber, coloca no cerne das suas preocupações tanto a organização dos sistemas sociais, entendidos como estruturas de relação de indivíduos, como a capacidade de organizar a acção dos indivíduos (Parsons, 1937, 1971). Para Parsons, a cultura é fundada em sistemas simbólicos, os quais requerem determinados padrões de utilização comuns para poderem coordenar a acção dos indivíduos, e os quais formam, na sua totalidade, um sistema próprio, distinto do sistema social (motivado pela troca e interacção, bem como a estabilidade destes sistemas), por enfatizar a capacidade de codificação e simbolização, e a forma como estes geram determinadas formas de latência, isto é, de manutenção de padrões de acção (Parsons, 1971, pp. 4–8).

Para Parsons, a ideia central é que, ao olhar para a acção dos indivíduos, é ao nível da simbolização e da significação que encontramos a capacidade para os indivíduos alterarem a sua acção e a forma de reproduzir formas de acção anteriores: ao coordenar percepções simbólicas face a determinadas entidades, bem como recebendo os padrões de tal simbolização, o sistema cultural mantém a lógica de interacção e processualização do sistema social, a capacidade de aquisição de objectivos e determinação de fronteiras de acção do sistema de personalidade, e os limites perceptivos, móveis e corporais do sistema biológico-físico (Parsons, 1971). Parsons coloca assim a cultura como uma fronteira que determina a totalidade da acção e a sua manutenção – e, implicitamente,

codifica nela a explicação da permanência de determinadas estruturas ao longo do tempo, dando-a como resposta à questão “como é que existe ordem?” (também chamado do problema de dupla contingência, cf. (Habermas, 1984)). No entanto, como as inúmeras críticas ao autor notam, tal esforço resulta numa concepção tão geral, e por vezes tão conservadora, que se arrisca a desprezar a acção como uma propriedade mecânica dos sistemas – mesmo que a concepção Parsoniana não nos pareça forçar a isso.

É no sentido de tentar colocar a um nível palpável estas considerações teóricas que Robert K. Merton (1968) vai construir a sua forma de teorização – trazendo a integração sistémica de Parsons para o que ela não considerava directamente, ou seja, as “disfunções sociais”, as falhas funcionais, as consequências não intencionadas da acção, etc. A forma particular de Merton de teorizar – na ordem de teorias de *meio-alcance* – e a sua marca peculiar de funcionalismo – focada nas consequências sociais, sem valorização concreta nos efeitos positivos, é frequentemente aposta ao trabalho de Parsons, apesar do próprio Merton considerar a sua discordância face a Parsons uma discordância de grau, não de tipo.

Parsons parece precisar, nesse sentido, de uma especificação: no lugar de privilegiar os valores, tal como Luhmann (1984), fará sentido falar de comunicações; no lugar de discutir a consistência, e buscar as funções (uma temática na qual este é fortemente criticado) que reproduzam o estado de coisas, podemos manter-nos agnósticos quanto à dinâmica dos sistemas que estudamos; no lugar de nos mantermos apenas num nível de grande abstracção, convirá descer a um nível concreto. De forma mais fundamental – como Habermas (1984) – parece necessário agarrar na ideia de acção e olhar para o sentido específico que esta assume para os agentes de forma a conseguir construir uma teoria de cultura suficientemente precisa a estes vários níveis – para além de uma noção de acção, é necessário trazer o significado para dentro da sistematicidade.

### 2.3. Interaccionismo Simbólico

A noção de cultura que autores como Blumer (1969), Goffman (1959) e Mead (1934) produziram parece-nos formar um contraponto à teoria geral da acção de Talcott

Parsons. Para o interaccionismo simbólico, a ideia central e filosófica que move a concepção do indivíduo, bem como a sua relação com o espaço que o rodeia, é a noção de símbolo, a mediação significativa que este estabelece com o meio no qual se envolve. Para Mead, em particular, o ser humano é determinado por padrões de comportamento, com os estímulos que geram a acção sendo na sua grande maioria acções sociais que se imbuem num nexo de acção complexo no qual, de forma análoga a Merleau-Ponty (2012), a acção é baseada na sua direccionalidade (i.e percebemos “comida” já à partida como algo para se comer desde que se enquadre com a nossa visão de comida; vemos um martelo como algo que martela). Para autores como Goffman (1959), é a noção de papel que toma a primazia, sendo a partir desta ideia que Goffman vai derivar a sua análise das estruturas sociais – incluindo a cultura – como um posicionamento dos indivíduos em determinados papéis com guiões e lógicas de acção próprias.

As perspectivas do interaccionismo simbólico tentavam assim um esforço que não é muito distinto daquele que Parsons tentara, ainda que partindo de uma lógica diferente: compreender a dinâmica e estruturas sociais a partir da acção individual, dos processos de constituição de significados e da orientação a partir desses mesmos significados. Essa orientação levava-os a tentar partir nesse sentido da perspectiva *micro* para a *macro* – com resultados e interesses diferenciados, com Blumer desconsiderando a influência das macroestruturas (Ritzer, 1985), como estados ou sistemas económicos, e considerando que esse tipo de estrutura não consegue ter poder causal sobre os agentes. A noção de cultura que assim se mobiliza tende a ser restrita aos fenómenos simbolicamente mobilizados nos contextos de estudo, mas depara-se com o problema de como explicar a partir de si a formação de disposições gerais e de instituições.

O interaccionismo simbólico contribui em grande medida também ao fazer a cultura tomar uma forma muito pragmática: quando um indivíduo simboliza algo como pertencendo a uma cultura – quando atribui esse *rótulo* – essa coisa passa a existir. O interaccionismo simbólico constitui assim uma visão fortemente individualista da sociologia, dizendo: para se compreender um fenómeno, seja o asilo, seja a televisão, seja o que for, tem de se encontrar aquilo que é o significado que os indivíduos estabelecem. Mas isto não implica que não se analise concretamente as estruturas –

mas antes explicar como é que as estruturas podem coexistir (ou, tal como diremos em baixo, emergir) a partir destas interacções, e fazê-lo com todas as ferramentas ao nosso dispor, nomeadamente produzindo essa síntese que parece permanentemente adiada entre sistemas, estruturalismo e interaccionismo simbólico (Stover, 1977).

## 2.4. Síntese Estruturo-Individual

Muito do trabalho que aqui discutimos tem subjacente uma aparente divisão que assombrou desde cedo a sociologia: o que importa são os indivíduos, ou os grupos? Como é que estes dois se relacionam? Como pudemos ver, a divisão entre grupos que geram a cultura ou indivíduos significando uma cultura permaneceu na sociologia durante muitos anos. O facto de esta ideia parecer resolvida em Ruth Benedict não dissuadiu gerações de sociólogos de posicionar a questão epistemológica e ontológica sobre o que constitui o social na verdade (algo que continua a ser tópico de discussão ainda hoje). O conceito de cultura, que Jeffrey Olick (2010) nos faz notar, após Parsons, ter caído nos estudos culturais como um conceito fragmentado, atómico, e nunca mais como um tema de estudo concreto, poderia parecer ter perdido interesse. No entanto, como esse autor nota, algumas ressalvas devem ser dadas a autores que tentaram alguma forma de autonomismo ao conceito de cultura. Analisaremos aqui dois: Bourdieu e Archer.

Uma referência relativamente inescapável, os trabalhos de Pierre Bourdieu têm um papel bastante conturbado dentro da sociologia da cultura, e da sociologia em geral. Sendo apologista do tipo de teorias de síntese que se tornaram a marca do final do século XX, Bourdieu conjugou na sua análise uma compreensão dos contextos em que a cultura se distribui e dissemina, princípios de acção para os seus agentes, a relação da cultura com a economia e com as formas de educação e emergência (Bourdieu, 1972, 1984a; Bourdieu & Passeron, 1990). Bourdieu não concebia uma teoria da sociedade ou dos elementos nela contidos, mas antes uma teoria da prática (uma teoria da prática social e sociológica, simultaneamente), cujo objectivo era sempre alterar o estado das coisas que o analista encontrava (Bourdieu, 1990).

Para entendermos as nuances disto, convirá tomar em conta que a teoria de capitais e campos que o tornou célebre tem uma fundação que não é muito distinta da marxista: para Bourdieu, da mesma forma que uma acção económica num campo económico tinha uma orientação de aquisição de poder de gestão, assim também no campo cultural a educação, formação secundária e a visita de elementos culturais, bem como a associação social, era redutível a uma economia de tempo (Bourdieu, 1986). O capital torna-se assim aquele elemento que é possuído e que requer  $x$  tempo de ser produzido; mas esta quantificação muito avançada de sistemas não é posta à prova por Bourdieu – aquilo que poderia ser uma solução para a problemática da intersistematicidade, e da análise de sistemas com processos de significação muito diferentes, rapidamente se orientou para uma discussão concreta da forma como este capital é mobilizado pelos indivíduos economicamente.

A importância de Bourdieu para o estudo da cultura é inestimável onde o seu tratamento dos fenómenos da produção, da recepção, mediação e interrelação como fundadas no processo de distinção abriu o caminho para uma discussão mais integrada dos fenómenos, providenciando um vocabulário unitário que marca hoje muita da sociologia da cultura (Guerra, 2013; Thornton, 1995). No entanto, certas reservas terão de ser impostas. Como a noção de *habitus* está construída, esta implica de certa forma uma sobredeterminação do papel da escola e do capital educacional, aspecto em que Goldthorpe (2007) o critica, e apesar das suas ligações com Merleau-Ponty parece ainda assim implicar algumas elaborações que se podem encontrar na fenomenologia (Crossley, 2001) e também na ciência cognitiva (DiMaggio, 1997).

Margaret Archer (Archer, 1995; Porpora, 2013) desenvolveu o seu trabalho de realismo crítico, precisamente, na base destas visões – na sua concepção, apesar de agência e estrutura serem praticamente indivisíveis, analiticamente é necessário separá-las para poder recortar em determinados momentos temporais a sua relação. O *realismo* da sua análise de “realismo crítico” prende-se com a presumida identificação das propriedades emergentes das relações macro e micro como sendo reais ontologicamente – isto é, como sendo efectivamente poderosas em termos causais (podemos questionar-nos se não daria para chamar pragmatismo) – que derivam de interacções sistemáticas entre elementos. Tudo isto se funda na filosofia do realismo



transcendental de Roy Bashkar (1975), na qual existe uma aproximação sistemática ao objecto de estudo através da compreensão dos mecanismos de surgimento de um qualquer fenómeno – a ideia de relação e de emergência tendo aqui bastante peso.

Um ponto que alimenta esta perspectiva tem a ver com a manutenção de uma divisão entre estrutura e cultura: a primeira sendo o produto de relações, materialmente fundada, e objectiva; e a segunda como o carácter subjectivo, ideal e incorporado, associada a uma construção da relação. A divisão parece fazer sentido apenas quando conseguimos explicar o que as relações objectivas e materiais têm de qualitativamente diferente das subjectivas e ideais, e em boa verdade, parece aproximar-se mais de uma relação entre linguagem e metalinguagem: a relação entre trabalhador e patrão pode ter um conteúdo semântico interno de grande apreciação e ser ainda assim exploração. Isto ilustra a medida na qual a noção de cultura de Archer é abrangente: para ela, a constituição interna da relação entre patrão e trabalhador é do domínio da cultura, enquanto o facto de esta ser exploração é objectivo.

A postura de Archer marca-se nesse sentido pelo *dualismo analítico* – tratar a agência que gera as estruturas, bem como as lógicas de funcionamento dessas estruturas, de igual forma – e é algo que se liga com as noções emergentistas que marcaram a virada complexa nas ciências sociais como noutros contextos (Byrne, 1998; Gilbert & Troitzsch, 2005; Richerson & Boyd, 1985). Tomamos a influência específica desta perspectiva, ainda que não a sigamos na sua concepção específica de estrutura e cultura, pelo menos no contexto de estudo da cultura que nos interessa. Perceber de que forma os fenómenos culturais emergem de relações individuais, é a chave que retiramos de Margaret Archer e à qual iremos aludir. Com esta materialização encontramos já um caminho para um regresso a Parsons, ou, pelo menos, à sua visão da acção e da estrutura sistémica como complementares e insperáveis – o *habitus*, os capitais, a morfogénese, todas parecem caminhar num sentido próximo; em particular o realismo crítico de Bashkar e Archer delineia claramente os seus pressupostos ontológicos, expondo o que muitas vezes se chama na literatura de redes sociais de “abordagens relacionais” (Crossley, 2015).

## 2.5. Neo-funcionalismo e Teoria de Sistemas

Ainda que as perspectivas de síntese que descrevemos aproximem o estudo da cultura de uma preocupação quase universal – sendo a abordagem de Margaret Archer um exemplo de um nível de aproximação bastante grande, ao postular a cultura de um ponto de vista muito próximo ao de Parsons, de forma análoga ao *habitus* Bourdeusiano, ainda que com pontos diferentes – estas visões, por várias razões, e apesar de admitirem a centralidade da cultura para a vida social, continuam a admiti-la como uma estrutura explicada, sem abrir demasiadas portas a uma autonomia analítica dos sistemas culturais, ou seja, sem conseguirem considerar como é que os sistemas culturais poderiam influenciar os restantes (Alexander, 2004).

O neo-funcionalismo de Jeffrey Alexander oferece uma proposta analítica que visa precisamente conferir autonomia à cultura, e cujas fundações merecem consideração: tomando inspiração do “*Strong Program*” de Bruno Latour, na qual a ciência é vista como auto-determinada, mantida na óptica das suas próprias orientações, também assim Alexander tenta construir a cultura como um domínio autónomo da estrutura social, cuja metodologia adentra no conteúdo hermenêutico das práticas (na óptica da *descrição densa* de Geertz, 1973), e numa *époque* fenomenológica na qual a sua estrutura interna pode ser mapeada antes de ser intersectada com outros elementos. Alexander propõe que, ao contrário de se tentar entender o que a cultura tem de contingente e dependente da estrutura social, se procure constituir e organizar as formas culturais como domínios *temporariamente* (enquanto produzimos a análise) independentes, e que após termos mapeado essa lógica olhemos sim para a sua organização tendo a cultura como um pilar das estruturas (Alexander, 2004; Alexander & Smith, 2010). Ao cruzar o interaccionismo simbólico com a sistémica Parsoniana, Alexander oferece assim algo muito prático à sociologia: diz que esta deve tomar em consideração que todos os fenómenos sociais, em alguma medida, se alicerçam em estruturas e dimensões de significado. De facto, o que esta visão diz é ‘Sim, pode ser neste contexto em que vivemos quase objectivo que uma exploração acontece, mesmo que nenhum dos indivíduos tenha percepção disso, mas tal não implica que aquilo no qual a exploração assenta – a propriedade, a transação, o trabalho, a lei – não sejam em alguma medida perceptíveis pelos indivíduos, que a estrutura na qual estes surgem não

seja dotada de significado, e, mais importante, não parece que seja a *intencionalidade* da significação que determina a sua objectividade ou subjectividade’.

Alexander constrói toda a sua ambição na base de alguns conceitos fundamentais – como significado, ritual e mito – e organiza uma ontologia bastante coesa e certa. A sua preocupação com teorias de meio-alcance, como explicações da ligação dessa universalidade da cultura com outros domínios, parece ser a sua força fundamental. Por estas razões poderíamos sinteticamente dizer que tentaríamos agarrar nas concepções de Alexander e seguir. Mas há um problema claro na sociologia cultural do neofuncionalismo Alexanderiano, com o qual cedo nos deparamos: se tudo é cultura, então o que acontece à cultura? O que acontece ao domínio específico que, quando começámos a percorrer os trabalhos de outros autores, notámos estar insuficientemente explícito na descrição de Tylor? Se algures no meio, com Bourdieu, começámos a vislumbrar uma definição concreta de cultura como produção, recepção e consumo – e noutras linha temáticas isto seria muito mais aprofundado, por exemplo com Becker (1976) ou Hebdige (1979) – como podemos trazer de novo este ponto para o cerne das nossas preocupações?

## 2.6. Ponto de Situação

Inerentes a todas estas perspectivas encontramos um conjunto de fios condutores: os autores parecem ocupados com a estrutura ontológica, defendendo que os indivíduos, ou as estruturas, ou ambos, são a unidade fundamental de análise; defendem que a cultura é um produto emergente desses agentes, uma estrutura relativamente congelada que evolui lentamente, ou inteiramente dependente de outras estruturas diferentes como a economia, que ela se encontra individualizada, exteriorizada, ou definida externamente; colocam a análise da cultura como uma análise da sua transformação, da sua manutenção, ou da influência que essas transformações têm para o resto da sociedade, ou ainda de papéis sociais, práticas ou valores na estrutura cultural.

Estes debates não são fáceis nem cremos que se possam resolver em poucas palavras, e muito menos no âmbito de uma dissertação como esta. Parece-nos que há

algo de verdadeiro e consensual neles: o significado é intrínseco à cultura, é aquilo que a baseia e que a motiva. Mas para além desta relativa trivialidade, pouco consenso conseguimos obter.

Qualquer uma destas perspectivas seria útil para fundar uma concepção de cultura para os estudos urbanos, e de facto podemos ver que isso é, precisamente, o que aconteceu – olhando para Sassen (1991), Zukin (1995), Castells (1996), Smith (1986), Scott (2000), entre tantos outros, encontramos uma linhagem intelectual que parte ora das visões mais marxistas, ora bourdeusianas, ora realistas críticas. Contudo, somos tentados a tomar uma abordagem que bebe muito de Archer, e tentar expandi-la: o advento da complexidade abre-nos a possibilidade de hoje colocarmos o estudo da cultura ao nível de outros sistemas complexos, como algo que emerge de determinadas entidades ontologicamente definidas como o “micro”, e formando um padrão que Humeamente podemos definir como “estrutura”.

Por que razão esta preocupação? A razão passa pelo facto de um sistema urbano cultural poder ser posto lado a lado de um sistema urbano económico (as transacções de propriedade, comunicações de valor, etc) e de um sistema urbano ecológico (significações do ambiente e de espécies variadas, fluxos de energia, recursos e desperdícios), de tal forma que possa ser gerido, intervencionado e estudado com um rigor próximo a qualquer um destes sistemas, e, nomeadamente, ver de que forma o sistema cultural pode ter importância **em si e para outros sistemas**. Poder dizer com um grau de certeza científica relativamente aproximado, num momento qualquer que “ao alterar a disposição do espaço estamos a potenciar a apreciação estética da igreja” ou “ao destruir aquele prédio a perda de valor cultural que ele comporta vai fazer com que o bairro desvalorize economicamente em 20% e as práticas de sustentabilidade vão aumentar em 10%” ou ainda “produzir um protesto para a devolução de salários dentro de um museu vai diminuir o valor cultural das obras em 10%” pode parecer hoje uma aspiração despropositada ou algo *naïf*, mas é para esse nível de compreensão que devemos aspirar, ainda que epistemologicamente ele se encontre mais próximo, dado que sem ele o planeamento urbano manterá os seus vieses face à cultura, ignorando o ponto fundacional que esta tem face aos restantes sistemas.

Um exemplo paradigmático disto encontra-se na noção de *city branding* (Lucarelli & Berg, 2011): aquilo que tradicionalmente se “vende” é uma construção cultural de uma cidade, mobilizando uma certa cultura restrita em certos domínios (aspecto, tipo, modo, propriedade); mas as críticas a este tipo de políticas notam que a forma como elas se fazem ignora uma grande parte da formulação das cidades, denota uma compreensão de “autenticidade” (Freire, 2011; Lucarelli & Berg, 2011; North, 2014) – que hipotetizamos na maior parte dos casos ser sinónimo de cultura-territorial-“Nome do Local”-classe-alta – muito restrita. Incluir outros tipos de culturas (ou outras propriedades de indivíduos) nas políticas de *city branding* garantiria assim outro tipo de recursos disponíveis para “city branding”. Mas, de forma generalizada, tais problemáticas encontram-se dispersas pela arquitectura, em termos das questões de como orientar o planeamento e como considerar a importância que os indivíduos conferem aos espaços (Fainstein, 2016; Marcuse, 2016); estudar a interacção que os indivíduos têm com determinados objectos e a influência que a sua experiência corporal e social traz para isso (Appadurai, 1986; Low, 2016); ou na geografia humana em termos da interacção que os indivíduos têm com espaços comuns (Garnett, 2011; Ostrom, Burger, Field, Norgaard, & Policansky, 1999).

Esta concepção dos espaços urbanos como sistemas complexos traça uma história particular na geografia e aos domínios de modelação baseada em agentes, onde ela se assume como tendo tido uma importância particular. A ideia que perspassa em muitas destas interpretações é que os sistemas de organização das cidades – os padrões de formação e utilização dos solos e a forma como os indivíduos seleccionam determinados padrões de localização sendo dos primeiros fenómenos a serem sujeitos a uma análise integrativa rigorosa (Aiken, Newton, Friedland, & Martinotti, 1987). Em anos subsequentes, a concepção de que as cidades, e os sistemas de cidades inclusive, constituem formas complexas que surgem dos comportamentos dos indivíduos, com determinadas lógicas de funcionamento que podem partir da própria incorporação cognitiva das cidades (Portugali, 2004, 2011), e que as teses da morfologia urbana podiam ser vindicadas por estas abordagens (Goh, Choi, Lee, & Kim, 2016), juntou-se a teorias sobre o “metabolismo urbano”, como o consumo energético, alimentício e de espaço bruto de uma cidade, bem como à noção da existência de novas economias

urbanas (Lash & Urry, 2002; McNeil & White, 2000; Scott, 2014), e novas dinâmicas globais em termos de mobilidade e migração (Schiller & Çağlar, 2009) para completar uma figura que poderia tentativamente denominar-se como um paradigma de complexidade no estudos dos espaços urbanos.

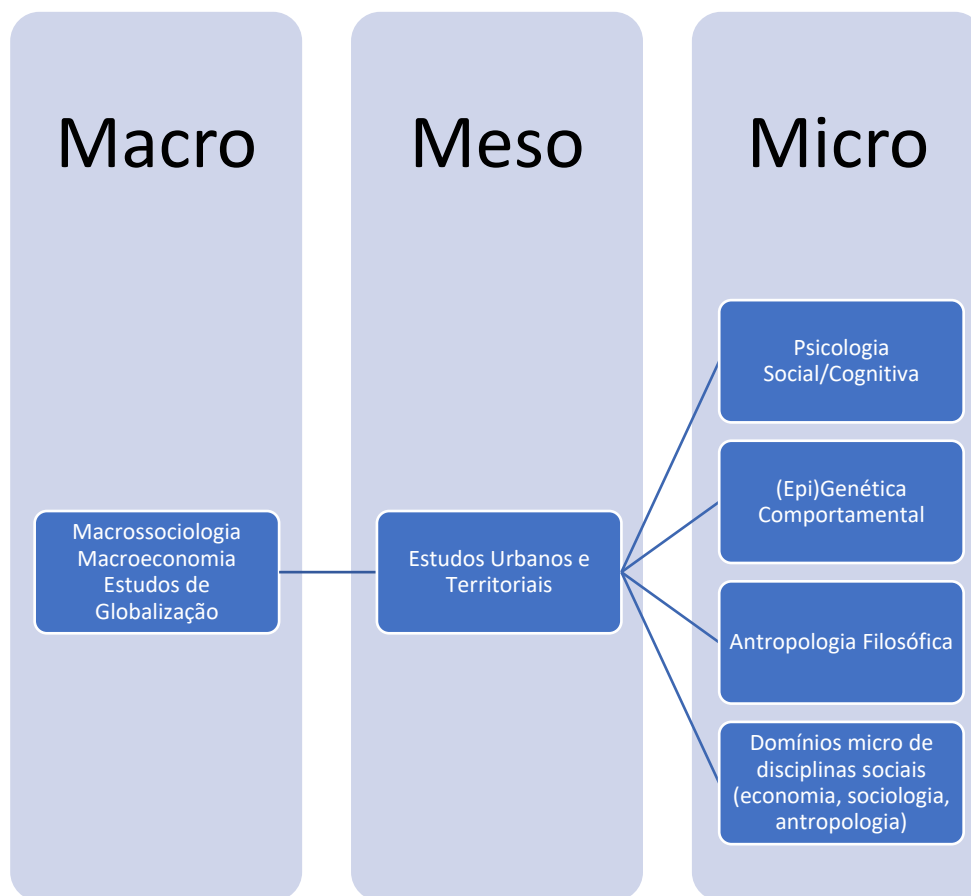
A posição que cremos poder trazer os estudos culturais para dentro destes debates – diferentemente exposta como relacionalismo, emergentismo ou morfogénese – elucida que é necessário ver o que é que aparece da relação entre indivíduos que torna possível a emergência de fenómenos como a cultura. Tal discussão não nos pode levar longe demais, mas exige que a análise se foque em indivíduos – e, mais do que isso, temos de procurar entender os indivíduos como seres complexos, sobre os quais devemos presumir o mínimo possível, optando, em vez disso, por tomar a sua própria interpretação como definidora do significado que atribuem (um compromisso fenomenológico que traçámos em Almeida, 2018).

Aqui encontramos também um compromisso epistemológico ao qual voltaremos. Tais princípios de emergência não podem ser dados *a priori*; por essa razão defenderemos metodologica e analiticamente o uso de ferramentas de modelação e simulação como *Agent-Based Modelling*, no qual se procura, a partir de acções de agentes (que temos de definir) perceber comportamentos agregados, e defendemos igualmente o reconhecimento de que a emergência não implica, de forma nenhuma, uma redução (i.e não temos, só por defender condicionantes psicológicas para os comportamentos sociais, uma ciência psicológica).

Paralelamente, em termos dos campos empíricos em que tal abordagem opera dentro das ciências sociais, é também fácil de ver paralelismos micro-fundacionais: quando falamos de “teorias de médio alcance” em termos dos domínios sobre os quais predicam, é fácil de ver que teorias que descrevam as interações de populações em países inteiros terão mais dificuldade em justificar a sua fundação, do que teorias que prediquem sobre conjuntos mais limitados de indivíduos. Por essa razão, tendo como guia e objectivo a formulação de teorias de médio alcance, os estudos urbanos parecem deparar-se com a sua própria relevância bastante cedo: estes permitem estudar conjuntos de indivíduos complexos, como estes interagem num contexto real, e a um nível ainda suficientemente simples para que seja possível falar de um território sem

prejuízo de demasiados aspectos deixados fora. Essencialmente, parece-nos, pois, que ao falarmos de questões sociais, a fixação dos indivíduos no território apresenta-nos o nível meso que pode ajudar a mediar e a guiar os estudos sobre a emergência micro-fundacional de aspectos, ao apresentar-nos um contexto empírico rico para o estudo (Ilustração 2).

*Ilustração 2 - Esquema sobre a relação de emergência de Disciplinas Sociais Empíricas*



*Fonte: Elaboração Própria*

Impõe-se, portanto, que tentemos encontrar um conjunto de aspectos relevantes para a cultura de uma maneira geral, traçando uma conceptualização que possa ser mobilizada tanto para o caso concreto que nos move – o património – como para outros domínios dos estudos da cultura, e que permita alguma comparabilidade analítica, de forma a perceber como podemos pensar a emergência de comportamentos sociais a partir de aspectos individuais como as acções e as interpretações. Devemos muita da estrutura analítica que desenhámos em baixo ao trabalho de Jon Elster e do seu projecto e constitutividade da emergência (Elster, 1989), bem como à forma de

raciocínio da sociologia analítica: trata-se de começar abaixo das ciências sociais, no comportamento, a cognição e nos princípios que a psicologia, a biologia, a genética, a sociologia e a economia individualistas, e a antropologia filosófica conseguem imputar aos agentes; e depois de “construídas” as formas agregadas e complexas desses princípios, gerando grupos a partir de desejos de integração social (Tajfel, 1981) ou categorizações em termos de estruturas abstractas de necessidade de atribuição de sentido, partir dessas estruturas para processos de descrição e eventual explicação dos processos, assumindo a sua dinâmica, e aceitando a pluralidade de formas de descrição possíveis.

Tal não implica, como Bourdieu (1986) ou Archer (1988) criticam, admitir que apenas a significação existe, e que relações como as que Archer chama de “objectivas” não se desenvolvam entre indivíduos – mas diz, sim, que antes de qualquer objectividade estão processos de atribuição de significado – quer atribuição de significado a uma acção familiar, quer atribuição de significado a uma ida a um supermercado, ao dinheiro para produzir aquisições, ou aos objectos categorizados dentro de uma dada cultura nacional.

Uma nota importante é que para nós, tendo em conta a nossa preocupação emergentista, **os sistemas são apenas estruturas analíticas**, como Parsons definira. Mais ainda, ao considerarmos os indivíduos eles-mesmos, tomamos uma posição que requer acesso aos estados mentais dos indivíduos, tornando nesse sentido as suas acções dependentes e intimamente ligadas às intenções e interpretações (especialmente estas últimas).

Apesar de muitos Luhmannianos certamente verem esta inversão como um abandono do radicalismo Luhmanniano (Luhmann, 2012; Seidl, 2004), consegui-lo é, em grande medida, abrir a porta para a semiótica (Brier, 2008), bem como para a integração de perspectivas darwinistas (Richerson & Boyd, 1985), e permite ainda complexificarmos o nosso entendimento dos agentes humanos, operando uma potencial ligação entre diversas disciplinas que têm permanecido separadas: a economia, com o seu homo economicus, a sua racionalidade limitada, a sua teoria da localização, a arquitectura, com os seu modelos de circulação sintáctica e padrões de determinismo, a antropologia com a sua ênfase na formação imaginária da cultura, a



psicologia social e os seus complexos entendimentos da cognição humana. Essa união disciplinar tenta assim operar a ambição interdisciplinar dos estudos urbanos, mostrando como esta pluralidade na realidade se conjuga de forma coesa numa concepção (incompleta e longe de exaustiva) da cultura.

Antes de prosseguirmos, valerá a pena brevemente descrever a nossa ontologia, que utilizaremos extensivamente no curso do resto do trabalho. **Agente**<sup>1</sup> tem o sentido que lhe atribuímos em Almeida<sup>2</sup> (2018) – é um ser no mundo que estrutura **interpretações** dos estados de coisas, na base das quais produz **acções**, estruturas temporalmente estendidas, com determinadas **intenções**, com um início definido que desencadeia um **evento** – uma unidade temporalmente definível segundo o qual o estado de coisas muda. Um **sistema** é uma articulação de acções e interpretações, com uma dinâmica específica, uma génese histórica e biológica, um território, e uma interacção contínua com outros sistemas, em vários níveis.

---

<sup>1</sup> Remetemo-nos para a noção de agente, e não de actor, à luz dos pressupostos que apresentaremos em seguida: apesar de considerarmos que as restrições à acção social, na forma de papéis e influências grupais, retiram formas de agência aos indivíduos, existe tanto uma margem de arbitrariedade como uma margem de individualidade que permite aos indivíduos executarem mesmo que mínimas alterações a um nível sistémico. Ter uma noção de actor parece-nos análogo a querer encontrar uma determinante puramente estrutural, na qual os 'actores' reproduzem e executam o comportamento, algo que seria integralmente contrário à ideia emergentista de uma eventual padronização estrutural decorrer das suas acções de forma integrada, e poder ser sujeita a alteração nessa base.

<sup>2</sup> Artigo submetido no contexto desta dissertação à revista Cidades, Comunidades e Território, pendendo revisão de pares; versão actual do artigo encontra-se disponível no **Anexo I**.

### 3. Micro-Fundações da Cultura

Para procurarmos manter-nos fiéis ao dito de Elster (1989) – da necessidade de estruturar as nossas concepções teóricas definindo à partida os elementos analíticos, as suas combinações e relações, de uma forma que consiga adequadamente capturar o fenómeno – impõe-se que consigamos definir quais os pressupostos que fundam a nossa concepção de cultura e trabalhar a partir deles. Nesse sentido procurámos definir vários tipos de pressupostos, com diferentes graus de compromisso:

- **PF – Princípios Formais:** são pressupostos cuja estrutura é fundamental e fundacional para uma conceptualização; são ainda assim criticáveis, gerando no processo de serem acrescentados novos campos de análise;
- **PAX – Princípios Axiológicos:** são pressupostos de cariz moral ou legal que se assumem para tomar determinadas posições;
- **C – Convenções:** são pressupostos com grande sustentação empírica, ou cuja afirmação pode ser feita praticamente sem referência ao contexto de onde surgem;
- **H – Hipóteses:** são pressupostos tentativos que nos interessará mobilizar em alguns contextos, mesmo que por vezes as hipóteses sejam bastante duvidosas. Um conjunto de hipóteses forma uma teoria que tendemos a denotar por XH - **Schema de Hipóteses (XH)**. Dentro das hipóteses faz sentido distinguir entre **Hipóteses Nulas - HN** – as quais são lançadas para contrapor uma hipótese que se quer provar, tal como a teoria de acção racional, cuja negação é uma convenção – **Hipóteses Operacionais – HB** – que se mobilizam num momento sem ter possibilidade de as testar para avançar uma ideia, ou cuja vantagem de admissão é superior ao seu custo. Por último, temos **Hipóteses Testáveis – HT** – que se podem testar por um conjunto de procedimentos.

O primeiro destes princípios formais que elencámos poderá ser desde já apresentado, e é um a que voltaremos sucessivamente: retiramo-lo directamente de um dos fundadores do interaccionismo simbólico:

**PF1:** *Individuals act upon things based on the meaning that they attribute to them*  
(Blumer, 1969)

De todos os princípios formais que admitimos, este é o que menos dúvidas nos suscitará. É possível conceber sequer que uma situação no qual uma acção motivada/intencional seja tomada e não seja baseada numa atribuição significativa? Como iremos debater mais tarde, explicitar que os indivíduos agem através de argumentos que formulam, através de proposições ou através de predicados adjectivais ou nominais que com algum grau de incerteza associam a um sujeito (nomeadamente, sem verbo, se quisermos tomar a metáfora linguística, que assim permanecerá até ser possível estabelecer o que é de facto o processo) – são três formas de conceber sistemas humanos inteiramente diferentes. Mas fora dessa minúcia, o princípio parece permanecer relativamente sólido, e não encontramos, tanto quanto conseguimos, forma de o atacar. Por isso assumimos que ele será um bom descritor da realidade – e sendo possível, como demonstra o interaccionismo simbólico, encontrar as unidades que o princípio descreve, tanto mais certos poderemos estar.

Este princípio é de uma generalidade bastante grande, mas não nos leva suficientemente longe, como é natural. É preciso explicá-lo internamente, dizer o que abarca a acção que presumimos existir, nomeadamente em termos de que tipo de princípios contam como tal, o que é essa significação, e o que são os objectos que os agentes devem encontrar. Mais ainda, partindo da nossa discussão anterior, devemos ser capazes de construir uma descrição de cultura. Para isso invocamos mais alguns princípios:

**PF0:** Os indivíduos buscam o significado das coisas (Heidegger, 1962).

**PF1:** Individuals act upon things based on the meaning that they attribute to them (Blumer 1969)

**PF2:** Os indivíduos são naturalmente levados a comunicar as suas significações – a externalizar as suas percepções para outros indivíduos (Habermas, 1984).

**PF2-E1:** Os indivíduos são motivados por uma busca de validação e conforto cognitivo, necessidade de discussão e socialidade, entre outras possíveis justificações para ser-lhes imperativo comunicar

**PF3:** Uma relação característica é um tipo de acções que decorre dentro de um sistema socio-conceptual que distingue o sistema de outros, em termos de especificidade ou generalidade.

**PF3-E1:** Um sistema socio-conceptual pode ter potencialmente **aspecto**, quando é necessário restringir uma isolação dos elementos que pertencem à categoria face a outros elementos, **tipo**, quando os elementos que podem pertencer à categoria são ontologicamente distintos, **modo**, quando a categoria mobilizada tem categorias análogas numa rede semântica e é necessário especificar, e **propriedade**, quando os indivíduos que consideramos relevantes que a signifiquem têm de ter uma certa propriedade.

Estes princípios seguem uma sequência geral, e utilizam muita da linguagem conceptual que desenvolvemos na seguinte exposição. Tentaremos, no curso deste trabalho, mostrar a sua suficiência para os propósitos nos quais os utilizaremos, ainda que notemos que não devemos aceitá-los em todos os contextos – naturalmente será duvidoso achar que será sempre verdade que os indivíduos busquem o significado das coisas, ou que comuniquem as suas significações em todos os contextos, ainda que possa ser útil, como ponto de partida, assumir que tal seja o caso.

O critério de selecção das temáticas das secções a baixo seguiram as noções Archerianas, Bourdeusianas e Alexanderianas antes expostas, e capturam-se pela questão “Como é que podemos considerar a cultura de tal forma que esta seja analisável como um sistema construído, sujeito a interacções complexas?”. A ordem que tomam tem o seguinte raciocínio: começamos com agentes isolados, equipados com uma capacidade de atribuir significado às coisas, mas que rapidamente exigem que o mundo tenha em si um conjunto de significações concretas; estes agentes, para o serem, precisam que seja possível tomarem acções concretas, as quais têm de ser motivadas, intencionais, controladas, e passíveis de analisar segundo determinados princípios; é também necessário que estes agentes sejam distintamente concebidos como tendo distinções e que sejam capazes de estabelecer relações; a necessidade de comunicação dos agentes implica que estes formem determinados grupos que operam determinadas dinâmicas específicas com diversas implicações para a evolução de culturas.

### 3.1. Cognição e Significação

#### 3.1.1 Funções Cognitivas Básicas

No início da nossa concepção começamos apenas com os agentes. Neste ponto chamar-lhes agentes será abusivo, dado que estes não estão equipados com qualquer capacidade de interagir com nada à sua volta. Será por isso necessário dotá-los de uma capacidade de **sensação** – em termos simples, de um sistema sensorial, incluindo visão, audição, olfacto, gustação, nocicepção, termo-, mecano-, equilíbrio- e propriocepção. Em seguida, é necessário equipá-los de **percepção** – a capacidade cognitiva e neurológica de receber estímulos a partir destes sentidos. Logo aqui podemos ver que dependendo como funcionar este sistema, e aquilo que pudermos dizer sobre ele, as coisas serão bastante diferentes: a percepção pode ser perfeita ou distorcida, algo que depende de psicofisiologia e psicofísica.

Em seguida precisamos de equipar estes agentes de mais algumas funções neuropsicológicas: é necessário que estes possam “pensar”, isto é, ter **processos cognitivos conscientes**; que tenham **atenção**; que **memorizem** a curto e longo prazo factores. Não iremos em grande detalhe aprofundar as imensas teorias associadas a todos estes elementos<sup>3</sup>, ainda que voltemos a mencioná-las mais à frente, quando se tornar necessário.

Não iremos, por questões de brevidade, alongar-nos sobre a percepção, atenção ou memória ainda que impere que deixemos convencionado como é que percebemos que elas funcionem. Como notado em Almeida (2018, submetido, cf. Anexo I), as nossas inclinações para a fenomenologia Merleau-Pontyana (Merleau-Ponty, 2012), com a sua aceitação da incorporação como um veículo através do qual os indivíduos entendem o mundo, implica que tendencialmente vamos ao encontro de uma perspectiva de percepção incorporada – isto é, o próprio processo de percepção é afectado pela maneira como o sistema motor e o corpo se dispõem. Esta perspectiva – que engloba muito mais do que apenas a percepção, e se estende a um conjunto de perspectivas que

---

<sup>3</sup> Noutros contextos, a estrutura de percepção, de atenção, a selectividade da memória e o carácter somático destes elementos – cuja interdependência é muito grande, de resto, e que traçam ligações à neurofisiologia em muitos casos – terão por certo interesse. Em verdade, os pressupostos supra consistem em versões relativamente *naïf* destas teorias, e não abarcam de forma alguma o estado da arte, cf. (1957)

incluem a consideração da cognição como sendo situada, orientada à acção, fundada em esquemas temporais concretos, e fundada no corpo (M. Wilson, 2002) – estende-se para lá do que qualquer descrição sintética de agentes poderia incorporar. Uma síntese real destas perspectivas – e um traçar delas em termos de implicações para os estudos culturais – está fora deste âmbito, e como tal importa definir apenas algumas linhas provisórias de suposição:

**AH<sup>B</sup>1:** A estrutura da percepção, da atenção, e memória são incorporadas, ou seja, dependem da forma como o indivíduo está situado.

**AH<sup>B</sup>2:** A percepção dos elementos é próxima do que é entendido classicamente por *gestalt* – a percepção dos elementos como uma estrutura holística composta de partes que só com suficiente atenção são trazidas ao de cima, e que, tendencialmente, são percebidas de maneira holística.

### 3.1.2 Representações e categorização: uma perspectiva incorporada

Tendo um tal agente, nada temos senão uma máquina – um sensor, capaz de processar sinais de maneiras ainda não especificadas, que habita um corpo. Mais ainda, temos indivíduos num espaço abstracto; mas, efectivamente, estes estarão no contexto real num mundo cheio de coisas, as quais estes podem percepcionar. Parte de percepcionar as coisas, e pensar sobre elas, reflecte-se numa *tendência para categorizarem o mundo* (Cohen & Lefebvre, 2005). O princípio 0 ( $\vdash$ PF0) que mencionámos entra aqui: os indivíduos tentam dar significado ao mundo para minimizar o desconforto cognitivo de não saberem como este funciona. Os corolários deste princípio são potencialmente inúmeros, mas podemos notar desde logo que é na sua base que surgem um conjunto substancial de princípios que se prendem com a cognição humana. Protótipos, exemplares, estereótipos, entre outras entidades simplificadoras, prendem-se com uma tendência humana para **categorizar**.

Pondo isto em termos o mais simples possível, o que queremos dizer é tão simplesmente: em cada dado momento, como é que os indivíduos conseguem dizer o que têm à sua frente? Quão livres são os indivíduos de dizer que uma cadeira é um boneco de palha?

Tal como Heidegger (Heidegger, 1962) aponta, e Graham Harman (Harman, 2002) parece ressaltar com particular relevância, os indivíduos buscam o significado das coisas como forma de fazer sentido do mundo, e ao mesmo tempo buscam categorizar o que encontram de forma a poderem controlar o que se lhes depara – mesmo que tal não se traduza numa categorização permanente, por várias razões que debateremos.

A ideia de categorização é tão simplesmente que se constrói um conceito ao qual os elementos categorizados passam a pertencer, o que inclui praticamente tudo o que se pode encontrar. Naturalmente, no sentido platonista, as categorias terão uma espécie de critérios que ordenam aquilo que lhes pertencem – podendo dizer-se que a categoria “pássaro” requer a propriedade perceptiva “bico”. No entanto, esta descrição será menos interessante: no sentido de Rosch e Lloyd (1978), podemos entender que a forma como os indivíduos tendencialmente agrupam as coisas é mais próxima da descrição de tipicidade (Lakoff, 1973), ou pertença difusa (Ragin, 2000).

Esta ideia pode ver-se como uma incorporação científica do conceito de Wittgenstein (1953) de *semelhança familiar*. A lógica é simples: no lugar de postular que um dado elemento é definido por determinadas propriedades (uma cadeira é [+banco], [+costas], 4\*[+pernas]), a identificação de um objecto passa a ser dada por uma aproximação ou distância de determinados elementos vistos como prototípicos – por exemplo, uma cadeira que tem seis pernas, ou uma única perna é menos prototípica ainda que seja visível como uma cadeira de igual forma.

Para estas teorias o interessante é notar que não há nada de fundamental ou intrínseco nos protótipos, pelo menos tanto quanto a neuropsicologia nos permite aferir – são apenas um construto operacional que remete para o funcionamento da representação, aprendizagem e processamento, mais do que um elemento concreto da categorização humana. O essencial a retirar daqui é aquilo que DiMaggio (1997) também nota na sua resenha das relações entre cognição com a cultura: que a operação das nossas lógicas de categorizar elementos se faz por aproximação, com graus diferenciados ou com repositórios aproximados, e não pode ser reduzida a lógicas de pertença e associação directas. Mais ainda: aquilo que antes e depois falaremos sobre a lógica de criterização de determinados grupos implica, em grande medida, a definição

de um protótipo relativamente partilhado (e, em muitas instâncias, imposto hierarquicamente).

**AC1:** Um protótipo é uma abstracção de uma colecção de elementos – uma representação ideal de um dado conjunto de elementos unidos por uma *intensão*.

**AC2:** Os indivíduos categorizam o mundo através de protótipos.

Assumindo esta ideia para os nossos agentes, estes serão dispostos numa tendência constante de categorização. No entanto, não basta categorizar os elementos para ter uma forma de conhecimento. Parece-nos intuitivo que os indivíduos tenham de ter uma capacidade de inferência: uma capacidade de olhar relações de aparente causa e efeito e as associem; um esquema de dedução de alguma forma; entre outros elementos. Esta problemática levar-nos-ia longe de mais, pelo que podemos ficar-nos por uma descrição mais ou menos *naïf* que a filosofia da ciência pode preencher mais tarde:

**AC3:** Os indivíduos possuem um sistema de dedução, partindo de premissas para conclusões, incluindo correlações e co-ocorrências.

### 3.1.3 Semiose e Interpretação

Falta-nos um último elemento para podermos ter o nosso agente internamente desenvolvido, pelo menos até onde interessará por agora. Temos de admitir a premissa não muito questionável que um elemento pode aparecer para um dado agente em lugar de outro – de tal forma que um sirva de alguma forma como uma aproximação do outro – para um dado agente. Inúmeras soluções para estas questões – inúmeras teorias de significado – surgem nas mais variadas formas (Speaks, 2017). Para nós, admitindo um compromisso pragmatista na teorização do significado, a solução passa por admitir que aquilo que num dado momento existe uma classe de entidades cognitivamente percebidas (**signos**) que são postas em associação com uma classe de entidades cognitivamente armazenadas na memória (**significados**, ou no original alemão, **objekt**), sendo mediados por uma classe de entidades mentais que denotam a relação entre signo e significado (**interpretantes**) – os conceitos fundamentais da semiótica Peirceana (Atkin, 2013). Exemplos óbvios incluem a linguagem – reconhecer a combinação de glifos ou sons permite evocar o conceito, objecto, ou ideia que a palavra veicula; a forma



como fumo indica fogo; a semelhança entre a forma de um desenho e a estrutura de um barco.

Convirá notarmos que aquilo que se passa é que, ao ser deparado com o estímulo, certamente diferente de todos os outros que alguma vez recebeu, que diz “Banana”, o indivíduo está no fundo a associar uma combinação de sons ou glifos a uma categoria que designa o conceito<sup>4</sup>. Esta associação entre categorização cognitiva e designações **de termos singulares** (ou seja, mapeamentos de um signo para uma categoria) não deve ser levada demasiado longe, mas parece-nos relevante para o que iremos em seguida desenvolver.

Entremos um pouco mais fundo na semiótica Peirceana. Como o autor nota na sua muito citada carta a Lady Wembly:

*“Eu defino Signo [Representamen] como qualquer coisa que é determinada por outra coisa, assim chamada seu Objecto [Objekt], e que determina um efeito sobre outra pessoa, cujo efeito denomino de Interpretante, de tal forma que o último é determinado mediadamente pelo anterior. A minha inserção de “para uma pessoa” é uma oferta a Cerebrus, porque desespere em tornar a minha concepção mais abrangente compreendida”* (Peirce & Welby-Gregory, 2001, pp. 80–81)

Para este autor, o signo estrutura-se como algo que causa uma impressão sobre o indivíduo, tentando demonstrar um *objekt*, e que nesse processo ‘produz um efeito’ sobre o observador na forma de um interpretante. Para Peirce, este interpretante consistia no aspecto irreduzível da semiose, e é na sua base – na necessidade de compreender esse triadismo e esse esforço de interpretação – que os problemas da semiótica estruturalista parecem diminuir substancialmente<sup>5</sup>, e que se encontra de alguma forma mais próxima com a ambição de Juri Lotman, entre outros que

---

<sup>4</sup> Em baixo notaremos que é necessário introduzir conceitos auxiliares para generalizar esta associação a outros tipos de representação – como o fumo e o fogo, cf. Secção 5.3.

<sup>5</sup> Os problemas da semiótica que parte da linha de Saussure são bem conhecidos; Barthes (1997) apercebeu-se que a questão da arbitrariedade do signo linguístico não parecia fazer sentido em termos existenciais quando notamos que nascemos num mundo já pleno de significado; Chomsky (Deleuze, 1994, p. 71) notou que a forma como a gramática sintáctica de Saussure excluía questões complexas de semântica, e empobrecia os limites da linguística; Derrida (1948) notou que a análise sintagmática levava à *diferência* do significado para outros pontos, dado que nenhuma palavra obtinha o seu significado isoladamente, e portanto era impossível fazer as reduções exigidas pelo autor.

procuravam compreender a totalidade da evolução dos significados como um processo social holístico (Lotman, 2009; Semenenko, 2012).

Não é nosso objectivo neste trabalho estabelecer conclusivamente a associação entre a interpretação peirceana e a categorização, e suspeitamos que esta será bastante mais complexa do que estas breves notas deixam entender; tão pouco devemos confundir este uso de categoria com as afirmações de Peirce quanto ao estatuto fundamental das categorias ontológicas, cujos problemas e dificuldades de articulação são notáveis (Auletta, 2016); em termos operacionais, podemos estipular a seguinte hipótese:

**AH<sup>B</sup>3:** A categorização é equivalente à interpretação *pelo menos* quando os *objekt* são categorias difusas, como estruturas culturais.

No sentido de aprofundarmos estas discussões semióticas, valerá a pena perseguir a descrição analítica que Peirce faz. Dada a preocupação de Peirce com as *relações* como estruturas lógicas, ou analisáveis como lógica, é natural que o autor fosse aplicar conceitos da disciplina na semiótica (Atkin, 2013): aquilo a que chama *rhemes* são predicados não saturados, ou seja, interpretantes que não apresentam claramente o seu sujeito e a sua implicação – constituem-se a partir de qualidades, e denotam uma qualidade que relaciona o signo e o *objekt*; os *dicentes* são interpretantes proposicionais, que exprimem uma determinada ideia expressa de maneira concreta, indicando que signo e *objekt* estão unidos por algum facto existencial; e os *delomes* são interpretantes argumentativos, essencialmente conjuntos de proposições que demonstram a relação através de uma estrutura lógica de dedução. Como Peirce nota (Peirce, 1868), uma interpretação não será em geral suficiente: um interpretante pode tornar-se um signo que requer um novo interpretante, e assim por diante, numa cadeia de signos. Um exemplo disto: eu interpreto uma árvore à minha frente como árvore ao ver que a imagem que me produz é semelhante ao protótipo que tenho de árvore – noto que os ramos crescem com inclinações semelhantes – desses ramos noto que a cor é semelhante – e por aí diante. Uma cadeia semiótica é, no fundo, uma sequência de interpretações feita de associações entre signos e *objekts* baseada em “algos” que estabelecem tal conexão, e que podem em si requerer (para executarem essa função bem) de maior especificação.

Outros aspectos da semiótica Peirceana terão bastante interesse, ainda que não os mobilizemos com tanta frequência como os interpretantes: a relação dos *objekt* com os seus signos, tomada como uma restrição, dava-se em termos de **ícones** – signos que reflectem elementos qualitativos dos *objekt*; **índices** – signos que reflectem uma conexão física ou existencial com os seus *objekt*; e **símbolos** – signos que reflectem um hábito ou lei do seu *objekt* (Atkin, 2013). Podemos dizer que uma fotografia de algo será sempre, por princípio, um ícone, ao representar fielmente o signo que contém; um galo do tempo será sempre um índice, ao indicar com a sua posição um estado de coisas; e uma palavra será sempre um símbolo ao denotar um conceito habitualmente formado, arbitrariamente mapeado. De igual forma a tricotomia qualisigno/sinsigno/legisigno procurava dividir os signos quanto àquilo que estes mobilizavam – se uma qualidade, se um facto existencial ou um hábito de interpretação do próprio signo.

**AC4:** A semiose é triádica. Os agentes deparam-se com signos, os quais são postos no sistema a remeter para um *objekt*, acedendo a esse através de um *interpretante* – outro signo que lhes aponta uma relação entre signo e *objekt*.

**AC4-E1:** A cadeia de interpretantes necessária para interpretar qualquer signo denomina-se cadeia de significação, e é limitada e forma uma estrutura coerente em si (baseia-se em referências mutuamente suportadas)

**AC5:** O signo divide-se em três formas de representação do *objekt*: qualisigno quando aquilo que importa no signo é uma qualidade, sinsigno quando ilustra um facto existencial do objecto e legisigno quando ilustra uma lei ou hábito face ao objecto.

**AC6:** O signo divide-se em três relações com o *objekt*: ícone quando partilha da forma do *objekt*; índice quando tem uma relação existencial com o *objekt*; e símbolo quando tem uma relação puramente circunstancial com o *objekt*.

**AC7:** O signo divide-se em três no que toca ao tipo de interpretantes que mobiliza: *rheme* quando possui um predicado não saturado, uma qualidade imanente não veiculada a um sujeito; *dicente* quando possui uma proposição definida em função de um estado de coisa; *delome* quando possui um argumento.

Não adiantando muita da discussão que faremos a seguir, podemos desde já notar uma propriedade destes conjuntos de interpretações: um dado indivíduo terá, por esta razão, no momento de interpretação de um objecto, uma representação daquilo que

está como significado i.e uma estátua como parte da categoria “cultura nacional”. Por esta razão, o protótipo construído de uma cultura terá como base categorizações prévias, e por isso a interpretação constitui uma forma de aprendizagem. Mais ainda, a pertença de um dado elemento a uma tal categoria não será perfeita – dependerá de qual a proximidade ao protótipo – o que implica que quantas mais interpretações forem possíveis, focando-se em pequenos detalhes, maior a proximidade à cultura, e quantos mais interpretantes o indivíduo conhecer, melhor adaptado estará. Isto presume naturalmente um excesso cognitivo que não poderá na realidade acontecer – e por essa razão (entre outras) teremos de olhar no fim desta secção para o campo da **cognição**.

#### 3.1.4 A estrutura formal do significado e a estética

Apesar da importância das separações em termos de outros constituintes da sua teoria, a divisão do interpretante de Peirce parece-nos particularmente relevante por nos apontar a uma ponte entre a semiótica como processo categorial, e os aspectos cognitivos que queremos em seguida discutir. Subjacente às três formas de interpretante estão, no fundo, três concepções de como os indivíduos podem fazer significação. Fraseado de outra maneira, presumir que os indivíduos são sempre argumentativos é presumir que estes são sempre racionais e justificados, mesmo que errem; que os indivíduos são sempre, no mínimo, predicativos, é dizer que estes só agem quando existem justificações passíveis de dar na forma de estados existenciais; e dizer que estes são, no mínimo, qualificativos consiste em admitir que algumas associações semióticas e raciocínios derivam de qualidades semi percebidas, sensações breves, que influenciam de forma ténue a acção. Os critérios de **verdade** com que julgamos (por procedimentos que teremos de elaborar) a qualificação, claramente não podem ser os mesmos que os das proposições e argumentos (os últimos precisam apenas de ser sintaticamente certos, e os anteriores precisam de uma verificação do estado do mundo). Tal poderá ser visível se nos focarmos num campo onde podemos ver a força da qualificação em grande medida: a estética.

Seguindo em parte as notas deixadas por Merleau-Ponty (1968, 1973), que confere a estética como uma margem de indeterminação que o artista tenta expressar do mundo que encontra, bem como as teses analíticas de Nelson Goodman (Robinson,

2001), que define a experiência estética como sendo uma de descodificação de um sistema sintático e semanticamente denso, vemos a estética como eminentemente um exemplo de contexto semiótico, no qual a qualificação predomina. Note-se que, quando falamos de estética aqui, nos restringimos muito fortemente à *modalidade estética*: estamos a falar daquilo que os indivíduos consideram belo ou não, e o significado que conferem dentro dessa modalidade passa por uma disposição a favor ou contra a beleza do objecto. Não se trata de fazer um redutivismo à estética kantiana e transcendental, mas antes reconhecer as margens de possibilidade que são dadas por um domínio específico de beleza – isto é, dizer que pode haver percepção de beleza que não depende de um sistema de conhecimento incorporado (uma modalidade cultural, filosófica, etc), nem de um sistema social (uma modalidade política, económica, etc), e que apesar de estes terem influência (a margem de influência sendo o cerne de uma tal discussão), é necessário admitir esta possibilidade de qualificação.

**AH<sup>B</sup>4:** Os agentes produzem semiose só com argumentação.

**AH<sup>B</sup>5:** Os agentes produzem semiose no mínimo com predicação.

**AH<sup>B</sup>6:** Os agentes produzem semiose no mínimo com qualificação.

**AH<sup>B</sup>7:** O sistema da estética é investigável autonomamente através de uma inquirição à qualificação como processo.

Um último ponto que importa em termos da qualificação, é a potencial relação que este sistema pode ter com um processo que parece universalmente humano: a construção de padrões, o reconhecimento de determinados elementos como tendo alguma forma de significado que não têm necessariamente de ter uma justificação concreta, e que podem inclusivamente surgir em forma de *ideostasia* – a associação de estímulos a determinadas ideias. A importância destes elementos para nós surge na forma como não só se descreve mas concepção fundamentalmente os elementos da cultura em termos produtivos – seguindo os trabalhos de alguns autores nestas áreas (Lakoff & Johnson, 1980), a ideia de que existem esquemas imagéticos, incorporados na relação que o corpo estabelece com o mundo, que produtivamente influenciam a formação de metáforas, implica alguns limites à total arbitrariedade da comunicação, e pode dar explicações para determinadas significações. Estas são tidas como funcionando da mesma forma que morfismos na teoria matemática de categorias – operações de

mapeamento de um elemento numa estrutura para outro noutra estrutura – que permitem cadeias de semiose complexas (Fuyama & Saigo, 2018). Mantê-las em mente permite-nos admitir algumas proposições interessantes:

**AH<sup>B</sup>8:  $\vdash$ AH<sup>B</sup>1**

A apreensão de *conceitos* é feita através de esquemas imagéticos – estruturas pré-linguísticas que dependem de formas incorporadas e contextos de relação.

**AH<sup>B</sup>8-E1:** Um exemplo é a palavra “fora” que denota um esquema de constrangimento, como em “O João saiu fora da casa”

**AH<sup>B</sup>9:  $\vdash$ AH<sup>B</sup>3**

Os indivíduos utilizam esquemas imagéticos para gerar metáforas conceptuais, com as quais explicam conceitos abstractos.

**AH<sup>B</sup>10:** Os agentes possuem mentalmente domínios conceptuais, construídos por associação de categorias.

**AH<sup>B</sup>11:** Os agentes conseguem mapear elementos de um domínio conceptual para outro utilizando metáforas; uma metáfora é um morfismo entre domínios conceptuais.

De grande interesse, dado o contexto dos estudos urbanos, é a seguinte:

**AH<sup>B</sup>12:  $\vdash$ AH<sup>B</sup>11**

A utilização de morfismos de formas diferentes é equivalente à propriedade humana definida como criatividade.

Estes são campos em estado activo de eboição, estando actualmente numa alteração bastante intensa, e as suas disposições podem estar na base individual da criatividade como fenómeno humano (o mesmo não implica descrever a economia, a socio-antropologia ou a política da criatividade), e permitem construir um modelo de seres humanos como **seres criativos**.

### 3.1.5 Domínios Semióticos e Temporalidade

Tendo aqui chegado, existe ainda a necessidade de ligar a forma como a semiose acontece com a forma como os signos se dão à percepção. Concretamente, em termos da incorporação dos elementos, interessa-nos referir os trabalhos de James Gibson

(1979), e a sua teoria de *affordances* – possibilidades de acção potenciadas pelo ambiente, que surgem na nossa percepção através daquilo que é possível executar face ao ambiente. Exemplificando: uma caneca, ao ter uma pega, *affords* ser agarrada; e pela mesma lógica, uma mesa, *affords* que nos ponhamos em cima dela. Para Gibson, a *affordance* não é uma função, pelo menos no sentido funcionalista que tendencialmente se lhe associa na sociologia, mas antes uma potencialidade. Na linha de Norman (Norman, 1988), estas *affordances* não serão todas igualmente prováveis, com algumas dominando, em função do contexto, as acções mais prováveis. Como notado (Ramstead, Veissière, & Kirmayer, 2016), esta perspectiva traça pontos de contacto com o trabalho de Merleau-Ponty (Merleau-Ponty, 1968, 2012); em Almeida (2018, submetido) aludimos à ideia de *modalidade* construída a partir do trabalho do autor francês como uma forma de estender a ideia de *affordance* cultural para incluir, não só acções, mas também relações sociais, e, inclusivamente, potencialidades de categorização. Podemos, por isso, derivar os seguintes pressupostos:

**AH<sup>B</sup>13:**  $\vdash \text{AH}^B1 \wedge \text{AH}^B2 \wedge \text{AH}^B8$

A percepção é feita através de *affordances* – possibilidades de acção que o agente tem ao seu dispor. Estas são diferenciadas em termos da probabilidade de uma dada acção de facto decorrer em função de critérios de valorização diferenciada de diferentes acções.

**AH<sup>B</sup>14:**  $\vdash \text{AH}^B13$

As *affordances* podem predicar acções, mas também outros processos cognitivos, como a categorização.

De forma sucinta podemos dizer que a modalidade são os “óculos” que salientam determinadas especificidades de um elemento. A noção de modalidade assim construída implica a existência de uma *disposição interpretativa*: os agentes à partida estarão, num dado contexto, mais dispostos a interpretar um dado elemento como pertencendo a uma dada categoria. E essa disposição será, entre outros factores, produto de existir um protótipo categorial mais ou menos complexo: o protótipo pode ser tão simples como o que motiva a categorização de um signo como “garrafa de água” ou tão complexo como o que motiva a atribuição de um quadro a arte nova. A modalidade é aquilo que permite que os indivíduos possam interpretar um objecto

como sendo de uma dada categoria, ao ponderar os elementos na sua relação com o protótipo dessa categoria. Por essa razão, **as modalidades são restritas a uma dada categoria.**

Existe mais um aspecto relacionado com isto que convirá notar: se os agentes significam um objecto, podemos perguntar-nos se eles o fazem em cada momento em que o encontram. Haverá sempre uma significação de uma árvore sempre que se vê a mesma árvore? Ou haverá um momento em que, por habituação, o processo semiótico não decorre? Mais precisamente, perguntaríamos: quando é que acontece o processo semiótico?

Podemos notar que a categorização tendencialmente costuma ser tida como um processo que requer mecanismos automáticos, apesar de existir evidências a contrário disto, devido à estrutura cognitiva em que a categorização se insere (Greene & Fei-Fei, 2014), pelo menos em domínios como reconhecimento de objectos. Repegando a noção de modalidade, bem como as categorias fenomenológicas de Heidegger (Harman, 2002; Heidegger, 1962), podemos dizer que um objecto, quando é encontrado, não o é sempre da mesma maneira. Quando um indivíduo vê pela primeira vez um castelo, o encontro pode envolver categorização cultural, e experiência estética; mas à medida que passa todos os dias pelo castelo, a modalidade com que vê o castelo muda para ser “um objecto no meu caminho para casa”. Estendendo a ideia de *ready-to-hand* de Heidegger, no lugar de algo que é manipulado automaticamente, temos um objecto que é tido numa modalidade na qual os seus elementos estão todos mais ou menos ao “mesmo nível” – nenhum elemento do castelo tem mais relevância que qualquer outro, e por isso o castelo é visto como toda uma coisa, não ressalva nenhum aspecto interpretável, torna-se um acessório de caminho. E assim permanece até que haja alguma coisa que exija que este indivíduo tenha de re-analisar, segundo uma qualquer modalidade, o castelo – que lhe seja chamado à atenção a importância que este signo tem na história nacional, ou em geral (se existir uma significação prévia do castelo em tal modalidade), que se peça para significar algo dentro da categoria associada.

À significação que acontece fora de qualquer categoria designatória, como parte de uma existência quotidiana ou regular, chamamos de **semiose automática**. Não quer isto dizer que este tipo de significação, funcional e operatória, que se engloba no que



em geral se designa como “cognição automática”, não tenha um domínio focado, mas antes que tal domínio não requer processos de atenção; e, mais ainda, implica que quando esses processos automáticos são quebrados se volte a significar – aquilo que Heidegger chamava de *Bedwantiss* [envolvimento], “unready-to-hand”, o objecto como este é quando está partido, ou “present-at-hand”, o objecto como foco de um olhar analítico, não mais envolvido num processo funcional mas como foco de consciência e análise. Essa invocação traz-nos bastante potencial para definir processos de re-significação, em contextos habituais: como iremos ver, esta é uma possível forma de aceder às significações dos indivíduos face a elementos que lhes são próximos.

**AC8:** A interpretação de elementos numa modalidade habitual – executada repetidamente, e sem uma estrutura de atenção – leva a semiose automática.

O que se torna necessário é notar que na maior parte dos casos a semiose automática constitui um tipo de processo e relação que tem como base – uma semiose *não*-automática –, que lhe dá o início e que começa a cadeia causal de novos momentos de significação, que é na maior parte dos casos de *repetição*<sup>6</sup>.

### 3.1.6 Da Significação à Cognição

Se até aqui tivemos um sistema perceptivo, com um corpo que permite estruturar a cognição que leva a que se formem esses significados, nas últimas secções começámos a requerer um sistema cognitivo concreto que estruture a forma de pensamento: “*It is the most basic phenomenon of cognition, and consequently the most fundamental problem of cognitive science*” (Cohen & Lefebvre, 2005, p. 2). Por essa razão, convirá darmos uma breve olhadela para alguns aspectos da cognição que podem ser relevantes – de novo enfatizamos a imensidão de tópicos (englobando toda uma ciência interdisciplinar), dos quais levantaremos apenas aqueles que mais directamente nos interessam.

---

<sup>6</sup> Esta alusão não é neutra; a distinção entre estas formas de actualização do momento semiótico aproxima-se da discussão de Deleuze (Akçay & Roughgarden, 2011) sobre a síntese passiva dos elementos anteriores, que mobiliza o passado num sujeito passivo, e a síntese activa causada pela memória e pela reflexão. Em paralelo, a semiose repetida surge como o hábito que se impõe, e a semiose re-afirmada aparece como uma forma de reflexão e activação de um momento de semiose original – independentemente de não se conseguir dizer onde está.

Na descrição anterior fizemos alusão à questão de algumas formas de significação serem redutíveis a formas proposicionais – ou seja, poderem constatar estados do mundo – quando os seus intepretantes são o que Peirce chamava *dicentes*. Associações de termos singulares a categorias – da forma “A palavra ‘banana’ denota a entidade que produz um estímulo que eu associo a ‘banana’” – formam outra tal proposição. Portanto, – e independentemente de como analisamos os valores de verdade de tais proposições, – podemos dizer:

**AC9:** Os indivíduos têm conhecimento de coisas – atribuem valores de verdade às coisas de forma a representar o estado do mundo.

Aqui entramos fundo no território da epistemologia, os campos da justificação e das teorias de verdade. Não nos podendo ocupar demais com tais questões, interessamos antes perceber que o valor de verdade que os indivíduos atribuem a uma determinada proposição não deverá ser *crisp* (só verdade ou falsidade): existem várias proposições, nomeadamente as afirmações da ciência, onde um valor de verdade perfeitamente delineado seria uma exigência demasiado forte. É perfeitamente possível que um indivíduo não tenha inteira certeza de uma proposição – algo que, apesar dos desenvolvimentos que lhe sucederam, podemos encontrar desde logo no trabalho de Frank Ramsey, onde este propõe um conjunto de axiomas e teoremas para resolver o problema da crença probabilística, e como atribuir valores de verdade a tais situações (Ramsey, 1931). Na sua visão, o grau parcial de uma crença é visto como a extensão face à qual estamos dispostos a agir perante tal crença; quanto estaríamos dispostos a apostar (no caso em questão, partindo de uma definição em função de preferência e equivalência de opções).

**AC10:** Os indivíduos podem ter crenças parciais em proposições.

**AH<sup>B</sup>15:** O cálculo das crenças parciais pode ser feito por uma avaliação das preferências de indivíduos quanto a diferentes estados do mundo consoante a verdade ou falsidade de proposições (Ramsey, 1931, p. 180).

Ligando as crenças às acções, podemos, desde logo, determinar a nível psicológico uma **preferência** como uma função de utilidade sobre um curso de acção. Nesse sentido, a existência de crenças parciais não surge como surpreendente, mas as suas implicações em termos de modelação de agentes são bastante grandes: torna-se de súbito possível

admitir que os agentes podem não estar inteiramente certos das suas crenças, podem (e costumam) não ter informação perfeita, ou por outras razões não acreditarem integralmente no que defendem, algo que na economia foi por vezes controverso como um pressuposto modelativo (Köhn, 2017), – apesar de ser uma questão psicologicamente trivial. No restante deste trabalho, devemos manter em mente, que, quando falamos de informação, o que nos referenciamos são crenças que os indivíduos têm acerca da realidade, que são probabilísticas; o axioma de informação perfeita da teoria de acção racional torna-se pois uma maximização dessa probabilidade a 1 em todos os casos<sup>7</sup>.

**AH<sup>B</sup>16:** De um conjunto de escolhas possíveis (acções, apostas, crenças), existe completude de preferência entre qualquer par de elementos:

$$\forall(A, B)(A \succcurlyeq B \vee B \succcurlyeq A)$$

**AH<sup>B</sup>17:** Existe transitividade na preferência:

$$(A \succcurlyeq B \wedge B \succcurlyeq C) \rightarrow A \succcurlyeq C$$

**AH<sup>B</sup>18:** Independência de Alternativas Irrelevantes – se num conjunto de potenciais elementos a desencadear, A for preferido a B, a introdução de C não deve alterar a ordem de preferências;

**AH<sup>B</sup>19:** Continuidade de preferências – sendo p uma probabilidade que se associa a um elemento

$$(A \succcurlyeq B \succcurlyeq C) \rightarrow \exists p(B \equiv pA + (1 - p)C)$$

Estes axiomas (originalmente formulados por Von Neumann e Morgenstern) formam a base de muitas das pressuposições da teoria neoclássica da economia, e estão na base de muitas das pressuposições de acções “racionais”. Pode ser conveniente assim formular:

**AXH1:** Teoria de Utilidade Esperada  $\vdash \text{AH}^B16 \wedge \text{AH}^B17 \wedge \text{AH}^B18 \wedge \text{AH}^B19$

A questão de como o conhecimento é armazenado é também de bastante interesse: a ideia de *dissonância cognitiva*, classicamente apresentada por Festinger

---

<sup>7</sup> A ideia de que a informação é aproximada por probabilidades vai, de resto, ao encontro da definição de Shannon, da informação como o conhecimento de um evento probabilístico, medido por um índice de incerteza – a **entropia de Shannon** (1934) – a que voltaremos.

(1962), notava que a presença de crenças que chocam em termos de valores de verdade, ou grau de verdade, levam os indivíduos a um estado de desconforto mental que estes necessitam de diminuir estrategicamente, especialmente esforçando-se para **manter a ideia que tinham originalmente**. A existência de dissonância cognitiva é particularmente interessante enquanto pressuposição para pensar sistemas culturais, porque admitir essa convenção implica abrir a porta para que determinados padrões e acções, bem como reproduções sociais, possam surgir precisamente de buscas de manutenção cognitiva – por exemplo, perceber que quando existem interacções entre indivíduos na óptica de aprendizagem social, se os indivíduos tiverem um apego a uma dada crença, a transmissão, mesmo que benéfica para ambos, será substancialmente mais difícil.

**AC11:** Quando os indivíduos mantêm crenças opostas, ou que não podem harmonicamente ser ambas verdade, isso causa-lhes desconforto cognitivo.

**AC12:**  $\vdash$  **AC11**

A minimização do desconforto cognitivo tende a ser feita desconsiderando uma das crenças, minimizando o seu impacto, questionando as suas bases, entre outros métodos

Para além da questão de como os indivíduos armazenam o conhecimento, importa perceber de que forma eles processam o conhecimento de forma a chegar a raciocínios. A forma como os indivíduos processam a informação implica, como em **AC3**, a ideia de que eles partem de um conjunto de estímulos, significam-nos, e estabelecem inferências que geram proposições, e dessas proposições retiram mais proposições, e assim por diante. A ideia – que exploraremos no seu contraponto em seguida – é que os indivíduos seriam “racionais”, se conseguirem cumprir  $\vdash$  **AHB4**, ou seja, conseguirem sempre justificar argumentativamente as suas acções, crenças, na resolução de um dado problema. Mas Simon (1957) notou os limites que tal trazia: no lugar de decisões óptimas, os indivíduos optam em geral por resolver os seus problemas com soluções satisfatórias; a utilização de heurística, e o relaxamento dos pressupostos da teoria de utilidade esperada levou a muitas destas ideias, nomeadamente de que existe um limite na carga cognitiva que os indivíduos conseguem suportar:

**AC13:** Os indivíduos têm limites na sua carga cognitiva.

A ideia de heurística – no que toca à economia, e respeitando à ideia de racionalidade limitada – começa nos anos 1950 e 1960 por ser uma crítica à ideia cognitiva subjacente a AXH1. Focando-se na psicologia dos processos de decisão e cognição, Daniel Kahneman e Amos Tversky (Tversky & Kahneman, 1974) abrem a porta para o estudo psico-social das heurísticas propriamente ditas – mecanismos de raciocínio rápido, que procuram otimizar o custo de processamento dos indivíduos ao mesmo tempo que encontram ótimos *locais* (de maneira análoga a algoritmos heurísticos na teoria de computação).

Os processos nomeados de *ancoragem* (o estabelecimento de determinados elementos como âncoras do processamento cognitivo), *presença* (a informação que está disponível é fundamentalmente mais utilizada do que aquela que não é utilizada há muito tempo), permitem compreender a forma como determinados processos são fixados e, na ausência de informação perfeita, os indivíduos tomam decisões localmente óptimas. As implicações disto para a cultura ~~disto~~ não são directamente intuitivas, mas rapidamente se pode compreender como elas se desenvolvem quando pensamos que na presença de determinados esforços de interpretação, a presença e a ancoragem podem servir como formas de incentivo “natural” à reprodução de determinados padrões de significação. Se o indivíduo já tem conhecimento de uma determinada categoria, ~~ele~~ irá tender a interpretar mais facilmente aquilo com que está familiarizado do que aquilo com que não está (apesar de exactamente o contrário poder ser relevante em outras situações – por exemplo, em baixo, quando falarmos de narratologia).

As heurísticas utilizadas pelos indivíduos são particularmente importantes quando consideramos cenários idealizados sob informação imperfeita – como são a maior parte dos cenários na vida real – e onde queremos analisar o desenvolvimento ao longo do tempo e em termos integrativos de determinadas lógicas de significação (bem como de acção e comunicação, às quais voltaremos). Por agora convirá notar que a discussão que antes tínhamos sobre a utilização de argumentação em termos de modelos encaixa, sem substituir integralmente, aquilo que aqui dizemos: se admitimos que os indivíduos qualifiquem em vez de argumentar conceptualmente, essa qualificação será, na verdade, um processo heurístico interno. As hipóteses que formulamos são portanto as seguintes:

**AH<sup>N</sup>20:**  $\vdash \neg \text{AC13}$

Os indivíduos são cognitivamente perfeitos.

**AH<sup>B</sup>21:** Os indivíduos utilizam a heurística de ancoragem;

**AH<sup>B</sup>22:** Os indivíduos utilizam a heurística de presença (*availability*);

**AH<sup>B</sup>23:** Os indivíduos utilizam a heurística de simulação (Kahneman & Tversky, 1998)

**AH<sup>B</sup>24:** Os indivíduos utilizam outras heurísticas cognitivas.

**AC18:** Os indivíduos podem segurar ideias contraditórias através de estratégias operacionais que mantêm a sua consistência cognitiva.

A partir disto temos um agente capaz de perceber o mundo, categorizá-lo, significá-lo, ter representações epistémicas, e deliberar cognitivamente, com limites associados a tudo isso. Todos estes aspectos consistem na parte mais fundamental que o agente tem – a sua estrutura interna – cujas pressuposições, como os debates sobre a racionalidade mostram, levam a várias implicações. Mais ainda, o modelo de semiótica que aqui construímos – no qual os indivíduos interpretam os elementos com que se deparam, de várias maneiras – permite-nos começar a vislumbrar uma definição de cultura que seja interlaçável com a psicologia cognitiva em termos do seu funcionamento, e que seja articulável com os funcionamentos de outras ciências. Mas para termos agentes, precisamos, justamente, de **acção**. É nisso que nos ocuparemos nas próximas páginas.

### 3.2. Acção

Em tudo o que até aqui dissemos permanecemos a um nível puramente cognitivo, onde os agentes são incapazes de efectivamente mudar o estado de coisas. Torna-se, por essa razão, necessário descrever aqui exactamente o que é esse esforço que faz com que os indivíduos alterem as coisas – a acção. Convirá, sucintamente, notar que concebemos aqui acção como um movimento eficaz produzido pelos indivíduos através de alguma forma de exercício fisicamente reconhecível que afecta o estado de coisas, desencadeando alguma forma de *evento*.

Primeiro que tudo, podemos distinguir entre acções *controladas* e *involuntárias*; falar de *conhecimento de acção*, e do desconhecimento associado; da *intenção télica*; e

debater os *princípios gerais da acção*, que definimos como sendo pressuposições quanto à intenção essencial, ou seja, o objectivo subjacente, a um conjunto de acções. Com isto procuramos fundamentalmente produzir um tipo de agente que seja suficientemente complexo para produzir estruturas como grupos sociais e relações culturais, debatendo duas possíveis orientações para os agentes, que podemos manter separadas de forma analítica: um princípio utilitário, guiado para a satisfação de uma estrutura de utilidade, e um princípio narrativo, guiado para a adequação da acção a uma narrativa, traçando as várias formas de ver estes princípios dadas pelas nossas anteriores discussões.

### 3.2.1 A Estrutura da Acção

Nos termos mais básicos e simples, uma acção é composta por um agente, uma sequência temporal na qual o agente muda o seu estado de coisas e muda o estado de coisas no mundo, uma intenção télica (algo que o indivíduo quer obter com a acção), e em geral, uma justificação para a intenção (G. Wilson & Shpall, 2016) – que segundo PF1 deverá ser uma interpretação como as que analisámos previamente.

Saltamos aqui várias problemáticas, nomeadamente a distinção entre acção e pensamento (Hacker, 2005), que poderiam por em risco a simplicidade desta descrição; mas como notam Wilson e Shpall (2016), os problemas que este modelo AIJ (*action, intention, judgement*) traz são vários: para começar, põe-se a questão de como é que é possível os agentes saberem *o que* estão a fazer e *como*. Esta é uma questão com a qual Anscombe (2000) se debate em particular, chegando à noção de “conhecimento sem observação”. Presumimos que os indivíduos tenham alguma forma de conhecer a sua acção, que não é empírica (para uma discussão destes paradoxos cf. Paul (2009); em termos mais gerais, Sosa (2015)). Para estas acções assim o serem, têm de haver algumas acções que não o são – estas são as chamadas *acções involuntárias* – acções nas quais falta o conhecimento da própria acção, a intenção, e também a justificação.

**AC14:** Os indivíduos conseguem produzir descrições baseadas na questão “Porquê” das acções voluntárias que executam.

Ao mesmo tempo, é necessário que os agentes tenham uma forma de controlo sobre as suas acções. Os debates aqui interessam-nos em grande medida pela distinção entre *tentar* uma acção e executar essa acção, no sentido em que, quando essa tentativa

acontece, estamos a presumir que existe um conteúdo mental, um desejo, que motiva o indivíduo de alguma maneira, ou se, hipoteticamente, tal conteúdo mental é apenas uma ilusão mecanicista. O importante aqui é admitir que é necessário que os indivíduos direcionem a sua acção para algum elemento – mesmo que essa seja uma directividade indirecta, ou automática (Lumer, 2017) – para que possa dizer-se que a acção tem um fundo causal nestes. Quando referimos antes o automatismo de significação de um martelo de que Heidegger falava, esse automatismo expressava-se também na transformação dos objectos em equipamento. Para além destes casos, existem uma multiplicidade de potenciais casos nos quais os tipos de acções não serão do mesmo estilo que as acções controladas a partir de uma tentativa de execução, dado que aquilo que é considerado *automatismo* – algo que Lumer discute em pormenor, dissecando os vários tipos de habitualidade, mímica, implementação distal, e potencialmente, auto-motivação induzida semanticamente – cujas consequências são importantes para podermos considerar agentes de forma minimamente realista em contextos onde a repetição de acções e acções implícitas acontecem frequentemente (tal como em contextos altamente “ritualizados” – sendo a circulação na cidade um exemplo primário).

**AC15:** Os agentes possuem controlo *directo* sobre as suas acções **apenas quando não existe um *schema corporal operacional* que automatize o processo**. Acções automáticas – comportamento automático, acções sujeitas a *priming*, acções condicionadas, entre outros mecanismos de regulação – podem ocorrer sem existir controlo directo, relegado por aprendizagem para processos repetitivos.

A noção explícita de **intenção** é porventura a noção mais interessante que se associa à acção, por dela dependerem tantas discussões. O racional é simples: um agente tem uma intenção com uma acção quando é seu desejo atingir um determinado estado de coisas, e existe alguma forma de conhecimento sobre a relação entre a intenção e o estado de coisas desejado. Elizabeth Anscombe (2000) e Donald Davidson (1963) abriram a discussão sobre a intenção, com a visão de Anscombe sendo particularmente esclarecedora: a intenção de uma acção para um tipo de agente é o tipo de resposta que esse agente dá à pergunta “Porquê?”. Isto dá-se porque, como a autora nota na sua monografia, o complexo de acções e intenções nem sempre se encontra: é possível que uma pessoa, por efeito da sua acção, cause algo fora da sua



intenção, como um homem que ao bombear água para uma casa implicitamente bombeia veneno é um exemplo da primeira?

Um factor que será curiosamente próximo neste ponto, e que une as teorias filosóficas da acção ao tratamento que estas receberam na economia por autores como Von Mises, tem que ver com a estrutura de *motivos* que orientam a acção. Von Mises (1998) colocou esta distinção separando a psicologia e a economia, chamando ao domínio da primeira “Timologia” e da segunda “Praxeologia” – a primeira preocupando-se com as condicionantes que levam um indivíduo a seleccionar uma determinada acção, nomeadamente aquilo que determina para si as estruturas de utilidade a elas associadas, e a segunda com a estrutura que orienta a acção, as “leis humanas” que guiam a que um indivíduo tome uma ou outra acção. A distinção aparece para distinguir dois níveis de análise: as razões cognitivas que estão na base de um homem escolher vinho em vez de água é inútil economicamente, antes interessará que estes o façam porque é aquilo a que atribuem mais utilidade. Mais concretamente, poderíamos dizer que a timologia von miseana se ocupa das interpretações, e de mapear os aspectos semióticos subjacentes à acção, enquanto a praxeologia se ocupa das intenções dessas acções, os objectivos gerais. Como podemos ver, no entanto, perceber timologicamente por que se atribui certa utilidade a uma garrafa de vinho – por exemplo – não é uma questão economicamente trivial, dado que podemos assumir que esse processo pode ser mobilizado para aumentar a utilidade atribuída em geral ao objecto<sup>8</sup>.

A praxeologia surge assim como o limite de intenção dos agentes – os princípios de acção que define são uma forma de última resposta ao “Porquê” de Anscombe, e, mais concretamente, no sentido de qual o objectivo que se quer executar com essa acção. Naturalmente, por esta razão, deve ser possível agregar intenções pela sua proximidade, tomando a convergência de respostas numa cadeia sequencial de “Porquês”, e associando as intenções originais em algo como um dendrograma.

**AC16:** As intenções são crenças dos indivíduos que sustentam e motivam a sua acção, na óptica de uma acção que devem desempenhar no momento e um resultado eficaz que pretendem que se desencadeie.

---

<sup>8</sup> De resto, defenderemos em baixo que essa é a tese associada à ideia de capitalismo cognitivo-cultural, cf. secção 4.1.1.

**AC17:** As intenções podem ser ordenadas taxonomicamente em termos da sua proximidade: a intenção de comprar um carro e de comprar uma moto são mais próximas do que a intenção de comprar pão, ainda que estas sejam todas mais próximas do que a intenção de se atirar para a frente de um comboio para evitar a morte de uma família. A agregação de intenções gera, no limite, princípios de acção (praxeologia)

Um último domínio que merece a nossa consideração antes dos princípios de acção tem que ver com a deliberação e a justificação da acção. Em primeiro lugar, convirá repegar na distinção que fizemos na anterior secção acerca das lógicas de interpretação – a distinção entre predicação, argumentação e qualificação – para notarmos três modelos hipotéticos de agente: um agente perfeitamente deliberativo, um agente motivado estritamente por asserções de estados de coisas, e agentes que associam determinadas qualidades e com isso tomam formas de acção – sendo que estas poderiam ser rephraseadas, incluindo acção, da seguinte forma:

**AH<sup>B</sup>25:** O julgamento dos indivíduos acerca da acção inclui intenções obtidas significativamente, no mínimo, através de argumentação

**AH<sup>B</sup>26:** O julgamento dos indivíduos acerca da acção inclui intenções obtidas significativamente, no mínimo, através de predicação

**AH<sup>B</sup>27:** O julgamento dos indivíduos acerca da acção inclui intenções obtidas significativamente, no mínimo, através de qualificação

### 3.2.2 Princípio de Acção Utilitária

Se admitimos a anterior descrição da acção, podemos começar a construir determinados princípios de acção. A questão que um tal princípio de acção postula é sempre: qual o objectivo que os indivíduos procuram atingir para agir daquela maneira? O que está na base de um conjunto de acções?

A base estruturante do pensamento de Ludwig Von Mises, discutida por este aprofundadamente em “Human Action”, tenta responder a essa questão para o conjunto de todas as acções possíveis – essencialmente, determinar que os seres humanos agem *naturalmente* de um determinado modo que é propenso ao seu **bem estar** – por outras palavras, que os seres humanos buscam sempre maximizar a sua utilidade. A ideia central que baseia isto pode, na verdade, ser traçada aos princípios

éticos de Bentham e Mill ou à filosofia de Hobbes: o modelo para a acção dos indivíduos é que estes são, na sua essência, motivados apenas por uma maximização de prazer e minimização de dor; são *evitantes* de dor, e por isso de risco de existência de dor, e maximizantes de prazer, e por isso de circunstâncias que permitam a ocorrência de prazer. Essa ideia compósita de utilidade é formalizada na ideia de uma função de utilidade, e também consagrada em dois princípios axiológicos, consoante a ideia que tenhamos a este respeito:

**AC18:** Os agentes carregam uma função de utilidade referente a diferentes circunstâncias nas quais se encontram, baseada num balanço entre ganho e perda de unidades que consideram úteis.

**PAx1:** Os agentes devem buscar a utilidade ao máximo em todas as circunstâncias.

**PAx2:** Os agentes devem buscar as regras que garantem o máximo de utilidade no máximo de circunstâncias

Repegando o ideal Benthamiano e Milliano, podemos dizer que a função de utilidade dos indivíduos avalia uma determinada acção – a compra de um objecto, a comunicação de um facto – em função de uma **estrutura algedónica**: quanto prazer e quanta dor consigo, de forma minimamente previsível, obter desta acção. Implicitamente, tal função atribui igualmente utilidade aos elementos que essa acção predica, e nesse sentido pode dizer-se que um objecto tem alguma forma de *valor*. Este tipo de mapeamento de um objecto para um valor de utilidade é aquilo que denominaremos como *modalidade económica*, sendo o significado do objecto esse valor que lhe é conotado (e neste caso, não uma categoria). A génese dessa estrutura algedónica pode naturalmente ter múltiplas origens:

**AH<sup>B</sup>28:** A função de utilidade dos agentes tem uma base empírica (aprendida directamente), social (aprendida externamente) e inata (natural).

**AH<sup>B</sup>28-E1:** A forma específica como se podem destringir as formas naturais e aprendidas de utilidade é uma questão que cabe à biologia, psicologia e sociologia. No caso da cultura, por exemplo, perceber de que forma é que as motivações intrínsecas de “arte pela arte” (Frey, 1997) podem ter implicações para compreender processos accionais, e inclusivamente para o desenho de políticas públicas.

**AXH2:** A função de utilidade dos agentes é passível de evolução ao longo do tempo.

**AXH2H1** (Mecanismo Algedónico): Os agentes alteram a sua função de utilidade em função de estruturas de recompensa e punição, que podem ter origem natural, ou ser impostas socialmente

**AXH2H2**: Os agentes alteram a sua função de utilidade consoante o *papel* que vão ocupando numa dada sociedade.

**AXH2H3**: Os agentes alteram a sua função de utilidade consoante o conhecimento que conseguem adquirir de um produto.

A generalidade de tal função de utilidade aprecia a forma como se pode avaliar como mais ou menos úteis quase todas as coisas, desde que tenhamos já estruturada uma função de utilidade. O princípio subjacente à ideia de auto-motivação e *unicamente* de ego-motivação, no entanto, constitui não uma convenção, mas uma hipótese:

**AH<sup>B</sup>29**: Os agentes constroem objectivos na base daquilo que lhes traz mais utilidade.

**AH<sup>B</sup>30**:  $\vdash$ AXH1

Os agentes fazem um cálculo do benefício das suas acções na base de um valor esperado de certas variáveis em todas as circunstâncias.

Assumindo AXH1 como a base cognitiva de um conjunto de acções que toma ainda  $\vdash$ AC18  $\wedge$  AHB28  $\wedge$  AXH2  $\wedge$  AHB29-AHB31, teremos uma figura frequentemente mencionada na literatura: o *homo economicus* (Persky, 1995). A crença de que os indivíduos satisfaçam os axiomas de VNM, suplementados com informação perfeita na teoria de acção racional (AHB31, em baixo), é um dos tópicos mais acesos das críticas sociológicas às abordagens individualistas, algo que vemos desde Durkheim, a Weber, Parsons, Habermas ou Luhmann – mas tal crítica não se faz em geral porque se duvide que os indivíduos tenham objectivos pessoais, preferências e desejos que se reportam a uma estrutura de utilidade, mas antes que esta ocorra da maneira que os autores presumem, e que seja *racional*, ou seja que os agentes cumpram estes pressupostos, como em PAx1. Estas críticas partem de várias frentes por isso mesmo.

**AH<sup>B</sup>31**: Os agentes têm informação perfeita: sabem os preços de todos os bens, conseguem avaliar a sua utilidade para quaisquer bens, e as suas funções custo para quaisquer acções.

Por um lado, autores como Kenneth Arrow (2001) e Michael Spence (1973) estudaram contextos nos quais a informação é assimétrica (i.e um dos indivíduos tem mais informação do que os outros), relaxando **AHB31**; a introdução das heurísticas (**AHB21-AHB24**), mais ainda relaxa as escolhas dos indivíduos fazendo com que as suas funções de utilidade tenham determinadas restrições de forma (Tversky & Kahneman, 1974); consequências do axioma da independência mostram o efeito de *framing*, que postula mais limites à aplicação dos axiomas para modelar o comportamento humano (Allais, 1953); e a ideia de aversão à ambiguidade foi introduzida como uma noção de que os indivíduos evitam situações nas quais as probabilidades dadas ao seu comportamento não são conhecidas, face a situações onde estas são conhecidas (Ellsberg, 1961).

**AH<sup>B</sup>32:**  $\neg \text{AH}^{\text{B}21} - \text{AH}^{\text{B}24}$

Os agentes avaliam as funções de utilidade consoante limites cognitivos.

**AH<sup>B</sup>33:**  $\neg \text{AH}^{\text{B}18}$

**AH<sup>B</sup>34:** Os agentes são aversos à ambiguidade.

No entanto, o cerne deste debate tende muitas vezes para a questão da individualidade, dado que existe um pressuposto assumido em tudo isto: os indivíduos calculam as suas funções de utilidade individualmente, o prazer e a dor são o prazer e dor apenas seus, independentes de quaisquer laços sociais, e os indivíduos existem presumivelmente isolados. Esta forma de individualismo extrema leva a que se presuma que os indivíduos agem, não só em função da utilidade esperada das coisas, mas que essa utilidade é apenas a utilidade que lhes diz respeito a si – mas na prática, nada parece haver que proíba que os indivíduos avaliem a utilidade de grupos de indivíduos, postulando um mecanismo algedónico hipotético para o grupo que eles próprios projectam, ou que obtenham utilidade desse mesmo mecanismo. Por essa razão importa determinar claramente este facto:

**AH<sup>B</sup>35:** As entidades em função das quais os agentes avaliam a utilidade não são necessariamente restritas a eles mesmos.

**AH<sup>B</sup>35-E1:** Naturalmente, o seu julgamento de utilidade não terá de corresponder com aquele que a entidade faria para si; no caso de entidades colectivas, de igual forma, este julgamento não tem de se mapear com o consenso de grupo.

É, no entanto, indubitável que a acção utilitária tenha um vínculo a um julgamento individual. O raciocínio não segue uma forma de imperativo, mas antes uma avaliação feita no contexto; contudo, presumindo as heurísticas anteriores, e o automatismo, faria sentido que existissem elementos que condicionassem a acção que o indivíduo incorporasse e que lhe guiassem a acção, servindo de *placeholders* de um julgamento utilitário puro. Não entrando em profundidade nas interdependências deste tipo de estrutura simplificadora – ao qual chamaremos um **papel** – convirá explorar as suas implicações.

### 3.2.3 Princípio de Acção Narrativa-Contextual

Se as intenções são, na sua essência, crenças baseadas em significações, então é necessário que as acções que estão na sua base tenham significado também – na linha de Blumer (1969), afirmando o nosso PF1, os agentes constituiriam esse significado entre si, através da interacção baseada em símbolos. Mas mais ainda, essa mediação semiótica insere-se em determinados *padrões de acção*: sequências que decorrem de acções, de tal forma que a partir de uma primeira acção, outras se sucedem. Quando a regularização dos contextos e formas decorre como uma acção são muito bem compreendidos e entendidos como tais, temos um caso de um *guião* para a acção, que prescreve como, quando e de que maneira uma acção deve ser realizada; e quando um agente segue um guião, temos um *papel*, ou seja, um conjunto de significações, categorizações e acções que o agente produz **em relação** com aquilo que espera ser o seu dever executar<sup>9</sup>. Mais precisamente, o papel é algo que o indivíduo constitui na presunção de existência de uma expectativa para que ele aja de tal maneira, e crendo que ao agir de forma diferente existem custos ou alterações que podem afectar uma das funções que este considera importantes – a sua auto-estima, a consistência das suas crenças, etc.

A noção de papel traça a sua génese ao trabalho de Erving Goffman (1959, 1974), de quem antes falámos; na visão deste autor, junto com o interaccionismo simbólico, o indivíduo (ego) constitui uma entidade separada do indivíduo *como indivíduo social*

---

<sup>9</sup> Nos termos de Siegfried Nadel (1957), um papel é um conjunto de atributos específicos que demarcam propriedades do indivíduo (cf. 3.3), e que prescrevem um modo de acção.

(self), e é este *self* que é projectado, e que se adequa aos contextos em que se insere. Na sua visão, o indivíduo constitui uma espécie de narrativa na qual está, e adopta o papel que mais se adequa àquilo para o qual tem predisposição a fazer; adoptando esse papel, o indivíduo consegue estipular que acções deve executar em função de determinados contextos. A génese desses papéis, como as funções de utilidade, pode ser social, psicológica, ou até biológica, sendo necessário destringir as suas origens para compreendermos de que forma os podemos afectar. *Por questões de simplicidade* podemos, no entanto, falar deles como apenas construídos socialmente:

**AC19:** A situação em que uma acção ocorre é um contexto; a forma como a acção decorre é uma orientação; quando situações e orientações se repetem estrategicamente, cria-se uma *narrativa*, uma estrutura formal que engloba elementos presumidos num modelo formal.

**AH<sup>B</sup>36:** Os papéis sociais têm uma base de construção social, aprendida através de educação e contacto com outros indivíduos.

Naturalmente, a execução de um papel implica por essa razão que o indivíduo se insira dentro da narrativa que o tem como “personagem” nesse papel, e que incite outros a assumirem personagens correspondentes. Mais ainda, parece inevitável que os papéis, apesar de “sociais” tenham um modelo interno nos agentes, e por essa razão, a execução de um papel possa levar à sua reprodução, de forma imperfeita, noutros agentes: o indivíduo observa uma acção A noutro indivíduo como resposta à acção-estímulo X, e quando se depara com a acção-estímulo X, vai ponderar executar a acção A. Por outras palavras, o indivíduo significa, ou categoriza, a acção A com a sequência eventual X.

**AH<sup>B</sup>37:** Os indivíduos formulam uma narrativa para o contexto em que se encontram na qual eles são a personagem que “veste” o papel, e esperam que os outros indivíduos assumam papéis complementares.

**AH<sup>B</sup>38:** O contacto com uma acção num dado papel leva um indivíduo a significar ou categorizar a acção A com uma sequência eventual X na qual este viu a acção A a surgir como resposta; a sequência, por seu turno, pode ser significada noutro contexto, ligando a acção a esse outro contexto.

O princípio de acção narratológico propõe-se, deste modo, a explicar os desejos e ambições dos indivíduos como construídos socialmente, mais do que estritamente biológicos, naturais ou fundamentais, e como tendo uma contingência derivada da forma de repetição e habituação que orienta a semiótica. A generalização de tal princípio de acção a todas as acções teria, naturalmente, a consequência de que a sociedade funcionaria de forma mecânica, e a deliberação individual praticamente desapareceria; no entanto, é possível relativizar isto notando que os papéis que os indivíduos assumem são virtualmente infinitos, e que, por essa razão, quebrar um papel é apenas construir um novo papel, mesmo que apenas por negação – ou seja, é possível os indivíduos terem deliberação e agência e, ainda assim, aceitarem papéis, exercendo essa agência em graus diferentes, consoante os contextos. Dessa forma, podemos presumir uma forma de conjugação deste princípio de acção com o anterior:

**AH<sup>N</sup>39:** Os indivíduos agem sempre em função dos papéis em que estão inseridos.

**AH<sup>B</sup>40:** Os indivíduos agem em função dos papéis em que estão inseridos sempre que isso não vá demasiado contra a sua função de utilidade individual.

### 3.2.4 A Acção Influyente e o Poder

Tendo explorado estes dois princípios de acção, concluímos de certa forma a descrição do que a acção é; mas tal não esgota aquilo que são as possíveis acções, ou os efeitos que essas acções têm. Não querendo, de forma alguma, esgotar tal discussão, parece-nos imperativo olhar para uma noção que parece fazer sentido ligar à acção, e ao seu exercício.

A questão de **poder** tem uma longa e tortuosa história que não podemos aqui recontar; é, no entanto, de notar que em geral a ideia de poder tende a implicar a capacidade de executar determinadas acções de forma a comandar outros indivíduos – a ideia de que o poder é mando e obediência (Weber, 1991). Mas olhando aos princípios de acção que discutimos, isto implica mais ainda a capacidade de definição das condicionantes de acção – em termos gerais, tal poderia afirmar-se para a acção narrativa (poder definir as significações inerentes aos papéis sociais, e a atribuição de papéis a indivíduos), e acção utilitária (poder definir as estruturas de prazer e dor do indivíduo). As formas que o poder assume são, de forma alguma, limitadas, e não nos



parece adequado querer defini-las: em última análise, qualquer acção seria um exercício de poder, ao alterar a acção narrativa dos outros, como nas descrições foucauldianas de micro-poder (Foucault, 2004). Tendencialmente, reserva-se a definição de poder para casos nos quais, no entanto, as alterações são bruscas e intensas – mesmo que tais termos sejam indefinidos.

**AH<sup>B</sup>41:** A capacidade intencional de afectar a forma estrutural dos princípios de acção – as estruturas de prazer e dor e a constituição dos papéis, e os códigos simbólicos e regras de inferência/argumentação – constitui a forma estrutural do poder.

Em cada estrutura as formas de executar poder são diferentes, tendo em conta as diferentes relações presentes nessa estrutura (i.e na economia, roubar é uma forma de poder mais característica do que escrever um artigo a valorizar um elemento). Dada a sua ligação com a noção de Bourdieu de capitais e campos, e repegando na discussão da habituação, podemos, neste ponto, ensaiar uma redução das ideias teóricas do autor ao nosso formalismo. O campo de Bourdieu, marcado por inúmeras forças, torna-se em grande medida uma categoria socialmente discutida junto com um complexo de acções (o que chamaremos em baixo de **sistema**) na qual ocorrem as significações de objectos e significações de acção com um determinado conteúdo, e que é afectado por certas acções; o capital, por outro lado poderemos descrever com um pouco de mais detalhe de forma esquemática:

**AXH3:** Conceitos básicos de poder e capital bourdeusiano (Bourdieu, 1984a, 1986, 1990; Bourdieu & Wacquant, 1992; Catt, 2006)

**AXH3H1:** O campo de Bourdieu é aproximável a um sistema.

**AXH3H2:** O capital de Bourdieu reflecte um conjunto de elementos, guiados por uma moeda virtual, ou, mais concretamente, uma função que faz corresponder a cada elemento possuído num sistema (bens numa relação de propriedade no sistema económico; informações numa relação de conhecimento no sistema cultural<sup>10</sup>) um valor, tal que esse valor seja proporcional ao posicionamento do objecto no sistema de onde vem. Essa função é individual, e é generalizada para grupos de indivíduos (através de uma

---

<sup>10</sup> Estes termos são desde já aqui introduzidos, ainda que só sejam explicados mais à frente, por uma questão de simplicidade analítica.

representação interna de uma estrutura social) de tal forma que denota algo que os indivíduos interiorizam como “social”.

**AXH3H3:** O capital é interconvertível: pode transformar-se objectos em relação de propriedade com alta valorização económica em informação com alta significação cultural, ou informação com alta significação cultural em relações sociais com alta valorização social.

**AXH3H4:**  $\vdash AC8$

O *habitus* de Bourdieu é composto da conjunção de semiose automática e comportamento automático.

**AXH3H5:**  $\vdash PF1 \wedge AH^B41$

O capital possuído por um indivíduo permite-lhe executar determinadas acções dentro do campo respectivo e noutros campos – o capital é, nesse sentido, em algumas instâncias, uma forma de poder porque quando é mobilizado condiciona as estruturas dos outros indivíduos, levando a que determinadas respostas ocorram. Não é inteiramente poder, dado que nem todas as acções nas quais o capital é mobilizado envolvem uma alteração activa das estruturas de acção.

### 3.2.5 A Comunicação como Acção

Está implícita em toda a nossa discussão que nos interessam fundamentalmente aqueles aspectos da significação que condicionam a acção; como Ramsey (1931), notamos que não existindo consequência derivada de uma acção, não parece fazer sentido que essa acção seja relevante para um sistema. Em casos de significações como as que temos vindo a discutir, uma das acções que mais claramente afecta o sistema será a comunicação – e, por essa razão, convirá dar alguma estrutura geral a esta.

Pegando numa definição primária e central, derivada de Shannon e Weaver (1963), podemos presumir a existência de: 1) uma fonte de informação, 2) um transmissor que codifica a mensagem em sinais, 3) um canal onde os sinais se veiculam, 4) um receptor, que descodifica a mensagem – algo que partiu da necessidade de quantificar a informação (sendo a entropia, nesse sentido, uma medida do número de bits necessários em média para passar uma mensagem por um canal *noisy*, presumindo que sabemos o processo que gera a informação – e, intuitivamente, quando o processo pode

gerar aleatoriamente dois resultados, isso será mais pequeno do que quando pode gerar aleatoriamente 40, ou quando produz um dos dois resultados com total certeza).

**AH<sup>N</sup>42:** A comunicação ocorre com uma fonte, um transmissor, um canal e um receptor, de forma análoga a um telefone.

**AH<sup>N</sup>42-E1:** Existe apenas um possível significado de uma mensagem.

**AH<sup>N</sup>42-E2:** A relação entre emissor e receptor é única (i.e não pode haver mais do que um receptor ou emissor)

No entanto, este modelo tem claros problemas: presume holismo semântico (só existe uma possível interpretação para um possível significado), e uma forma muito restrita de relação entre fonte e receptor. Os modelos de comunicação que podemos supor alternativamente irão relaxar algumas destas pressuposições, mas irão simultaneamente notar os problemas que as sucessivas formas de comunicação podem ter, especialmente quando notamos que a comunicação irá em geral acontecer dentro de contextos grupais: teorias como a codificação e decodificação, classicamente exposta por Hall, focam-se especificamente em mapear determinados sistemas de significado junto dos interpretantes, e determinadas intenções junto dos comunicadores, algo que em si tem vindo a ser um âmbito de investigação desde há vários anos (S. Hall, 1973; McLuhan & Fiore, 1967); para além disto, hipóteses teóricas como as de falso consenso (Ross, Greene, & House, 1977), espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1984), as teorias de convergência simbólica (Bormann, Craan, & Shields, 1994), e de actos de fala (Gvoždiak, 2012). Podemos dividir estas formulações em termos das seguintes questões:

- Direccionalidade: Qual a origem e quais os destinatários da comunicação;
- Coordenação e Gestão: como é que as significações individuais são adaptadas para maximizar a eficácia da comunicação;
- Objectivo da comunicação: Qual o objectivo que se pretende com a comunicação – e se este objectivo é na sua génese intencional ou não

**AXH4:** As várias hipóteses combinativas que se formam ao combinar possíveis direccionalidades, estratégias de coordenação e gestão de significado e objectivos de comunicação

AXH4 pode ainda ser enriquecido se passarmos para um domínio normativo, introduzindo determinados princípios axiológicos:

**Pax3:** A informação que os indivíduos possuem deve ser o mais próxima possível do estado do mundo.

**AH<sup>B</sup>43:** A comunicação ocorre de maneira disseminada, sem particular direccionalidade, sendo que as mensagens dentro de uma rede são abertas para que qualquer indivíduo as interprete tentando inferir um possível originário, significando-o, e construindo o acto de comunicação com uma determinada intenção.

**AH<sup>B</sup>44:** Os agentes tentam interpretar as comunicações de acordo com as intenções de locução – aplicam *caridade comunicativa*.

Com estes dois modelos de comunicação – que confirmamos serem incrivelmente restritivos – estaremos em condições de tentar compreender os processos de estruturação – especialmente porque percebemos que, sendo a comunicação uma acção, esta obedecerá à estrutura da acção que estipulámos. Uma questão que poderá valer a pena postular é: por que sentem os indivíduos necessidade de comunicar as suas significações? A resposta é algo que encontramos de forma pronta na literatura sobre semiótica (Peirce, 1958), psicologia social e cognitiva (Cohen & Lefebvre, 2005), etc – e, por essa razão, o assumimos como o segundo dos nossos princípios formais, notando as suas limitações:

**PF2:** Os indivíduos são levados a comunicar as suas significações – a externalizar as suas percepções para outros indivíduos.

**PF2-E1:** Os indivíduos são motivados por uma busca de validação e conforto cognitivo, necessidade de discussão e socialidade, entre outras possíveis justificações para ser-lhes imperativo comunicar

### 3.2.6 A Racionalidade das Acções

Em tudo o que até aqui dissemos permanecemos agnósticos quanto ao que consideramos ser “racional” para os agentes, ainda que teorias como a da “acção racional” pressuponham racionalidade como o seguimento de um conjunto de axiomas; e teorias como as de DeFinetti assumem a racionalidade como no mínimo a prossecução dos axiomas da probabilidade, sob peso de um indivíduo ser ludibriado

(Finetti, 1974). Em todo o caso, estamos claramente a pressupor uma série de coisas, e também a simplificar as situações: se um agente estabelecer as suas preferências de forma não-transitiva, presumimos que na maior parte dos casos este será inconsistente, no entanto, parece-nos pouco difícil que tal se manifeste, mesmo que seja útil aos indivíduos que estes tenham julgamentos intransitivos.

Ainda que nos queiramos manter agnósticos, como Habermas (1984) nota, o julgamento normativo parece invadir totalmente a nossa análise, de forma inescapável. Quando dizemos que um indivíduo afirma “A Mona Lisa é um mau quadro”, intuitivamente procuramos saber quais as razões que estão na base disso – e em seguida tendemos a afirmar que certas razões são boas e outras não. Isso parte do facto várias vezes mencionado da reflexividade da ciência, e a capacidade para contrafactualidade: as coisas são de forma X, mas podiam ser de forma Y, e o nosso conhecimento pode influenciar a que as coisas sejam de uma ou outra forma, de modo que devemos buscar qual a forma que é “racional”. Uma linha de defesa para o cientista social, que Habermas oferece, é, nesse sentido, aplicar uma racionalidade não baseada num código de verdade fundamental, mas contextual, comunicativo, e operacional. Para Habermas, os critérios de validade dessas proposições analíticas são pragmáticos: a honestidade da proposição (o indivíduo acredita no que diz), a verdade objectiva e racional, inferencial, e a justiça normativa do princípio.

A ideia parece ser nesse sentido estabelecer, em cada momento, comparações entre corpos de razões, bem como analisar formalmente as inferências produzidas num corpo de razões. Isto permite que o cientista utilize o seu repositório de regras de inferência, noções do que constitui razão suficiente e justificação, mas seja obrigado a repegar aquilo que há de contextual numa situação, ao máximo das suas capacidades.

**AC20:** A racionalidade das acções de um agente pode ser avaliada pelo investigador através de critérios de validação: a autenticidade das suas locuções ou acções (o indivíduo é intencional na selecção da locução/curso de acção), e a verdade destas (o indivíduo tem uma estrutura justificativa – quer argumentativa, quer predicativa, quer qualificativa quer emotiva – que baseia a sua locução/curso de acção). Na avaliação da verdade, um corpo de razões deve ser analisado:

**a)** quanto à sua validade formal, utilizando lógica para estabelecer inferências (em valores de verdade difusos – como em conceitos de “adequabilidade” ou “prazer” da linguagem natural – deve usar-se métodos de inferência difusa);

**b)** Analisado no contexto em que decorreu a tomada de decisões – qual o corpo geral de justificações que emerge no contexto e contra o qual podemos comparar as suas afirmações;

**c)** (*No caso das acções*) A eficácia pragmática da acção/locução no objectivo que teve;

E contrastado com um modelo aproximado (comparar a qualidade de chegada à inferência da locução/acção, ponderada pelo contexto dos agentes, as suas propriedades, e pelos estados em que este se encontra, em termos de utilização de heurísticas, carga mental, etc, bem como o que ele tinha em mente para esse objectivo). A decisão racional dos agentes é aquela que encontra o menor conjunto de justificações que minimiza a crítica (princípio de crítica), e que maximiza a eficácia (no caso das acções), dentro das restrições do contexto.

**AC20-E1:** Uma acção pode ser racional dentro de uma estrutura justificativa e não dentro de outra. A racionalidade é necessária, mas não suficiente para definir uma decisão como óptima ou, sequer, positiva.

**AC20-E1:** Para declarar uma decisão como óptima é necessário introduzir princípios axiológicos que a validem ou invalidem.

Por exemplo, se um indivíduo disser “A Mona Lisa é um mau quadro”, as suas razões são avaliadas quanto ao que ele consegue qualificar, predicar ou argumentar no quadro; o seu contexto determina que ele, por exemplo, estivesse sob grande pressão para tomar uma posição, tivesse a propriedade de pertencer a um grupo que desgosta de arte Renascentista, se tivesse ancorado à posição de que era um quadro mau originalmente. O nosso modelo será: a) agarrar na proposição e comparar o corpo de razões do agente contra as razões na base de proposições semelhantes e contrárias, atribuindo-lhe um grau de qualidade quanto à capacidade de inferência e *soundness* do sistema; b) avaliar qual a afectação causada, em geral, pelas restrições de contexto e propriedades do agente, que pode ou não justificar a sua acção. Se ele, no processo em seguida, pegasse fogo a um caixote do lixo como parte de uma intenção de destruir a

Mona Lisa, poderíamos atestar a ineficácia dessa acção, para além da sua injustificação e insuficiência de explicação pelo contexto.

Por todas estas razões, a racionalidade de uma acção é vista **não como parte de uma acção de um agente**, mas como parte do trabalho de avaliação do analista.

### 3.3. Propriedades e Relações

De forma breve, podemos constatar que as duas anteriores secções nos deixam com um conjunto de agentes num sentido já bastante desenvolvidos: estes possuem categorizações, dado terem mentes autónomas, essas categorizações são produzidas em grande medida por relação com protótipos e com expectativas de outros indivíduos, e os indivíduos são capazes de acções concretas, motivadas pelo seu interesse e pela adesão ao que consideram ser um papel. No entanto, a partir disto não podemos concretamente distinguir entre agentes – não existe nada que nos diga o que faz com que estes seres tenham qualquer tipo de atitude diferenciada. A noção de **propriedade agêntica**, a que fazemos referência em Almeida (2018), cumpre precisamente esta função – define um determinado facto que pode ser constatado acerca do agente. A idade, o género, a cor dos olhos, ou o professo gosto por um clube de futebol, podem ser propriedades deste género – no caso deste último, o facto de ser professo é importante, dado que, assumindo pragmatismo, uma tal preferência, quando não é expressa de forma nenhuma, não tem qualquer influência (Peirce, 1958).

Rapidamente se pode levantar a questão: mas pode realmente dizer-se que algo como um gosto é uma propriedade do indivíduo? Por essa lógica, podemos dizer que a classe social a que pertence é uma propriedade, tal como é tratada implicitamente em tanta sociologia de estratificação, e isso parece trivializar a própria ideia de propriedade. No entanto, existe um ponto aqui, primeiro articulado por Harrison White (1963), e continuamente renovado por vários pensadores da dita “abordagem relacional” (Crossley, 2015): as propriedades *são relacionais*, ou seja, relativas a um conjunto de indivíduos, e o que elas remetem são, em si, categorias como as que temos vindo a discutir. As categorias só existem de forma comunicativa porque são partilhadas por vários indivíduos (é necessário existir consenso naquilo que denominamos), e quando

colectivamente definimos que um indivíduo tem olhos azuis, implicitamente estamos a dizer simultaneamente que:

- a) O indivíduo tem a propriedade individual que denominamos por “olhos azuis”; e que
- b) Essa propriedade constitui uma instância de uma relação com a categoria “olhos azuis”, e que o indivíduo instancia essa relação junto com x outros indivíduos.

É esta a forma pela qual podemos dizer de forma basilar, que uma relação, com quais elementos como parte dessa relação, é uma generalização de uma propriedade – e, simetricamente, que uma propriedade instancia uma relação:

**AC21:** Uma propriedade agêntica é uma instância de uma relação que estabelece com a categoria respectiva; uma relação é uma generalização de uma propriedade.

Mais ainda, uma relação pode também ser a generalização de uma acção, através de um mecanismo de causa-efeito, co-ocorrência, ou qualquer outro dos mecanismos de explicação que definamos. Se dissermos que sempre que comemos uma sandes uma barata aparece, podemos dizer que existe uma relação entre as baratas e as sandes, ainda que não consigamos especificar o mecanismo.

**AC22:** Uma acção é uma instância de uma relação que estabelece com a estrutura eventiva (sucessão de eventos); uma relação é uma generalização de números de acções.

Na sociologia relacional, a forma como as relações surgem tem uma determinada orientação que parece justificar a sua autonomização das relações, e a sucessiva aposição de relações e atributos: estruturas como as de amizade, parentesco, e mesmo as formadas por trocas e aquisições, parecem desafiar a ideia de propriedade, ou “atributo”, tomado classicamente, focando-se no que seria outro tipo de questões (Wasserman & Faust, 1994). No entanto, mantemos que estas são uma e a mesma coisa. Uma objecção pode perguntar-nos: Pode realmente dizer-se que um filho tem a propriedade de ser filho de uma mãe? A nossa resposta, será que sim; apesar de soar deselegante, que uma relação humana seja redutível a uma propriedade, mesmo que duradoura (ser filho), isto permite-nos tratar as propriedades como o efeito de acções, e as relações como a generalização de propriedades, que geram progressivamente agentes mais complexos. Mais ainda, podemos, na linha de Nadel, falar de papéis sociais (e não só sociais) como estruturas compostas de múltiplas relações entre partes (Nadel, 1957; Wasserman & Faust, 1994, p. 427), fundando ainda mais a noção de papel.



Um ponto importante acerca das relações é que, tal como as acções, elas são agregáveis em termos de especificidade e abrangência, taxonomicamente. Uma relação que, expressa na forma de uma proposição, possua um sujeito e um predicado saturado (tanto o sujeito como todos os objectos são definidos) é chamada de uma propriedade; quando existem variáveis, chama-se uma relação, e quando o “verbo” que flanqueia o sujeito e o objecto varia, temos diferentes tipos de relações. Linguisticamente, podemos encontrar que as relações estabelecíveis obedecem a lógicas semânticas: ser filho é mais específico do que ser parente de, que é mais específico do que “ter uma conexão com”, apesar de todos serem relações. Uma relação pode aceitar mais do que um objecto, em casos específicos, ainda que para a maior parte dos casos práticos isto será redutível a relações binárias.

**AC23:** As relações variam quanto ao domínio de aplicação (sujeito), objecto de definição (complemento directo, indirecto ou oblíquo), e estrutura de relação (verbo); a estrutura de relação pode ser mais ou menos específica e obedece a uma taxonomia semântica.

Os modelos abertos pela adopção de relações na sociologia são muito grandes, nomeadamente em termos de análise de redes sociais: utilizando aquilo que Wasserman (1994) chama de “álgebras relacionais”. Iremos voltar a isto na segunda parte, mostrando algumas potenciais convergências entre a análise de redes sociais e as metodologias mais clássicas na sociologia. Algumas convenções úteis presentes na literatura podem afirmar-se:

**AC24:** Os indivíduos podem estar em relação com outros indivíduos, objectos, estruturas ou com outras relações.

**AC25:** Uma estrutura emerge de relações entre diversos elementos, nomeadamente, de relações entre indivíduos, acções e objectos.

**AC26:** Uma rede é um conjunto de relações indexadas a um conjunto de agentes.

**AC26-E1:** Uma rede pode ser modelizada utilizando teoria de grafos.

**AC26-E2:** A forma geral de uma rede perfeitamente conectada unidireccional é:

$$\forall x \forall y \in G; \forall x \forall y (xRy \wedge yRx)$$

**AC26-E2-E1:** A substituição do quantificador universal por percentagens de conexão dá a forma geral de uma rede aleatória, equivalente a um grafo de Erdos-Renyi (Erdős & Rényi, 1959) com os mesmos valores iniciais.

### 3.4. Elementos Grupais

Aqui chegados, temos uma compreensão de agentes que pode ser bastante robusta: apercebemo-nos das múltiplas implicações que se interlaçam entre a percepção, a atenção, a memória, a deliberação, a significação e a acção nas suas várias formas e estruturas. Esta noção de agente é equipada com três princípios de acção – utilidade, com uma teoria de prazer e dor, dramatividade, com uma estrutura e constituição de papéis sociais, e comunicatividade, ainda que seja necessário compreender como é que tal princípio explica o comportamento dos indivíduos. Notamos também que se formam determinadas relações entre agentes, quer como iterações de propriedades entre conjuntos de agentes, quer como iterações de acções em estruturas eventivas, e que quando tais relações acontecem entre vários elementos de forma conectiva temos rede. Mas como e porque se formam tais redes? E como coexistem vários tipos de relações?

Estas questões envolvem essencialmente uma teoria da socialização e do envolvimento social, obrigando a que tomemos uma definição de como consideramos que tais estruturas como grupos se formam – e, daí, como podemos generalizar estas para estruturas mais complexas e “institucionalizadas”. Partiremos sem grandes problemas de PF2, assumindo que num dado momento em que dois indivíduos se situam no mesmo contexto tenderão a tentar comunicar uma significação.

Uma nota importante prende-se com o facto de aqui (de uma forma muito mais intensa do que nas secções anteriores) encontrarmos um conjunto de investigações, as quais aparecem com uma sensibilidade bastante elevada a intersecções sociais. Quando dizemos que os indivíduos buscam a aceitação de um grupo, convirá notar que esta aceitação se intersecta com a posição social do indivíduo em termos do seu género, da sua classe, da sua cor de pele, etc. A génese destas desigualdades está para além do âmbito desta tese, apesar de nos parecer possível que, a partir da forma como falaremos para grupos culturais, se possa englobar o funcionamento destes sistemas; o que nos interessa é notar que os estudos que baseiam estas perspectivas têm, em muitos casos, populações relativamente homogéneas, e por isso podem ser sensíveis a tais desigualdades em termos de interacção social. Não iremos tentar colmatar essa questão por questões de brevidade, mas cremos que é nosso dever impelir precisamente a que essas intersecções sociais compliquem estes mecanismos sempre que possível.

### 3.4.1 Formação de Grupos

A primeira questão, e mais fundamental em grande medida, tem por isto a ver com o que constitui um grupo. Um ponto ilustrativo será distingui-los de meros *agregados* – uma colecção de indivíduos que não partilha relações, como tal não assume papéis, e não constitui significações conjuntas. Mas o que distingue um agregado de um grupo?

Podemos imaginar que quando 20 pessoas esperam um autocarro em silêncio, elas são apenas um agregado; mas quando elas comunicam – quer seja para falar do tempo, ou para se queixarem do estado do autocarro, essa acção, que deriva de PF2 (a necessidade de comunicar significações), tem efeito sobre os outros agentes. Se dois agentes num grupo de 20 concordarem que o autocarro está muito atrasado, essa significação partilhada torna-se numa relação que os une (a propriedade determinada pela significação comunicada, vinculando-os de uma forma muito fraca).

No entanto, dizermos que dois indivíduos têm uma relação será o mesmo que dizer que existem grupos? Nem sempre isso poderá ser verdade. A questão crucial parece ser a existência de *entitividade*: a capacidade dos seres humanos de conceberem um grupo (uma relação entre dois ou mais agentes) como uma entidade concreta, e ao qual se vincula uma teoria implícita dos grupos com os quais nos deparamos (Lickel, Hamilton, & Sherman, 2001). Na visão de autores como Lickel *et.al*, a existência de uma tal teoria justifica que se possa falar de grupos em tais instâncias tão diferentes como famílias, grupos de interesse, categorias sociais ou grupos de trabalho; em todas as instâncias parece existir a concepção de uma forma de união que se baseia em objectivos semelhantes, interacções, importância do grupo, etc – e estes autores notam que diferentes tipos de grupos possuam graus de entitividade diferentes, que se prendem com a pressão que o grupo impõe aos indivíduos. De certa forma, isto consiste em aplicar a máxima de Thomas, definindo o grupo como algo que os indivíduos tomam como existindo, notando que os indivíduos significam a relação que têm com os indivíduos, e nesse sentido atribuem existência ao grupo. Somando estas ideias chegamos a:

**AC27:** Um grupo é uma entidade derivada da comunicação de indivíduos, que presume, para além de significações dentro da mesma categoria e objectos, também uma significação do grupo como tal – a percepção de *entitividade* do grupo.

**AC28:** Os agentes predicam a entitividade dos grupos baseados numa teoria implícita na qual mobilizam objectivos partilhados, tamanho dos grupos, interacções entre membros, estruturas hierárquicas, entre outras propriedades.

Dizer isto, no entanto, não é muito substancial, dado que não explica de que forma é que grupos surgem com maior ou menor entitividade, nem de que maneira é que as propriedades que unem os grupos evoluem para um ou outro caminho. A generalidade da sua afirmação significa que podemos presumir os grupos como emergentes de qualquer tipo de interacções derivadas, e tal não nos permite distinguir entre vários tipos de grupos. Podemos providenciar uma descrição dessa forma mais fina:

**AH<sup>B</sup>45:** Grupos cujas propriedades partilhadas sejam universais (ser um ser humano) chamam-se **universais**; grupos cujas propriedades partilhadas sejam teoricamente irrestritas (i.e todos os indivíduos as poderiam ter, apesar de praticamente tal nunca acontecer) chamam-se **abertos**; grupos cujas propriedades sejam restritas a determinados indivíduos (ter nascido num território, ter uma língua materna, ter uma determinada sequência histórica na vida, ter estado envolvido num dado evento, etc) chamam-se **fechados**.

Como notaremos mais à frente, grupos fechados têm uma relação especial com a separação face a outros indivíduos por uma razão que deriva de supra: quando os indivíduos estão posicionados num dado contexto espaço-temporal, a sua probabilidade de interacção com outros agentes é vastamente superior em relação aos que estão mais perto – agentes mais perto interagem uns com os outros.

**AH<sup>B</sup>46:** Os grupos emergem de proximidade, devido ao potencial de interacção que existe entre agentes

**AH<sup>B</sup>46-Ca1:** Quando a distância não permite a grupos interagirem com outros grupos, a probabilidade de estes se tornarem grupos fechados ao longo do tempo aumenta.

Uma particularidade formal dos grupos tem que ver com a sua generalidade e topologia – para repegarmos a definição de teoria de grafos – nomeadamente, se a distribuição de nós no grupo é aleatória, segue uma lei de poder ou de ligação preferencial, se tem determinadas propriedades de pequenos mundos, etc. Estas questões são bem discutidas por Wasserman, traçando as formas como podemos

pensar e analisar grupos, desde relações diádicas até estruturas dinâmicas complexas. Para os nossos propósitos basta constituir três hipóteses, que não são mutuamente exclusivas:

**AH<sup>B</sup>47:** Um grupo formalizado em rede social é chamado de “aleatório” quando este for estatisticamente próximo a uma rede aleatória de Erdos-Renyi

**AH<sup>B</sup>48:** Um grupo formalizado em rede social é dito ter “ligação preferencial” quando o grau dos nós seguir uma distribuição de escala livre, levando à existência de pequenos números de nós com um grau muito elevado;

**AH<sup>B</sup>49:** Um grupo formalizado em rede social é dito de “pequenos mundos” quando o coeficiente de *clustering* for relativamente elevado e o *average path length* do grafo for relativamente baixo (Watts & Strogatz, 1998)

#### 3.4.2 Identidade e Grupos

Uma concepção a que podemos remeter para perceber melhor a formação dos grupos é a teoria de identidade social e da auto-categorização social, desenvolvida por Henri Tajfel e John Turner (Tajfel, 1981; Turner, 1985; Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987) nos anos 1970. A sua ideia central dá-se em torno de três eixos: o paradigma dos grupos mínimos, que determina que, numa circunstância no qual os indivíduos são divididos segundo um critério relativamente arbitrário, continua a existir uma tendência para favorecer indivíduos percebidos como o *in-group*; a noção de um “self” diferenciado que se constrói dialecticamente como esses grupos, e que é reforçado e continuamente definido por referência ao exterior, de forma análoga ao descrito pelo interaccionismo simbólico; e a ideia de mecanismos de acentuação das diferenças, formação de categorias interpretativas (grupos) e processos que determinam que a capacidade de categorização é contingente da presença de estímulos comparados a outros (*adequação comparativa*) e estímulos normativos, ou seja, predisposição do observador (*adequação normativa*).

A teoria de auto-categorização liga-se muito naturalmente com a discussão que traçámos acerca do processo de categorização, em particular com a noção de prototipicidade ( **AC2**), remetendo-nos para a ideia prototípica de um indivíduo que é construída à volta de um conjunto de encontros, tal que as acções, comunicações e

propriedades dos indivíduos, sirvam como critérios de inclusão ou exclusão face a esses grupos. As duas teorias – de identidade social e auto-categorização – coexistem de forma bastante coesa, e avançam ainda mais alguns postulados acerca da forma como os grupos evoluem, ao presumir que aquilo que primariamente orientara um grupo – a(s) sua(s) propriedade(s) partilhada(s) – tende a evoluir e diferenciar-se, ancorando-se nos critérios mais estáveis (como a pertença territorial, ou as linhagens familiares), e variando outros critérios (como as tendências de categorização do *outgroup* e dos elementos pertencentes). A ideia de grupo tajfeliano que mencionamos em Almeida, 2018, tem que ver com isto.

Explicitando:

#### **AXH5: Teoria de Identidade Social e Auto-Categorização**

**AXH5H1 (Paradigma de Grupos Mínimos):** Quando os indivíduos são divididos em grupos baseado numa propriedade relativamente arbitrária e mínima, tendem a expressar mais preferência pelos elementos do seu grupo que partilham essa propriedade do que de outros que não a possuem

**AXH5H2:** Os indivíduos derivam a sua identidade da pertença que têm de um grupo: ser parte de um grupo é uma relação na qual ancoram (alguma parte) d)a sua identidade.

**AXH5H2-E1:** Ataques à identidade de grupo podem ser interpretados como ataques à integridade personalítica dos indivíduos.

**AXH5H2-E2:** Os indivíduos derivam sentido do seu *ingroup* na forma de expectativas e preferências acerca de determinados elementos.

**AXH5H3:** Os indivíduos tendem a categorizar em função de estruturas de estímulos comparativas. O indivíduo irá categorizar outro indivíduo, ou outro elemento, como pertencente a uma cultura ou não consoante a sua proximidade aos indivíduos presentes cognitivamente – se os indivíduos deixarem de estar presentes cognitivamente a estrutura de *ingroup* e *outgroup* pode ser alterada significativamente.

**AXH5H4:** Os indivíduos categorizam em função de determinadas expectativas que constroem sobre os grupos que definem – por exemplo esperar que os estudantes

de ciência estudem muito, e presumir que se um estudante estudar muito, deve ser de ciências.

**AXH5H5:** Os indivíduos categorizam mais intensamente e mais facilmente consoante tenham experiência de conseguir categorizar indivíduos anteriormente.

**AXH5H6:** Os critérios mobilizados para distinguir *ingroup* e *outgroup* tenderão a excluir determinados indivíduos. Num nível suficientemente geral (i.e uma nacionalidade), um *ingroup* incluirá *outgroups* muito separados, em função desses critérios e da decisão sobre eles feita. As estratégias de mobilização em torno dessas questões incluem *mobilidade individual* (ignorar a importância do grupo e dos seus critérios focando-se em distanciar-se do grupo – afirmação unilateral de AH12a como predicado próprio), *criatividade social* (negar a estrutura de critérios dominante e construir uma estrutura alternativa com um *ingroup* substancialmente), ou competição social (criticar e tentar substituir os critérios dominantes).

De forma sucinta, os grupos surgem de critérios de pertença, e debatem activamente estes critérios em termos de inclusão e exclusão de elementos – as propriedades que pertencem, que incluem propriedades inalienáveis (como a cor de pele ou o sexo), crenças (predicações), significações, etc.

Relembrando-nos daquilo que considerámos acerca da estrutura das relações, podemos notar que estes critérios são, no fundo, especificações de um papel que as relações inter-individuais estabelecem.

**AH<sup>B</sup>50:** Os critérios de exclusão e inclusão num grupo definem propriedades que os indivíduos devem possuir para pertencerem ao grupo.

**AH<sup>B</sup>51:** Os critérios de exclusão e inclusão num grupo prescrevem um papel que os membros devem assumir para pertencerem ao grupo.

Por essa razão, a adequação a acções que se presume serem aprovadas pela maioria do grupo, a sua defesa e a sua mobilização, consistirá, em geral, num conjunto de intenções que facilmente ligamos a um princípio de acção narrativa. Uma primeira propriedade associada a isto mesmo, e que convirá notar, é a chamada “hipótese de auto-estima” – a ideia de que os indivíduos agem de forma a manterem uma concepção

positiva de si mesmos, ~~e que~~ dado que o grupo é construído por si como uma propriedade da sua identidade social, estes irão tentar favorecer o grupo.

Devemos igualmente notar que associado à definição destes critérios, com **AHB41**, que esta definição de critérios é a marca distintiva de poder; se presumirmos um pressuposto operacional de:

**AH<sup>B</sup>52**: Os agentes buscam poder dentro dos grupos para poderem controlar a sua acção e a acção daqueles que os rodeiam.

Assim, podemos presumir que os indivíduos queiram, quando tenham oportunidade, buscar terem mais poder ou, em termos gerais, mais *capital*, junto dos grupos em que se movem. Tal não implica que os indivíduos estejam permanentemente num tal conflito, nem que não existam efeitos alternativos. Um desses, que valerá a pena adiantar, é a ideia de **conformismo**. Traçando a linhagem intelectual às experiências clássicas de Solomon Asch (1940), na qual os indivíduos são expostos a informação propositadamente errada, junto de um grupo no qual os indivíduos parecem acordar numa resposta errada, concluiu-se que uma grande parte dos indivíduos afirmava concordar com o grupo, ainda que experienciassem dúvida e incerteza. Segundo Turner (1985), aquilo que motiva a conformidade é uma busca pela manutenção das acreditações do *ingroup*, e como tal deriva directamente da categorização dos indivíduos como parte de um grupo coerente, não querendo o indivíduo distanciar-se ao dar uma resposta contrária.

**AH<sup>B</sup>53**: Os indivíduos conformam-se com as opiniões do grupo com vista a buscarem aceitação dentro deste.

No fundo, **AHB52** e **AHB53** constataam duas faces da mesma moeda: os indivíduos buscam distinguir-se e aproximar-se da lógica de funcionamento dos grupos estrategicamente, tendo em vista a manutenção da sua identidade social positiva. Como notado por Brewer (1991), e como antes por Tajfel e Turner, a dimensão individual de **AHB52** funciona em particular quando existem conjuntos de grupos sociais acoplados (por exemplo, grupos de estatuto social, com grupos de alto e baixo estatuto estando acoplados), abertos, nos quais os indivíduos buscam alcançar maior estatuto. O balanço entre distintividade e assimilação é, assim, tomado como estrutural, e interessantemente, como notado por Brewer (1991), tal busca por distintividade



optimal é independente de propriedades evaluativas dos grupos – em suma, entre estarem isolados ou estarem assimilados num grupo de baixo estatuto ou com uma moralidade que choca com o indivíduo, ou entre estarem assimilados num grupo de alto estatuto mas incrivelmente repressivo ou serem separados, os indivíduos vão sempre preferir a opção que melhor equilibra as duas buscas (Brewer, 1991; Leonardelli, Pickett, & Brewer, 2010).

**AH<sup>B</sup>54:** Os indivíduos procuram equilibrar a sua pertença (assimilação) aos grupos, conformando-se aos critérios definidos para pertença, e a sua separação (distintividade), indo contra alguns ideais deste domínio.

### 3.4.3 Estruturas Formais e Cultura

Aqui chegados temos elementos suficientes para podermos falar de estruturas formais, e definir de que maneira algo como uma “cultura” pode ser produzido pelos agentes – e de igual forma, como é que isto pode ser distinguido e analisado para ser tratável. A nossa afirmação será, talvez, algo desapontante ao dizer que uma cultura tem uma definição formal dada pelo tipo de acções (comunicação, produção e conhecimento nomeadamente) e estruturas em função das quais se interpreta (categorias designatórias, apresentadas por modalidades), e uma definição aplicável que é inteiramente dependente dos agentes: a cultura é uma coisa que os agentes concebem como tendo uma coesão semiótica.

Para percebermos isto, tomemos a propriedade fundadora de um grupo como um território – indivíduos que têm um território em que habitam em comum. Uma possível forma de categorização que pode surgir, em particular quando um território não está muito próximo de outros, é a sobrevalorização da realidade que os agentes conhecem: aquela torre de igreja, igual a todas as outras, ser vista como particular e especial. Ora, se os indivíduos considerarem que um território tem uma particularidade qualquer, podem isolar tais propriedades dos elementos como um tal código simbólico, dizendo, por sinal, que a igreja do território é bastante “icónica” do território, enquanto que uma árvore não terá a mesma significação<sup>11</sup>. Os agentes formam assim um **código semiótico**

---

<sup>11</sup> Esta descrição presume a categorização em torno de protótipos; poderíamos reformular isto em torno de exemplares de forma elementar.

para associar o elemento à estrutura que vinculam ao território, que se comprime de um conjunto de signos, qualificações, predicações e argumentos, que o agente se diz *conhecer* (uma relação entre um indivíduo e os elementos, nos quais o indivíduo possui uma proposição, uma predicação, ou uma simples memória de um evento que lhe evoca o elemento). Isso implica admitir uma função de pertença a um conjunto na qual a igreja tem maior pertença do que a árvore<sup>12</sup>, e, semioticamente, uma categoria segundo a qual a igreja pode ser interpretada muito mais provavelmente que a árvore, que é acedida através de uma modalidade. O nome que essa categoria tem no caso mais geral é **cultura** – uma lente que faz salientar os elementos com maior proximidade ao código simbólico, dentro de dadas restrições – e que poderá gerar ainda outras categorias conexas: se surgisse outra igreja no contexto, e tendo em conta a funcionalidade das igrejas, a categoria “*património religioso*” enfatizaria esses elementos. Considera-se a **extensão geral** de uma cultura todos os elementos com uma pertença não-nula (restrições à extensão podem exigir níveis mais elevados de pertença).

A forma máxima dessa “cultura” – quando não tem nada que a especifique, é a cultura humana de Tylor, a cultura na qual a estrutura de significação depende daquilo que consideramos mais marcadamente humano, mais, ou menos, “importante”. Ao contrário dessa forma máxima, a descrição que demos em cima fala de um território que serve de delimitação, e de um grupo que opera essa predicação. Isto serve para ilustrar o que chamaremos o **aspecto** da cultura (uma intensão que é aplicada por um agente, para definir um conjunto): uma cultura pode ser **territorial** quando presumimos que aquilo que isola os elementos é um dado território (i.e todos os elementos que pertencem ao território podem ter pertença não nula, e todos os que não terão necessariamente pertença nula), **grupal** quando depende de um determinado grupo que presumimos que a (re)produz continuamente, ou **temporal** quando depende de um conjunto de eventos delimitados. No caso do território, o indivíduo que efectua a significação vai postular o protótipo elemento (ou protótipos elementos) na base do seu corpo de justificações, que tendencialmente será informação prévia sobre aquela categoria (se existente), e vai avaliar em função deste os vários elementos. O mesmo se

---

<sup>12</sup> A avaliação semiótica da relação de significação depende formalmente do número de cadeias semióticas que o agente consegue tomar para chegar à significação da estrutura – quanto mais cadeias existirem, e mais curtas, mais alta a significação.

verifica para os restantes casos. Naturalmente, para além do aspecto, existe uma **cláusula designatória** (em termos gerais, um **nome**), que diz qual o território, grupo ou tempo considerado.

No entanto, rapidamente notaremos que a cultura territorial tendencialmente será diferente da cultura grupal em termos dos **tipos** de elementos que tendencialmente predica (uma restrição ontológica): a cultura territorial tende a significar elementos como objectos, relações-propriedades e propriedades; a cultura grupal, acções, crenças e afirmações (propriedades), agentes e relações-acções; a cultura temporal engloba todos os anteriores. Isto não é uma distinção fixa: é perfeitamente possível ter objectos pertencentes a uma cultura grupal (as ferramentas de tribos nómadas), e acções pertencentes a culturas territoriais (um cumprimento associado a uma tradição local). O facto de falarmos do aspecto ou do tipo da cultura é uma *restrição* – obriga a significação a ocorrer dentro de um contexto mais específico. E o mesmo se fala em termos dos **modos**, ou, analogamente, da **rede semântica** da cultura restrita – que são, operacionalmente, as categorias conexas à categoria que tem o nome da cláusula designatória. Se a categoria original for “Cultura Territorial Lisboaeta Objectual” – já bastante restrita – notaremos, no entanto, que existe uma *história* desses objectos, uma pertença multi-local (o facto da categoria local ser original não implica que a categoria nacional não polua essa associação), existem diferentes *tipos* de objectos, com diferentes formas e interesses, etc. A rede semântica associada à categoria original será, em grande medida, um grafo ponderado, de tal forma que certas categorias terão uma conexão mais forte face à categoria original, o que deve ser tido em conta quando não especificamos o modo; especificá-lo seria dizer “Cultura Territorial Lisboaeta Patrimonial História Nacionalista”. No fim teríamos: 1) uma lista de elementos com 2) uma função de pertença de cada indivíduo para cada objecto em função da query lançada. Se nos interessar, poderíamos, por fim, restringir a **propriedade** da cultura, considerando apenas (ou com mais peso) os indivíduos com uma determinada propriedade – quer, por exemplo, na selecção de uma cultura territorial os indivíduos com uma propriedade relativa face ao território, na cultura grupal a propriedade de pertença ao grupo, a posse de determinados “capitais”, etc.

Naturalmente, em casos concretos quereremos, por questões de simplicidade, controlar uma ou outra categoria, um ou outro tipo de objectos, e nunca todos. É a partir desse racional que nos estudos de sociologia da cultura se fala de “alta” e “baixa” cultura, de cultura popular ou erudita, na antropologia se restringe a cultura à cultura de uma dada população, uma nação, uma comunidade, e por vezes se distingue “arte” e “cultura”. Mas é bom manter em mente esta dupla consequência: a cultura é sempre mais densa semanticamente do que as nossas análises, e sendo pertencente ao domínio da significação, é permanentemente contingente de existirem indivíduos que reforcem as significações. Mais ainda do que a economia – dado que podemos presumir algum inatismo para alguns produtos económicos que daria uma homologia imperfeita entre as funções de utilidade – a cultura depende, assim, de uma cadeia semiótica contínua e dinâmica.

Nesse sentido, a cultura é apenas um código simbólico no qual a operação de categorização fundamental é a pertença e não pertença, e cujas acções gerais são definidas por terem uma base nesta categorização – aquilo que chamamos de ***relações características***.

**PF3:** Uma relação característica é um tipo de acções que decorre dentro de um sistema socio-conceptual que distingue o sistema de outros, em termos de especificidade ou generalidade.

**PF3-E1:** Um sistema socio-conceptual pode ter potencialmente aspecto, quando é necessário restringir uma isolação dos elementos que pertencem à categoria face a outros elementos, tipo, quando os elementos que podem pertencer à categoria são ontologicamente distintos, modo, quando a categoria mobilizada tem categorias análogas numa rede semântica e é necessário especificar, e propriedade, quando os indivíduos que a significam têm de ter uma certa propriedade.

**AH<sup>B</sup>55:** As relações características das culturas são a comunicação, que transmite de uma dada mensagem, e a produção, que opera com a criação de elementos à ordem desses códigos simbólicos.

**AH<sup>B</sup>55-E1:** A produção é a construção de elementos, com uma determinada intenção de que este elemento caia na categoria de um ou mais sistemas sociais.

**AH<sup>B</sup>55-E2:** A comunicação, ao exteriorizar a significação, tem a função de tornar esta inteligível aos outros

**AH<sup>B</sup>56:** A definição de cultura parte da construção pragmática que os indivíduos têm do que é cultura.

A relação de **produção** consiste na manipulação por parte de um indivíduo, máquina, animal, ou outro tipo de agente dotado de capacidade de alterar matéria (independentemente da origem), a qual toma um código simbólico e recombina-o de alguma forma que produza um elemento com uma intenção de pertencer a um ou mais determinados sistemas culturais. O contraste entre intenção simbólica de um acto de produção – aquilo que o autor ambiciona ser a interpretação certa – e a forma como isto acontece, é o cerne dos estudos sobre a mediação, recepção e produção que têm marcado os estudos culturais e subculturais, bem como certas interpretações da estética (DiMaggio, 1977, 1987; Hebdige, 1979; Muggleton & Weinzierl, 2003). Mais ainda, o grau de proximidade entre o elemento e o código semiótico do sistema que ele mobiliza pode não se dar integralmente: como antes falámos de distintividade e assimilação, aqui poderíamos recapitular essas ideias a propósito da “transgressividade”, ou “reprodução”, de uma obra de arte ou objecto cultural, as intenções por detrás dessa acção, e o equilíbrio face ao meio (Bourdieu, 1984b; Guerra, 2013).

As relações características que discutimos podem ser vistas de forma relativamente intuitiva noutros sistemas: na economia, a relação de significação passa a prender-se com a utilidade de um elemento para um agente. Mais ainda, a economia engloba a importante relação de *propriedade*, que engloba todas as sub-relações de troca, aquisição e venda de objectos e/ou proposições transferíveis.

Convirá notar o facto trivial de que nenhuma acção tem necessariamente de ter impacto num único domínio expressivo, algo que poderemos ver na secção sobre sistémica (cf. 4.1.3) – adquirir um quadro pode ser, de certa forma, uma comunicação na qual o indivíduo expressa uma significação daquela cultura.

Surgirão aqui algumas hipóteses de trabalho: notámos que a cultura com um dado nível de aproximação terá uma dada estrutura dada pela significação difusa, ou seja, com determinados elementos sendo mais relevantes que outros. Se assim é, então

aqueles elementos que tiverem mais menções e cujas menções tiverem mais pertinência serão os mais significativos da cultura. Mas isto assume que todos os indivíduos têm a mesma importância; se admitimos aqui a mediação, e a estrutura dos grupos, é precisamente porque cremos que é na dinâmica destas estruturas que se encontra parte da força de restrição de sistemas como a cultura. Isto não é, de todo, novo, repetindo um tema bourdeusiano e foucaultiano: quem é que decide o que é importante, e quem decide o que é legítimo? E veremos que a partir da descrição *supra* é possível chegarmos a um modelo de relação baseado no que chamaremos de **grupos bourdeusianos**, que satisfazem as seguintes premissas:

1. Os indivíduos têm pertenças desiguais baseados em critérios de pertinência e exclusão;
2. Indivíduos com mais pertinência têm mais capacidade de afirmar as suas significações como certas junto do grupo – conseguem *persuadir* mais indivíduos a significar como eles;
3. Os critérios de pertinência e exclusão prendem-se, *em parte*, com a afirmação de significações consideradas pelo grupo, e *em parte* com outros critérios de formação do grupo – se tais outros existirem.

Convirá notar que tal concepção é apenas uma concepção limite, não podendo, de maneira alguma, poder ser afirmada *a priori* – no entanto, desde já mostra-nos o potencial para pensar as peças analíticas que até agora temos como modelos activos de construção de conceptualizações.

## 4. Uma Abordagem sistémica à cultura

Chegados à anterior concepção de cultura, podemos achar que temos um objecto relativamente bem definido, bem como as ferramentas suficientes para o analisar. No entanto, cedo percebemos, como é de resto bem ilustrado pelo número de pressuposições e elementos, que tal análise de forma holística seria, num primeiro momento, intratável, ou impossível de carregar sem uma equipa vasta e extremamente dedicada – e mais ainda, que todas estas concepções apenas nos interessam na forma como fazem emergir determinados fenómenos, nomeadamente, propriedades estruturais que se afiguram como importantes socialmente. Como notámos, a estrutura analítica que se prende com este nível de preocupação, a um nível de emergência superior às anteriores considerações, é a ideia de **sistema**.

A possibilidade de falarmos da cultura sistemicamente vai em linha com o que antes fomos dizendo dos estudos urbanos: presumindo que existe alguma proximidade entre os vários sistemas, nos quais os indivíduos se movem numa cidade, deverá ser possível especificar como é que estes se influenciam uns aos outros, de modo a obtermos uma descrição de alto nível que liga aspectos como a gentrificação, a economia criativa, o turismo cultural ou os estudos de património – todos afirmando, em algum momento, o efeito da valorização económica de elementos face ao valor cultural e social que estes possuem. No caminho para uma integração de várias destas perspectivas no seio dos estudos urbanos, a preocupação com uma sistémica cultural parece-nos um caminho necessário.

Mais ainda, a abertura destas questões sistémicas permite-nos contemplar dois domínios específicos de análise: a espacialização da cultura no território, não só em termos do espaço como estrutura topológica, mas da forma como este é compreendido e projectado pelo indivíduo, como é incorporado (no sentido de partir do corpo), e como a disposição de determinados elementos potenciam e dinamizam determinadas formas de significação; e a dinâmica da cultura, focando-nos em perceber a forma como a significação se transforma ao longo do tempo, partindo de um conjunto de modelos de base, e usando dados históricos para fundar a análise destas transformações.

## 4.1. Sistemas e Intersistematicidade – Descrever o que é o sistema

### 4.1.1 Uma definição de Sistema

A noção de sistema, que em geral é dada intuitivamente, é a de um conjunto de partes mecanicamente interligadas, de tal forma que o resultado da sua interacção é um determinado mecanismo executado dinamicamente (quer com uma direcção explicitada ou não) (Wiener, 1948). Nos capítulos anteriores discutimos um conjunto de conceitos e estruturas pertencentes tanto à cultura, como a outros domínios, defendendo que estes domínios podem partilhar de uma arquitectura comum, contudo, notámos também as suas diferenças analíticas: certamente, algo como um sistema de utilidade não terá a mesma lógica, na forma como tendencialmente é discutido, preocupando-se antes com os bens que são valorizados, as suas transacções, a sua produção e circulação. Outras discussões de sistemas implicam ainda falar-se de sistemas ecológicos nos quais os indivíduos se envolvem, e sistemas grupais que operam a definição de grupo.

O que têm estes sistemas em comum, que nos permita defini-los como tal? E que interesse tem, de resto, tratá-los como tal? A questão traça a sua história até aos trabalhos de Norbert Wiener (1948), com a fundação da teoria cibernética – a ideia de que é possível abstrair o funcionamento mecânico de uma determinada estrutura para compreender a relação que outro tipo de estruturas têm com as suas partes (como seja o sistema político, o económico, ou, no extremo, o cultural), através de mecanismos de comunicação e regulação. As várias hipóteses e convenções que temos lançado até agora têm caminhado no sentido de algo que poderíamos considerar unitário: a estrutura de todos os sistemas opera na base de significação, essa significação é fundada em estruturas socio-cognitivas, a sua comunicação é dada como um axioma e depende de uma circulação de informação, nomeadamente através de grupos.

Na formulação de Wiener, os sistemas são marcados por comunicação de determinadas partes para determinados outros elementos em processos de *feedback* e *feedforward*, que assumem que um determinado elemento num dado estado de processamento de um sistema é transportado e afecta o sistema noutro ponto. As aplicações, muitas vezes de cariz metafórico, às ciências sociais do pensamento cibernético abundam (Nowakowska, 1981; Pask & Foerster, 1960). Rapidamente



deparamo-nos com a dificuldade de adequar uma realidade social entendida em termos como os que temos até aqui usado para o caso – o que serão as “partes”? O que conta como “comunicação”? O que é *feedback* ou *feedforward*?-

Isto foi algo desde logo notado por autores como Niklas Luhmann (Andersen, 2009), pelo facto de um tal sistema exige a marcação de inúmeras diferenciações, e especificações: (A) um conjunto de predicações específica a cada mente que possui uma representação da categoria, e (B) uma representação expectativa de qual será esse conjunto geral. Notavelmente, convirá conceber que cada um desses agentes é, em si, um sistema cognitivo que opera, condicionado por seu turno por sistemas biológicos (neurológicos, fisiológicos), etc, de tal forma que a compreensão integral do seu funcionamento só poderia ser dado com uma ligação estrita a estes. Por esta razão podemos dizer que um sistema socio-cognitivo é alimentado de inúmeros subsistemas. Mas como opera e se transforma um tal sistema?

Afastando-nos deste entendimento mecanicista de sistema, podemos partir de uma noção mais relaxada de sistema: um sistema é um conjunto de entidades identificadas como tendo impacto, conjugadas com uma dinâmica derivada da iteração dessas acções, e que pode abarcar como entidades executantes determinados elementos passíveis de em si analisar sistemicamente (um sistema tem uma componente recursiva, i.e, pode analisar-se a sistémica psicológica num sistema cognitivo, e depois tomar isso como “elemento” individuído dentro de um sistema social, como na lógica do emergentismo). Baseando-nos no que antes dissemos, a operação de um tal sistema é, precisamente, aquilo que o compõem – um conjunto de acções que lhe são características, tal que sempre que essas acções são executadas o sistema é colocado em transformação, motivadas por dadas interpretações e com determinadas intenções direccionais. Comunicar uma ideia sobre aquilo que constitui a cultura hindu é uma operação no sistema cultural hindu; produzir uma cadeira que tenta aproximar-se do sistema tradicional de marcenaria também; a afirmação de conhecimento sobre uma espécie de árvore constitui uma operação no sistema de conhecimento biológico respectivo; e por aí fora. Em suma, um sistema é apenas:

- **Acções** motivadas por **Interpretações** e direccionadas por certas **Intenções**, colocadas num **território**, um **grupo** ou um **tempo**, e assumindo uma **dinâmica** derivada da sucessão de acções.

Onde presumimos que os agentes que executam tais acções têm uma complexidade sistémica própria que quando considerada em si permite complexificar através da emergência de comportamentos a compreensão do comportamento social.

Aplicar uma definição tão geral de sistema, permite-nos iniciar a análise de forma bastante vasta, e sem pressuposições que pela sua força tendem a ser criticadas. Um sistema não tem de ser conservador, homeostático, estável, ou ter uma evolução que converge para a sua manutenção, nem sequer tem que, a nível integrado, ambicionar isso, apesar de certas considerações políticas nos poderem indicar isso (cf. Secção 8.2). Enquanto a questão inicial de Parsons (1971) – como se mantém os valores num sistema? – e a questão inicial de Dawkins (1976) – como sobrevivem as ideias ao longo do tempo? – todas se orientam para uma tendência de assumir que a ordem é algo que tem de ser explicado, que a tendência dos elementos se manterem é uma propriedade que merece consideração, cremos que não impor uma direccionalidade da dinâmica permite-nos mantermo-nos abertos para ver como esta se desenrola.

Este tipo de teorias estão nas ciências sociais fortemente arreigadas ao trabalho de um autor – Niklas Luhmann – cujo trabalho marcou a teoria de sistemas sociais e continuará a fazê-lo (Luhmann, 1984), influenciando a concepção que aqui tomámos de maneira a que não seja possível aqui repegar adequadamente. Um dos aspectos que lhe repegamos mais activamente, no entanto, é a noção de que o estudo de um sistema social não é o estudo dos indivíduos, mas o estudo dos elementos que decorrem em função desses indivíduos (Luhmann, 2012, p. 126) – para Luhmann, a ideia de “comunicação”, e para nós, de acções que os agentes carregam, em função da operação dos sistemas, com uma base semiótica específica que determina (na pior das hipóteses, com um grau de probabilidade) como é que as acções se podem efectuar. Repegando na ideia de Luhmann, isto consiste em largar o indivíduo como indivíduo, e focarmo-nos nos aspectos e bases da sua acção que determinam a evolução do sistema – que é precisamente o que tentámos fazer na secção anterior, ao falarmos de *agentes*.

A nossa proposta, tomando os sistemas como estruturas analíticas que se projectam sobre padrões identificados no contexto – quer pelos agentes, quer pelos investigadores, com particular primazia para os primeiros – passou, portanto, por fazer os sistemas emergir das acções e dos agentes, de forma análoga a Margaret Archer. Para isso, tomámos as descrições de relações, domínios interpretativos (agregações de cláusulas designatórias) e princípios de intenção, procurando definir os sistemas basilarmente com base nestes três conjuntos de aspectos: qual a categoria para onde se costuma interpretar num sistema, quais as acções que o caracterizam, e quais as intenções que tendem a motivar essas acções

**SH<sup>B</sup>1:** Um sistema é marcado por determinados elementos que lhe são internos e que garantem a sua capacidade de produção e re-produção. O conjunto das suas relações características, **C\***, tem por base um conjunto de interpretações subjacentes, para qualquer relação. Os conjuntos de interpretantes de um dado sistema – bem como os *objekts* dominantes - chamam-se **Domínios Interpretativos Característicos ou D\***.

**SH<sup>B</sup>1-E1:** Por esta razão, **um sistema é analiticamente apenas o conjunto de todas as acções que sejam relações características desse sistema, e das interpretações que lhes estejam associadas.** Por essa deixa, os agentes em si são apenas as entidades que executam as acções e interpretações, e não interessam directamente para a investigação.

**SH<sup>B</sup>1-E2:** Não obstante o supracito, é dever de uma tal análise não esquecer que os indivíduos, independentemente das acções que nos interessam, existem complexamente. A investigação não pode, assim, ser um acto de extorsão de informação, e aspectos subtis – como as emoções que uma determinada acção carrega na sua execução – podem, em qualquer momento, ser incorporadas no sistema, ao complexificar o escopo de análise, providenciado que a sua inclusão seja ilustrativa.

**SH<sup>B</sup>1-E3:** D\* consiste no conjunto de interpretantes mobilizados dentro de uma **categoria**; a modalidade é a forma de acesso que os indivíduos têm a esse domínio.

**SH<sup>B</sup>2:** Domínios característicos incluem: energia, utilidade económica, estética, cláusulas designatórias (i.e a categoria que define como se chama o sistema em questão), etc.

**SH<sup>B</sup>3:**  $\vdash$  SH<sup>B</sup>2

No caso de sistemas culturais, PF0 e PF3 consistem nos princípios de acção que, quando carregado por agentes, reproduz o sistema cultural em questão ao produzir significações, comunicações, conhecimento e produção. Chamamos-lhe as **Intenções Características**, ou I\*.

**SH<sup>B</sup>4:  $\vdash$  SH<sup>B</sup>2**

Outras intenções características de outros sistemas: conformidade de grupos, busca de poder, consonância cognitiva, maximização de utilidade, adequação narrativa, busca de entendimento comunicativo, etc.

Tais propriedades foram escolhidas por poderem ser directamente relacionadas com o que vemos, a nível *micro*, como sendo os comportamentos dos indivíduos em estruturas como a cultura, pelo menos na forma como a construímos, e procurámos essencialmente generalizar tais propriedades a conjuntos de indivíduos que operam para o sistema – isto é, considerando as acções, interpretações e intenções de conjuntos de agentes de uma só vez e caracterizando o sistema na sua base. É importante, no entanto, perceber que, com isto, não estamos a dizer que tais propriedades descrevam realmente o sistema, mas antes a providenciar modelos de como sistemas hipotéticos funcionariam – um sistema como o cultural tendo PF0-3 como domínios e intenções características, as suas relações sendo produção e comunicação, e tudo isto sendo relativamente estanque. Antes, o objectivo de tais postulações é perguntar: quais os domínios conceptuais que existem, por contraponto com esta visão idealizada? Quais as acções que mais impacto causam, e como se estruturam? E quais as intenções dos indivíduos?

De resto, à luz de trabalhos como os de Bourdieu, que debatelmente reduzem a intenção característica do sistema cultural aos sistemas grupais com propriedades sociais e a sistemas utilitários, como os de Scott e Storper, que remetem a intenção característica do sistema utilitário para uma intenção cultural e para interpretações culturais, podemos presumir que tal não será o caso mais relevante. Mais ainda, cremos que estas propriedades sistémicas permitem é que se elabore um vocabulário para descrever o estado de coisas em sistemas diversos, baseando-nos nos níveis e definições destas propriedades, criando comparabilidade em áreas que frequentemente têm

dificuldade em encontrar fundação empírica comparável, bem como medidas quantitativas mobilizáveis (como veremos de seguida).

Para além destas características, convirá notar que alguns sistemas são ainda equipados de **veículos de normalização semântica** – essencialmente, signos que procuram standardizar e agilizar a significação dos objectos entre diversos indivíduos. Podemos imaginar isto de forma clara num domínio como o que iremos estudar – o património – pensando na interpretação<sup>G13</sup>: presumivelmente, existindo texto que descreve as relações entre elementos, as interpretações dos indivíduos irão manter-se consistentes com aquilo que terá sido a intenção de produção, ou a interpretação desejada. Tais veículos podem ser bem-sucedidos em maior ou menor grau, funcionar para determinados tipos ou aspectos, ou inclusive serem eficazes apenas para indivíduos com determinadas propriedades, ou pertencentes a determinados grupos.

**SC1:** Existem nos sistemas veículos de normalização semântica que visam permitir o acesso a uma intenção ou interpretação original que se pode perder, clarificando a interpretação desejada – essencialmente tentam prevenir o *drift* semiótico.

**SC2:** A *normalização semântica* tem limites em todos os domínios: a ambiguidade da linguagem impossibilita que uma intenção seja passada geracionalmente de forma perfeita, mesmo com meta-texto que a acompanhe (Dado que o meta-texto sofre o mesmo).

**SC3:** Sistemas socio-conceptuais com grande liberdade interpretativa, como alguma arte contemporânea ou o património, chamam-se **sistemas abertos**. Sistemas socio-conceptuais com maior especificidade, como literatura técnica, etc, chamam-se **sistemas pseudo-fechados** (sistemas que são fechados no curto prazo, mas são abertos no longo prazo). Sistemas cuja interpretação é sempre fixada chamam-se **sistemas fechados**.

**SC3-E1:** As noções de curto e longo prazo têm que ver com a dinâmica dos sistemas sociais, não sendo necessariamente associados ao tempo: o curto prazo no contexto da revolução francesa prendia-se com as memórias associadas a uma geração, mas também o estado de coisas, eventos e estruturas sociais que esses indivíduos tinham no momento da revolução. O longo prazo define-se pelo

---

<sup>13</sup> Para distinguir o conceito de interpretação geral que normalmente utilizamos no texto, derivado da semiótica, do conceito utilizado nos estudos de património de interpretação patrimonial afixámos um superescrito “G” quando nos queremos referir a este segundo sentido de interpretação.

momento no qual, em relação a um dado momento no passado, as memórias gerais dos indivíduos, as suas valorizações em termos das estruturas sociais, papéis sociais, etc, se alteraram.

**SH<sup>B5</sup>: ⊢SC3**

Não existem sistemas fechados.

#### 4.1.2 Propriedades do Sistema

Repegando na terminologia luhmanniana (Seidl, 2004), por seu turno, podemos utilizar esta definição para chegar a definições mais importantes. A ideia de autopoiese em Luhmann, a respeito da forma como sistemas funcionalmente diferenciados (i.e sistema legal) se distinguem entre si, é que um sistema seleciona as comunicações e converte-as através do seu código. Em termos gerais, a autopoiese consiste num sistema continuar a reproduzir os seus códigos através desta acção de selecção de comunicações. Esta ideia pode ser adaptada para os nossos propósitos, ainda que seja preferível afastarmo-nos do termo carregado de autopoiese, e falarmos, de forma mais simples, de *autonomia* que ressoa do programa de Alexander e Archer (Olick, 2010).

Traduzindo esta ideia para o que nos interessa, a **autonomia** de um sistema como o que aqui discutimos seria a execução de uma acção que utilizasse o domínio característico e a intenção característica do sistema: essencialmente, que um indivíduo pinte a capela sistina porque sente a necessidade de produzir algo dentro do sistema cultural de pintura religiosa, com intenção de expressar algo ao mundo, por exemplo. E, implicitamente, vê-se também o contraponto: um sistema será **heteronómico** quando uma acção característica tiver uma intenção diferente da característica **I\***, e/ou utilizar um domínio interpretativo diferente.

**SH<sup>B6</sup>:** Um sistema pode ser autonómico ou heteronómico consoante as acções características que nele decorrem tiverem na base a sua intenção característica, e utilizem o seu domínio interpretativo característico. **Autonomia (AI)**<sup>14</sup> acontece quando, admitindo um sistema S, e um conjunto de acções características de S, A:

---

<sup>14</sup> Não é suficiente relembrar que esta noção de autopoiese, apesar de derivar inspiração em Luhmann, não é de maneira alguma a sua noção, dado que o enquadramento estrutural das propostas conceptuais é diferente, e a autopoiese que admitimos aqui é notavelmente mais forte que a que Luhmann admitia.

$$AI(S) \leftrightarrow \forall_{A \in S} (A \in I^* \wedge A \in D^*)$$

**Heteronómico quando** um conjunto de A maior que um parâmetro F tiverem uma intenção ou domínio diferente dos característicos.

Este tipo de sistema é potencialmente bastante disseminado, e é sobre eles que discutiremos já de seguida a respeito da estrutura de sistemas urbanos. Ou seja: se todas as acções num sistema forem motivadas pelo core motivacional central **E** todas as significações no sistema dependerem apenas de outras significações no mesmo sistema (por oposição a sistemas em estados de contingência; por exemplo, um indivíduo significa com maior utilidade um objecto se este tiver mais pertença cultural, ou com maior pertença cultural se este tiver maior valor ecológico, etc).

Generalizando mais ainda isto a outros sistemas, podemos assumir as seguintes premissas:

**SH<sup>B7</sup>**:  $I^*$  do sistema cultural é PF0, PF3, e  $D^*$  do sistema cultural é o domínio interno – é a categoria na base da qual se postula a significação.

**SH<sup>B8</sup>**:  $I^*$  dos sistema utilidade é o princípio de acção utilitária, e  $D^*$  do sistema de utilidade é a estrutura algedónica de utilidade.

**SH<sup>B9</sup>**:  $I^*$  do sistema grupal é o princípio de conformismo/auto-categorização grupal/narratividade grupal e  $D^*$  do sistema grupal são os domínios internos ao grupo (critérios de pertença e exclusão). Mais ainda, as acções características do grupo são a comunicação, a acção representativa (quando uma acção é executada em nome da entidade), entre outras.

Assumindo que existem sistemas heteronómicos, o *grau de heteronomia* de um sistema será desde logo uma propriedade que interessará analisar: dentro de algo como o património, se descobrirmos que os interpretantes utilizados para julgar a pertença ao sistema são consistentemente económicos no lugar de socio-conceptuais, veremos aí um caso de “comodificação da cultura” (Urry, 2002) – ou pelo menos um sentido desse termo.

A noção de **adaptabilidade** – a capacidade que um sistema tem de se adequar a um novo contexto – pode também aflorar-se. Tomando a nossa definição de sistema cultural, a adaptabilidade será presumivelmente a capacidade de um sistema de manter: a) o seu  $D^*$  face a outros domínios; b) a sua  $I^*$ ; c) a continuação das suas  $C^*$ . Caso  $C^*$  desapareça, o sistema desaparece de igual forma; caso  $I^*$  ou  $D^*$  se tornem mínimos,

naturalmente o sistema dissipar-se-á, porque se tornará tal maneira “colonizado” por outros sistemas que perderá totalmente a autonomia. A adaptabilidade de um sistema será, por essa razão, a capacidade que um sistema tem de reproduzir  $D^*$ ,  $I^*$  e  $C^*$ ; mas, como em geral se pode notar, a adaptabilidade de um sistema é substancialmente mais complicada do que a sua mera existência continuada. Por exemplo, se notarmos que uma categoria como a história nacional co-existe com a história medieval de um país, e estas co-evoluem continuamente, afectar a adaptabilidade de uma delas pode pôr em risco a outra; mais ainda, uma estratégia de adaptabilidade de um sistema pode ser, e muitas vezes é, considerada pouquíssimo ética: o colonialismo pode ser uma estratégia que garante imensa adaptabilidade para o sistema cultural que se reproduz colonialmente, e ser ainda assim uma das mais brutais tragédias da história da humanidade, quando consideramos os respectivos princípios axiológicos. Por isso convirá distinguir entre **adaptabilidade** e **desejabilidade social**.

Um tipo específico de argumento desta natureza que encontramos nos estudos de territórios urbanos em termos das suas especificidades culturais, como seja o caso de Dean MacCannell (1999) ou John Urry (2002), é que existe uma forma de **comodificação** dos produtos culturais. No entanto, ao tentarmos traduzir este conceito para a nossa linguagem conceptual, rapidamente nos deparamos com a ambiguidade de falar de “comodificação”:

- 1) O sistema cultural ou grupal (consoante o domínio), por contacto com outro sistema (normalmente um com um domínio de interpretação mais ou menos conectado à utilidade, como o turismo), torna-se heteronómico, criando contingência entre as lógicas de pertença dos indivíduos e a utilidade económica do elemento. Isto pode ocorrer porque a avaliação do produto para indivíduos com uma dada propriedade, quer esta seja formadora de grupo ou não, aumenta; ou porque existe uma avaliação do produto no sistema utilitário que lhe confere maior interesse cultural ou grupal em função da utilidade, e não da sua estrutura de categorização original.
- 2) Ao longo do tempo, o sistema cultural perde adaptabilidade face ao sistema de utilidade relevante, e que por isso perde a capacidade de continuar depois do esquema de comodificação acabar.



Esta ambiguidade conceptual leva-nos a optar por conceitos como adaptabilidade para significar alguns destes fenómenos, especificando as relações que se mapeiam.

**SH<sup>B</sup>10:** A adaptabilidade de um sistema é dado pela sua capacidade de se manter, com alguma proximidade aos seus estados, ao longo do tempo; isto pode ser analisado pelo seu índice de heteronomia (percentagem de intenções e interpretações diferentes de  $I^*$  e  $D^*$ ), e pela sua dinâmica estimada em relação com sistemas com os quais é heteronómico.

Mais ainda, tendo em conta que falamos maioritariamente de questões de ordem qualitativa, serão necessárias algumas ferramentas que nos descrevam propriedades da significação: nomeadamente, teremos que ser capazes de dizer o que faz parte de um sistema, e quanto é que faz parte de um sistema (uma análise semiótica com a população), e, em termos gerais do sistema, quão concentrado ou disperso este sistema é quanto aos elementos que a ele pertencem. A partir das menções dos elementos, interessará perceber compositamente quais os elementos que os indivíduos mais valorizam, e de alguma forma ser capaz de atribuir relativamente um valor a esses elementos, de forma a compreender algumas propriedades desses elementos no contexto<sup>15</sup>. O racional analítico é o seguinte: a dispersão do sistema poderá ter alguma relação com a sua adaptabilidade:

**SH<sup>B</sup>11:** Um sistema com dispersão muito baixa em termos de signos é contingente da manutenção dos signos que possui; um com dispersão muito alta é contingente da consistência de significação se manter a mesma, não havendo um centro para o qual tender.

**SC4:** Definimos como **espaço de estado** o conjunto  $S^*$  de estados que um sistema discreto pode assumir em cada ponto no tempo.

**SC5:** Definimos como **espaço de fase** o conjunto  $S^{*+}$  de estados que um sistema contínuo pode assumir em cada ponto no tempo.

A análise de dispersão que antes mencionámos faz use de um índice de variação qualitativa bastante bem documentado: a noção de entropia, no sentido de Shannon-

---

<sup>15</sup> Nisto presumimos que os interpretantes que os indivíduos utilizam são todos de  $D^*$ ; veremos que tal não é sempre, nem na maior parte das vezes, o caso. Quando tal acontece, esses interpretantes podem ser considerados uma extensão do sistema (ser-lhes dado estatuto equivalente), ou as significações a que levam serem consideradas num valor menor.

Weaver. Na literatura socio-cibernética do final dos anos 90, a ideia de “entropia social” (K. D. Bailey, 1990) introduz-se com algumas conotações diferentes – ora, como uma continuação da lógica durkheimiana, que via a sociedade como tendendo para um estado de “máxima desordem” por efeito da modernização, ora como uma medida de distribuição e de estado de determinados sistemas. Bailey (1994) nota em particular que tal modelo se foca em sistemas concretos, numa análise a um nível muito geral de aplicação, e como substituto operacional da noção de *equilíbrio* de Parsons (como uma análise do espaço de estado de um sistema). Concordamos que, efectivamente, a entropia, como medida, possa analisar o estado de um sistema – nomeadamente, descrever quão próximo um sistema que presumivelmente tem uma componente, que é modelada estocasticamente, está próximo de total equilíbrio entre potenciais eventos, ponto onde se diria existir entropia máxima.

Por essa razão, para nós a entropia não se trata de uma propriedade de um sistema (ou não mais do que uma média descreve propriedades de uma população), mas antes uma ferramenta analítica que torna claras determinadas propriedades de um sistema, e que remetemos para o contexto; se a dinâmica de um sistema não é imediata nem definível sem olhar para a acção dos indivíduos, e medindo efectivamente quais as alterações relevantes, a trajectória da entropia também não será linear.

Olhando para a forma como iremos operacionalizar a noção, a utilização do índice de entropia (Equação 1, em baixo) em casos como a descrição de categorias, dá-nos um índice de concentração e dispersão. A entropia serve, de certa maneira, como um complemento a um histograma, noutra nível – a sua simetria composicional significa que o índice não indica *quais* os elementos que mais contribuem para o aumento ou diminuição do tamanho do índice. A sua interpretação é que quanto mais alto for o índice – mais próximo do máximo teórico – maior será a dispersão, o que pode ser lido como o sistema tendo as suas interpretações distribuídas por mais signos (tomando o signo como unidade de variação), ou como um signo tendo mais categorias a que pertence, mais interpretantes possíveis, etc. Dadas as propriedades que a informação tem, utilizar tal índice permite também algumas generalizações ao nível de estatística – torna-se possível analisar dependência entre as variáveis, com medidas não-paramétricas como a informação mútua (Equação 2, em baixo), bem como correlações

baseadas em maximização de informação (Reshef et al., 2011); em termos da modelação de determinados sistemas, torna-se possível calcular medidas de adequação como a divergência de Kullback-Leibler (Equação 3, em baixo), quando soubermos a distribuição de probabilidades<sup>16</sup>. Por simplicidade, e seguindo as notas de Wilcox (Wilcox, 1973), utilizaremos sempre o índice de Shannon standardizado a 0-1 (Equação 4), e a informação mútua standardizada em coeficiente de incerteza (Equação 5):

*Equação 1*

$$H(X) = \sum_{i=1}^x p(x_i) * \log_2 \frac{1}{p(x_i)}$$

Onde  $p(x_i)$  corresponde à probabilidade do evento  $i$  tomar lugar.

*Equação 2*

$$I(X; Y) = \sum_{y \in Y} \sum_{x \in X} p(x, y) * \log_2 \left( \frac{p(x, y)}{p(x) * p(y)} \right)$$

*Equação 3*

$$D_{KL}(P||Q) = \sum_i P_i * \log_2 \frac{P_i}{Q_i}$$

*Equação 4*

$$H_{rel} = \frac{H}{\log_2 K}$$

Onde  $K$  é o número de categorias da variável em estudo (cf. Evren, 2017).

*Equação 5*

$$U(X, Y) = 2 \left[ \frac{I(X, Y)}{H(X) + H(Y)} \right]$$

Uma forma como podemos mostrar o uso desta medida e de estatística descritiva em geral para obter propriedades do sistema, pode ser dada quando procuramos analisar o estado de um dado sistema em termos dos signos, significados e interpretantes existentes, para chegar a algo como a noção de **valor cultural**. Isto é distinto, como notado sucessivamente por Hutter & Throsby (2011), de uma simples valorização económica – isso seria admitir a total heteronomia do sistema cultural,

---

<sup>16</sup> Esta medida será, por essa razão, útil maioritariamente quando quisermos adequar um dado processo estocástico a outro, tentando produzir aproximações eficazes – por exemplo, empregar uma random walk para aproximar um processo obtido por ABM.

tornando todas as suas significações como dependendo de sistemas utilitário-económicos – e vai, no nosso foco específico, em linha com recentes admissões da necessidade de uma identificação dos elementos patrimoniais na base da “opinião dos agentes locais”, nomeadamente construindo índices de *willingness-to-preserve* (Boujda Mkaem, Zakriti, & Nieuwenhuysen, 2018). A pressuposição que tomamos é que o valor que um elemento tem dentro de um sistema é dependente do número de indivíduos que têm conhecimento dele, e, mais especificamente, do número de interpretações que existem do elemento para a categoria. Isto não implica que os objectos que têm maior valor cultural sejam também aqueles que são mais valiosos dentro de grupos culturais como moeda de *distinção*, ou como *shibboleths* (dado que, como Ramsey (1931) alude no seu ensaio, os elementos que os indivíduos mais valorizam podem ser aqueles que mais despercebidos passam). Por exemplo, em nichos especializados, filmes que teriam baixo valor cultural em geral podem ser altamente capitalizantes: videoclips da Rihanna nos quais existe um frame específico valioso – onde existe uma camada de interpretação que pode ser salva – podem ser altamente capitalizantes para fãs especialistas, mas quando perguntados sobre o que consideram ser música de qualidade, devido à generalidade da questão, surgirem pouco nas suas significações. Por essa razão, é necessário considerar sempre o conjunto de agentes de referência, e assumir que estes revelem apenas os elementos que consideram parte de uma cultura quando inquiridos quanto ao elemento máximo (o que tem mais interpretações), e que dêem apenas uma parte das interpretações.

**SH<sup>B</sup>12:** O valor cultural é dado pela valorização geral, dada por um conjunto de indivíduos a determinados elementos, com dado tipo, aspecto, modo e propriedade, se relevante, comparado em termos ordinais – ou seja, quais os objectos que são mais e menos valorizados, em vez de medidos cardinalmente, como uma estrutura de ganho de caminhos de interpretação.

**SH<sup>B</sup>12-E1:** Podem produzir-se três índices de aproximação ao valor cultural:

*Equação 6 – Índice de Valorização*

$$V_1(x) = p(x)$$

$$V_2(x) = \frac{\sqrt{N(x) * I(x)}}{\sum_{x=1}^x \sqrt{N(x) * I(x)}}$$

Onde  $N(x)$  é o número de agentes que interpretam o elemento  $x$ , e  $I(x)$  é o número de interpretações feitas a  $x$ , dividido pelo total de interpretações ponderadas de todos os signos.

$V_2$  ajustado à dispersão:

Define-se  $T$  como:

$$T = \sum_{x=1}^n \frac{V_2(x)}{\log_2 \frac{1}{V_2(x)}}$$

Como tal:

$$V_3(x) = \frac{V_2(x)}{T * \log_2 \frac{1}{V_2(x)}}$$

Poderemos então notar que  $V_3(x)$  será maior se o elemento  $x$  concentrar mais percentagem de interpretações, e também se existir um maior número de opções distintas. Isto representa a intuição que, quando existe grande concentração num dado elemento de entre uma escolha limitada, isso será menos relevante do que quando existe uma muito vasta escolha e, ainda assim, os indivíduos seleccionam predominantemente um dado elemento. Informalmente a dispersão funciona como um “crispador”: torna os valores mais elevados mais salientes, e os menos elevados menos salientes.

Creemos que uma tal formulação de valor cultural num sistema – que toma em conta nomeadamente a importância de inquirir os indivíduos, a prioridade das suas valorizações, o tipo de interpretantes que estes mobilizam, e a variação associada ao contexto de extracção (i.e quão concentrados estão os valores no valor em questão, em função de quantas possíveis respostas existem), pode trazer inúmeras vantagens para a análise de situações concretas, nomeadamente em termos de produzir avaliações quanto à eficiência de um determinado plano: será que se deve construir um muro em

frente a uma igreja ou não? O que é mais valioso – demolir um prédio com uma história para uma população, ou não o fazer? Não sendo uma panaceia fundamental, tal índice pode permitir comparar medidas de valor económico e utilidade individual dos indivíduos (especialmente se existir para os mesmos agentes), criando assim uma compreensão da importância de elementos culturais em si.

Podemos descrever um tal caso hipotético. Temos uma igreja que obtém índices de entropia nas categorias em questão da seguinte forma (cf. Tabela 1 ). E, em seguida, interessa-nos comparar esta tabela com a valorização económica (leia-se, a utilidade potencialmente atribuída) em termos de utilidade ordinal que os indivíduos potencialmente obteriam da construção de um parque de estacionamento em diversos locais. Interessar-nos-á nesse sentido ver quanta utilidade os indivíduos obteriam da situação na qual o parque de estacionamento substituiria a igreja:

*Tabela 1 - Exemplo de Avaliação de Categorias com o Índice V3 e Avaliação de Utilidade ordinal*

<b>Modality</b>	<b><math>V_3(x)</math></b>	<b>Utility</b>	<b>% of points</b>
Local History	0,78	Location 1	0,13
Community	0,89	Location 2	0,10
Personal Interest	0,32	Location 3	0,17
Heritage	0,49	Location 4	0,09
Aesthetics	0,92	Location 5	0,05
Representation of the City	0,20	OVER THE CHURCH	0,18
Knight Templars	0,30	Location 7	0,14
National History	0,14	Location 8	0,14
<b>Average</b>	<b>0,51</b>	<b>% of Over the Church</b>	<b>0,18</b>

*Fonte: Elaboração própria*

Podemos, em seguida, comparar e verificar que o plano que substitui a igreja tem pouco menos de 20% dos pontos – ou seja, utilizando um sistema como uma contagem de Borda, esse plano em termos económicos seria avaliado como preferível por todos os agentes. Mas sabendo como os agentes valorizam a igreja dentro da cultura –

nomeadamente, que eles consideram a igreja como altamente representativa da cidade, e tendo muita importância dentro da história nacional, de uma forma quase inteiramente consensual na cultura, e podendo presumir que os indivíduos queiram proteger os elementos que consideram mais relevantes dentro dessas categorias<sup>17</sup>, podemos considerar que o plano que substitui a igreja por um parque de estacionamento seria indesejável. Isto é apenas um exemplo de como uma tal metodologia poderia ser usada, e não pretende ser uma descrição unitária; mas tal avaliação poderia ter utilidade como apoio na tomada de decisões políticas que envolvem a população, estruturando as suas preferências e opções. Em baixo procuraremos dar um exemplo real da utilização deste índice, ainda que para um contexto de avaliação explícita de valor cultural mais do que para comparar medidas.

#### 4.2. Elementos Espacio-Territoriais – Onde está o sistema

Chegados à anterior descrição de sistema, notaremos que para um contexto como o estudo da urbanidade estamos equipados com poucas ferramentas para compreender a realidade da cultura, e como esta decorre nos territórios concretos. Várias questões se podem aqui postular: por um lado, puxar as questões culturais para estes termos implica procurar perceber de que forma é que a experiência material dos objectos e do espaço afecta as significações e acções características dos indivíduos; e como é que, geograficamente, os elementos culturais se distribuem no espaço, em termos de concentração e dispersão, e qual a relação desta disposição com determinados fluxos urbanos como a mobilidade.

##### 4.2.1 O Espaço e a Significação

De uma maneira intuitiva, quando procuramos compreender um sistema cultural territorial, a sua disposição no espaço terá em muitas instâncias interesse de analisar: como é que os elementos considerados parte do sistema se relacionam uns com os outros, com elementos que não sendo parte do sistema podem ter relevância noutros

---

<sup>17</sup> **PAx4:** Os indivíduos procuram proteger os elementos que consideram mais relevantes dentro de uma cultura.

sistemas, entre outras questões que farão sentido perguntar. Nomeadamente, podemos perguntar-nos se os elementos se encontram concentrados ou dispersos:

**SH<sup>T</sup>13:** Os elementos de um sistema cultural territorial tendem a estar concentrados espacialmente.

Com isto presumimos a existência de várias estruturas numa cidade: *centros*, vias, complexos habitacionais, edifícios religiosos, monumentos separados da malha urbana, etc. E nesta linha podemos perguntar: os elementos que são significados como tendo maior pertença a um tal sistema cultural territorial têm alguma relação com a estrutura do território?

Para tentar responder de forma directa a isto, as teorias e metodologias de *sintaxe espacial* de Bill Hillier (1984) partem de um conjunto de pressupostos metodológicos, nomeadamente do custo associado a uma mobilização no espaço urbano, partindo de determinados pressupostos sobre a forma como os indivíduos concebem e analisam o seu movimento dinâmico (algo que Seamon (2007) procura elaborar, mas que passa pela visualização dos espaços e o cálculo de deslocações), para chegar a uma análise do traçado urbano que, na sua visão, tenta expressar a forma de uma “cidade genérica”, gerada por padrões de associação que emergem das exigências do espaço. Para Hillier a ideia central é de que, quando acontece uma determinada concentração que requer que os indivíduos se movimentem para um determinado local, naturalmente emerge que esses espaços tenham maior conexão com outros espaços, e, por essa razão, podemos encontrar no traçado das cidades as marcas dessa associação.

Assumindo isto, a sintaxe espacial oferece um método particularmente refinado de construir modelos nulos de distribuição espacial em termos de significação cultural: por esta lógica, podemos presumir de forma nula por exemplo que os elementos que os indivíduos irão significar de forma mais forte no sistema cultural territorial se prendem com os seus trajectos mais frequentes, e que dessa forma as zonas “centrais” seriam mais facilmente as que teriam vínculos de significação. **Por essa razão**, Os métodos de Hillier ignoram o que faz com que a cidade tenha emergido de uma determinada maneira, focando-se antes no que surge de uma determinada configuração, mas permitem perceber, com dados suplementares (como dados semióticos, de forma que



iremos discutir na segunda parte), determinadas desconexões entre a forma como o espaço se dispõe e as utilizações que dele são intencionalmente feitas (algo que Stahle (2012) tenta igualmente compensar). As ideias de Hillier podem, nesse sentido, ser notadas da seguinte forma:

**SH<sup>B</sup>14:** O movimento dos indivíduos no espaço é, fundamentalmente, intencional e baseado nas funções sociais do espaço (e dos elementos presentes nesse espaço).

**SH<sup>B</sup>15:** Determinados locais nos territórios têm mais circulação e mais fluxo como produto de estarem mais conectados (*integração*) ou o número de caminhos nos quais um determinado segmento é separado dos outros (*escolha*).

**SHB15-E1:** Uma noção de distância é mobilizada: distância métrica, distância angular mínima (número de vezes que se tem de mudar o ângulo num caminho), etc.

**SH<sup>T/N</sup>16:** A significação dos elementos é contingente da sua centralidade em termos de circulação sintáctica: os elementos mais significativos numa cultura territorial serão os mais centrais, ao exporem-se a mais processos semióticos distintos.

No entanto, tal concepção de espaço presume, de forma muito forte, que o espaço é ocupado de forma homóloga pelos vários indivíduos, que os objectos com os quais os indivíduos se encontram – em termos de linhas de visibilidade (K. Lynch, 1960) – são consistentes e coesos. Tais relativizações são bastante importantes de forma a não sobre-estimarmos a relevância de alguns elementos nos sistemas culturais territoriais.

A ideia de mapas cognitivos, e de representação das cidades em função de determinados marcos, captura de certa forma um conjunto de propriedades relevantes acerca da forma como os indivíduos circulam nas cidades, uma vez que existem determinados fluxos que os indivíduos tomam associados à maneira como a cidade se produz. A importância de Kevin Lynch deve, de resto, ser ressalvada através de um vocabulário que ele introduz para o espaço urbano:

**SH<sup>B</sup>17:** Os indivíduos movimentam-se utilizando cognitivamente as noções de: a) *bairro/distrito*, b) *centros-nódulos*, c) *fronteiras*, d) *marcos* e e) *caminhos*.

Esta ideia é então que determinados elementos servem de alicerce ao movimento territorial, e, correlativamente, podemos perguntar-nos se existe uma relação estável

entre tais elementos e a consideração de elementos como parte de um sistema cultural. Como Portugali nota (Portugali, 2011, p. 156), tal funciona de maneira mutuamente constitutiva, dado que o indivíduo constrói as suas representações dos objectos e mobiliza-as estrategicamente, e nessa mobilização (como na circulação dentro de uma cidade), altera e edita as suas representações. Por esta razão podemos ver a territorialização dos elementos – a distribuição das significações em relação com o território – como parte do processo de internalização e externalização de representações, e, por isso, o tipo de cognição geográfica – entendida como um processo semiótico de utilização do espaço – é algo que, mesmo no estudo de visitas, poderá constituir uma margem de indeterminação relevante para as nossas concepções de sistemas culturais territoriais (i.e providenciando “**mais agência**” aos agentes ao considerar que existem mais constrangimentos ao processo de interpretação que dependem do seu envolvimento com o espaço).

#### 4.2.2 A incorporação do Espaço

Neste sentido, importará num primeiro momento notar, com Setha Low (2003, p. 3), e repegando nas nossas proposições sobre a percepção e cognição ( $\vdash AH^1$ ), que o espaço não existe de maneira estritamente objectiva, mas antes na relação com os indivíduos estabelecem com os espaços em que se encontram. Esta ideia – que Merleau-Ponty (2012) já afirmara – é mais ainda complexificada por Edward T. Hall, ao notar que não só existe essa manipulação do espaço pela experiência, mas tal experiência é adquirida reprodutivamente – ou seja, depende de diferentes contextos de socialização. Por esta linha, a maneira como os indivíduos interagem com o espaço à sua volta não é apenas forjado por uma relação psicossocial com o espaço – que o autor admite como fazendo parte da estrutura fisiológica humana – mas é marcada subtilmente por diferenças “culturais”.

Para Hall, o sistema perceptivo nas suas várias componentes (háptica, térmica, kinestética, etc), as quais o autor categorizou extensivamente em ideais tipo (voz – “muito barulhenta”, “barulhenta”; contacto visual – “longo”, “médio”, etc). A forma como se negociavam estes vários tipos de concepções tinha directamente a ver com o espaço, dado que expressava uma necessidade de constituir um espaço pessoal que os

indivíduos demarcavam directamente (por oposição ao que discutiremos em seguida sobre espaços pessoalizados), e que orientavam a sua acção. Colocando isto nos nossos termos, Hall descreve assim uma teoria que orienta um conjunto de sinais, interpretados como um código simbólico cuja origem, ainda que potencialmente biológica, tem variações culturais (E. T. Hall, 1966). O que isto nos traz é uma complexificação de qualquer discussão de acção ou mesmo de significação territorial: aquilo que se significa é, em si, contingente de factores cognitivos, mediados por uma apropriação social.

Este tipo de investigação liga-se nesse sentido com aquilo que discutimos em Almeida (2017), acerca da psicossociologia de factores urbanos, e tem importância na compreensão pragmática dos códigos simbólicos sobre o espaço urbano – para pegar no tema desse artigo, a forma como a luz potencialmente estrutura a acção humana sendo uma questão que orienta os agentes. Como anuímos aí, tal estudo pode ter impacto para a cultura precisamente em termos de compreender como a significação de contextos físicos pode orientar a selecção de espaços em termos de processos de significação, como em contextos subculturais.

**SH<sup>B</sup>18:** A psicossociologia do espaço influencia a construção dos códigos simbólicos de grupos culturais, e, dessa feita, as suas acções em relação com os estímulos (i.e espaços escuros serem seleccionados como locais onde se vai tocar música).

A problemática que tal levanta é fácil de compreender: se admitimos que existe uma componente perceptiva que tem consequências directas na significação, nomeadamente, com efeitos como uma certa exigência de certos objectos de serem tidos como relevantes ou imponentes derivados não da estruturação cultural, mas da própria disposição e mobilização do espaço, percepção e cognição que estes fazem dos indivíduos. Isto implica uma limitação clara de qualquer abordagem que procure unicamente estipular a formação socio-conceptual como um processo aleatório, bem como de perspectivas excessivamente mecanicistas, e tendencialmente indicará que existe uma concentração bastante grande de processos de significação cultural – nomeadamente, em categorias como *património*, modalidades estéticas ou em sensações de “admiração” (Shiota, Keltner, & Mossman, 2007) – causados pela mediação de sensações e emoções na cognição.

Em termos práticos de investigação de sistemas, será, pois, necessário delinear que elementos podem ter tais efeitos estéticos-*awe-inducing*, de forma a ponderar a sua relevância quando consideramos vinculações de categorias a sistemas socio-conceptuais. Estruturas como castelos, igrejas, matas e florestas, terão certamente este tipo de efeito, mas não é claro que se possa dizer de que maneira tal acontece.

**SH<sup>B</sup>19:** Determinados elementos podem fixar as tendências de variação socio-conceptual: delimitar as tendências de categorização, e fixá-las para determinados indivíduos que experimentam o objecto como estética e socialmente.

#### 4.3. Princípios Dinâmicos – Como evolui o sistema

Tendo todas as ferramentas anteriores, e sendo por isso capazes de postular determinadas medidas que descrevam o sistema cultural, resta-nos introduzir um aspecto: a dinâmica. A escolha dessa palavra não é, de maneira nenhuma, aleatória, e deriva do que antes notámos ser o peso excessivo de termos como evolução – algo que presume alguma forma de progresso. Aquilo que o sistema faz no correr do tempo pode por isso melhor ser capturado pela ideia de dinâmica – um processo que mantém a forma do sistema, ou seja, executa acções e interpretações nas lógicas internas ao sistema, mas que potencialmente lhe pode alterar o conteúdo. O estudo da dinâmica será por isso perceber quais as trajectórias que um sistema traça, isolando um conjunto de parâmetros, ao longo do tempo.

Como já pudemos mencionar de passagem, a admissão da dinâmica sistémica é um dos aspectos que tendencialmente é mais imputado criticamente às teorias de sistemas, com a acusação de que esta presume uma determinada forma cristalizada de evolução, ou que procuram encontrar as suas respostas de forma ahistórica, não tomando em conta as particularidades do contexto (Mills, 1976). Convirá igualmente notar que o oposto parece igualmente paralisante: tomando cada evento histórico em si mesmo, e tentando destringir na sua totalidade as causas e efeitos que estes tomam no fluxo de eventos, tornaria intratável qualquer análise, e impelir-nos-ia a um nominalismo científico que ignoraria quaisquer tendências existentes a um grau de abstracção suficiente. É necessário que seja possível falar de dinâmica, incluindo a dinâmica histórica, eventos específicos, e particularidades circunstanciais (por oposição à

teorização generalizada de que tendencialmente se acusa Parsons, cf. Mills, 1976) ao mesmo tempo que essas modelos de tais tendências gerais são avaliadas na sua capacidade de explicação dos fenómenos empiricamente observados. Nessa linha, fazemos um breve enquadramento das abordagens à evolução cultural provenientes da biologia evolucionária, e do darwinismo social, bem como à teoria de ciclos generalizados de Pitirim Sorokin, que podem servir de modelos nulos contra os quais determinadas dinâmicas peculiares podem ser avaliadas.

#### 4.3.1 O problema de escala e o historicismo

A ideia que tomamos de historicismo – e o problema inerente em cima acerca do nominalismo e das leis sociais – traça a sua história ao historicismo alemão, e com tradição fortemente arreigada no contextualismo, a uma descrição densa dos eventos, e a um nominalismo de acontecimentos históricos (Beiser, 2011). Ainda que nas ciências sociais se fale da vertente interpretativista de Weber e Dilthey, esta é uma corrente com uma longa história, centrando-se, precisamente, em construir o conhecimento através da leitura dos eventos, construindo ideais tipo e estabelecendo ligações entre eles. Como aludimos, o problema de construir uma teoria de sistemas com tal ideia em vista, é que, presumivelmente, se tomarmos cada evento como um particular, mais do que como uma instância de um padrão, como dados que alimentam uma determinada teoria, toda a possibilidade de estudar cientificamente quaisquer questões sociais seria posta em causa, dando lugar a uma pura hermenêutica. No seu lugar, a maior parte das teorias de sistemas optam, assim, por uma via nomológica: procurando determinadas **leis** ou determinadas **relações constantes** que se presume serem verdade em qualquer estado do sistema, e que determinam consistentemente a evolução dos elementos no sistema. Parece-nos, no entanto, que é possível articular ambas as posições: por um lado, não é preciso nominalizar os eventos históricos para os tratar analiticamente, podendo operar-se com tipologias; e por outro a concepção nomológica frequentemente apontada a estas perspectivas pode ser salva e mantida, desde que se altere a concepção filosófica de lei.

Existe, naturalmente, um grau no qual devemos considerar os contextos históricos de um acontecimento. Nomeadamente, ao tentarmos executar uma análise

fenomenológica de textos históricos, algo que, como admitido, envolve um grau de interpretação<sup>18</sup>, temos de ter em conta que os significados dos elementos não serão os mesmos, que existe uma constituição da situação que orienta e posiciona aquele pedaço de comunicação, e quão mais conseguimos especificar esse contexto, mais tangível e plausível será para nós poder compará-lo com outros contextos semelhantes, ou até contemporâneos, em algum grau (na linha da racionalidade habermasiana descrita em **AC20**). Exemplificando: imaginemos que lemos um texto sobre um guardador de rebanhos, escrito por um burguês de século XIX, dono de duas fábricas, numa visita ao campo, no qual ele descreve o guardador de rebanhos como o pináculo do desenvolvimento humano, e ao mesmo tempo comparamos esta afirmação com uma constatação de uma entrevista na qual nos dizem que os guardadores de rebanhos são uma profissão do passado. Que comparação poderíamos fazer entre as duas? Naturalmente, não faria sentido tomar as afirmações *verbatim*: a primeira tem alguma *intenção* subjacente, que podemos inspecionar ao perceber que existe no contexto que possamos ressaltar. Identificando parâmetros vários (o autor pertencia a um movimento romântico; no contexto os guardadores de rebanhos já eram escassos; etc), podemos verificar a racionalidade da comunicação e interpretação do primeiro e verificar que esta faz sentido dentro de um contexto histórico marcado pela industrialização, e que, em comparação, no contexto actual, na ausência desse contexto mas mantendo muitos outros parâmetros, a afirmação tem igual cunho de racionalidade. Não diríamos o mesmo se o indivíduo que entrevistámos dissesse que os guardadores de rebanhos são a profissão do futuro, ou pelo menos não sem um corpo de razões muito específico.

Neste trabalho temos enfatizado um compromisso simultaneamente fenomenológico e estruturalista, precisamente por esta razão: cremos que para obter

---

<sup>18</sup> Com isto queremos dizer que o investigador vai sempre interpretar algo como um signo ou um significado como existindo; no contexto real os indivíduos poderão fazer algo estruturalmente semelhante com o que analiticamente descrevemos, mas que não tem de ser homólogo, cf. (Worrall, 1989)). Nesse sentido, as ciências sociais existirão do consenso existente entre uma comunidade de investigadores quanto às interpretações feitas dos dados recolhidos, o que admite que uma lei possa ser verdade num dado contexto social que a valida, e inválida noutro contexto social, posterior ou com valores diferentes. Não nos parece que exista uma tal contradição de factos, dado que isto se dará, presumivelmente, como uma sucessão de sistemas de valores, bem como de capacidade de perspectivar dados – temos essencialmente o melhor sistema possível dados os constrangimentos.

conhecimento tem de ser possível abstrair características suficientes para descrever padrões, mas concordamos que abstrair demasiadas características irá arrancar a própria justificação social das ciências, e formular leis que nada têm de concreto. Existe, assim, mais que tudo, um **problema de escala**: quanto mais especificação existe menos generalização, e vice-versa. Contudo, tal não pode, na nossa visão, ser uma justificação para uma rendição aos ditames historicistas e a uma aceitação do contextualismo, e tão pouco do positivismo *naif*. O *trade-off* epistemológico entre o número de propriedades alocadas ao conhecimento da realidade (colocadas num modelo) e o custo, bem como a generalidade desse modelo, deve ser estimado constructivamente (como um processo cumulativo contínuo) e adequado ao objecto de estudo – e mais que tudo deve em si ser um alvo de debate activo.

O objectivo continua a ser a busca de determinadas leis, sem que tal seja esperado num momento primordial: apenas pela acumulação de dados empíricos em quantidade suficiente poderemos esperar proceder à sua elaboração. Mas neste ponto o historicista – em conjunto com críticos da cibernética de segunda ordem (Andersen, 2009) – poderá pôr em causa que tais leis sejam ambicionáveis, quando, notavelmente, a capacidade humana de reflexão parece ser suficiente para as alterar, e quando o seu efeito de intervenção sobre os seres humanos parece posto em causa. No entanto, neste ponto importará fazer uma distinção relevante, que podemos pedir emprestado à concepção de Ramsey-Lewis sobre a filosofia da física (Beebe, 2000; Weatherson, 2016): uma lei não tem necessariamente de ser uma estrutura universal que opera e governa as instâncias micro, podendo antes emergir como uma relação consistente de um “Mosaico Humeano” – um conjunto de matérias de facto locais sucessivas, com uma tese implícita de reducionismo fisicista (Weatherson, 2016). No que nos importa, esta perspectiva formula as leis na base de contrafactuais, como conjuntos de verdades que excluem um número substancial de mundos possíveis baseados em propriedades perfeitamente naturais (ou no caso das ciências sociais, baseado em propriedades relevantemente sociais), e, mais ainda, é assumindo que tais leis sejam baseadas em estruturas indeterminísticas (Lewis, 1994). Desta maneira as leis são estruturas emergentes derivadas dos factos subjacentes, e supervêm a estes; desta maneira, e não obstante os problemas de determinar valores de verdade quando postulamos

entidades mentais, a busca pelas leis sociais parece ser garantida e perfeitamente compatível com os argumentos historicistas: sumariamente, falamos de contextos nominais, onde existem colecções de verdades (ou proposições com um alto valor de verdade *fuzzy*) que agrupamos, ao abstrair parte das suas propriedades e, progressivamente, tentar diminuir essa abstracção (Lindenberg, 1992), bem como formular modelos simplificadores que podem ser analisados, de tal forma que determinados eventos específicos ganham um sentido estrutural.

#### 4.3.2 Modelos de Dinâmica

O olhar positivista, que em cima mencionámos, deu, em muitas instâncias, a uma tentativa e desejo de explicar a realidade social como algo passível de descrever através de relações simples: como uma evolução contínua ou como um ciclo repetitivo. Estes modelos são precisamente isso – abstracções da realidade – e conseguem de formas muito diferentes e com graus de sucesso vários representar fielmente fenómenos sociais. A vantagem de as discutir é, tão simplesmente, perceber em geral qual a interpretação que se pode fazer de mecanismos que se comportam de forma homóloga a eles, e perceber que papel os esforços já existentes podem ter nas nossas análises.

Uma de tais teses que hoje se vê menos representada – apesar de alguns dos seus *outputs*, como os ciclos económicos, permanecerem arreigados no discurso das ciências sociais – é a ideia de ciclos sociais. A noção é simples: a sociedade tem um conjunto de mecanismos de pressão em diversos sentidos, de tal forma que existe um equilíbrio dinâmico em torno de certas órbitas num estado de fase. Este tipo de abordagem aparece nas ciências sociais, quer no trabalho de historiadores como Fernand Braudel (1992), quer nos estudos económicos de Kondratiev (Volland, 1987), ou quer na demografia com modelos associados a distribuições logísticas, etc. Na sociologia, o trabalho de Pitirim Sorokin, especialmente no seu *Social and Cultural Dynamics* (Sorokin, 1970), o autor desenhou uma tipologia aplicada à “Civilização Ocidental” e à “Civilização Greco-Romana” – através de formas ideacionais (a realidade como produto do espírito), sensativa (a realidade como produto material), e idealística (um cruzamento dos dois anteriores) – que via a dinâmica da cultura ocidental como passando por estes tipos em função de passar por diversos padrões de explicação (explicações racionais sucedendo



a explicações idealistas e espirituais, devido a sistemas de verdade nas quais as falhas anteriores davam lugares a novas formas de interpretação, e assim sucessivamente), de tal forma que o autor identifica os excessos da cultura ocidental como dando lugar ao regresso a um estado de idealismo.

Esta tese de ciclicidade é bastante acessível; diz-nos: 'existe um padrão que irá repetir-se sucessivamente, ou até que um determinado critério seja alterado, e que podemos encontrar na estrutura fundacional do sistema' Tal ideia encontra-se, de forma intuitiva, em tais lógicas como o *retro* e o *vintage*, vendo a cultura pós-moderna como a simulação de si mesma, a reinvenção do seu passado feita de forma contínua e obsessiva (Baudrillard, 1994; Jameson, 1991). Concretamente, na análise dos nossos processos a hipótese circular dirá que, após um dado período de tempo, uma tendência previamente estável de interpretação ou acção será substituída por uma tendência contrária, ou diferente, de tal forma que, ao fim de algum tempo, emerge um padrão. Tais mecanismos permitem igualmente, a um nível de intervenção prática, que se contrarie a tendência de ciclicidade aplicando limitações contra-cíclicas; por exemplo, se percebermos que, num dado contexto, existe um ciclo de valorização de uma dada categoria adjacente ao sistema cultural, oscilando entre três dessas categorias e acarretando custos em termos de manutenção, pode alterar-se a política para focar as outras duas categorias quando a dominante está no “topo”. Na segunda parte da dissertação veremos, precisamente, um modelo abstracto que exprime comportamentos cíclicos, e que interpretações se podem fazer dela.

**SH<sup>B</sup>20:** Os processos culturais acontecem com um certo *período* – circulam dentro de uma órbita no estado de fase – explicado por uma lógica baseada em padrões.

Mais clássica será a ideia de evolução: a ideia de que determinados elementos surgiram como parte de um processo de adaptação e selecção, sendo que a unidade em questão (o sistema) terá mais adaptabilidade consoante possua certas propriedades passíveis de ser seleccionadas. Mais do que isso, a evolução cultural dita uma relação importante entre a antropologia, a sociologia, a psicologia e a biologia – tenta ligar as ciências comportamentais e sociais à teoria de evolução natural, tentando traçar as formas como tal pode surgir (Richerson & Boyd, 1985). Estas discussões ocorrem no cerne da sociobiologia e da antropologia biológica, tentando destrinçar aquilo que existe

de inato e de aprendido (Pinker, 2002), tentando distinguir as funções adaptativas e de *fitness* que determinados elementos predicados numa cultura (tendencialmente *a cultura*, ou seja, cultura humana).

Apesar do sucesso que gozaram no final de século XIX e inícios de século XX – em particular pela sua ligação com o racismo científico e a justificação do colonialismo – tais mecanismos foram severamente criticados no curso do século XX, enfatizando-se que a aparente *path-dependence* e dependência de estágios da cultura apenas mascarava processos mais complexos, e ignorava a influência de outro tipo de transformações, tais como a colonização e a apropriação cultural. A generalização dos mecanismos darwinianos à cultura por autores como Spencer, entre outros, foi abandonada, ao ponto de Parsons começar um seu ensaio perguntando “Quem hoje ainda lê Spencer?” (Parsons, 1937, p. 3).

No curso do século XX, este esforço veio a ser repetido várias vezes. A ideia de uma linearidade de tendência, no entanto, deu lugar a perspectivas muito mais contingentes e dependentes. Autores como Parsons, e depois dele Smelser (1967), formularam teorias com tendências semelhantes, nas quais a tecnologia é frequentemente vista como a marca da evolução. No entanto, estas tendências permaneceram ainda assim ligadas a narrativas de progresso muito fortes (Habermas, 1984); para operar esse desligamento, a adopção por parte de muitos biólogos evolucionários de determinadas unidades concretas de cultura – chamadas por vezes de *memes*, quando discretas, ou traços contínuos – que são transmitidas, e que têm relações específicas com os genes, ganhou tracção em criar condições de explicação de padrões de *evolução*. Encontram-se aqui diferentes perspectivas:

**SH<sup>B</sup>21:** Os elementos culturais (*memes*) evoluem de forma co-dependente com traços genéticos, de tal forma que influenciam e são influenciados por estes (Dawkins, 1976; E. O. Wilson, 2000);

**SH<sup>B</sup>22:** A explicação dos elementos culturais é homóloga à da evolução natural – presume-se que a cultura é o seu próprio domínio, mas que evolui de maneira semelhante aos organismos, isto é, segundo princípios darwinianos (Mesoudi, 2016; Richerson & Boyd, 1985);

No trabalho de vários autores da linha de Robert Boyd, Peter Richerson, Cavalli-Sforza, entre outros, existe a admissão de que a cultura também pode ser sujeita a processos de pressão, selecção, mutação, imitação, etc, sem que, no entanto, seja preciso aceitar as formas *neo*-Darwinianas, como a exigência de que se herdem unidades discretas de informação de ambos os pais, e que os objectivos desta sejam maximizados apenas em contextos de selecção individual ou selecção de prole (Mesoudi, 2016, p. 486). Como nota Mesoudi, isto implica aceitar os seguintes princípios:

1. *Different entities in a population vary in their characteristics (principle of variation).*
  2. *These entities have different rates of survival and reproduction (principle of differential fitness, or what Darwin called a ‘struggle for existence’).*
  3. *There is a correlation between parent and offspring entities in those characteristics that contribute to differential fitness (principle of inheritance).*
- (Mesoudi, 2016, p. 484)

O que estes princípios abrem é a possibilidade de se compreender a evolução da cultura (e a sua cumulatividade) como tendo padrões de selecção, mutação, e *drift* ao longo do tempo. Como tal, presume-se um modelo no qual a cultura evolui para a forma mais eficaz para grupos de indivíduos, com a preocupação sendo a percepção de quais os elementos específicos que são seleccionados, e de que maneira estes se interrelacionam com outros – incluindo-se aqui a ideia da evolução da cultura ser facilitada pela existência de determinados “precedentes” (Enquist, Ghirlanda, & Eriksson, 2011). Como tal, não existe aqui uma descrição ao nível de um sistema que seja directamente traduzível, ainda que análises como as de Enquist e Richerson tenham proximidades notáveis com a abordagem que aqui propomos.

A evolução cultural de um sistema prende-se com o processo dinâmico de selecção dos elementos culturais que fazem parte desse sistema, de forma que seja vantajosa para o próprio sistema. Como antes aludimos, tal descrição não tem associada qualquer ética ou moral: um sistema com dinâmica evolutiva aqui terá processos dinâmicos nos quais os sistemas possuam grupos de indivíduos, ou indivíduos solitários, que aumentem a sua adaptabilidade e capacidade de perdurância no tempo. A

normalização semântica, a variação de protótipos, a persuasão ou exercício activo de poder são, nesse sentido, marcas de tais tendências evolutivas.

**SH<sup>B</sup>23:** A evolução cultural de elementos segue um processo de transmissão de representações mentais através de comportamento (comunicação).

#### 4.3.3 A Formulação de Princípios Dinâmicos

Como antes anuímos, os modelos anteriores poderão apenas servir de bases estruturais para a modelação de fenómenos, mas não são estes mesmos fenómenos (pelo menos no domínio que nos interessa). Não presumindo quaisquer princípios dinâmicos à partida, somos livres de descobrir, segundo a aplicação das proposições da nossa conceptualização, os efeitos dinâmicos que este tipo de sistema cultural tomará. Ainda assim, no entanto, impera que estabeleçamos algumas notas de base.

Um desses aspectos prende-se com a **dinâmica derivada da comunicação**: assumimos implicitamente no ponto sobre grupos que os indivíduos comunicam as suas significações sobre sistemas culturais, e, inclusive, mencionámos alguns efeitos associados a pressões de grupo que podem estar associados a isto. No entanto, há uma forma de comunicação bastante mais básica que também leva à dinâmica: a **transmissão intergeracional**. Com Bourdieu, podemos notar que o sistema de educação tende a formar determinadas ideias nos indivíduos, e inclusive estipular-lhes comportamentos e formas prescritivas de acção, nomeadamente, no sentido de reproduzir lógicas de classe (Bourdieu & Passeron, 1990). O mesmo autor notou extensivamente que as famílias tendem a reproduzir as suas concepções e percepções do mundo social, inclusive noções de gosto, e noções de valor cultural (Bourdieu, 1984<sup>a</sup>, 1986). Por essa razão, convirá presumir que existe alguma forma de proximidade entre gerações dentro de grupos sociais – quer positiva, quer negativamente, onde, por exemplo, determinados filhos irão rebelar-se e assumir posturas contra ou, pelo menos, mais extremas que os seus pais, subscrevendo, por exemplo, a subculturas (Brake, 1980; Muggleton & Weinzierl, 2003).

**SH<sup>B</sup>24:** A transmissão vertical de conhecimento – de pais para filhos e de professores para alunos, nomeadamente – tem um forte poder de persuasão, e leva a consistência nas significações.

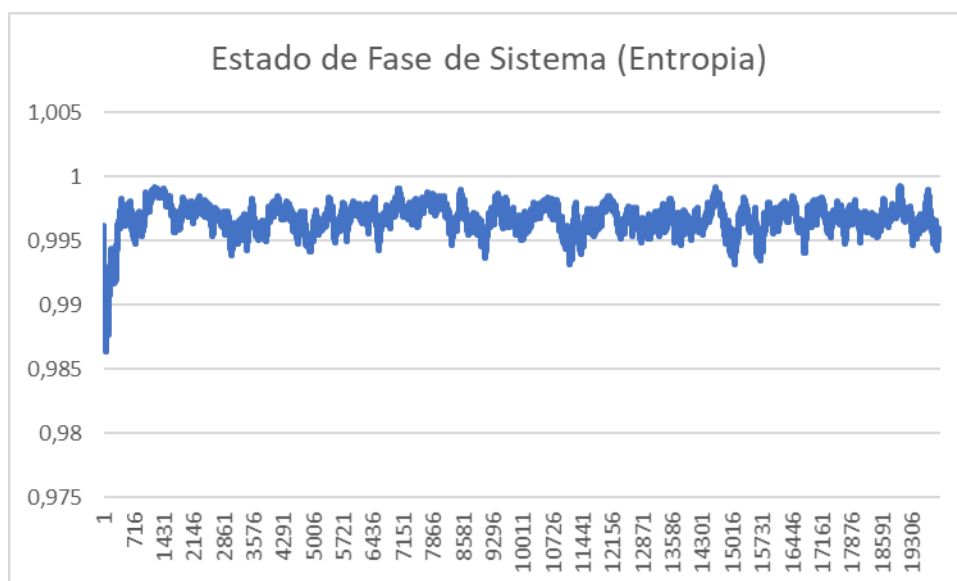
**SH<sup>B</sup>25:** A transmissão horizontal de conhecimento – entre pares – tem especial poder quando existe desconfiança das relações verticais e figuras de autoridade.

Avaliando várias formas de analisar a evolução cultural, Kashima (2014) nota que transformações podem existir por processos que se ligam com tudo isto, de forma aplicada: a maneira como os indivíduos adquirem, processam e transmitem informação implica que exista alguma forma de selecção, e convencionalização dessa informação. Essencialmente, aqueles elementos que persistem de uma dada comunicação tendem a ser aqueles que, de alguma maneira, reproduzem as pertenças de grupos dos indivíduos que executam a transmissão.

**SH<sup>B</sup>26:** A transmissão em série – pelo método de reprodução em série (Kashima, 2014) – leva a distorções que favorecem significações que reproduzem a lógica do grupo, ou grupos, de pertença.

Em termos práticos, a análise de dinâmica que procuramos executar passa, essencialmente, pela análise de espaços de estado de um sistema, tentando variar índices respectivos a propriedades como os que descrevemos acima. Aqui não se trata de descrever exactamente com que signos se compõem o sistema, mas sim traçar relações precisamente como a dispersão do sistema face aos seus signos, analisar a importância relativa de determinadas categorias, a importância relativa de determinadas propriedades de agentes, aspectos ou tipos, entre outros potenciais caminhos. O Gráfico 1, em baixo, denota um tal exemplo:

*Gráfico 1 - Estado de Fase de Sistema de três categorias co-dependentes dado pela entropia do sistema*



Fonte: Elaboração própria; exemplo de simulação retirado do modelo SignWorld (cf. Secção 7.2.2.2)

Em grande medida veremos ainda que existem bastantes vantagens em tratar determinados processos, presumivelmente determinísticos – como a interpretação de um elemento segundo uma dada categoria – como se estes fossem probabilísticos, dado que tal simplifica fortemente o esforço de construir modelos. Tal dá-se pelo carácter preliminar destas investigações, sendo que desejavelmente seria possível construir descrições desta evolução sem recurso a aleatoriedade desnecessária; contudo, como veremos na segunda parte, tal pressuposição prática ajudar-nos-á bastante. Voltaremos a estas questões mais à frente.

**SH<sup>B</sup>27:** A interpretação dos indivíduos de um dado elemento particular, quanto a uma ou outra categoria, é modelizável probabilisticamente

Com isto em mente, vários tipos de sistemas podem ser tidos como relevantes – e a disseminação de termos que remete para eles indica precisamente isso. Um tipo que não exploraremos, mas que parece particularmente relevante tendo em conta a construção de cultura que fizemos, é um sistema antecipatório – um sistema que contém “em si” (nos indivíduos que agem dentro dele) uma versão de si mesmo. Nas palavras de Leydesdorff:

*“Systems which entertain a model of themselves can be considered anticipatory (Rosen, 1985); such systems are able to explore states other than the realized ones using the model that they entertain, and thus optimize the states that are instantiated. Dubois (1998) added that a strongly anticipatory system can shape its present state on the basis of the model entertained by it;”* (Leydesdorff, Johnson, & Ivanova, 2018, p. 7)

Tais propriedades, como a antecipação do sistema, e aquilo que Leydesdorff chama “redundância” informacional, podem, nesse sentido, ser consideradas como parte da dinâmica estrutural de um sistema cultural, ao dizer que o próprio estado do sistema pode ser de alguma forma previsto e transformado pelos agentes presentes. Não podendo aqui explorar muito mais intersecções deste tipo, tais relações parecem-nos particularmente frutíferas de investigar.

**SH<sup>B</sup>28:** Um sistema é considerado antecipatório quando existe, a nível dos agentes que agem no sistema, uma avaliação modelativa do estado do sistema, e uma acção guiada pela dinâmica esperada do sistema.

## 5. Perspectivas Teóricas sobre o Património

### 5.1. A Constituição do Sistema Patrimonial

Tendo uma descrição como a anterior, importa agora traçar as especificidades do sistema patrimonial, de forma a podermos construir um modelo analítico adequado para o contexto empírico de Tomar. Mais do que percorrer o campo dos estudos de património na busca de entender como podemos espalhar a questão do que é o património, tendo já definido que nos importa falar de **domínios interpretativos**, bem como de **relações características**, como estes aparecem num dado contexto, podemos entender desde já que nos interessará definir o património na base de uma categoria: tomando “Património” como algo que os indivíduos consideram ter associados determinados elementos, com um protótipo individual, etc. E, por seu turno, de forma a perceber melhor essa noção, interessar-nos-á perceber a **rede semântica** de património, de forma a compreender a sua **autonomia**, bem como a autonomia das categorias que o co-constituem. Em tudo isto temos que assumimos sempre o sistema como sendo marcado por acções e interpretações, e analisável com um conjunto restrito de indivíduos.

Não obstante esta admissão, será sim importante situar que tipo de debates existem quanto às categorias e elementos que se tem como compondo o património, bem como os processos dinâmicos inerentes a isto. A multiplicidade de questões que marca o campo apresenta-nos um desafio bastante grande ao nível de perceber qual a matriz de debates existentes. No entanto, ao olharmos para o corpo analítico dos estudos de património, desde Choay (2001), Bourdin (1996, 2005), Harvey (2001), Smith (2006) a Waterton & Watson, no seu volume sobre as actuais problemáticas que assaltam o campo de estudos (Waterton & Watson, 2015b), deparamo-nos com uma questão desta ordem, que parece ser transversal: quais é que são as categorias vinculadas com património (ou as formas de patrimonialização de ordem social) que são dominantes num contexto? Quais é que são os elementos que aparecem consistentemente e que são frequentemente tornados parte da experiência patrimonial? Será a comunidade e a construção de ideia de comunidade que reconhece uma memória colectiva (Waterton & Smith, 2010), ou uma decisão política que tenta impor as suas representações



nacionalistas para forjar maior proximidade entre os indivíduos (Winter, 2015)? De que forma é que o turismo contribui para forjar uma ideia do que é património a nível generalizado, lançando determinados “olhares” que incitam a que determinados elementos, análogos ao que carregam como a sua categoria de património, sejam assim entendidos (Urry, 2002)?

Assumir que tais sistemas sociais interagem conceptualmente com o património, definindo-o e afirmando-o, e que este património, por seu turno, os influencia, é algo que, de resto, vemos aparecer no curso dos trabalhos de património: em Tunbridge *et.al* (2013), bem como em Smith (2006), vemos a noção de discurso representando a ideia do património, e do que o define, como algo que é contestado e sujeito a múltiplas forças definidoras com diferentes interesses e provenientes de diversas estruturas sociais, nomeadamente o nacionalismo e o capitalismo, forjando formas de interpretar elementos como património na base dos seus domínios interpretativos. A diversidade inerente aos debates leva-nos, desde logo, a duvidar que se possa falar de um reducionismo do património a um só sistema, e, mais ainda, que os autores em causa se possam reduzir apenas a uma categoria; procedemos, por isso, a invocá-los tematicamente no sentido de perscrutar o campo de análise produtivamente, e não com intenção de descrever integralmente as questões.

#### 5.1.1 Património Objectivo

A primeira concepção que nos interessará vislumbrar de património coloca-se menos, enquanto uma categoria considerada primordial, para aceder ao património, e mais como uma definição transversal do que é, como funciona, como é encontrado, e como deve ser ministrado o património: esta situa o património como um conjunto de entidades que, independentemente de grupos sociais os reclamarem claramente, serão importantes de conservar, preservar e interpretar, e que são a tutela de grupos de especialistas cuja função é:

“(…) revelar, aos visitantes que desejem tal serviço, algo da beleza e da maravilha, a inspiração e significado espiritual que está por detrás daquilo que o visitante pode perceber com os seus sentidos” (Tilden, 1977, p. 4) (*tradução nossa*)

No lugar de ver o património como um sistema social negociado e sistematicamente sujeito a revisão, esta visão entende o património, como algo relativamente estático, sujeito a poucas transformações se bem cuidado, derivado a partir de uma análise cuidada dos elementos e das narrativas históricas. O racional está em encontrar o património e potenciar nos indivíduos uma busca pela apreciação dos elementos, tarefa que se torna a tutela de um gestor de património, em termos da preservação, conservação e, crucialmente, a interpretação (Richard Harrison, 1994; Tilden, 1977). O papel dos especialistas aqui é de servirem de **mediadores** que ligam os agentes aos elementos patrimoniais, um papel que, por seu turno, as instituições políticas assumem em seguida – sendo em particular esse tipo de mediação que discutiremos.

A lógica que parece justificar esta perspectiva pode ser dada por um argumento simples, contrastando-a com as restantes abordagens que discutiremos: num dado momento algo que no futuro pode vir a ser identificado como património, por um grupo de referência, pode ser desconhecido dos indivíduos, ou activamente suprimido; os indivíduos podem não possuir informação suficiente para vincularem o elemento com qualquer estrutura significativa; ou pode não existir em geral qualquer registo daquele elemento que permita uma significação. Se não existir uma estrutura técnica que alicerce o que é relevante, em função de determinados critérios, e o mostre aos indivíduos, o património seria condenado a incluir apenas elementos banais, triviais e derivados da vivência quotidiana. No lugar disto, a perspectiva objectiva instala um conjunto de critérios considerados seguros, que permitem separar o relevante do irrelevante ao longo do tempo – sendo que a questão assenta sobre que critérios são esses, quem os decide, e porquê, que está na base da crítica de autores como Laurajane Smith (2006). Em termos sumários, a concepção objectiva de património diz que o património existe enquanto categoria em si, como o produto de uma avaliação de um especialista ou um técnico.

A existência e as ferramentas utilizadas por tais especialistas serão certamente passíveis de crítica, nomeadamente por incluírem tão pouco a opinião dos indivíduos mais envolvidos no sistema territorial; não obstante, parece-nos intuitivo que existam alguns destes processos onde a inclusão de opinião pública, em assuntos de interesse

limitado ou informação diminuta, não possa ser praticável. Mais que tudo, ignorar tal perspectiva está fora de questão em termos do seu impacto no Discurso Patrimonial Institucional (DPI): esta constitui o grosso das directrizes de identificação de património a nível internacional (Blake, 2000), bem como nacional (“Lei de Bases do Património Cultural,” 2001), e a ideia do especialista que identifica o património encontra-se fortemente codificada em termos institucionais.

O que esta perspectiva nos diz, de interesse para a concepção construcionista que temos vindo a expor, é simultaneamente uma concepção normativa e positiva: ela diz que o património, enquanto conceito, **é** circunscrito a factores objectivos, e diz que o sistema patrimonial **deve** ser aproximado desse conceito de património, através de esforços de interpretação<sup>6</sup>. Por essa razão, os esforços são dirigidos precisamente para tentar aproximar essas perspectivas – e, nesse sentido, podemos considerar que o seu sucesso estará em conseguir, efectivamente, aproximar o património da visão institucional; como podemos intuir, tal dificilmente se verificará, ora por **sobrevalorização** (os indivíduos consideram menos elementos do que o DPI), ora por **subvalorização** (o DPI não inclui todos os elementos que os indivíduos consideram). No final da dissertação poderemos olhar mais aprofundadamente para estas questões.

Tais “factores objectivos” são suficientemente vagos para abarcar não só características tidas como universalmente acessíveis e proprietárias dos objectos, – como também elementos da estética dos objectos, a atractividade pessoal que desencadeiam, a história de uma nação ou de uma comunidade, ou elementos como a “autenticidade”, “exemplaridade”, entre outros. Estas referem-se a múltiplas concepções de património de cariz constructivista, tendo especificidades e nexos de explicação diversos, e importa perceber como operam

### 5.1.2 O Património e os Grupos de Referência

Inerente precisamente à ideia que antes expusemos – do património como tendo uma natureza objectiva e criteriosa – aparece frequentemente a referência a uma história e um “legado” nacional considerado de relevância. A perspectiva que, nesse sentido, podemos logo de seguida identificar, até em termos intuitivos, é a que associa

o património aos elementos que pertencem à história de um dado território ou de uma dada população de referência.

Presumamos a forma forte deste pressuposto para propósitos de uma discussão inicial: a valorização na categoria de património é contingente da valorização dos elementos numa narrativa histórica, todos os elementos mobilizados existem no sistema conceptual da história, e os acessos feitos a património são por interpretantes da história nacional. Uma consequência desta pressuposição é que o património **é aquilo que deve ser preservado** para permitir o acesso a essa categoria histórica. A questão aqui subjacente levar-nos-ia longe demais, mas podemos aflorá-la: devemos assumir que a categoria histórica é **neutra**, ou seja, que existe algo de essencial na categoria histórica, vastamente reconhecido, que faz com que os elementos historicamente valorizados (sejam eles objectos, narrativas, ou outros aspectos) o sejam naturalmente? Devemos, pois, ser constructivistas no património e essencialistas na história?

Apesar da visão de senso comum que podia inclinar-nos para uma resposta positiva (a história sendo vista, no fundo, como apenas história), o que encontramos generalizadamente tanto no campo dos estudos do património (Hewison, 1987; Lowenthal, 1985), como na historiografia de século XX (Carr, 2002; Collingwood, 1956; Foucault, 1969), é a ideia de que a história é importada para o presente, valorizada em função de um dado contexto concreto, seleccionada pelo historiador e negociada numa dada existência socialmente determinada. O valor histórico de um evento não o é fundamentalmente, mas sim contingente a uma narrativa historiográfica que lhe conota importância, que, por seu turno, pode obedecer a uma estrutura social, de um dado sistema onde tal narrativa serve para reforçar uma dada significação ou acção.

Por outras palavras, a categoria histórica aparece-nos, sem grandes surpresas, como outro sistema socio-conceptual no qual os elementos podem cair. Os indivíduos predicam esses eventos como pertencendo ao sistema, e a sua valorização – a elaboração de uma escala de pertença para esses eventos – faz-se em ligação com outras categorias. O património serve, dessa maneira, como algo que permite aos indivíduos acederem aos elementos da história nacional, e, inversamente, aquilo que é visto como património é contingente de ter relação com a história nacional numa dada estrutura interpretativa.

Com autores como Lowenthal (1985) ou Hewison (1987), essa estreita ligação aparece dada por contingências económicas ou sociais, como a perda das colónias na Grã-Bretanha, ou uma busca de maior turismo ('enfeitando o passado'). Os objectos patrimoniais são tidos como representando para os indivíduos determinados elementos desse passado; a preservação dos elementos funda-se nessa base – sendo que tal acesso não funciona para todos os indivíduos, mas antes para subconjuntos específicos, como a classe média, na base da qual se fala de múltiplos “discursos” sobre o passado (estruturas de significação estabelecidas por grupos de indivíduos). Por essa razão, dizer que a categoria histórica determina o património poderá, na melhor das hipóteses, constituir um início de uma explicação; é necessário especificar de quem é a história que orienta e organiza o património, ou, mais concretamente, definir o aspecto ou a propriedade do sistema socio-conceptual.

Uma elaboração de supra, com termos ligeiramente diferentes pode ser encontrado através da ideia de memória colectiva: aquilo que é património é-o por representar uma memória colectiva de uma população ainda existente, e com tendência para ser localmente fundada. Tal conceito, definido originalmente por Maurice Halbwachs (1992), procurava capturar a ideia de que, em dados contextos (especialmente grupos), há conjuntos de elementos proposicionais, rituais, acções e práticas, valorizações, conhecimentos, etc, que são parte integrante daquele grupo – na nossa linguagem anterior da tese, constituem critérios de pertença ao grupo. Por esta lógica, o património seria património de um grupo de indivíduos, e os elementos que mais se predicam como património seriam aqueles que mais mobilizam indivíduos a predicarem-nos como tais. De forma análoga a Halbwachs, autores como Hobsbawm e Ranger (1983), Anderson (2006), entre outros, desde cedo começaram a falar de uma memória colectiva de uma nação, uma ideia de partilha inerente a indivíduos situados dentro da estrutura de um estado, no qual os critérios de pertença ao grupo se faziam pela partilha de determinados elementos considerados fundacionais para esses grupos, e, especialmente, activamente reproduzidos de forma a formarem formas de consenso que não existiriam sem esse esforço. A ideia é, pois: aquilo que é património, é-o em função da existência de uma ligação a uma nação, projectada para manter controlo dos cidadãos, promover união, gerar laços, sob peso de exclusão de inúmeras narrativas

dissidentes ou de, em muitos casos, produzir elementos exagerados ou puramente inventados.

Como nota Tim Winter (2015), é difícil dizer que tal associação esteja meramente no passado histórico dos momentos que vivemos actualmente. A associação de património ao nacionalismo permite-se acontecer, por exemplo, com a demolição das várias construções pós-clássicas nas Acrópole gregas, ou no caso português, o processo de “purificação” do interior dos castelos portugueses (A. S. F. Almeida, 2012, p. 35) – muitas vezes, inclusivamente, dissociando o elemento da forma original que se quer proteger<sup>19</sup>. Winter nota, por essa razão, que não é acidental que aquilo que em muitos casos se continua a valorizar fortemente são elementos que pertencem a uma história nacional, algo que está inscrito na lei<sup>20</sup>.

A ideia de que a participação pública, o envolvimento das comunidades, e práticas de historicização do passado, que enfatizam uma forma de “comunidade”, formam um domínio de património que tem também algum peso dentro dos estudos de património, algo que fará algum sentido: ambos os conceitos são vagos, e têm potencial para ser mutuamente constitutivos, uma comunidade sendo definida pelo seu património, e o património definido pela existência de uma comunidade de referência (Crooke, 2010, p. 17). Não obstante as indefinições do conceito de comunidade na discussão de património (Waterton & Smith, 2010) a ideia de que os locais formam a sua própria definição de património tem bastante heurística: identifica-nos um conjunto de indivíduos num território como fazendo uso das suas práticas sociais e memorializando elementos que pertencem a um modelo de história diferente do estado nação (Mydland & Grahn, 2012), e que se prende com discussões a um nível de grupo que é concebível pelos próprios indivíduos, no lugar de uma entidade abstracta.

---

<sup>19</sup> No caso dos Castelos em Portugal, nunca houve um momento em que os indivíduos não vivessem dentro deles; mas o Estado Novo produz uma limpeza sistemática destes elementos para preservar uma ideia imaginária de grandeza.

<sup>20</sup> Logo no primeiro artigo, a lei de bases consagra este vínculo do património a uma identidade nacional: “A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.” (“Lei de Bases do Património Cultural,” 2001)

Uma tal perspectiva, em termos fundamentais, dirá: o património é aquilo que tem uma comunidade, que, por sua vez, o designa como tal. Uma tal ideia não aparece apenas como uma descrição analítica, mas surge de novo associada ao vínculo preservacionista, como um imperativo: aquilo que a comunidade valoriza mais deve ser preservado como património, de forma a tornar acessível a história da comunidade para os indivíduos que venham em seguida. A sua aplicação em termos legislativos tem bastante história, especialmente em países como o Reino Unido, ainda que de uma forma substancialmente menos explícita do que a descrevemos aqui. Ora na forma de “história local”, ora como “comunidade”, o património é assim visto como algo que existe localmente, mesmo que tal continue a ser visto como parte de uma tarefa especializada e pouco participativa (Gentry, 2013). Mas mais do que tudo, perceber de que forma é que estas categorias contribuem concretamente para a noção de património, e vice-versa, pode iluminar-nos sobre o papel diferencial que surge na população em termos dos elementos valorizados, e qual o escopo que sai fora do património em termos legislativos, e que pode servir como parte de um envolvimento mais profundo, e mais criativo, do turismo.

### 5.1.3 O Património e a Representação Turística

Uma variação notável deste estilo de concepção de património surge no século XX, do lado da crítica ao turismo. A ideia é a seguinte: não importa à partida qual a categoria que constitui o património para uma dada população de referência, dado que o turismo, e os seus impactos directos e indirectos, tendem a levar a que aquilo que é considerado património seja aquilo que, de certa forma, se coaduna com os seus interesses: elementos que podem ser commodificados (Urry, 2002), que podem de alguma forma representar o local semioticamente (MacCannell, 1999), entre outros aspectos.

O modelo clássico que move autores como MacCannell (1999) e Urry (2002) é o do turista que busca a “autenticidade” de um território – um termo cujos abusos têm sido sistemáticos (Shepherd, 2002; Wang, 1999), mas que continua a apresentar tal heurística que o encontramos em pareceres legais e na própria lei de bases do património (“Lei de Bases do Património Cultural,” 2001) – ou seja, a busca por um território como ele se apresenta “naturalmente” ou “originalmente”. A nossa noção de

modalidade enquadra-se aqui bastante bem – o olhar, a forma de estar e de encenar aquilo que é visto como “autêntico”, aparece no turista de forma paradoxal, como uma busca que poderíamos chamar sem exagero de voyeurismo – querer ver sem ser visto, querer estabelecer uma significação dos elementos sem que estes tenham a possibilidade de agir ou reagir. Essencialmente, a autenticidade procura, por essa razão, uma espécie de elemento essencializado que está perdido à partida – o indivíduo quer assumir o que Merleau-Ponty referia como a ideia de “olhar do nada” (Merleau-Ponty, 2012, p. xi) . Como Dean MacCannell afirma, no entanto, tendencialmente tal representação leva a uma projecção de uma frente – nos termos Goffmanianos, de um *backstage* aparente, que é na realidade o *front-stage* de um conjunto de indivíduos apostados em projectar a ideia de autenticidade.

Por seu turno, no processo de adequarem economicamente o contexto aos interesses dos turistas, os *stakeholders* situados no local partem muitas vezes em lógicas de *branding* e marketing territorial (Du Cros & McKercher, 2015) que visam encontrar aspectos distintivos – recursos endógenos que capturem a atenção do turista num contexto altamente competitivo, e que visem promover a sustentabilidade dos locais em termos sociais e económicos (Richards, 2016; Russo & Richards, 2016).

O turista é assim visto como alguém que, pelo seu olhar, e pela sua busca de autenticidade, deforma o património com o qual se encontra, porque incita a que os indivíduos que seriam os seus *gatekeepers* – os indivíduos que encenam tradições, ou, no nosso caso, a população local ou os decisores políticos – a vincular património com aquilo que os turistas buscam, e, dessa forma, ramificando para dentro dos sistemas anteriormente descritos – como o estado nação, ou a comunidade, nos seus processos de historicização – efeitos de feedback e acoplamento. Tal processo seria muito mais complexo do que conseguiríamos tratar no contexto deste trabalho, pelo que podemos focar-nos, mais especificamente, num caso que MacCannell discute em termos das implicações semióticas: a forma como os indivíduos buscam fotografar, conhecer e estar em sítios que, de alguma forma, “marcam” o local, ou seja, procurando encontrar “peças” do local que visitam, e vinculando a ideia de património que têm àqueles aspectos que mais intensamente descrevem os locais que capturam a ideia do local.



Esta é uma categoria – a “Representação” – bastante simplificada face à complexidade dos olhares turísticos, mas uma que descreve aptamente uma concepção de património como estando indexado ao olhar constructivo do turista, e que é fácil de perceber: aquilo que é património são as igrejas, as praças, os castelos, etc que os turistas buscam porque circulam nos meios de comunicação social como tendo relevância no contexto,.

#### 5.1.4 Condicionamentos Sociais

Um conjunto de aspectos parecerá omissos desta discussão: não falámos, até aqui, dos aspectos sociais, económicos e étnicos que influenciam a forma como os indivíduos se envolvem com o património. Como nota Dicks (2017), na linha de Bourdieu, a experiência de património é, no entanto, algo que é activamente social, formado na linha de um determinado “habitus”, ou seja, um conjunto de disposições e predisposições para se reconhecer determinados elementos como sendo parte do património histórico e cultural, ou não. Em particular, a noção de campo de Bourdieu, que aparece de forma análoga à de um grupo difuso bourdeusiano que formulámos anteriormente (**AXH3**), tem aqui relevância: indivíduos com maior pertença ao grupo, por virtude de terem sido educados e legitimados na sua busca de reconhecimento social e validação, terão maior disposição para fazer interpretações de elementos como sendo património em linha com o estabelecido predominantemente pelo grupo; e, por contraponto, aqueles indivíduos que estejam mais nas franjas, terão menos probabilidades de o fazer. Em termos concretos, aquilo que autores como Dicks notam é que, ao olharmos para a estruturação do património, teremos de nos perguntar se aquele padrão de estruturação não tem subjacente uma lógica de poder distribuído por diversas relações sociais – de género, de etnia, de classe – que medeiam a interpretação.

A forma como isto verte para o nosso trabalho é, precisamente, colocar-nos a estrutura dos grupos sociais que predicam a interpretação no centro das questões legítimas acerca de património. Perceber de que forma estruturas das várias ordens relacionais influenciam a forma como a significação se faz, poderia dar-nos a entender que tipo de recortes seriam mais relevantes nessa ordem, dado que não só as várias relações se sobrepõem, mas poderíamos ter intuições perfeitamente contraditórias

sobre a lógica de representação: poderíamos pensar que por serem mais idosos, e menos educados e vivenciados, pessoas de idade teriam tendência para mencionar os mesmos elementos, adotando uma postura limitada, por contraponto com uma juventude mais educada, mais cosmopolita, e mais aberta a variações e contestações críticas; e, ao mesmo tempo, poderíamos pensar que essa mesma camada jovem, ao partilhar um conjunto de referências culturais e sociais, e por ter muito mais acesso a informação a todo o momento pelos mesmos canais, poderia construir consensos mais fortes derivado de se adoptar uma posição comum. Ambas as possibilidades seriam hipotéticas, e teriam implicações diferentes ao nível dos resultados esperáveis dos dados<sup>21</sup>.

No entanto, por questão de limitações do estudo, o uso que podemos fazer deste tipo de condicionamentos sociais é pouco amplo: por um lado, uma análise que relaciona a educação ou a idade será limitado, e obtém pouca variabilidade devido aos níveis pouco substanciais de respondentes. Por outro, em termos dos estudos de simulação, a complexidade constitutiva dos grupos, a propósito de uma dada representação de património, não é vista com toda a profundidade que seria desejável, existindo no seu lugar uma modelação implícita de concepções grupais de património. Este é um dos domínios que consideramos mais limitados deste estudo, e que esperamos poder vir a desenvolver em trabalhos futuros.

#### 5.1.5 Sumário teórico

As anteriores teorias sobre o património apresentam-nos essencialmente modelos teóricos sobre o que pode constituir o património – sobre as categorias que podem adequadamente explicar os elementos patrimoniais, e que podemos esperar terem mais peso em termos interpretativos sobre o património, e sobre o tipo de divisões dentro dos grupos que estabelecem essas interpretações. Todas elas nos permitem igualmente estabelecer tais categorias, como estas, existem junto de outros sistemas sociais – quer seja em termos do turismo, quer do nacionalismo – dando-nos uma semântica para

---

<sup>21</sup> Em termos dos temas que Dicks discute, mais ainda, a forma como os indivíduos apropriam o património ou se distanciam dele seriam ainda temáticas interessantes que não abordaremos aqui.

interpretarmos o que significa que um sistema de património seja fortemente arreigado a cada uma delas: um património exclusivamente associado à história nacional podendo ter valores limitativos para uma concepção mais localista, e desprezando a variedade de interesses turísticos, ou conversamente uma perspectiva muito focada na representação turística, não tomando em conta os aspectos de memória colectiva ou de estética associados ao contexto, etc.

Utilizar qualquer uma das perspectivas como uma definição de património, sem atenção ao contexto, seria antitético à forma como temos vindo a discutir estas questões. Em vez disso, aquilo a que temos aludido continuamente é que estas várias formas de representação do património constituem categorias que lhe estão conexas – numa forma de **rede semântica** – de tal forma que essas categorias permitem aceder ao património ao conduzirem as interpretações através dos seus protótipos: essencialmente, consoante o poder dos laços semânticos entre categorias, podemos perceber a importância das várias categorias conexas na definição da categoria implícita de património, dessa forma defendendo que o património não deve ser visto como uma estrutura *a priori* redutível nem a intersecções de sistemas, nem a propriedades de grupos – e é precisamente isto que procuraremos mostrar empiricamente.

## 5.2. A Dinâmica do Sistema Cultural Patrimonial

Na secção anterior falámos do património como um processo contínuo, operado por grupos num dado momento, em linha com as notas de Harvey a respeito da actualização processual dos elementos para as narrativas sociais presentes (D. C. Harvey, 2001). Fará sentido especificar melhor a divisão – naturalmente analítica e artificial – entre a constituição e a dinâmica: entendemos como parte da constituição do património e da análise estática perceber o que, ~~é~~ num dado momento, define o património, e como parte da análise dinâmica perceber que influência é que determinadas acções e intervenções terão sobre os aspectos concretos do sistema, quer provenientes de mediação política, técnica, social, quer da mera interacção de grupos orientados a comunicar as suas preferências sobre determinados elementos.

Iremos, por isso, preocupar-nos com dois conjuntos de questões que são mais preliminares na sua formulação que os anteriores, e mais incipientes nos seus resultados: por um lado, a questão fulcral da informação interpretativa<sup>G</sup> – marca central das intervenções junto dos sistemas patrimoniais – enquanto processo de recepção por parte dos agentes, essencialmente tentando traçar os efeitos que a distribuição de informação tem junto destes; e, por outro, como é que a evolução de significados opera em termos da relevância relativa das categorias num dado contexto, como efeito de interpretação sucessiva por parte de agentes simplificados, organizados em estruturas grupais e com comunicação orientada para as valorizações dos grupos.

#### 5.2.1 A importância da interpretação<sup>G</sup> patrimonial

Antes falámos de Freeman Tilden a propósito da sua menção do papel dos especialistas como curadores e protectores dos elementos patrimoniais – mas a sua frase mais famosa, já em si uma citação, é, na verdade, acerca do papel da interpretação como parte da gestão de um sistema patrimonial e de um discurso patrimonial institucional:

“Através da interpretação, compreensão; através da compreensão, apreciação; através da apreciação, protecção” (Tilden, 1977, p. 35)

É questionável que Tilden quisesse, com isto, insinuar que o processo de interpretação leva linearmente a um desejo de preservação, como se existisse algo de intrínseco no conhecimento daqueles elementos que são patrimonializados e interpretados que levaria os indivíduos a quererem preservá-los, e antes a ideia possa ser que, através de uma apresentação dos elementos patrimoniais, os indivíduos possam activamente trazer para si, para os seus grupos, e para as suas representações os elementos patrimoniais. Tal continua, no entanto, a ser um modelo de comunicação, interpretação e transmissão de significado que deixa algo a desejar: quem serão os indivíduos? Como é que eles interpretarão a informação? E que informação é que lhes está a ser administrada?

Mais do que simplesmente abrir caminho para se preservar um elemento, é acordado que a interpretação<sup>G</sup> patrimonial constitui uma ferramenta fulcral de

construção dos sistemas conceptuais que se associam com esse património (Uzzell, 2006) – as categorias em cima – e que torna determinados elementos mais relevantes do que outros dentro de um sistema. A interpretação<sup>G</sup> abre caminhos para um elemento, que não seria associado, passar a pertencer a um dado sistema, para que um elemento seja visto noutro contexto, para que se abram novas categorias de interpretação, e para que indivíduos que antes não estabeleceriam significações face ao objecto sejam chamados a tomar uma posição – nomeadamente, quando ocorre uma re-interpretação de eventos há muito consagrados historicamente de um ponto de vista, por exemplo, a análise da importância das narrativas de populações negras na história da expansão marítima portuguesa. Esta noção de interpretação prende-se com a visão multifacetada de interpretação de autores como Russel Staif (2014), que notavelmente acordam com noções como a incorporação, a estética e a experiência fundamentalmente situada do património (de forma análoga aos pressupostos que tomámos para os nossos agentes) – e de igual forma com o modo como a interpretação do conhecido e do desconhecido pode, dadas as circunstâncias certas, ser virtualmente indistinguível, de tal forma que algo há muito conhecido é visto como inerentemente novo (como uma interpretação radicalmente nova), e vice-versa. Isto é relevante, fundamentalmente, porque nos indica que a experiência do património parece ter uma componente fortemente incorporada (  $\vdash$ AHB1) e que esta não é idempotente – aceder a peças de informação duas vezes não tem necessariamente o mesmo efeito (  $\vdash$ SHB18).

Como Juval Portugali (2011) nota, dentro de determinadas redes de interrepresentação, o papel da interpretação é, precisamente, o de tentar estabilizar uma determinada intenção comunicativa em certos elementos, fixar o seu significado de forma a que tal interpretação sirva como uma “tábua de salvação” num mar de constante ressignificação. Mas o perigo disto é conhecido: Uzzell (2006) repara que dentro do movimento de conservação, especialmente vinculada a uma visão do passado que o romantiza como sendo mais simples e mais fácil, menos poluído e alterado pelas forças contemporâneas, o objectivo torna-se em procurar encontrar uma forma de comunicar algo que já é tomado como certo, e que apenas se procura otimizar tecnicamente. As suas palavras sobre a interpretação são particularmente ilustrativas:

*“Interpretation is, I suggest, stuck in a rut where the how has become more important than the why. Interpretation will only have a significant impact on society and contribute to global citizenship when practice is informed by consciously articulated theory” (Uzzell, 2006, p. 2)*

Por esta via, a interpretação enquanto *prática* – enquanto a providenciação de informação sobre um dado elemento patrimonial – torna-se numa determinada escolha que é feita acerca não só daquilo que se quer que os indivíduos aprendam num dado contexto, mas também sobre as experiências e as vivências que se quer que estes tenham. As implicações que tal tem nos sistemas conceptuais, no entanto, não é imediatamente claro, dado que emerge de um conjunto de propriedades psicológicas e socio-psicológicas dos indivíduos: será o mesmo dar informação a indivíduos que já interpretaram várias vezes o mesmo contexto e que o fazem pela primeira vez? Será análogo, em termos da incorporação de informação, providenciar interpretação<sup>G</sup> com códigos de linguagem de uma classe burguesa a indivíduos com baixa escolaridade?

Assumindo esta ideia de interpretação temos, igualmente, que esta funcione como uma prática de regulação da estrutura dos sistemas socio-conceptuais, de várias formas: manipulando a distribuição e centralidade de certos elementos, a sua distribuição qualitativa, ou, ainda, criando efeitos de reflexão junto dos indivíduos. Perceber quais são os efeitos da interpretação<sup>G</sup> junto dos sistemas socio-conceptuais parece-nos um caminho de análise de comunicação particularmente frutífero, e um que fará tanto mais sentido de tentar analisar em contextos ecológicos. Analisar, por isso, estes efeitos práticos e também a forma como a selecção de categorias afecta o património tem relevância para além do sistema directamente sob estudo, e afigura-nos como algo digno de investigação.

### 5.2.2 A dinâmica de categorias

A questão anterior poderia ser formulada, em termos sistémicos da seguinte maneira: que meta-propriedades do sistema (como são a heteronomia, a entropia, ou a centralidade de certos elementos) são alteradas quando a interpretação<sup>G</sup> é introduzida? E tal questão poderá ter certamente uma resposta, se formos capazes de formular como é que a interpretação forma o sistema conceptual – como é que, das interpretações individuais, surge algo que podemos analiticamente definir como o sistema. Para isso

bastaria em bom rigor formular um modelo semiótico de interpretação que tivesse o mínimo de pressupostos, e que nos respondesse directamente a tal questão, podendo variar um tal modelo ao introduzir a variável suplementar da interpretação<sup>6</sup>.

No entanto, tais questões dinâmicas surgem na literatura dentro de discussões muito específicas, e frequentemente pouco ligadas com questões fundamentais: o património é visto como tendo *uma dinâmica específica* derivado ora da influência dos turistas (como notámos na secção em cima a propósito da representação), ora como produto de efeitos de globalização (Rodney Harrison, 2015), ora como o produto de reformulações que procuram veicular ideias de nacionalismo, localismo ou outras ideologias (D. C. Harvey, 2001; L. Smith, 2006; Waterton & Smith, 2010), mas não existindo uma explicação clara de como é que estas dinâmicas “alternativas” afectam o funcionamento do sistema, dado que não existe algo com o qual compará-las directamente. Em particular, o turismo é visto como afectando a estrutura do património como ele existe originalmente, em função da população, e deturpando-o com uma determinada orientação; no entanto, é de notar que não encontramos na literatura descrições de modelos abstractos de evolução de sistemas conceptuais como o que aqui discutimos, algo que teria a vantagem de poder dar pistas sobre a importância relativa de variáveis como as que fomos levantando na terceira secção desta dissertação (grupos, afectações psicológicas, comunicações, etc). Por subsequente, um conjunto de questões de matriz social menos politicamente carregadas – como o efeito da estrutura grupal na formulação destes conceitos de património, história ou comunidade – ou da comunicação orientada a tais questões, parece ficar em falta.

É do nosso entender que para se poder discutir substancialmente questões de dinâmica socio-cultural, onde o turismo é tido como afectando o sistema cultural, deve ser possível especificar a dinâmica conceptual subjacente, e a partir daí entender as lógicas gerais de influência que, presumivelmente, afectarão o comportamento turístico a um nível de emergência superior. Perceber a dinâmica cultural de um dado local pode ainda, mesmo a um nível de complexidade baixo, ter importantes consequências em termos de aferir a **sustentabilidade cultural** (e.g a tendência de concentração de entropia ao longo do tempo, de várias ordens) de um dado sistema patrimonial ou das

categorias da sua rede semântica, bem como analisar o impacto diferencial de diversas acções junto do sistema, como a introdução de lógicas de interpretação específicas, ou de certas tácticas de gestão.

Surge da nossa anterior discussão que tais modelos não poderão ser muito simples ou fáceis de conceber, dado que lidam com múltiplos agentes com focos e acções diversas, e com diversos aspectos interpretativos: apesar de podermos postular que, a um nível individual, esta decorra em determinados processos específicos (os indivíduos num dado território transmitem as suas significações com alguma divergência para os seus filhos, e existe uma transmissão na educação formal em termos da significação de determinados elementos), a consideração de múltiplos factores, ao longo do tempo, implica que não se possa falar definitivamente de uma só forma de dinâmica, mas antes de um grande número de modelos aproximados que visem ir descrevendo cada vez melhor tais questões. Para mais, a complexificação de um tal modelo implica admitir de variáveis económicas, sociais e políticas como tendo um papel na determinação da dinâmica sistémica basilar – e assim, rapidamente podemos deparar-nos com um problema intratável.

Aquilo que considerámos como primeiro caminho aqui foi trabalhar sobre a evolução das categorias no contexto: essencialmente interessar-nos-á perceber o quão relevantes é que as categorias serão dentro do sistema patrimonial, no sentido de produzirem acesso ao sistema em si, mapeando como é que determinados elementos fixos num território tendem a ficar associados a determinadas categorias interpretativas. Os aspectos de dinâmica que nos interessarão será, pois, uma questão intimamente ligada com o que discutíamos em termos da constituição e da interpretação<sup>6</sup>: como é que categorias como a história nacional, comunidade ou história local ganham ou perdem relevância ao longo do tempo, presumindo interpretação contínua de uma população e evolução geracional?

Como iremos ver em baixo, tal estudo de dinâmica é também em si mais geral do que o domínio do património, podendo ser formulado, com os devidos ajustes, para compreender a dinâmica de categorias de um qualquer sistema conceptual – quer este seja as representações sociais de figuras políticas, com vista a inferir daí acções de voto, quer valorizações económicas de elementos num conjunto social. Apesar de constituir



uma abordagem bastante limitada e simplificada, cremos que esta análise de dinâmica categórica pode, nesse sentido, ser um caminho interessante de forma disseminada para compreender a componente conceptual de um sistema, usando-a como suporte para uma dinâmica acional e deliberativa por parte dos agentes.

### 5.3. Forma Semiótica do Sistema Patrimonial

Na primeira parte da dissertação notámos que, tomando a ideia da cultura, património, e restantes sistemas socio-conceptuais como sendo semioticamente formados até às suas consequências, poderíamos fazer uso das ferramentas analíticas derivadas dessa disciplina para compreender mais aprofundadamente as realidades sociais. De facto, importámos a noção de *objekt*, signo e interpretante para dentro do nosso modelo conceptual; no entanto, como notámos nas convenções **AC5-AC7**, a estrutura de representação semiótica não se reduz apenas à divisão do processo de semiose, mas antes existem elementos com pesos e relevâncias distintas.

Tal preocupação poderá parece algo espúria quando formulada desta maneira. No entanto, o que nos parece é que, debativelmente, tais preocupações existem já dentro do património, quando se fala de tipos de activos patrimoniais, imagens de marca, sinalética e desenho urbano. Como notam Du Cros e McKercher (2015), a lógica de preservação e gestão do património tende a seguir a preservação de elementos através de lógicas de planeamento, documentação e também de *branding* e promoção de elementos centrais – algo que notámos na nossa entrevista com a Câmara de Tomar (a que chegaremos em baixo), quando a ideia de “Cidade Templária” era equacionada com a multiplicação de cruzeiros templários pela cidade, de forma a que a associação fosse mais visível. A ideia de existirem determinados signos que tomam a totalidade do significado que se pretende transmitir – que servem como “ícones”, no senso comum – é algo que é relativamente aceite e descrito como parte da experiência do turismo patrimonial (MacCannell, 1999).

A nossa ideia é que estas discussões têm implícita uma discussão da semiótica cultural das cidades, e, mais especificamente, das formas estruturais semióticas associadas à representação de determinadas categorias: que quando se fala de *city branding* se discute, pelo menos em grande parte, um tipo de preocupação com ícones,

que quando se discute a existência de locais agregadores, marcantes e centrais nas cidades para determinados aspectos, fala-se de índices, e que quando se discute os activos patrimoniais, propriamente ditos, e a forma como estes se inserem na interpretação<sup>6</sup>, a preocupação é mais estritamente simbólica. Se a relação que estabelecemos entre a forma como os elementos nas cidades são representados semioticamente, e as preocupações com *branding*, gestão e planeamento, for de facto possível de estabelecer, então tornar-se-á possível discutir **diferentes cidades como tendo graus de iconização, simbolização ou indexicalização diferentes**, formular bases analíticas, e analisar impactos, tendo sempre por base o tipo de investigação fotográfica e envolvida que desenvolvemos. Valerá, por isso, ponderar um pouco como é que isto pode ser pensado em termos analíticos em relação com o património.

#### 5.3.1 Semiótica Formal Peirceana

No sentido estritamente peirceano, todos os elementos que considerámos a propósito do património seriam sempre *simbólicos* – teriam sempre uma representação mediada por leis e por hábitos (Atkin, 2013); e nesse sentido a utilidade de pensarmos subdivisões dos signos seria bastante limitada. No entanto, a partir do que já pudemos discutir, torna-se intuitivo que existam tipos de signos bastante diferentes: poderemos seriamente dizer que uma cruz templária, o convento de cristo ou a Praça da República representem a categoria “Templários” da mesma maneira?

Tomando a tricotomia peirceana de ícone, símbolo e índice num sentido mais lato, podemos essencialmente notar que o ícone representa um dado *objekt* em função da sua forma; que um índice representa em função de uma relação existencial, material e circunstancial; e que o símbolo deriva de uma narrativa, uma lei, ou um hábito. Os três exemplos que demos permitem ver estes três casos: aquilo que há numa cruz templária, que a liga aos templários, é apenas a sua estrutura, a sua forma, sem que exista necessariamente uma relação com o espaço em que ela aparece; a Praça da República aparece num local particularmente central, contendo a Estátua de um antigo Mestre da Ordem, sendo a praça na qual desemboca a Corredoura, e tendo visão para o Castelo dos Templários – sendo, portanto, fundamental a relação que se estabelece com esses elementos para poder ser considerada relevante; por fim, o Convento de Cristo tem uma

narrativa associada que o vincula à categoria “Templários” por um conjunto de histórias e leituras estabelecidas. Importa ressaltar aqui que, da mesma maneira que Peirce organizava os seus signos, naturalmente um símbolo inclui um índice e um ícone, e um índice inclui um ícone, sem que o mesmo seja verdade no inverso. Expressando esta dependência simbolicamente:

$$S(x) \propto In(x) \propto Ic(x)$$

Lembremo-nos mais ainda que, quando discutimos um contexto social, estamos a falar de contextos nos quais diferentes indivíduos podem tomar signos de diferentes maneiras, e portanto, se a nível individual podemos falar de um determinado elemento ser predominantemente icónico, indexical ou simbólico devido a esse ser o meio pelo qual ele surge (aplicando por isso uma regra de eliminação, de tal forma que os ícones serão aqueles elementos que não têm narrativas ou relações existenciais com os elementos adjacentes), a nível social podemos apenas falar de tendências: um objecto será **dominantemente** indexical, simbólico ou icónico consoante essa seja a visão dominante no contexto social.

O grau de iconicidade, indexicalidade e narratividade de cada categoria ou contexto físico (considerando múltiplas categorias como de alguma maneira definindo o contexto – por exemplo, considerando um dado conjunto como indexando a “representação cultural de Tomar”, como faremos à frente) pode, plausivelmente, dizer-nos algumas coisas sobre a maneira como esses elementos operam reprodução e funcionamento. Temos de considerar que deriva de supra que um ícone é necessariamente mais simples do que um índice ou um símbolo, sendo, portanto, mais intuitivo, mais rápido de aceder a este. Por essa razão, e pensando sobre os contextos em que tal acontece na realidade, podemos falar com grande precisão de um problema semiótico frequentemente adereçado, como a distinção entre o signo e o simulacro do signo (Baudrillard, 1994): tal significaria nesta linguagem que um ícone cultural ou um índice cultural são usados no lugar de um símbolo, e tendencialmente denotando que a utilização extensiva dos anteriores sem o último implica um empobrecimento de uma categoria. Exemplo: a categoria “templários”, ao ser reduzida à sua cruz, e a produções monumentalizadas, perde a narrativa de quem foram os templários, como operaram, etc.

Mas será mau que uma categoria fique fortemente iconizada? Primeiro que tudo, convirá notar que por este racional, ao tornar um elemento icónico, este torna-se igualmente mais acessível, podendo, por isso, servir de apoio a contextos culturais cujos agentes têm limitações cognitivas, de forma a manter os contextos vivos nas suas representações. De um ponto de vista axiológico, podemos afirmar que fará sentido transmitir o máximo de informação para as pessoas; de um ponto de vista da conservação de sustentabilidade de um sistema, podemos perguntar-nos se existe alguma relação entre a sustentabilidade de um sistema e a forma semiótica dominante. Em última análise, no entanto, convém notar que o ícone, sendo uma forma mais simples de um símbolo, em contextos como o turismo, este funciona mais concretamente como um “marcador simbólico” – um indicador do contexto ou da categoria em geral, que captura e armazena as narrativas por prótese. E nesse sentido, valerá a pena olhar para os contextos concretos de forma a compreender como tal iconização pode acontecer.

## 6. Contexto Territorial

Temos agora um conjunto bastante bem formulado de peças para tentar ensaiar respostas às nossas questões de partida: uma linguagem conceptual afinada para lidar com as questões do património, que, especificamente, seleciona determinadas questões ontológicas, bem como um conjunto de perspectivas teóricas que balizam essas questões dentro de algumas categorias, tais como “nacionalismo”, “comunitarismo”, “representação turística”, etc. O que deixámos desde logo claro, no entanto, é que tais análises parecem-nos ser mais frutíferas teórica e politicamente quando focadas num território específico (cf. Secção 2.6), e por isso importará definir qual o território pelo qual optámos como caso de estudo destas questões, e quais os problemas socio-políticos que este tem que nos podem orientar a tomar recomendações.

A nossa escolha de território incidiu sobre a cidade de Tomar, na zona do Médio Tejo, no Centro de Portugal, por dois conjuntos de razões (para além de uma ligação pessoal com o território): por um lado, o seu estatuto como cidade média passando por um processo de desindustrialização, e encontrando-se num processo de indecisão quanto ao seu futuro económico; por outro, o seu corpo patrimonial institucional substancial, e reorientação estratégica para o sector do turismo consagrada em políticas públicas. Este conjunto de situações leva a que tais cidades tenham particular necessidade de uma gestão dos seus “activos culturais” que vá ao máximo ao encontro dos desejos e necessidades dos indivíduos, beneficiando em particular de estratégias que tomem o seu tamanho reduzido e poucos recursos em conta (Selada, Vilhena Da Cunha, & Tomaz, 2012) – algo que torna o território peculiarmente apto face às questões que aqui nos motivam.

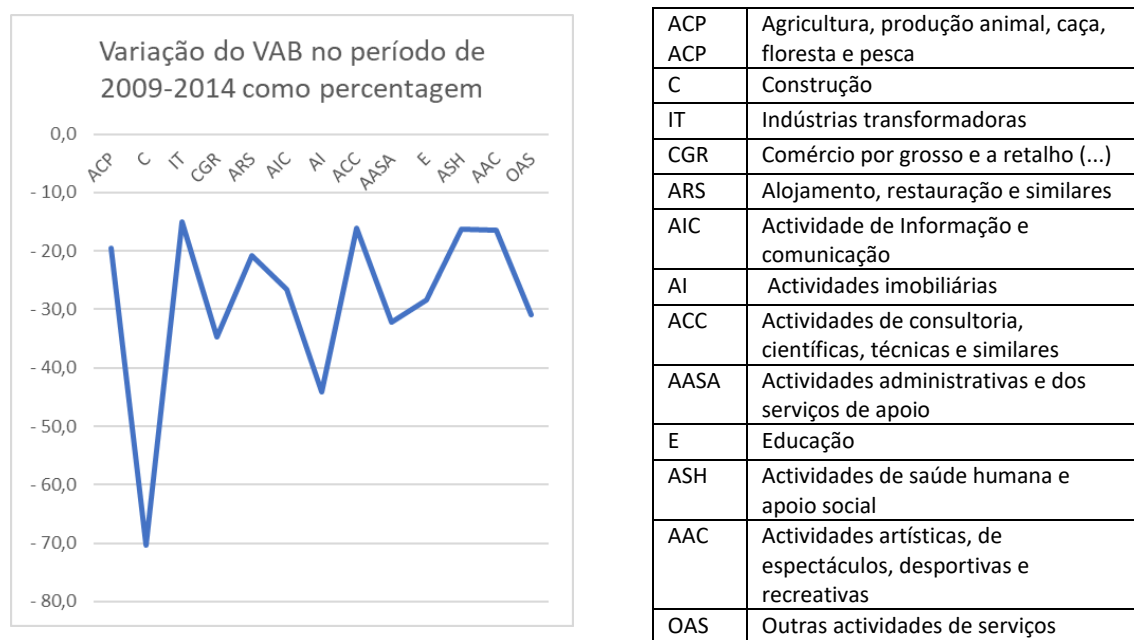
### 6.1. Contexto Socio-económico

Em termos económicos, o tecido económico do concelho serviu durante muito tempo de polo central na região do médio Tejo, funcionando como centro urbano captador de recursos agrícolas e pecuários que depois distribuía para a região de Lisboa (Leal, 1985). Foi nesta capacidade que veio a afirmar-se nesta região como polo industrial, concentrando fábricas de fiação, destilarias, lagares, moagens e várias

fábricas de papel, incluindo entre o concelho fundições de metais, fábricas de cortiça e madeira e cerâmica (Ibidem). A realidade industrial do concelho é ainda bastante visível, especialmente devido à integração de muitas destas fábricas no centro da cidade, sendo fácil de ver que (ainda que longe de um panorama desindustrializado) a vivência da cidade sofreu com o processo de perda de indústria, e do mesmo modo que tantas cidades, foi obrigada a tentar regenerar estes espaços criando espaços de vivência e aproveitamento cultural.

Em termos estatísticos isto é visível ao nível da contribuição em Valor Acrescentado Bruto (VAB) produzido por empresas do tecido empresarial local. O VAB do concelho em 2009 situava-se nos 130 milhões de euros, acima da média da região (107 milhões), ainda que uma tal medida não seja de grande confiança; em 2015, esta margem havia-se perdido, com a descida da média regional (90 milhões) sendo acompanhada por uma descida muito acentuada do VAB do concelho (89 milhões)<sup>22</sup>.

Gráfico 2 - Variação do VAB em percentagem no período 2009-2014 na cidade de Tomar



Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, extraído de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Municipios/Valor+acrescentado+bruto+das+empresas+n%C3%A3o+financeiras+total+e+po+r+sector+de+actividade+econ%C3%B3mica-588>

<sup>22</sup> Os sectores excluídos da análise por falta de dados são: “Indústrias Extractivas”, “Electricidade, Vapor, Água Quente e Ar Frio”, “Captação Tratamento e Distribuição de Água”, “Administração Pública e Defesa”, “Actividades das Famílias Empregadas” e “Actividades dos Organismos Internacionais” e “Transportes e Armazenagem”. A partir dos dados da tabela é possível estimar que estas actividades representaram cerca de 4 milhões de euros em receita no ano de 2015, sendo, portanto, pouco menos de 4,5% do VAB.

Analisando a nível sectorial, podemos encontrar uma diminuição do VAB associado a cada sector de forma transversal: existiu uma diminuição que oscila entre 10% (Actividades Imobiliárias) e 70% (Construção) no valor de VAB dos sectores respectivos (cf. Gráfico 2).

Gráfico 2 - Variação do VAB em percentagem no período 2009-2014 na cidade de Tomar

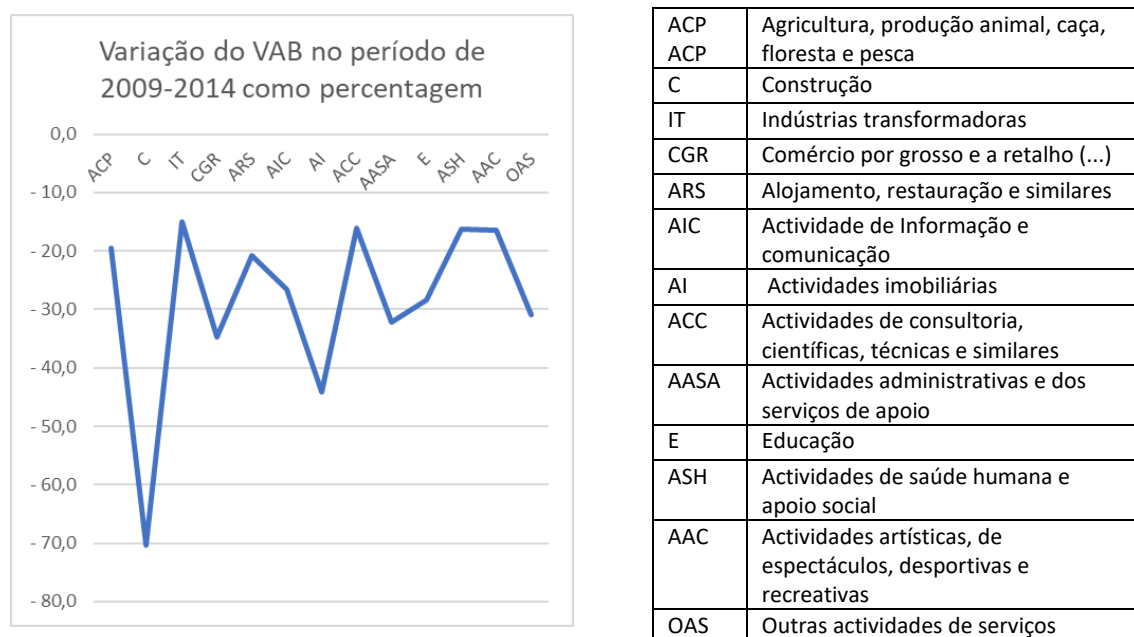
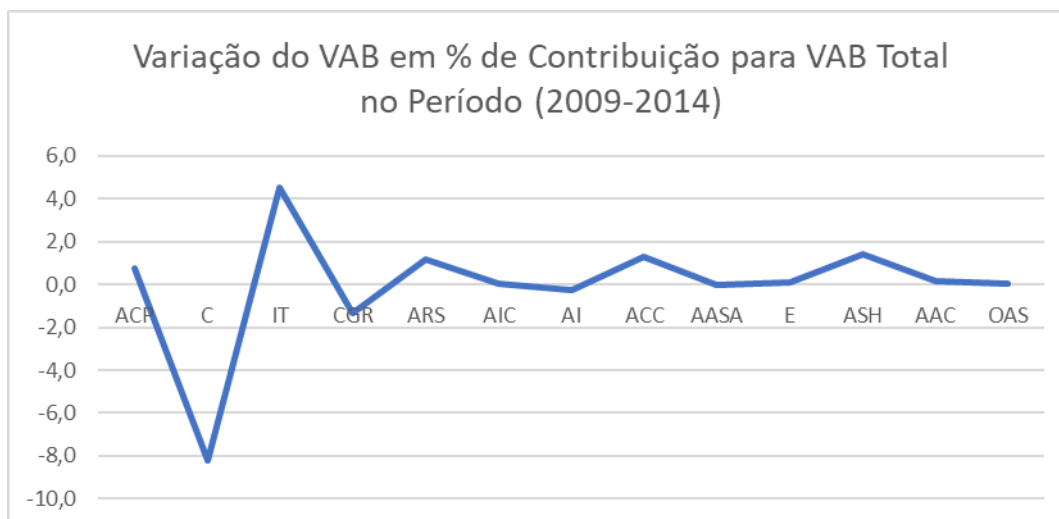


Gráfico 3 - Variação do VAB sectorial em % da contribuição para VAB total no período de 2009-2014 em Tomar



Fonte: *Sistemas de Contas Integradas das Empresas*, extraído de PORDATA:  
<https://www.pordata.pt/Municipios/Valor+acrescentado+bruto+das+empresas+n%C3%A3o+financeiras+total+e+por+sector+de+actividade+econ%C3%B3mica-588>

A partir disto podemos ter uma visão do contexto socio-económico sobre o qual vamos trabalhar: uma “cidade média”, com problemas endémicos de desemprego e de quebra demográfica, uma estrutura sectorial virada para o terceiro sector e, especificamente, para os serviços, e com um número substancial de oportunidades viradas para o seu desenvolvimento em termos culturais (Guia, 2008). A transição para uma economia fortemente arreigada aos produtos culturais e serviços é, de resto, visível no plano estratégico para a cidade (Mateus, 2015), que enfatiza a necessidade de focar o turismo e o património histórico como dimensões cruciais da economia da cidade. A sua orientação para resolver estas problemáticas vira-se para uma economia cultural e criativa (Selada et al., 2012), potencializada pelos seus recursos locais e modelo de envolvimento territorial (nomeadamente pelas acessibilidades e contexto ao nível da NUTS 3) não aparece de forma muito explícita em termos da governança política da cidade, ainda que esta pareça uma linha pela qual a intervenção pode ser pensada.

## 6.2. Contexto Histórico-Cultural e Categorias mais relevantes

Como visível no PDM da cidade (DOT, 2009), Tomar possui um espólio bastante notável de elementos considerados de interesse cultural nacional: o Convento de Cristo (património mundial), Igreja de São João Baptista, Paços do Concelho, Igreja de Santa Maria do Olival, etc. A história cultural da cidade – no sentido de ter entidades



pertencentes a diferentes culturas, e ser entendida e apreendida de forma distinta – passa não só por uma ligação forte à história nacional, mas também à presença judaica em Portugal (Sinagoga de Tomar), a presença romana no território (termas e fórum romano – ambos em mau estado de conservação) entre outros elementos. O sistema cultural da “Cultura de Tomar” – definido pelo aspecto territorial e categorizado pela designação local – toca, portanto, em todos estes vários *modos*, mas de uma maneira que não será igualmente relevante.

Para procurarmos formar uma matriz de análise que aproximasse a ideia de **rede semântica** que antes discutimos – e tomando em conta as considerações teóricas que antes tecemos – procurámos identificar um conjunto de categorias que surgissem frequentemente associadas ao património de Tomar, de forma a podermos compreender **como é que a noção de património é formada, e se intersecta, com estas categorias**. Nesse sentido, procedemos a uma análise preliminar que tentou mapear o conjunto de categorias associadas ao património em duas instâncias: junto da população local – o nosso foco principal – e em meios de comunicação online.

A questão que formulámos para inquirir os indivíduos originalmente perguntava “O que é que acha que os monumentos da Cidade de Tomar têm de importante, se alguma coisa?”, e revelou-se confusa para a população, ou sujeita a respostas na ordem de “São muito relevantes para nós”, com uma grande maioria da população assumindo que a resposta era de senso comum, e não elaborando nada sobre ela. Isto pareceu ir ao encontro da nossa convenção de que a semiose automática acontecesse em modalidades habituais (└AC8), mas apresentou-nos um desafio metodológico; de forma a obter mais informação, optámos por formular a questão orientada para o turismo, e procurando colocar os agentes na posição de um determinado turista, inquirindo:

“O que é que acha que faz com que o património em Tomar seja importante para quem o vem cá ver?”<sup>23</sup>

O inquérito decorreu a uma sexta feira à tarde (entre as 15:00 e 17:30), especialmente junto de lojistas nas ruas Serpa Pinto, São João e Rua Direita. Foram

---

<sup>23</sup> Isto em si levanta-nos a questão de se podemos pensar estas categorias como representando adequadamente a população local, ainda que nos pareça, pela elaboração feita, que tal pode, com um grau de certeza aceitável, ser admitido.

inquiridas 63 pessoas, sendo que 6 dos inquiridos professaram não ter nenhuma ideia respectiva à questão formulada. Foram criadas várias categorias que procuravam capturar o que os agentes tinham em mente – desde “Azulejos” até “História Romana” – que foi primeiro construída por nós na base do discurso dos agentes e, em seguida, mostrada a estes para validação. É de notar que os inquéritos não foram gravados, devido à natureza do inquérito (feito na rua, e com uma explicação mínima do contexto de investigação), pelo que os dados obtidos foram aqueles que se conseguiram escrever no período de conversa com os agentes, sendo por vezes bastante limitado.

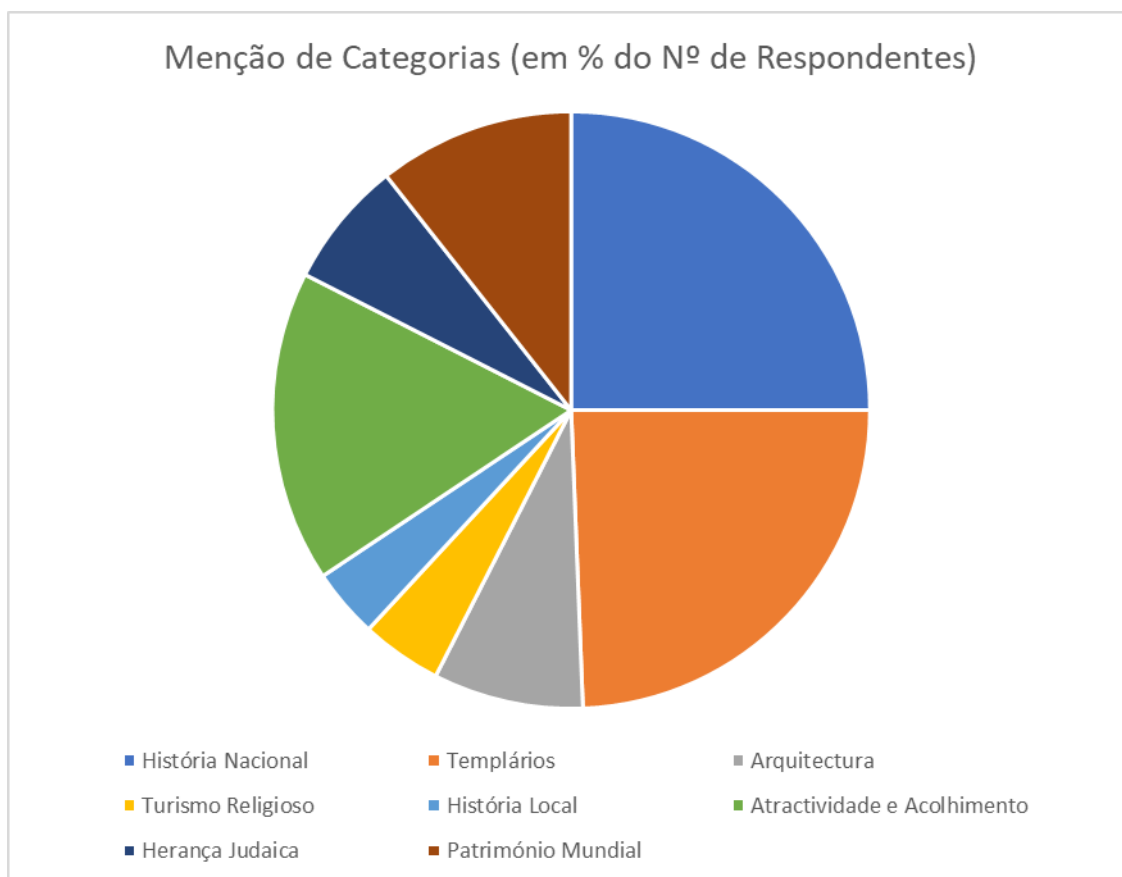
O critério de agrupamento de respostas passou tanto pela menção directa (“O mais importante para eles é a história e os templários...”) como pela menção indirecta (“Eles vêm ver os objectos lá da idade média que para eles têm interesse”), sendo que, sempre que possível, tentámos que os indivíduos expressassem de forma clara as suas ideias. Admitiu-se mais de uma menção categórica por indivíduo, sendo que isto faz com que haja mais respostas que respondentes. Procedemos a uma análise de conteúdo clássica, agrupando as respostas dos indivíduos junto de categorias que emergiram do discurso dos entrevistados. Como exemplo, a resposta “Acho que eles vêm porque a cidade tem muita história, história de cá e história do país, por exemplo esta janela” foi classificada como mencionando “História Local”, “Janelas” e “História Nacional”. Naturalmente este processo tem uma **componente interpretativa e discricionária** – que, de resto, se estende aos restantes processos de análise de conteúdo na dissertação – não tendo sido possível validar as classificações junto de pares, o que teria sido a segunda opção na ausência de interpretação directa dos agentes.

Ao todo foram criadas 23 categorias a partir de 160 respostas, sendo que dessas apenas 8 tinham mais de 4 respostas – categorias como “Janelas” ou “Azulejo” foram assim suprimidas, e categorias como “Beleza Natural” ou “Acolhimento” foram integradas na categoria “Atractividade e Acolhimento”.

A distribuição de respostas encontra-se no Gráfico 4. Como visível, a maioria dos respondentes aponta a História Nacional e os Templários – que apareceram de resto no discurso da população de forma muito interligada – como as razões mais importantes, seguidos da Atractividade e Acolhimento, sendo igualmente de ressaltar o papel da “Herança Judaica” e “Arquitectura”, que se verificaram respectivamente em 20 e 24%

das respostas. A partir desta recolha dá, de resto, para intuir à primeira vista a importância da presença de categorias de “História Nacional”, bem como, pelo menos, uma categoria específica dos “Templários”. Como exploraremos à frente, a disseminação das cruzez templárias, junto com a predominância do evento cultural da Festa dos Tabuleiros, também ela, em termos de cor associada ao templarismo e ao código simbólico templário, formam uma ideia icónica de Tomar como “Cidade Templária”.

Gráfico 4 - Menções de Categorias no Inquérito à População (% do total de menções)



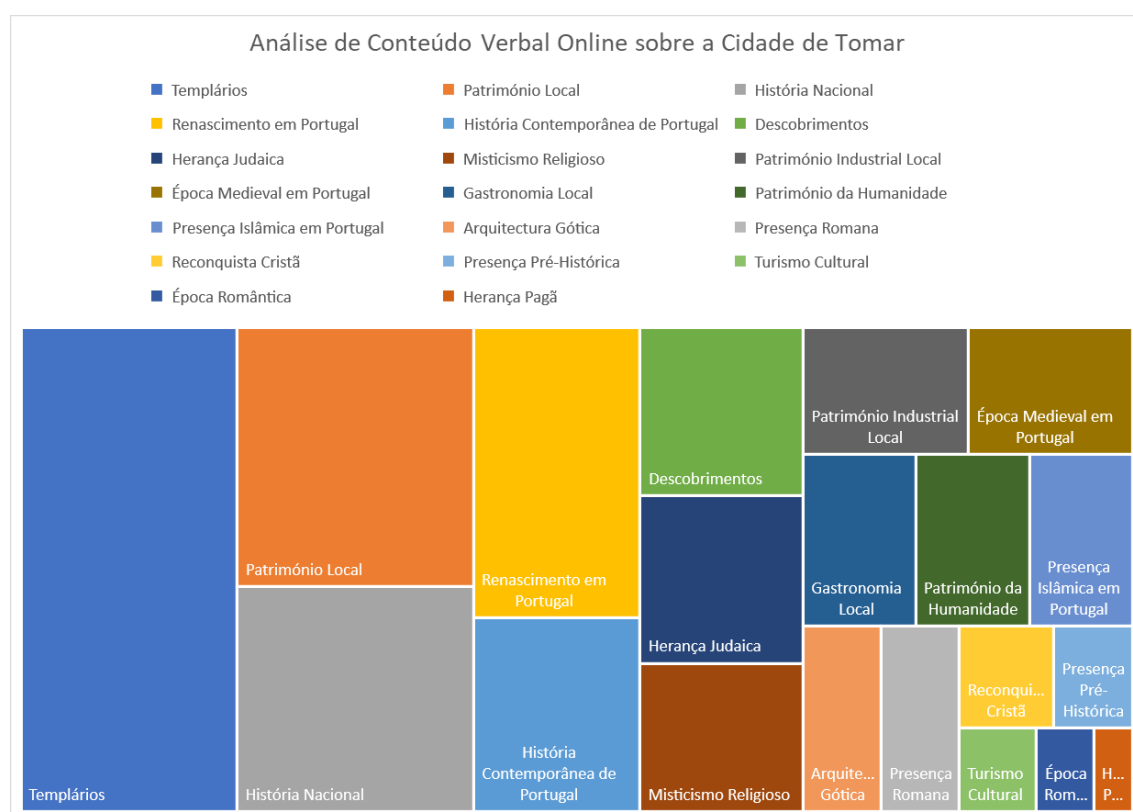
Fonte: Elaboração própria na base de classificação de inquérito à população.

Procurámos igualmente analisar a presença online da cidade de Tomar e as categorias que mais tendencialmente a representam. Para esse efeito recorreremos de novo a análise de conteúdo, com recurso ao software MaxQDA, traçando as principais ocorrências em páginas online, através de uma pesquisa no motor de busca Google pelas palavras-chave “cidade de Tomar”, “cidade de Tomar história” e “cidade de Tomar cultura”. A razão que motivou a opção por diferentes palavras chave está na tentativa de aproximar ecologicamente a pesquisa a uma pesquisa feita organicamente por um

agente no contexto – um dado apontado pela literatura como tendencial na utilização do motor de busca (van Deursen & van Dijk, 2009). Foram nesse sentido selecionados 10 documentos respectivos a cada palavra-chave, e excluídas as repetições e cópias de *websites*, resultando em 10 documentos da primeira pesquisa, 7 da segunda e 4 da terceira.

O critério principal de codificação foi a menção directa de estruturas com relevância cultural e histórica (“Antiga sede da Ordem dos Templários”, “outrora um centro industrial”), bem como alusões a períodos históricos específicos (a propósito dos descobrimentos: “A ainda existente Igreja de Santa Maria do Olival (...) foi construída como igreja-mãe de todas as novas igrejas construídas nos Açores, Madeira, África, Brasil, Índia e Ásia.”). O resultado é visível no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Análise de Conteúdo Online sobre a Cidade de Tomar



Fonte: Elaboração própria na base de 23 documentos recolhidos online.

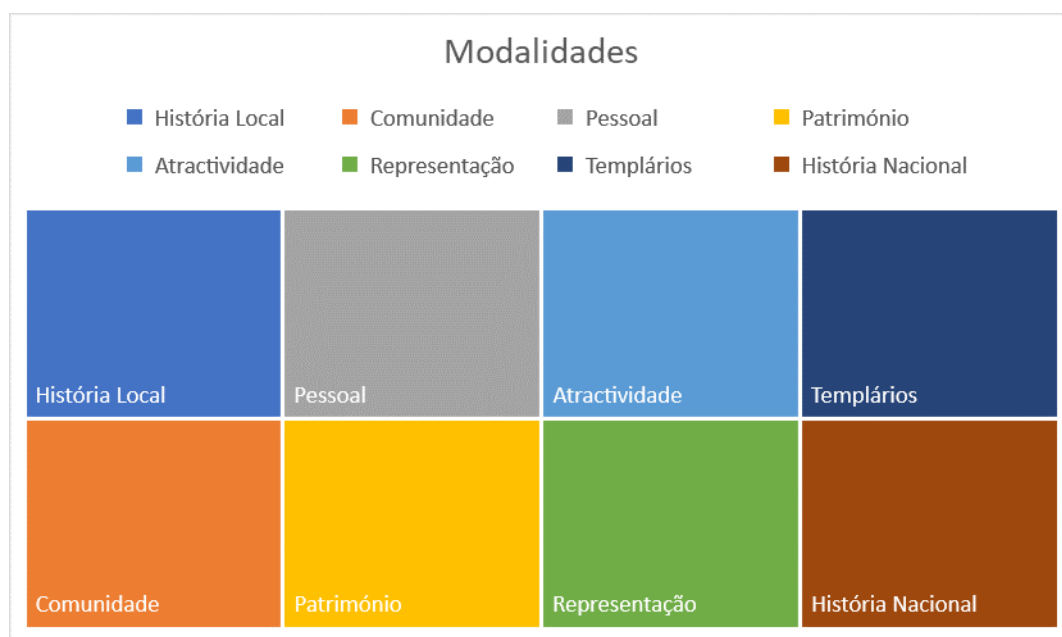
Uma breve síntese dos critérios de codificação segue-se:

- **Templários:** Foram codificados todos os excertos (períodos ou sequências de períodos logicamente associados) com menção directa da ordem dos Templários, Ordem de Cristo, D.Gualdim Pais enquanto membro da ordem, ou presença templária na cidade;
- **História Nacional:** Foram codificados todos os excertos que aludem a um momento positado pelo texto como historicamente relevante no qual a cidade e o seu património contribuíram, quer económicos, políticos, sociais ou culturais;
- **Património Local:** Foram codificados todos os excertos que aludem a património, locais de interesse ou festividades de interesse específico para a região e para a cidade;
- **Renascimento em Portugal:** Foram codificados todos os excertos com menção directa de: a) estilos artísticos e culturais associados ao renascimento português; b) eventos históricos que mencionam o renascimento cultural, económica ou politicamente;
- **Património Industrial Local:** Foram codificados todos os excertos que mencionam a construção, desenvolvimento e manutenção (ou desmantelamento) das fábricas na zona circundante de Tomar;
- **História Contemporânea de Portugal:** Foram codificados todos os excertos com menção de figuras consideradas no texto como relevantes em tempos contemporâneos (dos meados do século XIX em diante, na maior parte dos casos), como Salazar, PIDE, Presidentes da 1ª República, et cetera;
- **Descobrimientos:** Foram codificados todos os excertos com referência ao papel da cidade de Tomar no impulsionamento e desenvolvimento da “Época de Descobrimientos” nacional.
- Os restantes códigos possuem uma importância menor, e foram codificados segundo critérios semelhantes aos aqui descritos.

A codificação, em si, vem de resto concordar com os dados que antes pudemos verificar, acrescentando algumas categorias relativas à cidade e o seu património que antes não se consideraram: a arquitectura gótica, presença romana, a presença islâmica e a gastronomia. Podemos verificar no Gráfico 5 a predominância ainda mais marcante dos Templários, codificado 65 vezes nos 21 documentos, insistentemente colocado como ponto fundamental do interesse cultural na cidade, e postulado como lente fundamental para olhar o património da cidade; este é seguido do património local, em termos de idiossincrasias, com 38 codificações, e a História Nacional – a qual se desdobra em dois períodos em duas outras categorias, o Renascimento e a Época Contemporânea, totalizando nas três 83 codificações, e colocando a importância da cidade no panorama nacional acima da própria presença templária. Paralelamente, e de forma que não analisámos aprofundadamente, a profusão de adjectivos e saudações à cidade elevaria acima ainda desta uma categoria de “atractividade”, que consideramos de forma quase primitiva, dada a sua ligação com o conjunto de experiências tradicionalmente categorizadas como “estéticas”.

A partir disto, e procedendo ao cruzamento das duas formas de análise com as notas teóricas anteriores, chegámos a uma descrição de categorias que nos permite observar algumas das questões que antes lançámos acerca da constituição do sistema cultural patrimonial: incluindo a categoria “património” como primitiva<sup>24</sup>, e agregando categorias de história nacional e história local, chegamos ao seguinte mapa (Gráfico 6):

Gráfico 6 - Categorias de Análise do Sistema Patrimonial de Tomar



Fonte: Elaboração Própria

Tendo estas categorias torna-se pois possível analisar de forma tratável a rede semântica inerente ao sistema conceptual, e começar a perceber as interdependências, constrangimentos, e relações inerentes ao património como parte de um tal sistema cultural, na linha do que anteriormente fomos apontando, podendo construir a nossa metodologia.

<sup>24</sup> Cf. Em baixo a explicação da introdução desta categoria.

## 7. O Sistema Patrimonial de Tomar: Metodologias e Análise

### 7.1. Metodologia e Hipóteses

Tendo aqui chegado, temos já ferramentas para construir um modelo de análise concreto, focado em categorias de interpretação, e que possa capturar a nossa tétrade de questões analíticas: a constituição do património, a forma semiótica, a relevância da interpretação, e a dinâmica. Temos também presente que o que iremos analisar é um território na cidade de Tomar, focando-nos concretamente na forma como uma dada população – nomeadamente, a população que predica um dado **aspecto territorial E grupal** ao território, ou seja, os “habitantes” da cidade) – representa o sistema patrimonial e a sua rede semântica. Recapitulando, isto passa, portanto, por perceber:

- a) **Constituição do Património:** Quais os elementos que aparecem em cada categoria cultural, com que interpretantes, e para quem?
- b) **Forma semiótica:** Quais os tipos de signos inerentes à constituição do património no contexto territorial?
- c) **Relevância da Interpretação:** Quais as diferenças em termos de elementos e tendências gerais que surgem quando os indivíduos são expostos a informação interpretativa?
- d) **Dinâmica Patrimonial:** Qual a lógica de evolução das categorias e da sua relevância relativa num território dado um modelo de dinâmica básica (*Signworld*)?

Metodologicamente, este tipo de questões parece, até pelos compromissos epistemológicos que fomos fazendo, próxima de uma lógica hipotético-dedutiva, alicerçada numa exploração dos dados e uma tentativa de contribuir empiricamente para o eventual desenvolvimento de uma teoria sobre tais questões, e, mais concretamente, de um tipo específico de *lei social* (no sentido que lhe conotámos em termos humanos: como uma emergência de aspectos sociais). No entanto, Tal não é verdade em todas as questões que iremos explorar: as questões específicas da dinâmica operam tendo uma primeira componente dedutivo-nomológica, cuja validade é comparada com os casos empíricos, antes de serem postos mais directamente ao serviço de formulação de hipóteses. Estas últimas abordagens partem, de resto, de um

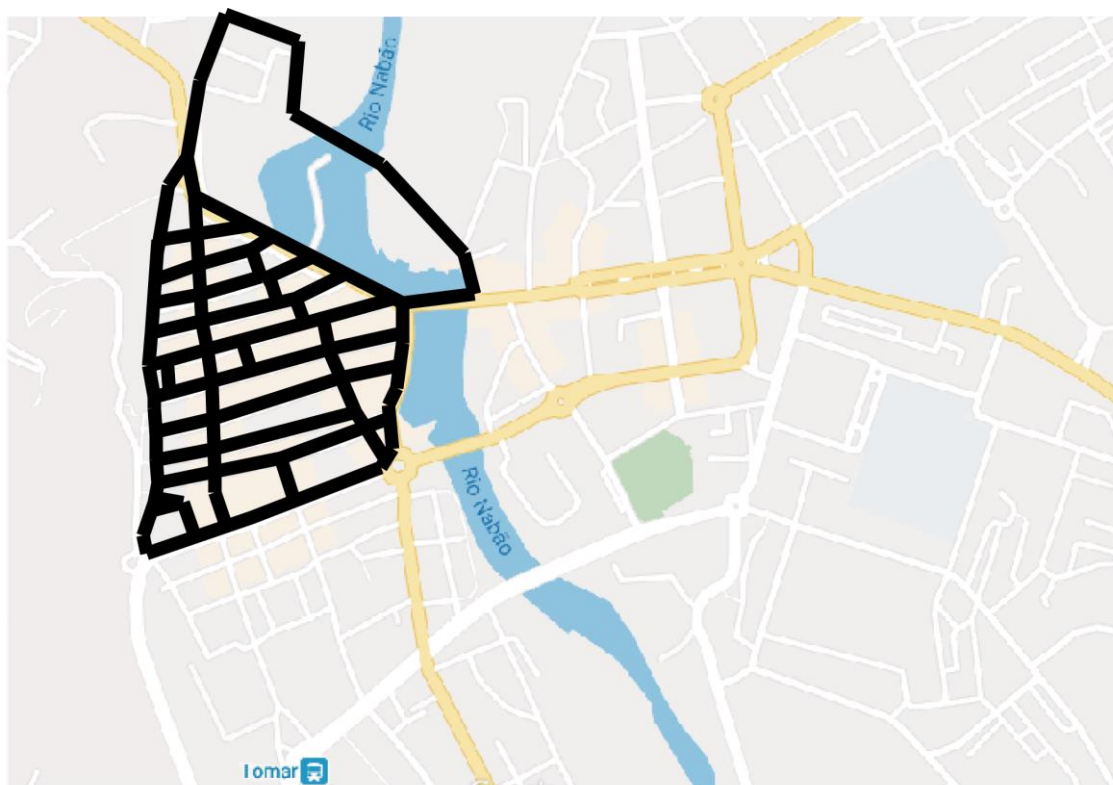
conjunto de pressupostos tentando inferir quais as implicações desses pressupostos em termos de sistémica complexa, algo que, como defenderemos em baixo, é parte integrante dos esforços de modelação (Epstein & Atxell, 1996; Gilbert, 2008); e existe igualmente uma margem de indeterminação derivada da exploração ser contextual e empiricamente delimitada que requer um grau de indução sobre os dados e interpretação que não pode ser garantida por hipóteses *a priori*, e nesse sentido aproxima-se de um paradigma mais interpretativista (Creswell, 1998; Geertz, 1973). Dada esta pluralidade de métodos, a variedade de técnicas não nos parece difícil de justificar.

#### 7.1.1 Inquéritos Fotográficos e Selecção da Amostra

O alicerce central de recolha de dados empíricos, e que providencia respostas mais directas às primeiras três questões, foi a realização de um inquérito presencial no território de Tomar, pedindo aos indivíduos que identificassem que elementos consideravam pertencer mais a cada uma das oito categorias identificadas na anterior secção, percorrendo o perímetro (cf. Ilustração 3 em baixo) e fotografando os elementos, e posteriormente identificando por que fizeram cada associação (cf. Template de Registo, Anexo II – Guiões de Entrevista e Procedimentos).



Ilustração 3 - Mapa da Cidade de Tomar; percurso permitido aos inquiridos a preto



Fonte: Google Maps (2018), desenho próprio por cima de recorte de mapa

O procedimento envolveu, por essa razão, que os indivíduos fossem entregues o enunciado, consistindo em questões formuladas da seguinte maneira:

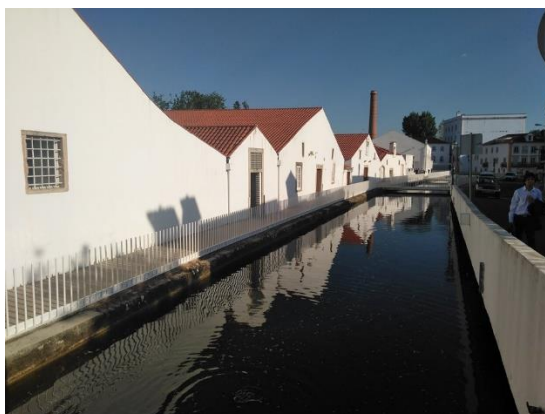
*“Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha que mais tem que ver com a história da cidade”*

Para todas as categorias, incluindo para a categoria “Património” com a qual se comparam as restantes. Todos os inquiridos foram encontrados na mesma zona (junto ao café Tabernáculo e Santa Iria, no ponto extremo direito do percurso na Ilustração acima), sendo-lhes pedido que tomassem um dado percurso, à sua discrição, olhando, reflectindo e fotografando os elementos considerados mais relevantes. Posteriormente a esta recolha por parte dos indivíduos, as fotos foram recolhidas e guardadas, sendo pedido aos indivíduos que explicassem dois aspectos de cada fotografia retirada (cf. Ilustração 4 em baixo):

1. O que é que eles consideravam estar representado;

2. Qual a razão pela qual consideravam que o elemento em causa se relacionava com a categoria;

*Ilustração 4 - Fotografias Retiradas por entrevistados*



*Fonte: Fotografias de quatro entrevistados.*

Em ambos os casos procurámos, por isso, e sempre que possível, manter-nos fiéis às representações dos próprios indivíduos. Isto revelou algumas representações pouco triviais: por exemplo, na Ilustração acima, na imagem do canto superior direito, o signo identificado foi o portal da Igreja de São João Baptista, ligando-se com a História Local, nas palavras da entrevistada porque “É um exemplo de arquitectura barroca muito relevante” (Beatriz, 21 anos, Licenciatura). Naturalmente, isto ilustra que classificámos a opinião dos indivíduos mesmo quando esta parece predicar contextos – como este – que são altamente questionáveis.

O inquérito foi realizado entre os meses de Abril e Maio de 2018, tendo uma duração média de uma hora e meia. Os indivíduos respondentes ao questionário foram

selecionados por conveniência da sua vivência na cidade de Tomar há mais de cinco anos (devida a nossa preocupação com uma população local), tendo sido necessário combinar com muitos deles uma hora específica, dada a extensão do inquérito. Em termos de caracterização da amostra recolhida, a Tabela 2 descreve o contexto social geral que encontramos na nossa inquirição. Dada a natureza do estudo, e a exigência de realização presencial, o número de respondentes foi limitado a 60 – **não tendo, por isso, qualquer forma de representatividade estatística**. É ainda de notar que uma grande maioria dos respondentes sejam jovens e que tenham educação superior; consideramos que esta é uma das principais limitações do estudo empírico em questão, em complemento com a sua falta de representatividade.

*Tabela 2 - Distribuição da Amostra Recolhida*

<b>Variável</b>	<b>Categorias</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
<b>Género</b>	<i>Feminino</i>	29	48,3
	<i>Masculino</i>	29	48,3
	<i>NB</i>	2	3,3
<b>Educação</b>	<i>4ºano</i>	1	1,7
	<i>9º ano</i>	1	1,7
	<i>11/12º ano</i>	12	20,0
	<i>Frequência de Ensino Superior</i>	3	5,0
	<i>Licenciatura</i>	26	43,3
	<i>Mestrado</i>	12	20,0
	<i>Doutoramento</i>	5	8,3
<b>Idade</b>	<i>&lt;20</i>	5	8,3
	<i>20-29</i>	35	58,3
	<i>30-39</i>	4	6,7
	<i>40-49</i>	5	8,3
	<i>50-59</i>	7	11,7
	<i>60-69</i>	1	1,7
	<i>70+</i>	3	5,0

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos na cidade de Tomar, Elaboração própria*

Não foram, à partida, aplicados quaisquer critérios de selecção ou estratificação da amostra, nem qualquer determinação dos indivíduos respondentes quanto a estes aspectos, no que toca à sua distribuição por controlo ou experiência. Tal deu-se, em grande parte, por uma questão do tamanho da amostra ter de ser limitado.

A razão pela qual optámos por o inquérito ser presencial e envolver os próprios inquiridos a fotografar elementos deriva, pois, dos princípios que assumimos

anteriormente sobre a incorporação e dependência de contexto da semiose (nomeadamente, a recuperação da semiose de um processo automático para um processo consciente). Mas mais ainda, tal técnica aproxima-se de um conjunto de métodos visuais com uma longa história na sociologia (Campos, 2012; Martiniello, 2017), bem como às metodologias participativas de *photovoice*, procurando confrontar os indivíduos com as suas próprias representações e procurando forçá-los a objectivar essas posições. Como notam Waterton & Watson (Waterton & Watson, 2015b), no lugar de inquéritos de “papel e caneta”, a utilização de tais formas de compreensão do património implica pedir aos indivíduos que personalizem a experiência do contexto, e que mobilizem os seus recursos, investindo-se nas respostas.

Este tipo de inquéritos tenta, nesse sentido, ser uma forma de compromisso entre a etnografia e métodos que visam levantar uma descrição densa e as formas mais estruturadas de inquirição. A nossa crença é que a sua utilização para contextos mais diversos, como sistemas culturais ou sistemas sociais, poderia providenciar precisamente essa ligação, com implicações para a **utilização destas técnicas no diagnóstico de problemas sociais**.

Dos 60 participantes, 30 foram seleccionados aleatoriamente<sup>25</sup> para configurar uma “condição de tratamento”: foi-lhes dado uma folha com um conjunto de informações de interpretação sobre os elementos na cidade<sup>26</sup>, e foi-lhes pedido que lessem a folha antes de começarem a tirar fotografias. Notando que a experimentação não é uma prática comum na sociologia, antropologia ou geografia humana, seguimos a linha de abordagens como as descritas por Kashima (2014) ou Bohnet (2009), e que são comuns na psicologia social, criando uma condição de controlo e traçando as diferenças analíticas nos resultados.

### 7.1.2 Técnicas de Análise dos Inquéritos

Como notámos, o nosso foco nesta análise é, essencialmente, nos **signos** que os indivíduos associam a cada **categoria**, utilizando certos **interpretantes**, de tal forma que

---

<sup>25</sup> A distribuição de inquéritos foi feita seguindo uma sequência aleatória de 0 e 1 em igual proporção, sendo 1 a condição de tratamento.

<sup>26</sup> A versão integral encontra-se no Anexo II.

esses signos assumem uma certa **forma semiótica**, dependendo da sua relação com a categoria e o tipo de interpretante mobilizado. Deriva do que temos vindo a dizer que, em certos domínios, podemos evitar proceder a análise de conteúdo, a qual introduz maior discricionariedade e vieses do investigador – podemos fazer isso na identificação dos signos, e de forma geral na interpretação. No entanto, de forma a poder analisar os interpretantes foi necessário agregá-los (de forma descrita em baixo), criando-se uma tipologia de interpretantes que agrupou as respostas de todos os indivíduos; e de igual forma, a respeito da forma semiótica, foi necessário analisar as fotografias dos indivíduos, os signos que eles associam a essa fotografia e os interpretantes para chegar a uma aproximação de um dado signo – existindo, de resto, casos suficientemente ambíguos para definirmos meramente como “signos”. Convirá, por isso, reforçar que o esforço de categorização parte do investigador, não sendo inteiramente representativo das opiniões locais, sem que com isso acreditemos que seja integralmente enviesado.

Analiticamente, para procedermos em explicitar as propriedades do sistema como as descrevemos, foi necessário presumir determinadas propriedades dos processos que geraram os nossos dados, em particular algumas que são debatíveis.

- Considerámos que **todas as interpretações contribuem o mesmo para a representação do sistema** – algo que não pode ser verdade, dado que os indivíduos terão uma influência social distinta, e mais crença em determinadas representações que outras, mas na ausência de uma compreensão clara dos mecanismos de poder, esta pareceu a solução possível;
- Deduzimos, pois, que **as interpretações mais frequentes representam por isso o sistema** – são as mais prototípicas da categoria subjacente.
- Presumimos que as interpretações **têm um grau de probabilidade associado**, derivado de inúmeros factores que não conseguimos controlar (nomeadamente,  $\neg \text{SHB18} \wedge \text{SHB19}$ ), e que por essa razão é possível tratar um conjunto de interpretações como uma função de massa de probabilidade, de tal forma que medidas como a entropia podem ser calculadas a partir dela.
- Assumimos que o processo de interpretação é igualmente formador de uma dada “rede” abstracta, que definimos como a **rede semântica** interna de uma categoria (ou de várias), que será frequentemente considerada uma rede de dois

modos (Wasserman & Faust, 1994), comportando agentes num dos modos e signos no outro, com a relação que os une sendo “Interpreta o signo X” e simetricamente “É interpretado pelo indivíduo Y”; ou tendo interpretantes num dos modos e signos no outro.

Em termos de técnicas de análise, optámos por utilizar análise de redes sociais (ARS), em particular em termos da representação e da formulação de índices. Tomando a deixa de DiMaggio (2011) acerca da utilização da análise de redes concretamente para o estudo de fenómenos culturais, bem como a possibilidade de incluir elementos que não agentes na estruturação das redes, procedemos a estipular as significações derivadas nos nossos inquéritos como redes de múltiplos modos (agentes, categorias, elementos, interpretantes), consoante o caso. Isto produziu um conjunto de *grafos* em geral intratáveis (cf. Ilustração 6, pg.173) – caso nos quais falamos de **nódulos** e de **laços** – bem como sociomatrizes – caso nos quais frequentemente mencionamos “células” como os laços. Como iremos notar várias vezes, trabalhámos tanto com as redes de dois modos produzidas pelo cruzamento de agentes com signos e agentes com interpretantes como com as versões projectadas destas redes – ou seja, a redução das redes unindo apenas os nódulos de um dos modos, feita pelo método da soma de produtos cruzados, como descrito em Wasserman & Faust (Wasserman & Faust, 1994, p. 307) – e mais do que tudo, de forma a compreender as interacções de dois modos, trabalhámos com as representações derivadas de análise de correspondências – aplicada aqui como uma técnica de redução de complexidade, e com um intuito meramente descritivo de um contexto semiótico.

A vantagem da utilização deste tipo de técnica é que ao considerar os elementos relacionalmente, permitimo-nos optar por um conjunto de medidas analíticas que, de outro modo, seriam impossíveis: podemos falar de **centralidade** (mais concretamente de centralidade de nódulo) de um elemento tendo em conta o conjunto de elementos, ou (mais frequentemente) da **centralidade da rede** por referência a uma rede em estrela; falar da clusterização da rede por referência a uma rede totalmente conectada; entre outras opções que não explorámos.

Mais interessantemente – e apesar de não irmos muito fundo em tais métodos devido a limitações nas ferramentas disponíveis, derivado de trabalharmos com redes

de dois modos<sup>27</sup> - a utilização de análise de redes permite-nos proceder a uma análise estrutural de posições e relações, nomeadamente procurando entender se existe algum carácter subjacente às respostas dadas pelos indivíduos, algo que pode ser útil quando é necessário trabalhar, não com os elementos propriamente, mas com conjuntos destes, dados por um critério de proximidade de resposta. Utilizámos em concreto para isto uma medida de equivalência estrutural obtida a partir da aplicação do algoritmo CONCOR, ainda que tomemos em atenção as reservas que tal método tem em encontrar posições estruturais (Wasserman & Faust, 1994, p. 368). Considerando cada categoria como configurando uma rede própria, permitimo-nos assim produzir um conjunto de análises que pretendem descrever o sistema patrimonial.

A um primeiro nível de descrição, fará sentido procurar entender para todas estas categorias quais as suas características – nomeadamente, qual a sua *entropia*, qual a centralidade<sup>28</sup> geral da rede (por contraposição a uma rede em estrela, totalmente centralizada), e qual a clusterização dos seus nódulos (para cada par de nódulos quantos dos seus “vizinhos” estarem ligados – uma medida de densidade semiótica, ao ver quão provável é a existência de tríades de signos). Logo à partida, e derivando da discussão supra, podemos conceber que a entropia das categorias siga uma distribuição relativa a quão “sólidos” os conceitos subjacentes parecem ser. Pelas notas acima descritas, poderíamos assim conceber que categorias como os Templários, a História Nacional e a Comunidade se afigurariam com baixas entropias e altas centralidades, enquanto outras como Atractividade, e, especialmente, “Pessoal”, teriam uma entropia substancialmente mais alta e centralidades mais baixas.

Partindo da discussão teórica que antes formulámos, um conjunto de questões que nos interessará ainda perceber prende-se com perceber se existe uma categoria mais central que as outras na definição de património (Categoria Patrimonial – CP) no contexto territorial, ou se, pelo contrário, podemos postular que a

---

<sup>27</sup> Deve ser notado que análise estrutural com redes de dois modos já foi desenvolvida analiticamente, ainda que a sua disseminação nas ferramentas de aplicação não tenha sido tal que possamos ter utilizado o seu algoritmo (Doreian, Batagelj, & Ferligoj, 2004)

<sup>28</sup> A razão pela qual optámos apenas por estas medidas é que um grande número de medidas em ARS foca-se em distância a qual nos parece difícil de generalizar acriticamente ao nosso caso. Em futuros trabalhos esperamos poder explorar as potencialidades de outros conjuntos de medidas para a análise de sistemas culturais baseados na semiótica como o presente.

multidimensionalidade do património requer que se considere uma rede semântica vasta. Isto amonta essencialmente a tentar perceber o grau de autonomia do sistema (**SHB6**).

**H1:** CP é co-constituído em termos de signos com uma categoria de forma muito significativa.

Para falarmos de co-constituição em termos de elementos, podemos mobilizar a Equação 5, relativa ao U de Thiel, dado que notaremos que esta medida procura capturar o coeficiente de dependência entre dois processos (categorias), de tal forma que se existir muita tendência de concentração junto de um conjunto de eventos, este será mais elevado, e será 0 se a distribuição conjunta for análoga a um conjunto de processos independentes. No entanto, experiências com o índice notaram-nos que este é sensível não só ao que nos interessariam, que configuram co-constituição, mas também a quaisquer outros elementos que concentrem níveis desproporcionais de interpretações, ou seja, outros padrões de relação. Como complemento, procurámos, por isso, postular um outro índice, denominado índice de co-ocorrência, formulado de forma inteiramente análoga à ideia de co-ocorrência em bibliometria e cienciometria (Leydesdorff & Vaughan, 2006): como a partilha de um dado atributo (neste caso semiose) entre duas unidades de análise (neste caso sistemas conceptuais).

Começamos com uma matriz de incidência quadrada de signos, onde as colunas remetem para os signos interpretados numa categoria, e as linhas para os mesmos signos interpretados noutra categoria, e onde cada célula terá um ou mais laços consoante o par de elementos tenha sido interpretado (p.ex: na categoria Templários os indivíduos interpretam a Estátua de D. Gualdim Pais, e na categoria História Nacional a Igreja de São João Baptista, de tal forma que, na célula onde estes se encontram, existe um 1). Chamamos a uma tal matriz uma **matriz de co-ocorrência**. Tomamos a diagonal da matriz, que se remete para os casos em que o mesmo signo foi apontado em ambas as categorias – e designamos cada célula dessa diagonal como ***D<sub>i</sub>***; o índice de co-ocorrência será portanto:

*Equação 10 - Índice de Co-Ocorrência*

$$IC = \frac{\sum_{i=1} D_i}{T}$$



Onde T é o total de laços na rede/número de interpretações na matriz.

Complementarmente às questões que se prendem com signos partilhados, também os interpretantes podem ser mobilizados de formas produtivas dentro dos sistemas. Como veremos em baixo, e descrito em cima, os interpretantes mobilizados pelos indivíduos foram sucessivamente agrupados categoricamente, de forma a tornar a análise de heteronomia passível de realizar. O cálculo de heteronomia é, nesse sentido, meramente a percentagem de interpretações numa matriz de “Signos x Interpretantes” que é dada pelos interpretantes relevantes sobre o total de interpretações. Chamamos a tal estatística de **índice de heteronomia**, dado que ele indica a percentagem de determinação face a outros sistemas conceptuais. Em baixo notaremos também uma forma mais fraca deste índice, derivado de algumas pressuposições feitas.

Um conjunto de questões mais difíceis de analisar com os indivíduos inquiridos (Dado não haver variedade suficiente para se poder postular realmente uma análise das várias clivagens), tem que ver com as pertenças sociais dos indivíduos e as suas lógicas de interpretação. Como veremos em baixo, o número limitado de respostas não nos permitiu ir muito fundo nesta análise, ficando-nos meramente por olhar para o género (como controlo) e para a educação. Como notado, em trabalhos futuros procuraremos aprofundar mais estas questões. Por ora, aquilo que poderíamos esperar era que em grupos de educação mais baixa existisse menor entropia, por existir menor número de elementos disponibilizados, por contraste com grupos de maior educação, que seriam mais individualizados; não obstante, mesmo tal hipótese não figura de forma muito intuitiva no nosso campo de hipóteses.

Podemos, então, postular mais algumas hipóteses:

**H2:** MP é heteronómico de uma categoria específica.

**H3:** Existe uma diferença de entropia associada a partições da rede em termos de propriedades dos agentes – a educação e o género.

Em termos das questões da relevância da interpretação, o nosso modelo de análise passou por construir um modelo hipotético de informação que providenciámos aos indivíduos, de forma a testar a aproximação das suas significações a esse modelo, e

testar a diminuição de entropia na rede quando os indivíduos são sujeitos a interpretação<sup>6</sup>. O que importa aqui perceber é a hipótese de que, num dado contexto, ao sujeitarmos os indivíduos a lerem informação, iremos esperar que estes nos respondam sobre contextos de uma forma diferente de se não a lerem, e que essa maneira terá algo que ver com o modelo construído. Seleccionámos seis elementos presentes no território, produzindo um texto que visava transmitir algumas categorias especificamente, e dar maior ênfase a esses interpretantes. O modelo produzido foi o seguinte:

**São João Baptista** – História Nacional, História Local, Estética;

**Sinagoga** – História Nacional, Comunidade;

**Paços da Câmara** – História Nacional, História Local;

**Café Paraíso** – História Local, Comunidade, Estética;

**Púlpito da Casa Havaneza** – Estética, Comunidade, História Local;

**Poço à entrada** – Templários, História Nacional;

Tendo em conta tal disposição, a hipótese que formulámos foi a de que, ao dar informação aos indivíduos, a entropia da rede deve diminuir, a centralidade dos elementos aumentar, e que haverá possivelmente maior clusterização de elementos – tal hipótese derivando do modelo de transmissão de informação dos autores que notámos, e tomando a incorporação de informação como relativamente intuitiva.

**H4:** Ao serem sujeitos a interpretação<sup>6</sup>, os indivíduos responderão de maneira a produzir uma rede semântica com menos entropia, maior centralidade e maior clusterização.

**H5:** Os elementos mencionados pelos indivíduos, depois de serem sujeitos a interpretação<sup>6</sup>, serão tendencialmente os dados pelo modelo abstracto *supra*, com as associações às dadas categorias.

Quanto à forma semiótica, a categorização dos elementos como signos, índices, ícones e símbolos obedeceu a uma especificação analítica que deriva do que antes discutimos. Começando a partir da nossa noção de que os indivíduos significam e categorizam em função de um protótipo (|AC2), seremos obrigados a estender um pouco a nossa definição: o protótipo que os indivíduos categorizam num sistema como

o patrimonial é, na realidade, **o triplo {PF, MC e NS}**, sendo PF o protótipo formal, MC o modelo contextual, ou seja, o tipo de contextos em que um dado elemento costuma ocorrer, e NS a narrativa social, o conjunto de relações historicamente situadas do objecto. Existe um ou mais protótipos de forma referentes a cada categoria; um ou mais modelos contextuais ligados a esses protótipos de forma (da ordem de: se um elemento análogo a este protótipo aparecer com estas características materiais e nestas circunstâncias, evoca-se a seguinte categoria); e existe uma ou mais narrativas social (da ordem de: se este elemento prototípico e modelar tiver uma presença dentro de uma narrativa que eu conheço, pertence à história nacional/comunidade/história local).

Parece-nos, à luz disto, que poderão existir pelo menos dois domínios em que a estrutura semiótica ela mesma poderá importar: podemos procurar **perceber se existe alguma relação entre a autonomia e heteronomia de sistemas sociais e a distribuição de tipos semióticos**; e podemos **procurar ver se existe alguma associação entre a tipologia semiótica do contexto e a maneira como o contexto se promove, comercializa e distribui**. No primeiro caso, a expectativa que poderíamos ter é que aquelas categorias que tiverem uma distribuição mais equilibrada de estruturas formais seriam, plausivelmente, as que teriam maior autonomia interpretativa, porque teriam mais formas diversas de se manter relevantes internamente. Tal derivaria do facto de estarmos a falar em categorias teoricamente mais “ricas”, no sentido de terem mais narrativas inerentes, e, portanto, poderem ter mais manancial que sustente a sua autonomia, onde, por seu turno, um ícone poderia mais facilmente ser re-interpretado de outra forma.

**H6:** As categorias com uma distribuição de forma semióticas mais equilibrada são as com maior autonomia interpretativa.

O segundo só poderia ser respondido por uma análise comparativa muito mais detalhada; ainda assim, no entanto, valerá a pena considerar de que forma tal funciona no contexto tomarense (implicitamente, tomando o sistema socio-conceptual definido pela cidade) de forma a podermos ilustrar algumas propriedades inerentes a tais fenómenos. Perceber a iconização, indexicalização e simbolização pode contribuir, nesse sentido, para se falar de estruturas que influenciem a satisfação dos turistas, ou o

bem-estar da população, tomando elementos culturais em si como elementos de consideração.

Convirá notar que a classificação de “símbolo”, “ícone”, “índice”, ou “signo” nos casos em que nenhum dos anteriores parecia descrever a forma de representação semiótica, foi feita através de uma análise de conteúdo clássica, cruzando as fotografias, os objectos e as interpretações feitas pelos indivíduos. Os critérios de categorização tentaram aproximar-se, por isso, da definição de cada signo:

- **Ícones:** Signos que foram associados a categorias em virtude da sua forma, da sua estrutura própria, não possuindo um modelo contextual ou uma narrativa; categorias de interpretação como atractividade ou arquitectura tenderam a cair neste tipo, dado focarem-se em grande medida no objecto;
- **Índices:** Signos que foram associados pela sua adjacência e proximidade a outros signos, ou pela sua localização, ou pela sua presença indicar algum outro elemento de relevo; categorias como “centralidade” ou “proximidade de X” tenderam a cair neste tipo;
- **Símbolos:** signos que foram associados em função de uma dada narrativa ou construção histórica em torno do elemento.

### 7.1.3 Modelação Baseada em Agentes

A dinâmica das categorias patrimoniais que discutimos em cima é, por seu turno e por razões antes explicadas, não presumida, mas analisada na base de princípios primários. Como notámos antes, metodologicamente esta análise procedeu de forma dedutivo-nomológica, ao formular um conjunto de modelos hipotéticos – essencialmente procurando perceber como é que a interpretação aconteceria num contexto altamente reduzido e restrito – e ao focar-se, em primeiro lugar, em perceber a influência da topologia das redes, e dos mecanismos de comunicação internas a grupos formados nessas redes.

O paradigma de modelação pelo qual optámos é denominado *Agent-Based Modelling* – ABM – e marca-se por postular entidades (agentes) que são dotados de determinadas propriedades (variáveis) e determinadas regras de comportamento

(algoritmos) de forma a procurar simular o comportamento agregado que deriva das suas interacções. Traçando a sua origem ao conjunto de autómatos celulares estudados na teoria da computação (como o jogo da vida de Conway, ou a formiga de Langton), a ideia de modelar situações reais numa forma reduzida, e observar os efeitos emergentes resultantes da interacção entre inúmeros micro-agentes foi, desde cedo, intuitivamente interessante para um conjunto de teóricos da computação, da evolução cultural, economia evolucionária, entre inúmeros outros campos – com um dos mais antigos modelos sendo, de resto, um modelo de segregação habitacional, atestando à sua utilização em estudos urbanos (Willensky & Rand, 2015). A sua utilização em estudos de evolução cultural é igualmente marcante, e traça uma longa história (Henrich, Boyd, & Richerson, 2008; Mesoudi, 2016; Richerson & Boyd, 1985), ainda que não tenhamos conseguido encontrar análogos ao tipo de análise de dinâmica conceptual presente neste trabalho.

A modelação em geral, e a modelação baseada em agentes em particular, possuem uma complexa filosofia subjacente, quer em termos da representação ontológica dos objectos, algo que é presumido como uma das suas forças, até aos critérios de valorização e avaliação da qualidade dos modelos (David, Sichman, & Coelho, 2005). Desde paradigmas de simulação que defendem a comparação dos modelos com pesquisa empírica e a sua integração e validação em função dos dados (Bruch & Atwell, 2015; David et al., 2005), até defensores da comparabilidade dos modelos estritamente com outros modelos (Krause, 1996), bem como diferentes abordagens quanto à forma de construir e complexificar modelos, com o princípio *bottom-up* e baseado na simplicidade de autores como Epstein (1996), e abordagens que enfatizam, em geral para a modelação, o decrescimento da complexidade ao longo do tempo (Lindenberg, 1992), até ênfases na descritividade dos modelos e a sua adequação empírica (Bruch & Atwell, 2015), a variedade de abordagens é bastante grande. Tendo em conta os nossos compromissos ontológicos e epistemológicos, procurámos, no desenho do nosso modelo, manter ao máximo a correspondência ontológica com os elementos que noutro lugar seleccionámos como analiticamente relevantes para os estudos urbanos (R. N. Almeida, 2018, *submetido*), desenhando o modelo como um modelo de exploração teórica, sem o objectivo de o aproximar a dados empíricos (os quais poderiam ser

obtidos, em grande probabilidade, apenas por uma investigação histórica, na ausência de estudos directamente orientados para as questões que aqui levantamos). Não obstante, construímos um conjunto de critérios de avaliação do modelo em termos abstractos, que incrementámos com algumas intuições empíricas mais tarde.

O objectivo de tal modelação é, pois, testar hipóteses sobre o comportamento de agentes hipotéticos, indexados às restrições que impomos no modelo, de forma a construir uma base analítica com a qual se pode começar a falar de contextos “extraordinários” – como os de turismo ou gentrificação – bem como providenciando algumas pistas sobre o tipo de elementos que podem ter mais relevância na pesquisa empírica. Com isto dito, convirá notar que quaisquer dados obtidos são sempre limitados às restrições impostas, à capacidade de adequação face aos critérios de avaliação, entre outras partes, e, como tal, a sua utilização para efeitos de previsão ou prognóstico – que ensaiamos mais à frente – deve ser tomado como um exercício ilustrativo, e as consequências analíticas e políticas de tal análise apenas como meramente indicativas.

O conjunto de pressupostos centrais derivados teoricamente (por oposição a restrições concretas impostas ao modelo, que discutiremos em seguida) foi já deixado alinhado na parte anterior:

- Um mecanismo de **reprodução** das concepções significativas, que faz com que os indivíduos partam para significar elementos com uma determinada lógica dependente das estruturas de socialização vertical e horizontal;
  - $\vdash \text{SH}^{\text{B}24}\text{-SH}^{\text{B}27}$
- Uma lógica de interacção de **grupos** – baseado em determinadas estratégias grupais;
  - Assumindo que os indivíduos buscam a máxima utilidade nas suas comunicações:  $\vdash \text{AH}^{\text{B}29} \wedge \text{AH}^{\text{B}32}$
  - $\vdash \text{AH}^{\text{B}51}\text{-AH}^{\text{B}54}$
- Um mecanismo de **interpretação** baseado na selecção de determinadas opiniões com as quais comparar a própria;
  - $\vdash \text{AC}4\text{-AC}10 \wedge \text{AH}^{\text{B}1} \wedge \text{SH}^{\text{B}26}$
  - $\vdash \text{SH}^{\text{B}7}$
  - $\vdash \text{SH}^{\text{B}28} \wedge \text{SH}^{\text{B}29}$

- Um mecanismo de **selecção** de territórios, baseado em determinados princípios de interesse;
  - Em particular podemos notar trabalhos como os de Woodside (Woodside & Dubelaar, 2002), bem como de Boavida-Portugal (Boavida-Portugal, Ferreira, & Rocha, 2014), como tendo trabalhado em torno da questão da selecção em termos sistémicos.

Os três primeiros serão comuns tanto a um modelo mais abstracto – como será o exemplo do que chamaremos de *Signworld* – como a um modelo mais concreto, como seja o que planeamos vir a desenhar como *TouristHub*, ainda que, em ambos os casos, exista a pressuposição de uma abstracção progressivamente diminuída para tentar aproximar a ecologia dos modelos e torná-los o mais descritivos e próximos da realidade possível. Nesta dissertação focaremos apenas os pontos 2 e 3, fazendo breves menções ao ponto 1, e reportando os resultados obtidos em Almeida, Ernst & David (2018, em preparação<sup>29</sup>). Tais modelos de dinâmica servem, por isso, como alicerces a formulação teórica, a reorientar os focos empíricos, e também, desejavelmente, para uma análise progressivamente mais concreta e formal das dinâmicas territoriais urbanas.

As lógicas de análise do sistema descrito em *Signworld* são exploradas em profundidade em Almeida, Ernst & David, onde procedemos a uma análise mais extensa do modelo em questão, e onde explicitamos o modelo de análise de tal sistema. Aqui limitámo-nos a reportar os resultados e interpretações passíveis de fazer quanto ao modelo original, bem como introduzir parâmetros “reais” (calibrados a partir dos resultados empíricos das anteriores partes) para ensaiar uma análise prospectiva da evolução das categorias relativamente a um espaço de tempo de 50 anos no contexto tomarense. Posteriormente, discutimos também algumas formas de relativizar este modelo, bem como algumas limitações destes esforços, como a introdução de evolução e reprodução de matriz familiar.

---

<sup>29</sup> No contexto da presente dissertação, foi preparado pelo autor, e está a ser finalizado um artigo que remete para a parametrização e análise de resultados do modelo SignWorld, para submeter à revista Complexity. Este artigo está disponível sob requisito ao autor da dissertação, e não foi incluído estritamente por questões de conflito de propriedade intelectual.

## 7.2. Resultados e Discussão

A lógica de exposição e discussão dos resultados irá seguir a introdução das anteriores hipóteses e análises: começaremos por analisar as questões inerentes à constituição do património, englobando questões de co-constituição de sistemas socio-conceptuais, questões sociais e de matriz puramente semiótica; seguiremos para as questões da relevância da interpretação, analisando os resultados do teste experimental que desenvolvemos, e concluiremos com a análise do modelo dinâmico.

### 7.2.1 Constituição do Património em Tomar

No total das oito questões – que num primeiro momento tratamos de forma agregada, considerando as respostas a todas elas como parte da mesma rede – recebemos 163 menções singulares – considerando alguns pormenores como entidades autónomas, tais como a Igreja de São João Baptista e o seu portal – com um total de 1003 fotografias, e 424 menções externas de elementos. Destas menções, apenas 27 receberam mais do que 10 menções em geral, como visível na tabela inferior.

*Tabela 3 - Elementos Identificados pelos Respondentes e número de menções correspondente (elementos com mais de 10 menções apenas)*

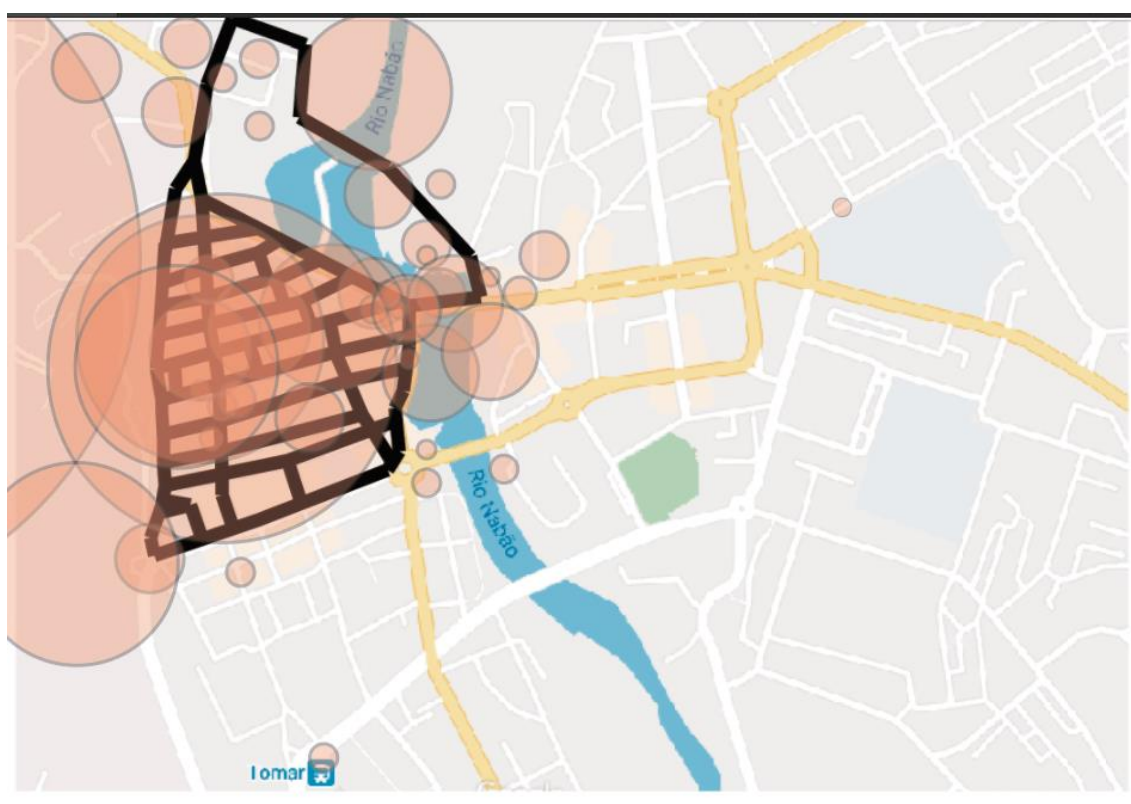
Elemento	Nº Menções
Aqueduto dos Pegões	19
Azulejos	14
Café Paraíso	22
Casa Vieira de Guimarães	15
Charola	11
Convento + Castelo	190
Corredoura	41
Cruz Templária	23
Enquadramento com ponte, cidade e convento + castelo	25
Festa dos Tabuleiros	18
Gualdim Pais	68
Igreja de Santa Maria do Olival	65
Igreja de São João Baptista	83
Infante D.Henrique	16
Janela do Capítulo	17
Lagares d'el Rei	21
Levada	11



Mata dos Sete Montes	54
Mouchão	70
Ponte D.Manuel I	26
Praça da República	58
Rio Nabão	55
Roda do Mouchão	42
Ruas Estreitas	16
Santa Iria	29
Sinagoga	38
Tabuleiro	11

Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos na cidade de Tomar, Elaboração própria

Ilustração 5 - Mapa de Interpretações dos Indivíduos; tamanho das bolas representa número e categorizações (apenas signos representáveis no espaço considerados)



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos na cidade de Tomar, Elaboração própria

Como se pode notar imediatamente, o Convento destaca-se como tendo uma relevância desproporcional, completamente ímpar em relação com os restantes elementos (os quais têm uma tendência descendente contínua, mas muito menos acentuada; cf Gráfico 22, em Anexo III – Gráficos). A importância é facilmente compreensível, podendo ver que o castelo e o convento assumem, tanto física como simbolicamente, uma posição central, sendo que esta última será sucessivamente corroborada pelos dados que vamos apresentar.

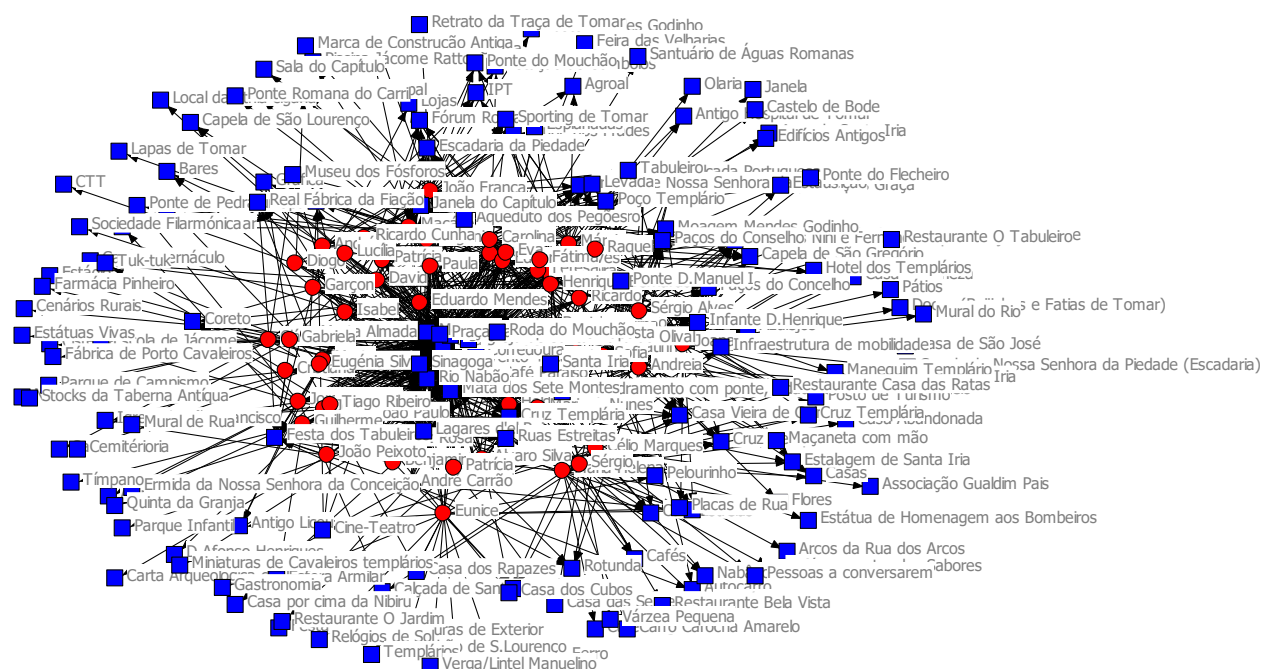
Em termos analíticos, e utilizando o índice de entropia que mencionámos no quarto capítulo (Equação 4), podemos identificar o sistema supra como tendo uma entropia tendencialmente baixa-moderada<sup>30</sup>, sendo que tomando o total de elementos como contando o  $H_{rel}=0,78$ . Lembremo-nos do que nos diz o índice de entropia: presumindo que a distribuição representa um processo com uma dada configuração, dado um novo evento de interpretação, se apostássemos num dado resultado quanta informação poderíamos dizer ter sobre a verosimilhança desse evento. Naturalmente, numa distribuição uniforme a informação obtida será mínima, a incerteza será máxima, e por essa razão a entropia será igualmente máxima; por oposição, quando descobrimos que num dado contexto algo como o Convento de Cristo é interpretado como pertencendo ao património 40% das vezes, podemos dizer a propósito do sistema que este tem um dado grau de entropia, provavelmente mais baixo, visto que tem um elemento muito central.

Indo um pouco mais fundo, notaremos que a estrutura dos dados que temos ao nosso dispor é homóloga a uma rede de dois modos, como antes notado, segundo a qual temos um conjunto de agentes que se vinculam a um conjunto de elementos pela relação de interpretação. Em baixo (Ilustração 6) podemos ver a representação gráfica de dois modos da rede; como podemos ver, esta tem alguma dificuldade de leitura derivada da complexidade dos dados inerentes, e não oferece grande interpretabilidade.

---

<sup>30</sup> Convirá notar que não existem propriamente parâmetros com os quais comparar tais índices; as nossas afirmações derivam de uma apreciação comparativa dos vários índices que fomos computando, e nesse sentido falamos de alta e baixa entropia em termos estritamente relativos.

*Ilustração 6 - Grafo da Rede Geral (Agrupamento das várias questões)*



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET

Para compreendermos melhor o que se passa, avançá-mos para um procedimento de redução de complexidade: análise de correspondências. A estrutura da análise de correspondências, alicerçada no método de médias recíprocas, tende a ser utilizado como uma forma de representação topológica de espaços sociais, tendo em conta que a representação dos indivíduos tende a ser feita em função das variáveis sociais, e, por seu turno, as variáveis sociais são representadas pela distribuição dos indivíduos. Ao utilizar tais técnicas de redução de dados produz-se, essencialmente, uma distribuição dos indivíduos em eixos abstractos, sendo distribuídos em função da sua relação com os restantes elementos do modo oposto – neste caso, representando os indivíduos em função dos elementos que estes significam, e os elementos em função dos indivíduos que os significam. Utilizando a técnica com as matrizes de indivíduos e elementos, o que obtemos é, pois, e na melhor das leituras possíveis, uma proximidade conceptual entre elementos, sendo que na linha de Wasserman e Faust (Wasserman & Faust, 1994), podemos considerar os *clusters* de elementos como sendo aqueles elementos que tendem a surgir conceptualmente mais próximos dentro do sistema.

Como podemos ver na Ilustração 7, existe bastante concentração dos elementos junto de um núcleo central, com alguns elementos – a Esfera Armilar, Candeeiros,



a interpretação intuitiva de que os conceitos apareçam em núcleos de semântica densa indica que, de facto, existe alta clusterização de elementos em torno das mesmas estruturas conceptuais (cf. Tabela 4).

*Tabela 4 - Medidas de Redes Gerais*

<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
<i>Hrel</i>	0,78
<i>Centrality Index</i>	0,833
<i>Clustering Coefficient</i>	0,811

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, elaboração própria*

Tendo esta descrição geral, interessa-nos agora olhar concretamente para as questões com que começámos, nomeadamente, olhando para as categorias concretas, as suas características e as suas interrelações.

#### *7.2.1.1. Análise de Categorias*

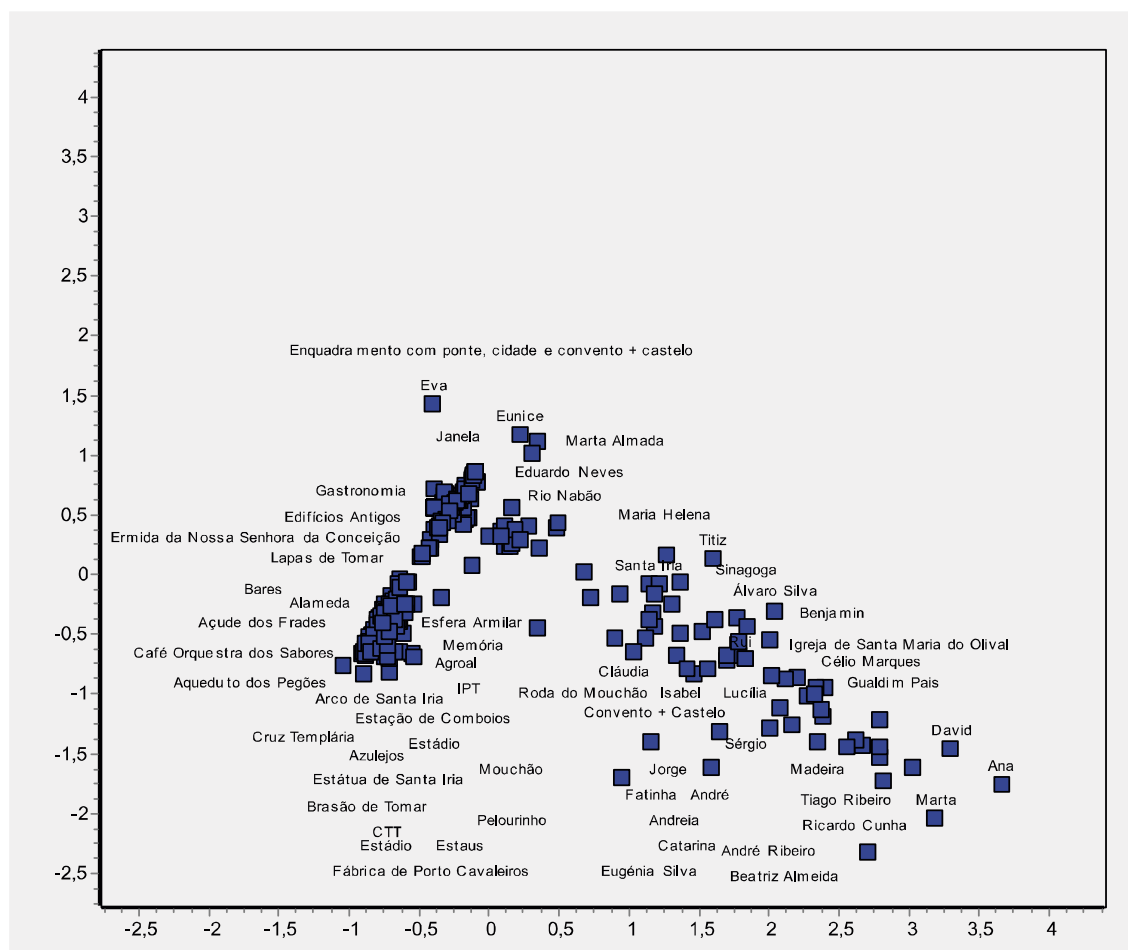
Convirá lembrarmo-nos que, no curso da nossa análise, procedemos a considerar 8 categorias, cada qual com as suas especificidades reticulares. Mantendo os indivíduos fixos, podemos, primeiro que tudo, olhar para as 8 categorias de forma a compará-las com a estrutura da rede em geral, e com isso traçarmos as bases da nossa categoria de “Património”.

Em termos da representação semiótica através de redes, e focando-nos na relação entre indivíduos e elementos, podemos ver que as várias categorias assumem formas bastante distintas em termos da sua representação:

- A matriz de história da cidade (Ilustração 8) tem uma menor dispersão de elementos pelos eixos, e forma dois “clusters”, com um grande número de indivíduos dispondo-se no cluster mais positivo em termos das abcissas, e o segundo cluster, mais denso, com a maior parte dos elementos; as igrejas de Santa Maria e São João Baptista, bem como o Convento, encontram-se no cluster direito, o que poderemos interpretar (tendo em conta que a sua posição é definida pelas respostas dos indivíduos) como tendo que ver com a sua

centralidade. Por seu turno, o cluster da esquerda parece denotar elementos mais esparsos e com uma relevância muito contextual para um conjunto mais disperso de indivíduos.

*Ilustração 8 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de História da Cidade*



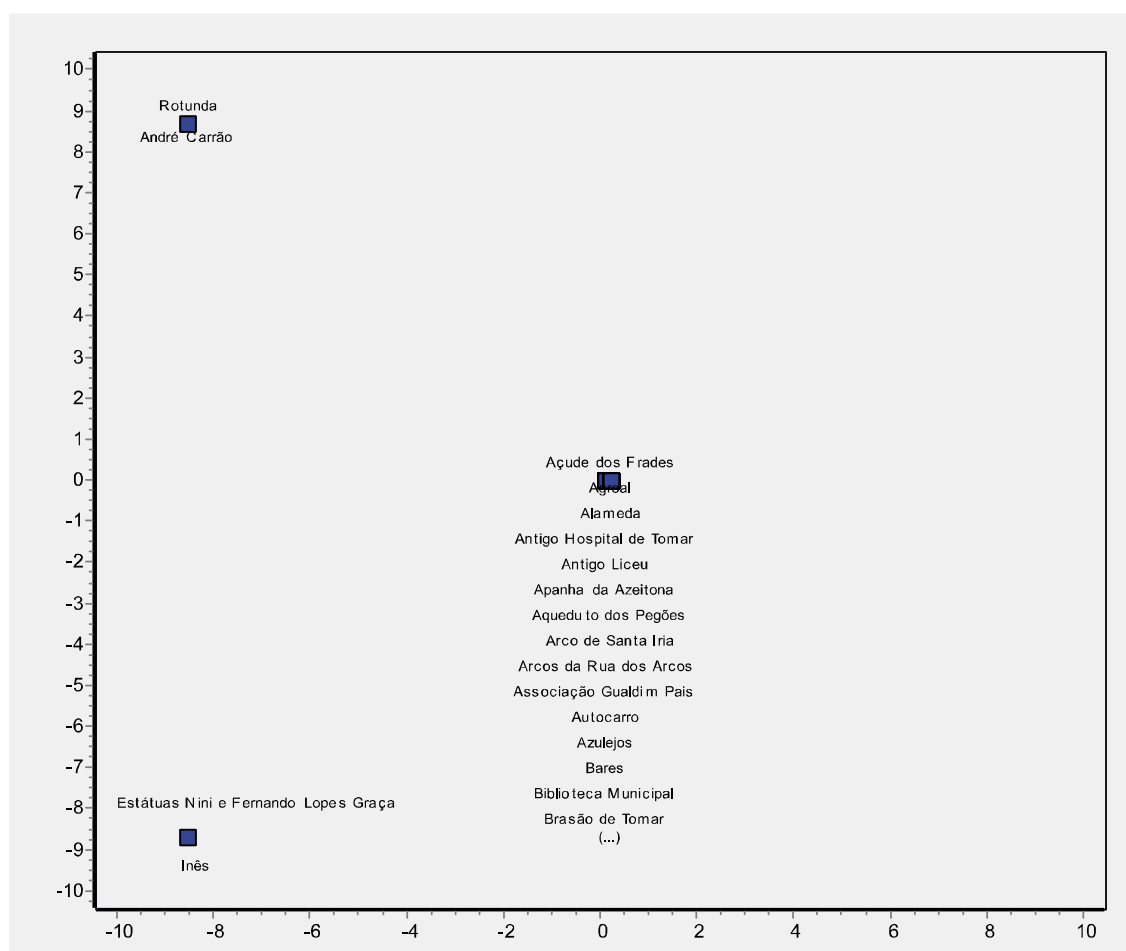
*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET*

- A matriz de comunidade (Ilustração 17 no Anexo III – Gráficos) tem uma estrutura de alguma forma semelhante, centralizando num cluster a Praça da República, o Mouchão e a Corredoura, com outros dois clusters mais pequenos e densos formando-se positiva e negativamente face ao 0 no eixo de X. No cluster superior encontram-se elementos que aparecem ligados a estruturas da cidade – estátuas, museus, uma das igrejas e o convento – enquanto no inferior aparecem elementos mais prosaicamente associáveis com a comunidade – o clube de futebol da cidade, escolas, pontes, o parque infantil, etc. No entanto, não parece ser fácil de categorizar os clusters, dado que ambos incluem cafés, e existem igualmente elementos mistos (o Museu dos Fósforos, a Ponte do

Flecheiro, ou a Igreja de Santa Maria no cluster em baixo, e o Antigo Liceu, Cisternas ou o Cemitério no cluster em cima).

- A matriz de património (Ilustração 18, no Anexo III – Gráficos e Ilustrações) tem igualmente uma proximidade em termos de distribuição com as duas anteriores, ainda que a divisão dos dois tenha dois clusters mais densos seja feita ao longo de ambos os eixos de representação. A Estátua de Gualdim Pais, as duas igrejas principais, o convento, a Mata e a Ponte de D. Manuel I aparecem no cluster central com os agentes, denotando o seu carácter centralizador.
- A matriz de Representação (Ilustração 9, em baixo) tem uma estrutura particularmente diferente, com apenas três blocos de fixação dos elementos: um praticamente no meio, que alberga em duas linhas distribuídas no eixo de Y, e com pouquíssima variação, quase a totalidade dos elementos mencionados; um bloco com um único elemento – a rotunda – e um indivíduo, e outro em baixo com outro único elemento e um único indivíduo.

*Ilustração 9 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Representação*



- A matriz de atractividade (Ilustração 19, Anexo III) tem uma estrutura análoga à da matriz geral, com um núcleo central, e dois pseudo-núcleos em cima e em baixo. O mais interessante, no entanto, é que o núcleo central, para além de alguns micro-clusters que o orbitam, é muito denso, o que poderia ser contrário à nossa intuição de que a atractividade fosse muito dispersa em termos de gostos; como veremos em baixo, isto é sustentado pelos indicadores que podemos retirar da matriz.
- A matriz pessoal (Ilustração 20, Anexo III) tem uma estrutura com blocos, semelhante à da representação, no centro dos quais se concentram as significações dos indivíduos. Ao aproximarmos a escala, no entanto, verificamos que, apesar de não estarem muito distantes, os pontos concentram-se essencialmente em torno de determinados indivíduos que estipulam certas associações, o que fará sentido intuitivamente com a ideia desta matriz ter maior variabilidade interna;
- Por fim, a matriz de templários (Ilustração 10, em baixo) tem um único par de elementos e indivíduos separado, distribuindo os restantes elementos numa linha vertical centrada no 0 nas abcissas, e contendo a Estátua de D. Gualdim Pais, o Hotel, o Poço e os Paços do Concelho mesmo no centro. A cruz templária aparece mais em baixo, enquanto a Igreja de São João Baptista, o Convento, as Cisternas e a Janela do Capítulo aparecem mais em cima. Este é um resultado interessante, especialmente tendo em conta as notas que faremos a propósito da estrutura semiótica dos signos, dado que isto nos indicaria potencialmente a capacidade de compreensão implícita da estrutura semiótica por parte da análise de correspondências, estritamente a partir das respostas dos indivíduos.



The scatter plot displays 30 names on a 2D coordinate system. The x-axis ranges from -14 to 4, and the y-axis ranges from -14 to 5. The names are clustered into two main groups: one on the left (negative x-values) and one on the right (positive x-values).

**Left Cluster (Negative X-values):**

- Álvaro Silva
- Manequim Templário

**Right Cluster (Positive X-values):**

- Marca de Construção Antiga
- João França
- Lojas
- André
- Inês
- Benjamin
- Eunice
- Célio Marques
- Cruz Templária
- Beatriz Honório
- Eduardo Mendes
- Madeira
- Ricardo
- Ricardo Cunha
- João Peixoto
- Macário
- Márcia
- Marta
- Marta Almada
- Rui
- André Carrão
- Carolina
- Eduardo Neves
- Eugénia Silva
- Eva
- Fátima
- Fátinha
- Gabriela
- Guilherme
- (...)

Olhando às medidas que antes utilizávamos para descrever as matrizes (Tabela 5, em baixo), podemos ver que existe de facto uma tendência consistente e interpretativamente lógica na estrutura das redes: quase todas as redes têm uma entropia maior do que a rede geral – algo que fará sentido se pensarmos que a sua agregação leva a que determinados elementos, que podem não ter tanta expressão internamente, possam ganhar grande peso – sendo que apenas a categoria “Templários” se afigura mais próxima, tendo em conta o grande peso da Cruz Templária e do Convento como providenciando acesso à categoria. Por seu turno, a categoria pessoal é também intuitivamente a que tem maior entropia, dado que, como seria intuitivo, tem maior variação em termos da distribuição de elementos. As restantes categorias oscilam entre 0,8 e 0,85 de Hrel, demonstrando um nível que poderíamos tentativamente dizer “intermédio” de entropia. Em termos de centralidade, por seu turno, a atractividade, representação e “Templários” têm uma tendência central mais

forte, associada respectivamente ao Rio Nabão e Mouchão (Atractividade), o Convento e o Enquadramento de Vista do Rio Nabão com Ponte (Representação), e o Convento, a Cruz Templária e a Estátua de Gualdim Pais. Em termos do clustering, o facto de este ser mais baixo em categorias como atractividade ou representação fará também sentido, dado que esta medida permite-nos ver, de certa forma, a densidade semântica dos termos – quão densamente estes se associam para os indivíduos – algo que fará sentido ser menos fortemente estruturado para categorias contingentes de apreciações; pelo raciocínio inverso, o facto da história nacional ter um clustering tão elevado, mesmo não tendo uma centralidade ou entropia alta, parece ir no sentido desta interpretação.

*Tabela 5 - Medidas de Centralidade das Redes Categóricas*

	<i>Hrel</i>	<i>Centralidade</i>	<i>Clustering</i> <sup>31</sup>
<b>Atractividade</b>	0,844	0,401757	0,78
<b>Comunidade</b>	0,851576	0,192293	0,886
<b>Património</b>	0,850399	0,253997	0,891
<b>Representação</b>	0,829	0,4196	0,775
<b>História da Cidade</b>	0,8282	0,319831	0,891
<b>História Nacional</b>	0,81439	0,316471	0,929
<b>Pessoal</b>	0,9535	0,102901	0,736
<b>Templários</b>	0,7528	0,60193	0,842

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração própria*

O facto do património ter uma entropia relativamente reduzida, uma centralidade baixa e um *clustering* alto, leva-nos a compreender que, no contexto em questão, existirá uma concepção mais ou menos coesa dos elementos que constituem património, pontuada por vários outros que competem com tal concepção, que não existe propriamente um elemento semanticamente central na definição de património em si (sendo que o Convento de Cristo, que presumivelmente poderia ocupar essa

<sup>31</sup> A medida de clusterização foi calculada a partir de matrizes de incidência projectadas a partir das matrizes de dois modos, e dicotomizadas; tal procedimento, como notado em Latapy, Magnien & Vechio (2008), tem bastantes problemas, e seria melhor satisfeito com um procedimento incidindo em “neighbourhoods” de nós. Por questões de facilidade de implementação por intermédio do UCINET, optou-se, no entanto, pelo processo mais falível descrito, com as limitações que lhe estão inerentes.

função, não aparece com tanto foco), mas que a proximidade semântica entre elementos na rede é bastante elevada em geral.

No interesse de perceber a constituição categórica de património, procedemos a calcular os índices de informação mútua e co-constituição das categorias, utilizando matrizes de co-ocorrência, extraíndo uma distribuição conjunta das variáveis. Ao olharmos para o U de Thiel, somos, no entanto, deparados com um conjunto de resultados bastante surpreendentes. Recordemos que o U de Thiel aponta-nos, essencialmente, quanta incerteza sobre uma variável nos é reduzida (quanta informação ganhamos), ao observar outra variável, dessa forma permitindo-nos perceber qual o rácio de relação entre as duas variáveis. O aspecto mais extraordinário neste domínio é o facto de que o gosto pessoal dos indivíduos tem a maior co-ocorrência com o património, por contraste com qualquer outra categoria. Isto poderia indicar-nos a existência de uma componente muito mais personalística do que socio-cultural na constituição do património que não tínhamos considerado, ou de igual forma – e atendendo à predominância da categoria templária – que a tendência de constituição do património se liga com relações que os indivíduos consideram mais imediatas, icónicas, e dotadas de um cunho pessoalizado do que tínhamos considerado.

Olhando para os padrões de co-ocorrência mais aprofundadamente, no entanto, estes padrões não se mantêm – quando usamos o índice de associação que definimos na Equação 10 - Índice de Co-Ocorrência. Desde logo notámos, no entanto, que este índice aparece-nos como tendo alguns problemas analíticos, dado que a sua limitação à incidência em elementos estritamente iguais poderá ignorar alguns elementos que tendem a aparecer como conceptualmente semelhantes, estruturados e definidos como tal a partir das respostas dos indivíduos.

De forma a obtermos uma leitura que abarque este tipo de casos, procedemos a uma redução das matrizes utilizando o procedimento CONCOR (Convergence of Iterated Correlations), obtendo uma matriz de relação entre blocos. Essencialmente, tendo em conta a lógica matemática de *blockmodelling*, o que os blocos representam são elementos que tendem a ter a relação subjacente de interpretação mútua entre categorias, bem como a sua negação (a não comunalidade de interpretações) em comum, produzindo-se assim uma posição estruturalmente semelhante no discurso. Na

Tabela 16, no Anexo IV – Tabelas, mostramos um exemplo da partição produzida pelo algoritmo, na matriz de representação; não tendo acesso à estrutura sistémica subjacente, o problema de julgar a associação torna-se tanto mais desafiante, dado que aquilo que a nós, na qualidade de investigadores, parece fazer sentido em termos de associação conceptual, pode não representar de forma alguma o consenso dos indivíduos que operam o sistema. No entanto, tanto os problemas como as vantagens de associação parecem encontrar-se visivelmente: onde no caso do bloco 17 pode parecer difícil perceber o que terá a casa por cima da Nibiru que ver com o Pelourinho, no bloco 2, o enquadramento com a ponte, os habitantes locais, a janela do capítulo e o rio nabão afiguram-se-nos todos como marcos de representação, e de igual forma o bloco 1, com o açude dos frades, a escadaria, a infra-estrutura de mobilidade (o traçado urbano) e a ponte de pedra vinculam conceptualmente acessos e pontos de circulação. Tomando em conta as limitações do procedimento, procedemos a produzir o índice de co-ocorrências para as matrizes reduzidas (cf. Tabela 6, em baixo).

*Tabela 6 - Medidas de Co-Ocorrência de elementos com Património das Redes Categóricas*

	<i>Thiel's U</i>	<i>Índice de Co-ocorrência (Elementos)</i>	<i>Índice Co-Ocorrência (Posições)</i>
<b>Atractividade</b>	0,290065	0,024169	0,04644
<b>Comunidade</b>	0,283382	0,011682	0,004728
<b>Representação</b>	0,312722	0,054902	0,024896
<b>História da Cidade</b>	0,326831	0,045918	0,069061
<b>História Nacional</b>	0,327	0,027132	0,047619
<b>Pessoal</b>	0,433019	0,019841	0,040486
<b>Templários</b>	0,402964	0,098361	0,104545

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração própria*

O que parece afigurar-se claro é que, apesar de em termos de partilha de padrões de resposta, a categoria pessoal ser a mais próxima do património, esta realidade não se transporta para a co-ocorrência – sendo produto de ocorrências mútuas entre elementos díspares, e não necessariamente e conceptualmente associados. Por seu turno, a categoria Templários mantém um nível de co-ocorrência forte relativamente às

restantes – 10% das menções entre templários e património aparecendo – e tanto a representação como a história da cidade aproximam-se dos 5%. Já no caso da história nacional e comunidade, apesar dos seus U de Thiel não serem muito baixos, a co-ocorrência que têm por relação parece bastante mínima.

Esta realidade mantém-se grosso modo quando tomamos em conta as posições conceptuais dos elementos: a história nacional e da cidade, bem como a categoria pessoal e de atractividade, aumentam substancialmente a sua posição, aproximando-se dos 5% e 7% (no caso da história da cidade), enquanto a categoria Templários aumenta de forma mais modesta, para perto de 10,5%. Os casos mais interessantes serão, no entanto, a comunidade e representação: nestes casos existe uma diminuição da co-ocorrência quando consideramos as posições. O que isto nos indicaria é, portanto que quando consideramos relações entre posições conceptuais, existe um menor número de elementos partilhados com o património do que quando consideramos os objectos em si, o que poderá ser um indício de uma relação espúria no índice básico de co-ocorrência.

De forma mais geral, o que podemos derivar daqui é que o sistema conceptual de património no contexto tomarense aparece, por estas razões, predominantemente marcado pela presença dos Templários (e, mais precisamente, ao vermos os elementos considerados, o Convento, a Igreja de São João Baptista, a Estátua de Gualdim Pais e a Cruz Templária), e tomando a história da cidade, mais do que a comunidade ou a história nacional, como alicerce conceptual para a representação dos elementos. Isto é um resultado particularmente interessante: apesar de possuir um elemento de relevância internacional, o património é concebido pelos indivíduos do sistema em relação com dois elementos de matriz localista – a templaridade, que apesar de ter um escopo internacional aparece em Tomar em grande medida como algo endógeno – e as narrativas e estruturas de relevância para a história da cidade em si. Mesmo que tomemos os templários como parte da história nacional – caso no qual veríamos a afirmação de uma estrutura nacional muito carregada, e um reforço da ideia de que o património tem íntimas relações com a nacionalidade – a importância da história da cidade permaneceria de grande relevo. De igual forma, a força moderada da representação indica-nos que o local não tem de uma maneira muito intuitiva uma

lógica que se possa associar directamente a uma determinação de turismo, apesar de tal ser apenas uma indicação geral.

#### *7.2.1.2. Análise de Interpretantes*

Tendo obtido a anterior descrição das categorias, interessar-nos-á, à luz da descrição que demos de estrutura sistémica, perceber mais especificamente que interpretantes é que são utilizados para aceder a determinadas interpretações de objectos como pertencendo a uma certa categoria, dado que tal nos permite compreender mais precisamente como opera a rede semântica de categorias, bem como a determinação que outros domínios interpretativos podem ter junto de certos sistemas culturais – por exemplo, a utilização do domínio interpretativo da utilidade económica para julgar a pertença de um elemento ao património, ou um domínio interpretativo grupal para efeitos semelhantes.

A nossa análise de interpretantes foi feita em de maneira análoga à análise de signos, utilizando as mesmas medidas e estruturas, com uma diferença importante: no lugar de trabalhar com a totalidade dos interpretantes mobilizados, optámos por previamente proceder a uma **análise de conteúdo e subsequente categorização das interpretações providenciadas pelos indivíduos**, de forma a construir uma base que possa ser utilizada de forma transversal por todo o sistema. Como já fomos notando, e reforçamos, tal esforço tem uma componente **fortemente subjectiva** que não pudemos, por questões de limitação de recursos, cruzar com outras perspectivas, algo que enriqueceria e robusteceria a confiança com que mobilizamos tal classificação.

Mais ainda, a classificação – abarcando 101 categorias interpretativas, e sendo por isso bastante extensiva – teria beneficiado de uma estrutura semelhante a uma treliça de conceitos formais, que permitiria estruturar mais claramente conceitos próximos. A solução de meio termo que pudemos estabelecer passou por criar interdependências entre categorias interpretativas, como representado no Gráfico 23, no Anexo III – Gráficos e na Tabela 20, no Anexo IV – Tabelas. Após estabelecer esta relação, procedemos a produzir uma matriz interpretativa reduzida, que iremos utilizar com vista a compararmos a estrutura analítica.

Em termos gerais, e tendo em conta os elementos considerados mais relevantes pelos indivíduos nas anteriores questões – aqueles com mais de 5 menções – aquilo que encontramos como o interpretante mais dominante, e com mais menções, são os Templários, seguidos da Atractividade, a História Nacional e a História da Cidade. Isto será lógico tendo em conta serem quatro categorias que foram directamente requisitadas aos indivíduos. Mas em seguida encontramos outras como “Identificação”, “Turismo”, e “Antiguidade”, as quais permitem perceber que aspectos como a identificação dos indivíduos com o local, ou meramente a antiguidade aparente de um elemento contribuem para que estes considerem um elemento parte de uma categoria como património. Em termos quantitativos, a entropia interpretativa da rede geral formada pelas interpretações dos indivíduos é de  $H_{rel}=0,85$ , o que nos indica um nível moderado de dispersão (Tabela 7, em baixo).

*Tabela 7 - Medidas de Centralidade nas várias Redes Interpretativas*

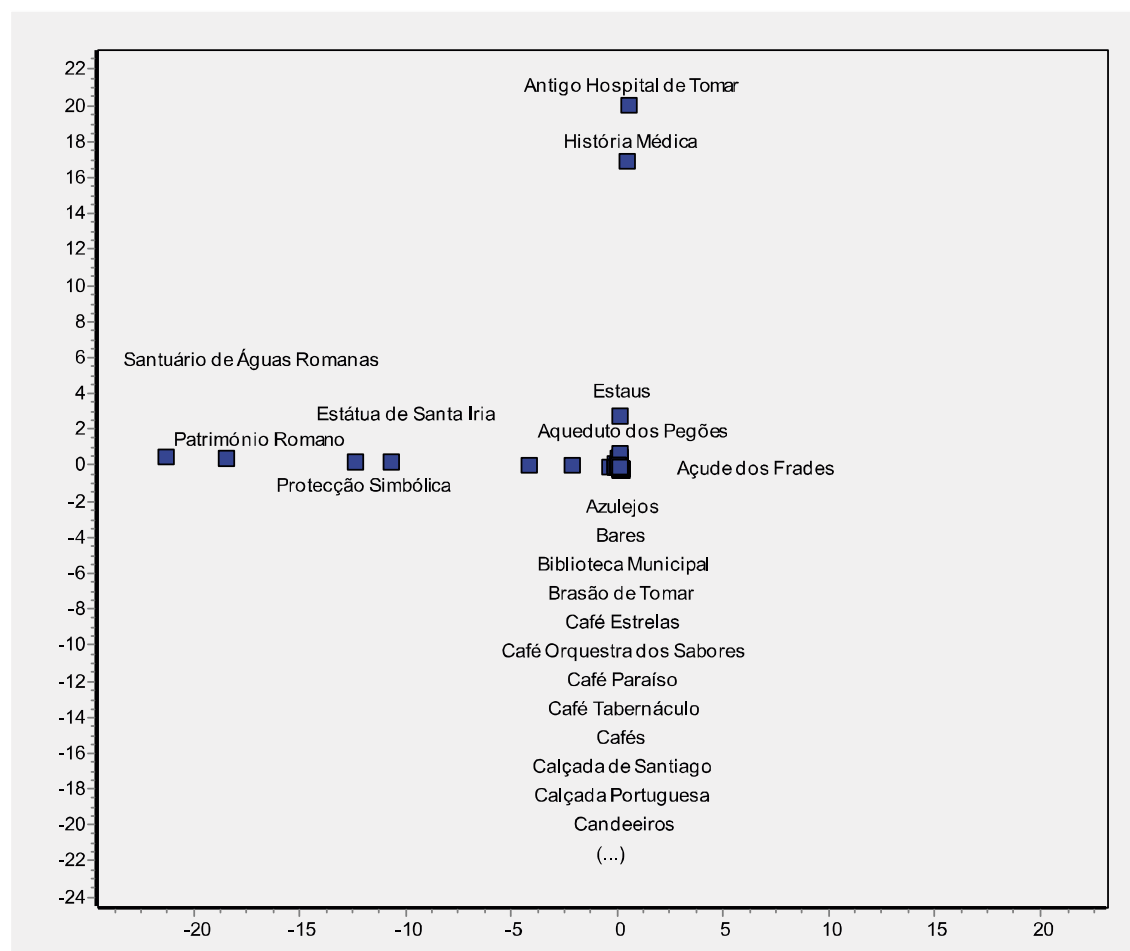
	<i>Hrel</i>	<i>Centralidade</i>	<i>Clustering</i>
<b>Geral</b>	0,840615	0,31544	0,841
<b>Atractividade</b>	0,840288	0,379433	0,804
<b>Comunidade</b>	0,835018	0,470552	0,783
<b>Património</b>	0,868757	0,259195	0,845
<b>Representação</b>	0,880783	0,25931	0,83
<b>História da Cidade</b>	0,880168	0,210605	0,836
<b>História Nacional</b>	0,797575	0,425879	0,872
<b>Pessoal</b>	0,862619	0,387629	0,675
<b>Templários</b>	0,57236	0,722263	1

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração própria*

Em termos muito gerais, a análise de correspondências da rede (Ilustração 11, em baixo) possui um núcleo bastante denso junto do 0 de ambos os eixos, com dois pontos acima e de lado que concentram a História Médica e o Antigo Hospital, e o Santuário de Águas Romano junto com o Património Romano, mais a Estátua de Santa Iria e Protecção Simbólica. Em termos do centro encontramos efectivamente uma distinção relevante e interessante na distribuição dos elementos pelos eixos: o eixo

vertical parece relacionar-se com elementos e temáticas económicas e sociais, enquanto o eixo horizontal captura elementos de ordem cultural e simbólica.

*Ilustração 11 – Representação Projectada de Análise de Correspondências de Matriz Geral de Interpretações*



*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET*

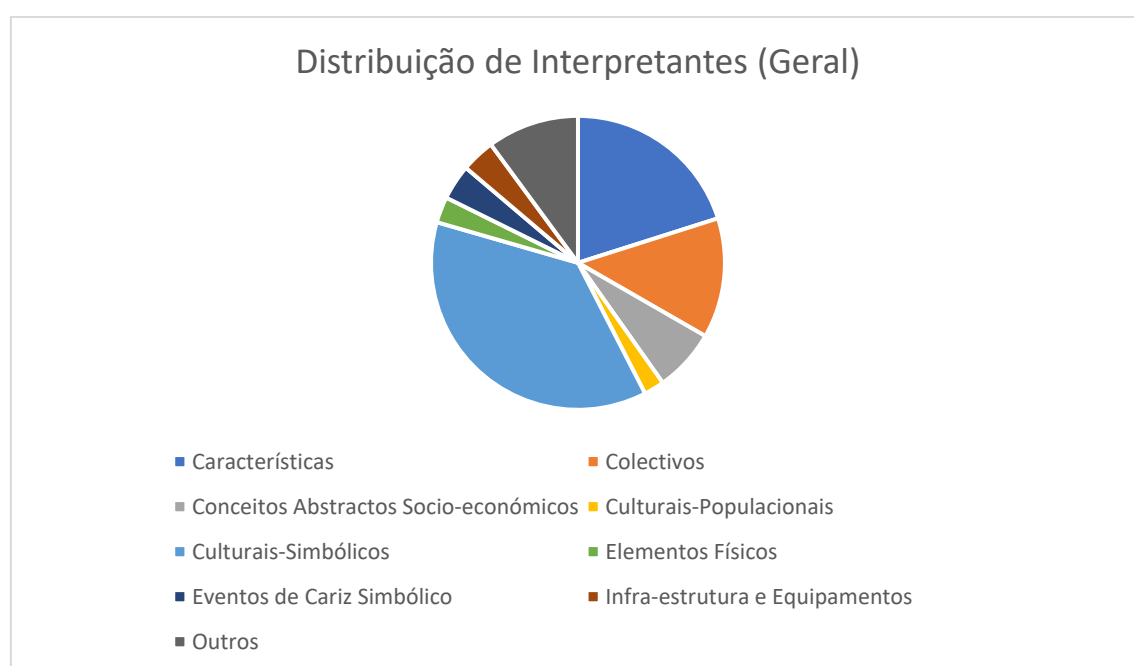
Uma nota de interesse antropológico é que, independentemente da pertença às categorias locais ou nacionais, a percentagem de menções a “povos externos” – os romanos, os bárbaros, os judeus – é não só muito reduzida, mas parece ir directamente ao encontro de uma narrativa de formação de nacionalidade, como visível por existir uma menção dos povoados romanos e não existir menção da presença islâmica que terá existido no território, bem como uma narrativização bastante positiva dos povos judeus que existem (i.e considerar que a população Portuguesa foi bastante tolerante com os judeus). Isto apontam-se como indícios no sentido de uma tendência de interpretação de património em termos de nacionalidade.

Por turno olhando para a matriz reduzida (Gráfico 7, em baixo), o que encontramos é uma grande concentração de interpretações do que chamámos



“conceitos cultural-simbólicos” – que incluem cultura, arte, arquitectura, entre outros – bem como de “características” – que incluem qualidades abstractas imputadas aos elementos. Os interpretantes “Colectivos” – na qual, notavelmente, incluímos os Templários, uma escolha derivada destes aparecerem como uma estrutura relacionada intensivamente com a cidade, e a qual é tida como tendo uma pertença muito notável a Tomar, tornando-se parte integrante do próprio grupo na cidade – têm uma importância apenas marginalmente menor que os dois anteriores, sendo responsáveis por mais de 13% das interpretações.

*Gráfico 7 - Distribuição de Interpretantes em Categorias Agregadas na Matriz Geral*



*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração própria*

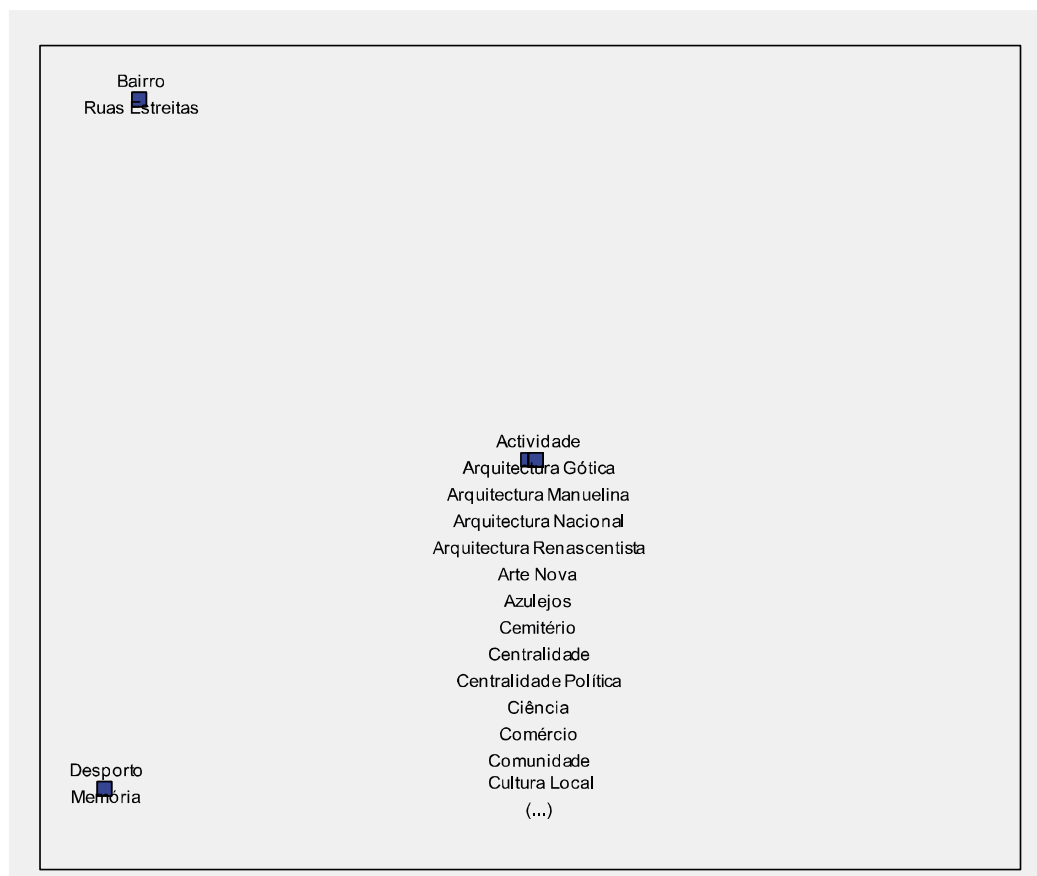
Olhando ao nível das nossas oito categorias analíticas, procedemos de novo a executar uma análise de correspondências, bem como a computar as medidas de centralidade de forma a perceber de que forma as categorias se encontram distribuídas. Os resultados podem ser descritos sumariamente:

- Na Matriz de História da Cidade, a análise de correspondências (Ilustração 12, em baixo)<sup>32</sup> descreve-nos os elementos e interpretantes como distribuídos à volta de um centro, com um cluster central posicionado à volta do 0, e três

<sup>32</sup> É relevante notar que apesar de falarmos de padrões inerentes à análise de correspondências, estes padrões não são universais, existindo frequentemente alguns elementos que não seguem a lógica associada.

conjuntos de elementos dispersos (desporto e memória, bairro e ruas estreitas e unicidade). Em termos de distribuição por eixos não parece existir uma relação clara, ainda que encontremos mais centralmente os elementos que mais têm que ver com a história da cidade. Em termos quantitativos, a estrutura de dados tem uma entropia moderada, com 0,88 de Hrel, o que indica bastante concentração junto de alguns núdulos, ainda que a centralidade seja notoriamente baixa: 0,36, o que significa que, apesar de existir alguma concentração em termos das respostas, não existe nenhum interpretante que atravessasse os vários elementos, e, por subsequente, uma forte indexação a um só interpretante. Por fim, o índice de clustering é relativamente elevado – 0,836 – o que implica uma densidade inerente aos interpretantes bastante grande.

*Ilustração 12 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de História da Cidade*



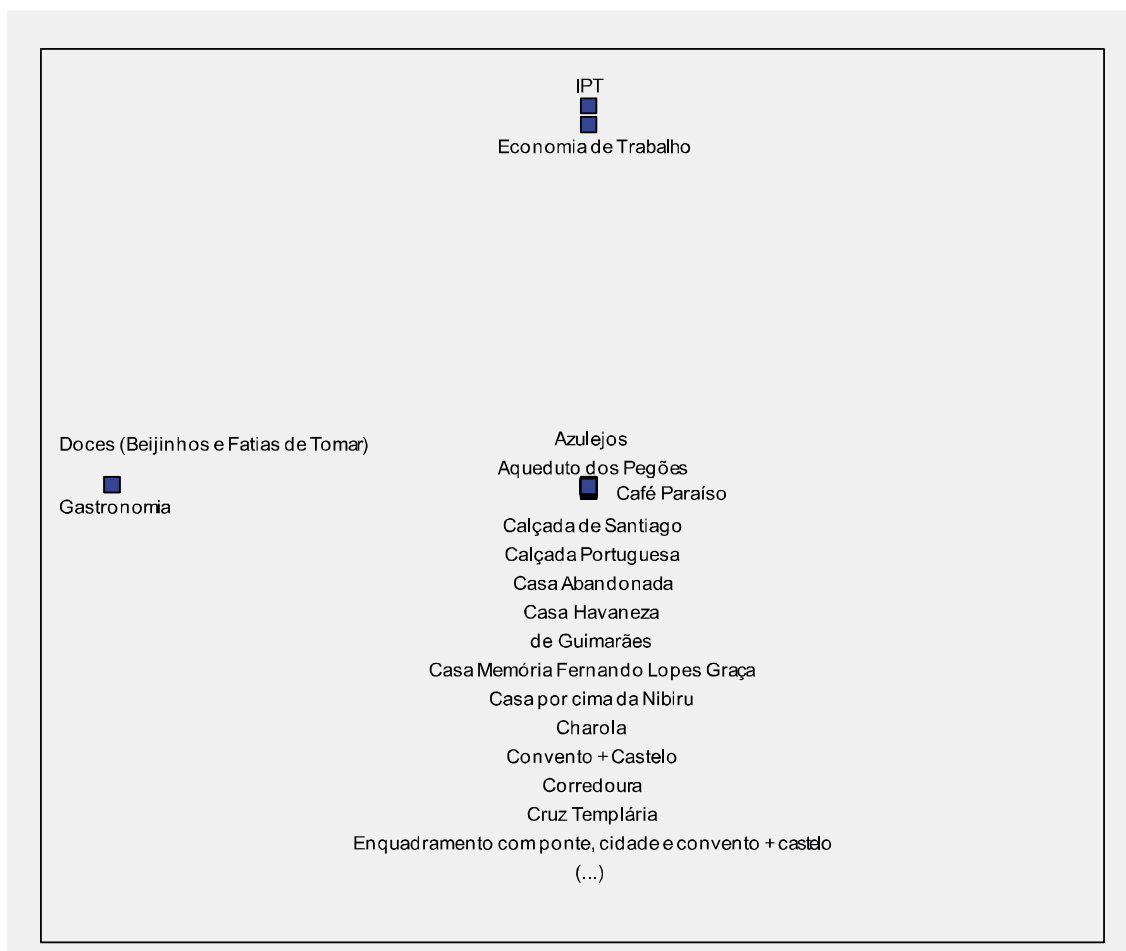
*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET*

- Na matriz de comunidade a representação em correspondências estrutura de novo a grande maioria das respostas numa linha (cf. Ilustração 21, Anexo III –

Gráficos e Ilustrações), indexada ao 0 do eixo X; os elementos distribuem-se acima e abaixo deste ponto, concentrando-se em dois clusters, aparentando representar um grau de localismo/translocalismo (os elementos com valores mais negativos aparentam ser mais próximos de elementos e interpretantes translocais e nacionais, como a História Nacional ou o Convento; os valores mais positivos aparentam representar elementos e interpretantes relativos ao local, como a Casa dos Cubos, Tabuleiros e Cultural Local). O índice de entropia aparece mais baixo do que na história da cidade, algo que se pode compreender em função da força de interpretantes como a atractividade, a arte nova (associada aos azulejos na corredoura, em especial) ou a história da cidade. Por seu turno, a rede parece adquirir alguma centralidade em termos dos interpretantes, especialmente a atractividade, ainda que isto não seja de forma suficientemente pronunciado para o índice subir substancialmente; e, em termos de densidade semiótica, a rede tem um índice de clusterização mais baixo do que os restantes, ainda que substancial (0,78).

- Em termos da matriz de património, a representação de correspondências (Ilustração 13, em baixo) mostra-nos uma estrutura muito semelhante, com os dois pontos extremos sendo a economia e trabalho e a gastronomia, e os restantes estando muito centralizadamente distribuídos numa linha. Não conseguimos discernir qualquer estrutura específica para os eixos. Em termos quantitativos, o património afigura-se como tendo uma entropia relativamente mais elevada – 0,86 – bem como menor centralidade e maior clustering. Compostamente podemos assim encontrar uma rede que tem menos nódulos centrais e fortemente conectados, mas nos quais a proximidade entre tríades de nódulos é bastante forte.

Ilustração 13 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Património

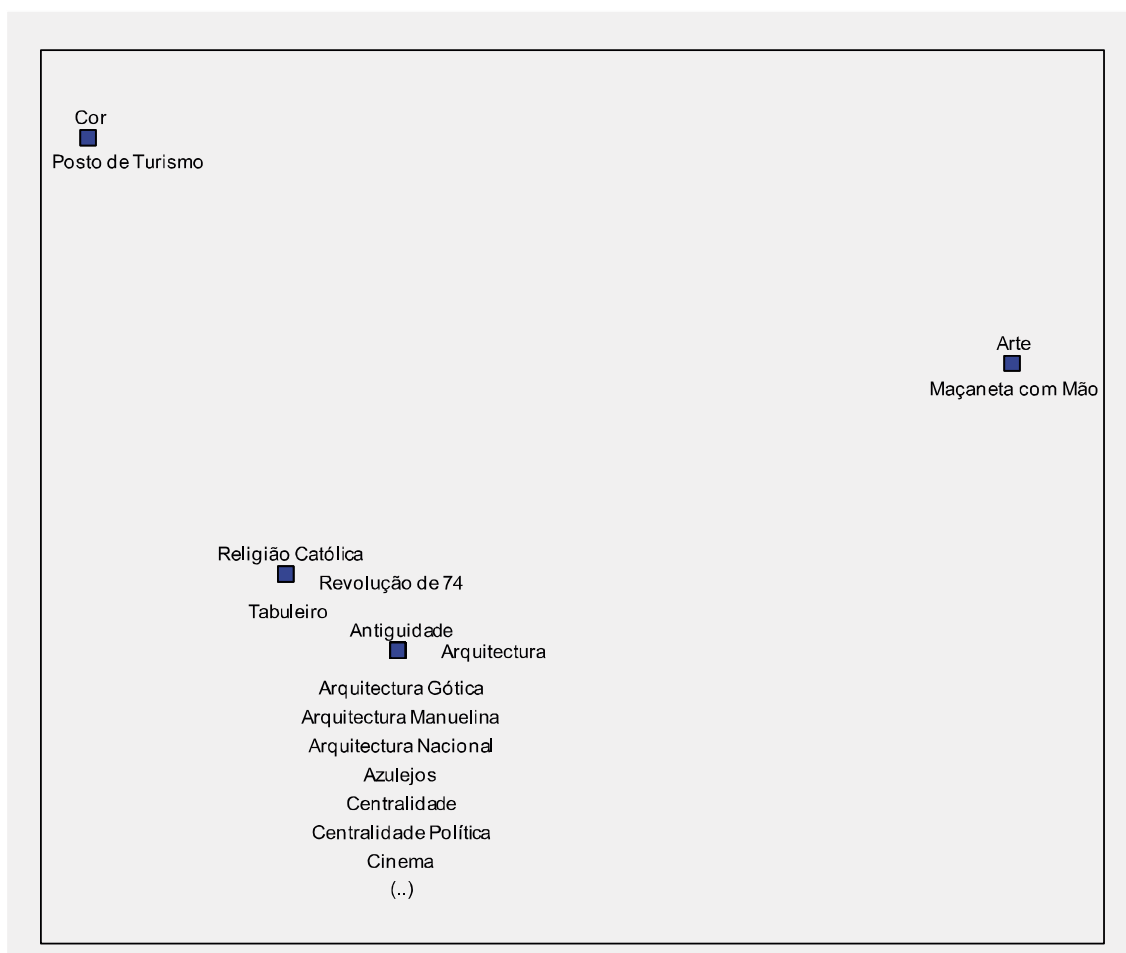


Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET

- Quanto à matriz de história nacional (Ilustração 14, em baixo), a representação de correspondências é substancialmente diferente das anteriores: existem quatro núcleos, um dos quais, centrado nos O's, abarca a maior parte dos elementos e interpretantes, e os restantes estando distribuídos acima, à direita e esquerda do centro. No caso, os núcleos externos não parecem assumir nenhuma estrutura, mas antes estarem relacionados com a sua distância conceptual – interpretantes como Arte, Cor, ou Tabuleiros, a Revolução de 74 ou a Religião Católica sendo afigurados como tendo maior distância da História Nacional, enquanto que os elementos e interpretantes mais centrais se concentram. Em termos quantitativos, a história nacional tem menor entropia do que as restantes, algo que fará sentido tendo em conta o papel especialmente importante do interpretante “História Nacional”; tem igualmente mais

centralidade em termos dos interpretantes, e uma clusterização mais elevada do que as anteriores, notando uma densidade semiótica relevante.

*Ilustração 14 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação a matriz História Nacional*



*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET*

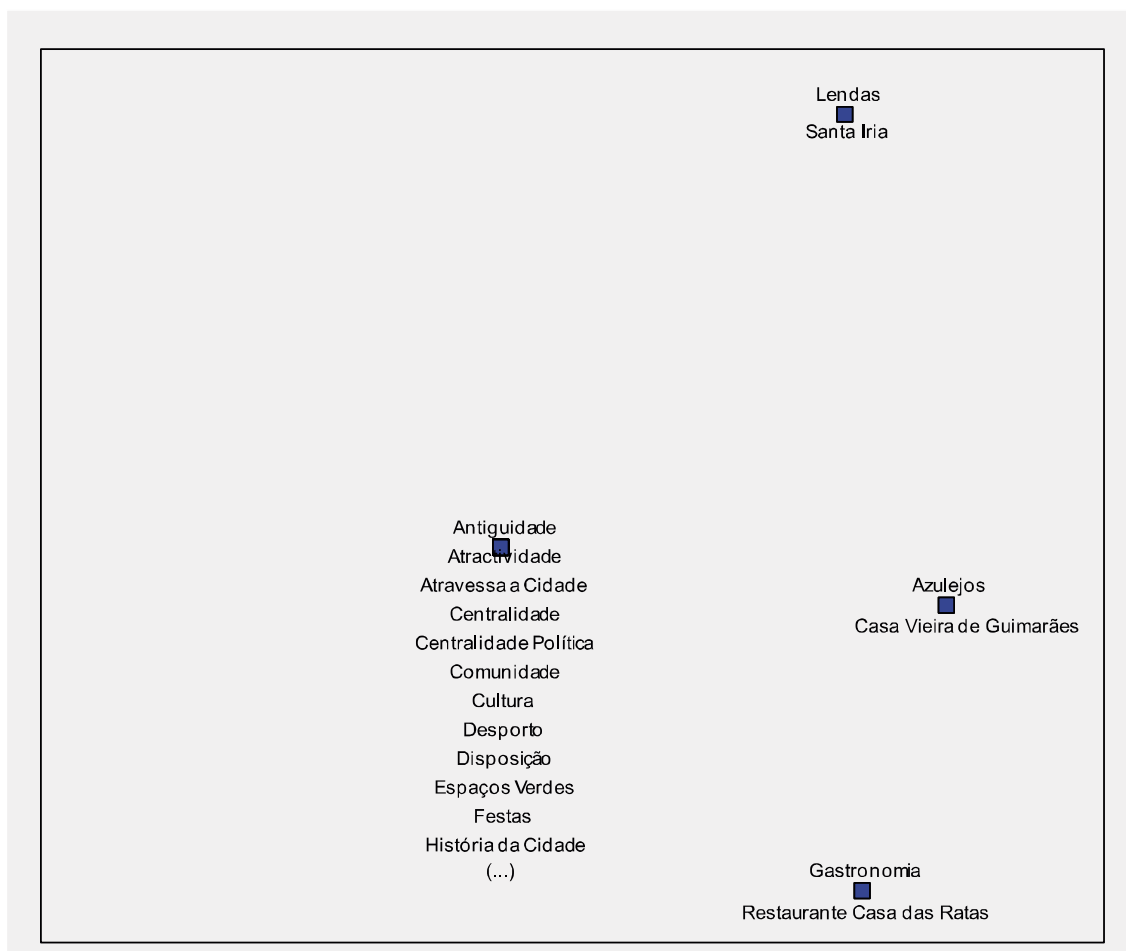
- A matriz de templários tem uma representação já conhecida (Ilustração 22, em Anexo III), com dois pontos separados do centro, no qual figuram, em baixo, elementos judaicos (a Sinagoga, a Presença Judaica), bem como a Antiguidade enquanto interpretante, e dos lados, a atractividade e o manequim templário. No centro a divisão, por seu turno, assume dois clusters, com todos os interpretantes de um lado e todos os elementos no outro. De novo, a interpretação que podemos fazer desta disposição não parece ser imediatamente clara. Em termos quantitativos, a matriz tem uma entropia muito baixa – 0,57 – conjugada com elevada centralidade (0,72) e clustering total. Essencialmente, a rede parece determinada quase exclusivamente pelo

interpretante “Templários”, que assume o papel de centro conceptual, e, em adição a isso, os restantes interpretantes dispõem-se de forma construtiva.

- A matriz de Atractividade tem uma representação análoga às anteriores, não sendo possível, no nosso entender, discernir uma estrutura muito clara associada à representação nos eixos (cf. Ilustração 23, Anexo III). Em termos quantitativos, tem uma entropia moderada – 0,84 – que vai em linha com a matriz geral de interpretação e parece ligar-se, intuitivamente, com a compreensão que podemos ter de como a atractividade, enquanto estrutura pessoal, se distribui. Tem baixa centralidade, na ordem dos 0,38, o que indica que não há nenhuma estrutura dominantemente ordenada, e uma densidade mais inferior, ainda que substancial.
- Na matriz Pessoal, a representação em análise de correspondências (cf. Ilustração 24, Anexo III) remete o mural do rio, a crítica social, os elementos romanos e o traçado urbano para pontos extremos, formando uma nuvem temática à volta do centro análoga à situação da História Nacional: quanto mais centrais os elementos e interpretantes, como a Igreja de São João Baptista, a Roda do Mouchão, os lagares d’el rei, ou o interpretante “Atractividade” ou “Pessoal”, mais parecem ligar-se com a estrutura. Em termos quantitativos, para além de ter uma entropia moderada, de 0,86, e uma centralidade baixa-moderada de 0,38, o mais notável desta rede, e que vai em linha com o que esperaríamos dela, é que a estrutura das interpretações é pouca densa em termos de clusterização, o que, tendo em conta que falamos de interpretações individuais, fará particular sentido.
- A matriz de Representação (cf. Ilustração 15, em baixo), por fim, coloca três pares de elemento-interpretantes fora do núcleo: Azulejos-Casa Vieira de Guimarães, no extremo direito, Gastronomia-Casa das Ratas em baixo à direita, e Lendas-Santa Iria em cima à direita. No centro, encontramos de novo uma distribuição em nuvem que parece colocar no centro o enquadramento de vista, a Praça da República, e os Tabuleiros. Em termos quantitativos, a matriz tem um grau moderado de entropia, uma centralidade muito baixa (indicando que não haverá nenhum nódulo muito central), e uma clusterização moderada-alta,

indicando densidade semiótica em termos dos elementos considerados parte da representação do contexto.

*Ilustração 15 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Representação*



*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Gráfico produzido com o programa UCINET*

Esta breve caracterização permite-nos, em geral, perceber que tanto a História Nacional, como os Templários, aparecem como os domínios delineados, com os restantes – nomeadamente a história da cidade e o Património – sendo mais abertos a contestação e dúvida. Juntando ao que antes notámos acerca da co-ocorrência de elementos, isto parece indicar-nos que, tal como seria intuitivo, os Templários constituem-se como o eixo central interpretativo do sistema patrimonial de Tomar, e que, mais ainda, apesar de ter uma proximidade bastante grande com a categoria patrimonial em termos de elementos, a história da cidade tem uma diversidade interpretativa bastante notável, o que pode implicar que esta tem um repositório mais “maleável” de elementos que podem ser mobilizados para o contexto.

Um último aspecto que nos interessa, em termos da estrutura das interpretações propriamente ditas, será o que antes chamámos de **índice de autonomia**: quanto é que os domínios interpretativos derivam de domínios externos à sua categoria designatória. Tal índice, como apontámos na primeira parte, permite-nos intuir de alguma forma a adaptabilidade dinâmica que podemos esperar de um dado sistema conceptual, sendo que sistemas com muito baixa autonomia poderão não ter capacidade para se manterem relevantes. Como previamente notado, devido à estrutura dos elementos, optámos por tomar dois modos de especificar isto, ora através de utilizar as matrizes originais ora as matrizes de categorias de alto nível.

Olhando para a Tabela 8, definindo o índice de autonomia (quanto é que as categorias obtêm em termos de interpretações considerados análogos à sua categoria) o que vemos imediatamente é que a comunidade possui valores de autonomia muito baixos, tanto em termos de interpretantes, como agregando as múltiplas categorias. Ao contrário dos restantes sistemas conceptuais, esta obtém muito menos de 5% das interpretações como pertencendo às suas categorias modais relevantes, sendo o grosso dos elementos interpretados em função de conceitos cultural-simbólicos, características ou outros tipos de interpretantes. Este resultado indicaria, por isso, que a concepção de comunidade é, de longe, a menos interna e auto-referente, expandindo-se sempre em relação com outro tipo de elementos, algo que nos indica – na linha do que poderíamos esperar teoricamente – que, apesar de existir em geral uma concepção de comunidade, este não tem um domínio interpretativo específico.

Caminho diferente se afigura para as categorias de História da Cidade e Representação: ambas têm índices de baixa categoria baixos, mas têm incrementos substanciais ao nível do índice agregado. O que nos poderá indicar que as categorias consideradas não são, na realidade, categorias em si, mas antes conceitos “chapéu-de-chuva” que abarcam um leque variado de elementos numa densa relação semiótica (algo que o clustering justificaria) que se utilizam para produzir uma ideia de “História da Cidade” ou de “Representação da Cidade”. Análogo a estes, ainda que com incrementos menos extremos, o património, a atractividade e a história nacional configuram situações semelhantes, mais do que duplicando a percentagem de interpretações quando se considera categorias agregadas. Nestes casos, a percentagem



substancial de interpretações nas baixas categorias indica-nos que estes domínios têm na concepção dos próprios indivíduos algum valor heurístico, e são mais ou menos comunicáveis. Tais sistemas serão, por essa razão e assumindo a nossa lógica de inferência quanto às propriedades dos sistemas, mais adaptáveis e duráveis, dado que terão capacidade de produzir reproduções internas e com lógicas internas.

*Tabela 8 - Índice de Autonomia nas Matrizes Originais e Reduzidas*

	<i>Autonomia (Geral)</i>	<i>Autonomia (Matriz Reduzida)</i>
<b>Atractividade</b>	23,75%	40,00%
<b>Comunidade</b>	0,57%	1,71%
<b>Património</b>	15,71%	59,67%
<b>Representação</b>	2,44%	12,20%
<b>História da Cidade</b>	1,68%	29,41%
<b>História Nacional</b>	24,66%	52,41%
<b>Pessoal</b>	20,47%	21,77%
<b>Templários</b>	59,06%	61,42%

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria*

Os últimos casos são pois o dos templários e da categoria pessoal, nas quais as mudanças foram pouco significativas; uma inspecção das matrizes mostraria que isto se dá porque a própria categoria que os identifica ocupa a quase totalidade da categoria de alto nível, não permitindo assim que as percentagens se incrementem muito. Tais casos parecerão indicar que a compreensão dos domínios interpretativos é bastante grande, e que, presumivelmente, terão de alguma forma o monopólio de interpretações (isto sendo mais verdade para o caso dos Templários, onde se contabilizássemos os Templários como um conceito cultural-simbólico, no lugar de um colectivo, estes totalizariam quase 88% de todas as interpretações).

Podemos, por fim, olhar para uma matriz de determinação heteronómica das categorias (Tabela 9, em baixo) – ou seja, quanto é que as diversas categorias determinam mutuamente, em termos de interpretantes de baixa categoria, as interpretações existentes:

Tabela 9 - Tabela de Heteronomia entre Sistemas Conceptuais

	História da Cidade	Comunidade	Património	História Nacional	Templários	Atractividade	Pessoal	Representação	Total de Determinação
História da Cidade	1,68%	0,84%	3,36%	0,00%	5,04%	0,00%	0,00%	7,56%	16,81%
Comunidade	6,86%	0,57%	0,00%	0,57%	0,00%	24,00%	0,00%	1,71%	33,14%
Património	9,95%	2,62%	15,71%	8,38%	5,24%	1,05%	1,05%	5,76%	34,03%
História Nacional	8,28%	2,76%	2,76%	24,66%	13,10%	0,00%	0,00%	2,07%	28,97%
Templários	10,24%	0,00%	0,79%	4,72%	59,06%	0,79%	0,79%	0,79%	18,11%
Atractividade	3,13%	3,75%	5,63%	1,88%	0,00%	23,75%	6,25%	1,25%	21,88%
Pessoal	6,30%	3,15%	1,57%	6,30%	3,15%	7,87%	20,47%	0,00%	28,35%
Representação	2,44%	4,07%	4,07%	8,13%	2,44%	15,45%	5,69%	2,44%	42,28%

Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Aqui deparamo-nos com situações muito pouco intuitivas, como quase um quarto das interpretações de comunidade derivando de apreciações estéticas de atractividade, formando assim uma associação conceptual entre a beleza e estética dos elementos, e a sua pertença à comunidade; ou o facto da representação da cidade ser aquilo que determina, de entre as categorias consideradas, mais intensamente aquilo que os indivíduos consideram como parte da história.

Tendo em conta a nossa preocupação com a constituição do património (tomado aqui como a categoria homóloga), é de notar que o património é determinado em 10% pela história da cidade, e em 8% pela história nacional, o que indica que estas duas categorias têm um papel fulcral, mais em termos do índice que os Templários, na constituição da ideia de património que os indivíduos comumente carregam. Se, por outro lado, considerarmos os Templários parte da História Nacional, de novo teríamos uma situação em que a História Nacional configuraria um caso desproporcionalmente maior face aos indivíduos.

Conjugando estes resultados com os índices de co-ocorrência podemos, assim, montar uma imagem coesa do património em Tomar na relação com as categorias que seleccionámos:

- Os Templários e a História da Cidade, e, num grau menor, a Atractividade e a História Nacional partilham de muitos dos mesmos elementos que o património, apesar de nunca num grau muito elevado;

- São precisamente a História Nacional, a História da Cidade e os Templários (num grau menor) que mais interpretantes partilham com a categoria de património, ainda que este sistema tenha uma autonomia muito elevada.

Relacionando isto com a discussão teórica que antes formulámos, podemos, desde logo, perceber que não existe uma relação muito estrita com os padrões de historização que a concepção de património, que associava este conceito a percepções unicamente nacionalistas, e muito menos a um entendimento fortemente alicerçado numa história memorializada da comunidade; em vez disso, a concepção de património é tomada como tendo algum nível de objectividade para a população, uma auto-evidência que plausivelmente deriva da representação social de património que existe.

Tendo um conjunto de índices que descrevem o sistema patrimonial, qualquer mudança de padrão de interpretação, alteração legislativa, ou projecto de intervenção, torna-se passível avaliar comparativamente, ainda que com todas as limitações metodológicas associadas a este tipo de questões. Nomeadamente, e assumindo posições axiológicas cruciais para se poder fazer tais exercícios, assumindo que a história da cidade e uma concepção de comunidade ou história comum são assets que podem ter interesse económico e social, aumentar a heteronomia do património face a tais categorias pode ser visto como relevante. Voltaremos a isto em baixo.

#### *7.2.1.3. Análise Social*

Como antes dissemos, mais do que focar nos elementos que os indivíduos interpretaram, interessar-nos-á perceber se existem diferenças substanciais em termos das variáveis socio-demográficas que considerámos – variações que podem ser de ordem quantitativa, com os índices que antes considerámos, ou quanto ao tipo de elementos considerados.

Olhando aos índices (Tabela 10, em baixo), não podemos dizer que efectivamente apareçam diferenças muito substanciais em termos de género ou em termos de educação – ainda que na educação exista, pelo que podemos ver, maior clusterização dentro da Licenciatura. Em termos mais qualitativos, aquilo que podemos ver é que os elementos com maior número de respostas aparecem como aqueles que são mais

consensuais em termos de educação – o Convento, as Igrejas, a Mata, a estátua de D. Gualdim Pais, o Rio Nabão, Santa Iria e a Sinagoga. Por seu turno, encontramos determinados elementos específicos como tendo maior concentração junto dos indivíduos com maior educação – nomeadamente, pormenores de índole estética, como os candeeiros, o fórum romano, a infra-estrutura de mobilidade e traçado urbano, ou as associações culturais, aparecem mais fortemente mencionadas por indivíduos com educação superior, enquanto que determinados pormenores de casas, azulejos e estruturas, como o antigo hospital ou o antigo liceu, aparecem em maior dose junto de indivíduos com educação secundária.<sup>33</sup>

Tabela 10 - Medidas de Centralidade de Redes com determinadas propriedades sociais

Variável	Categorias	Hrel	Clustering	Centralidade
<b>Género</b>	<i>Feminino</i>	0,865	0,825	0,802
	<i>Masculino</i>	0,872	0,823	0,809
	<i>NB</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
<b>Educação</b>	<i>4º ano</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>9º ano</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>11/12º ano</i>	0,915	0,838	0,724
	<i>Frequência de Ensino Superior</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>Licenciatura</i>	0,878	0,823	0,785
	<i>Mestrado</i>	0,919	0,839	0,709
<b>Idade</b>	<i>Doutoramento</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>&lt;20</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>20-29</i>	0,867	0,818	0,786
	<i>30-39</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>40-49</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>50-59</i>	0,949	0,843	0,700
	<i>60-69</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		
	<i>70+</i>	<i>Número de respondentes insuficiente</i>		

Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Quanto à estrutura de interpretação, o que pudemos verificar de maneira generalizada foi a tendência para indivíduos no contexto em que foram inquiridos darem estruturas de resposta muito semelhantes, independentemente do seu grau de

<sup>33</sup> A análise de idade não foi desenvolvida, dado que o limitado número de respostas não nos permitiu aferir qualquer estrutura relevante dos dados – quer qualitativa quer quantitativamente – a partir das respostas dos indivíduos.

educação – em geral, tendendo a não se alongar muito, e a mobilizar um conjunto limitado de interpretantes. Podemos ver isto em exemplos como os seguintes, todos referentes a interpretações na primeira categoria (História da Cidade):

*Inclui vários elementos que acompanham a história da cidade – não apenas o convento, nem só o gualdim pais, nem só o bocadinho da fachada da igreja de são João baptita, mas todos os elementos em conjunto;*

**Beatriz**

*Por toda a história e porque temos todos os anos uma feira onde todos os anos os meninos dizem que a santa iria se mandou;*

**Carlos**

*Pela presença templária, início da cidade foi dentro do convento;*

**Sara**

*É onde está o município; estátua do gualdim pais está lá; Igreja de São João Baptista*

**João**

*Tem a ver com a fundação, utilidade original, a cidade originalmente foi criada dentro do espaço do castelo, só depois fluiu para a baixa; é incontornável, se não existisse castelo não existiria cidade.*

**Luís**

É um facto notável que não seja de maneira alguma fácil perceber qual a educação dos indivíduos em função das respostas, apesar de todos terem níveis de educação diferentes, que vão desde o 9º ano até ao Doutoramento, por ordem.

Admitindo que isto possa ser um artefacto do instrumento metodológico, mais do que uma peça de reflexão analítica, é, ainda assim, relevante notar esta homologia em termos de interpretação, que no curso das entrevistas pudemos verificar ser comum aos inquiridos, dado que, independentemente dos seus níveis de educação ou mesmo das suas profissões, as respostas eram sempre dadas hesitantemente, focando-se em aspectos que os inquiridos procuravam fossem consensuais (a expressão “Não é?” sendo abundantemente frequente). Não parece, por isso, muito linear dizer que exista uma tendência de classe ou capital educacional muito vincada no sistema conceptual que temos, ou, pelo menos, à luz dos dados que temos. É do nosso entender que a utilização dos métodos semióticos que temos vindo a explorar no corpo deste

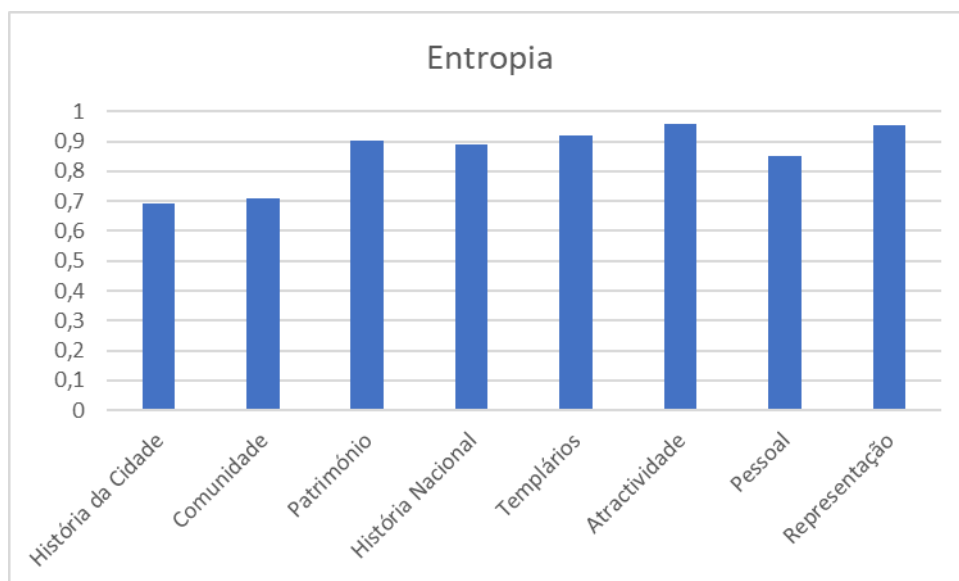
trabalho, em estudos mais robustos permitiriam compreender melhor este tipo de contextos.

#### *7.2.1.4. Análise semiótica formal*

Por fim, interessa-nos perceber se existe alguma especificidade na forma como os indivíduos tendem a categorizar os elementos em termos semióticos – se tomam os elementos como ícones, símbolos ou índices – e as próprias categorias às quais são levados. Como notámos, esta divisão não é directamente análoga às ideias de Peirce, apesar de a sua tricotomia estar presente, e por isso convirá entender que falamos aqui não só de protótipos de forma, mas também de modelos de contexto e narrativas simbólicas como respectivamente dizendo respeito a ícones, índices e símbolos.

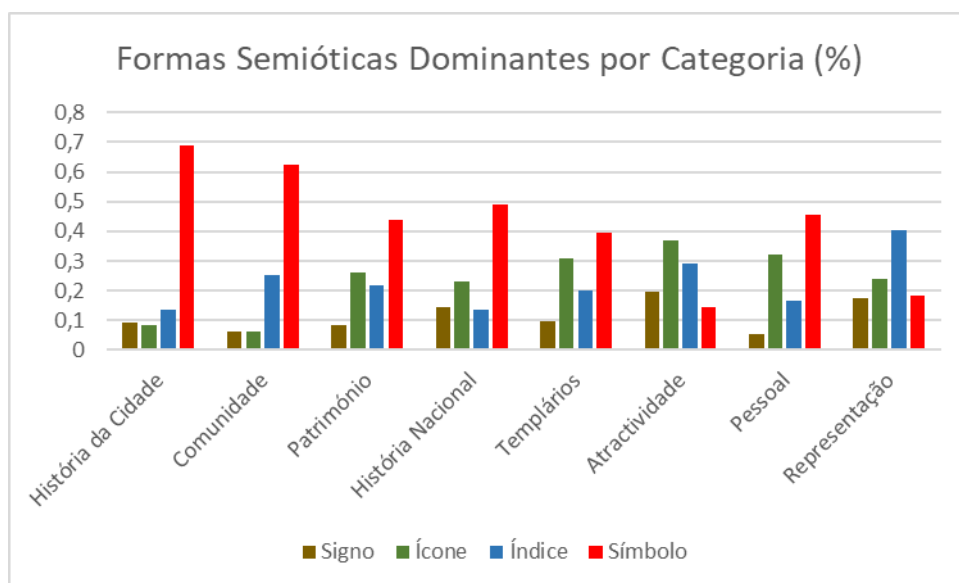
Em primeiro lugar, podemos ver que a distribuição de formas semióticas varia substancialmente entre as categorias. Calculando índices de entropia em termos dos quatro tipos de signos em questão, podemos notar que existem tendências de concentração bastante fortes em algumas modalidades que não se verificam disseminadamente (Gráfico 8). Como visível no Gráfico 8, em todas as categorias, menos duas, o símbolo constitui a forma dominante, com as excepções sendo a categoria icónica de “Atractividade” e a categoria indexical de “Representação”. “Templários” figura como a mais equilibrada a seguir a estas, como visível pelo seu grau de entropia superior a 0.8. Por seu turno, as categorias de “História da Cidade” e “Comunidade” aparentam ser as mais intensamente simbólicas, com a simbolização atingindo 70% dos signos na história da cidade.

Gráfico 8 - Índice de Entropia de Distribuição de Formas Semióticas em Categorias Interpretativas



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Gráfico 9 - Distribuição de Formas Semióticas por Categoria Interpretativa



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Comparando isto com os resultados da análise de autonomia, temos um paralelismo interessante: estas duas categorias têm desproporcionalmente mais simbolização, e são também as que têm menor autonomia em termos de interpretantes. Tal poderá não querer dizer nada, dado que a categoria de representação é fortemente indexical e tem, nos dados que antes vimos, uma autonomia bastante baixa também,

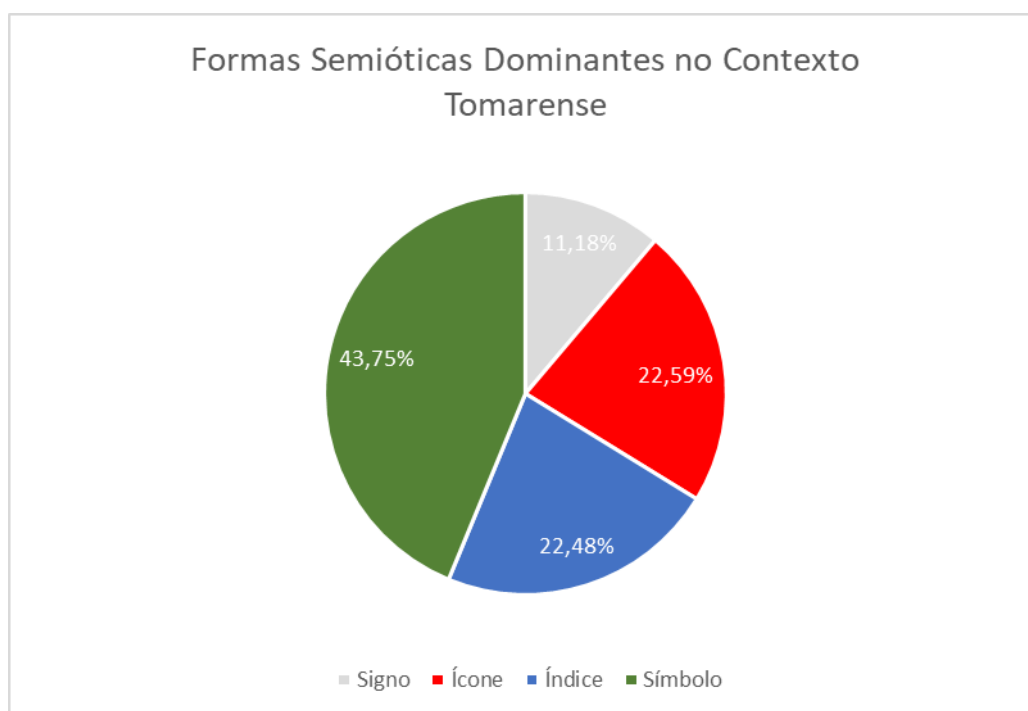
sem ter necessariamente um grau de iconização tão mais baixo do que, por exemplo, história nacional (que, como notado no Gráfico 9, tinha 24% de autonomia interpretativa). A existência de uma relação entre autonomia e forma semiótica revela-se, por essa razão, bastante inconclusiva com os dados que temos.

Tendo o anterior em conta, interessar-nos-á mais ainda, para além de uma descrição das categorias, perceber como é que as formas semióticas funcionam em termos do contexto territorial em geral. Essencialmente, tomando o conjunto dos sistemas culturais na cidade de Tomar, podemos assim perguntar: como é que o conjunto de elementos é percebido formalmente em termos de semiótica, dentro dos sistemas relevantes? E, subsequentemente, que signos é que existem dentro da cidade quanto ao seu tipo de representação semiótica formal?

Olhando ao conjunto de todos os signos, encontramos que do total de representações semióticas (Gráfico 10, em baixo) mais de dois quintos são simbólicas, com os restantes três quintos dividindo-se entre ícones, índices e signos não classificados. Tal não nos espantará, tendo em conta o peso das categorias fortemente simbólicas, como as que vimos anteriormente, mas indica-nos pelo menos que existe um grau de simbolização relativamente equilibrado face aos restantes tipos de signo.



Gráfico 10 - Distribuição de Formas Semióticas Dominantes em Geral



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

A hipótese a que antes anuímos, na relação entre forma semiótica e contexto territorial pode ser formulada da seguinte:

**H<sup>T</sup>7:** Quando o grau de simbolização é muito elevado num contexto existe pouca capacidade de absorção por parte dos indivíduos que experienciam o contexto, e pouca capacidade de representar o contexto concreto, o que em termos de turismo pode diminuir a capacidade de “vender” os activos culturais no contexto, e de promover o destino a nível internacional.

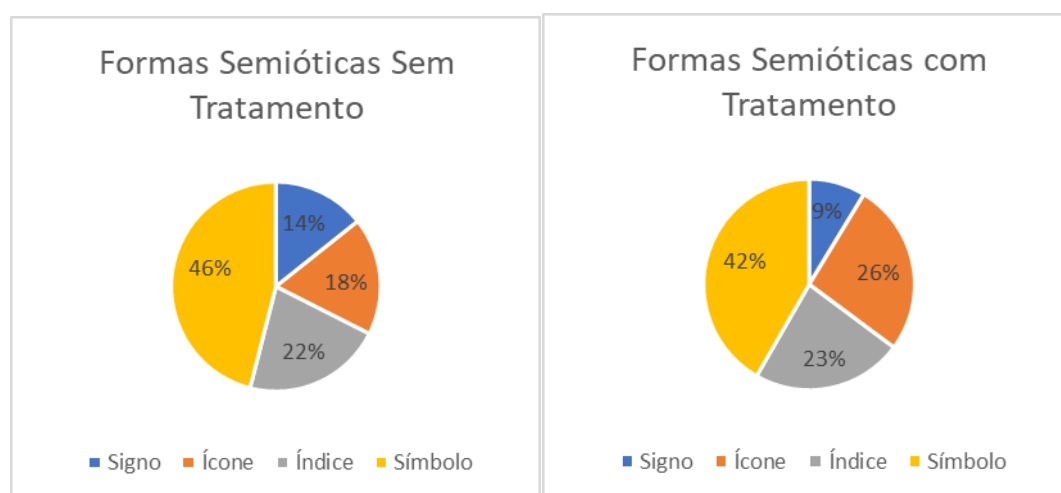
**H<sup>T</sup>8:** Graus mais elevados de indexicalização e iconização de um contexto estão relacionados com o espaço ser mais acessível em termos de turismo.

De facto, nota-se desde logo que existe um problema de causalidade nestas questões: é perfeitamente possível ver as questões supra a acontecer concorrentemente, sem que estas estejam causalmente ligadas. Para que tais hipóteses pudessem ser testadas adequadamente, teria de se seleccionar dois contextos com uma promoção virtualmente igual, e poder isolar a forma de representação semiótica dos activos culturais, mantendo tudo o resto constante. Esta é uma questão que deixamos para trabalhos subsequentes, mas que nos parece poder ser relevante, dado que

implicaria um foco específico por parte da gestão e marketing culturais no sentido de otimizarem a forma como o consumidor produz e representa as imagens do local, com particular incisividade. O mais próximo que podemos chegar neste sentido dá-se ao partirmos a análise semiótica entre os indivíduos de teste e os de controlo, e verificarmos que existe um aumento substancial – mesmo que não garantido como algo mais do que um artefacto estatístico – do número de ícones (Gráfico 11, em baixo).

Este resultado pode ser, de certa forma, contra-intuitivo: ao expormos os indivíduos a mais informação narrativa, a percentagem de elementos que são vinculados às categorias por narrativas diminui, e aumenta o número de elementos que o são por um vínculo estritamente formal? Convirá, no entanto, lembrarmo-nos que, na informação disponibilizada, chamava-se fortemente à atenção para aspectos formais – arquitectura, disposição e organização dos elementos, e para as suas características – e representava-se elementos através de fotografias. Não podendo estabelecer relações de causalidade, podemos, isso sim, notar que a administração de informação interpretativa parece ter relevância em termos da distribuição de formas semióticas, algo que poderá ter peso consoante as interpretações que possamos fazer delas.

Gráfico 11 - Distribuição de Formas Semióticas segundo condição de Tratamento



Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Procedendo a uma classificação dos signos eles mesmos, encontramos que efectivamente as classificações correspondem de grande maneira às nossas intuições: existe um conjunto de elementos que são predominantemente icónicos, outros predominantemente indexicais, e outros predominantemente simbólicos, com determinados

casos mapeando intuitivamente com o que presumiríamos interpretativamente (por ex. a Cruz Templária ser um ícone). Seleccionámos apenas os elementos com mais de cinco menções, por propósitos de simplicidade, que podem ser encontrados na tabela seguinte (Tabela 11) com as suas classificações semióticas:

*Tabela 11 - Classificação de Signos com mais de 10 interpretações quanto ao tipo semiótico dominante*

<b>Signo</b>	<b>Tipo Semiótico Dominante</b>
Açude dos Frades Casa Manuel Vieira de Guimarães Cruz Templária Estátuas Nini e Fernando Lopes Graça Paços do Concelho	Icónico Icónico Icónico Icónico Icónico
Azulejos Café Paraíso Enquadramento com ponte, cidade e convento + castelo Mouchão Praça da República Rio Nabão	Indexical Indexical Indexical Indexical Indexical Indexical
Mata dos Sete Montes	Semiótico Neutro
Convento + Castelo Festa dos Tabuleiros Gualdim Pais Igreja de São João Baptista Infante D. Henrique Lagares d'el Rei Moagem Mendes Godinho Pelourinho Ponte D. Manuel I Restaurante Casa das Ratas Roda do Mouchão Ruas Estreitas Santa Iria Sinagoga Tabuleiro	Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico Simbólico
Corredoura	Simbólico/Icónico

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria*

Os resultados apontam-nos, portanto, para um conjunto de elementos que seriam icónicos da cidade, e que teriam por essa razão, segundo a lógica de associação de ícones

a signos de segunda ordem, mais facilidade em veicular a cidade como produtos. Tal será de facto verdade para a cruz, e eventualmente para o açude dos frades, mas dificilmente o será para os restantes elementos – o que nos indica que tal ligação que antes tentámos apresentar de forma desproblemática deriva complexidade de partir de uma dada população. Se contabilizarmos de outra maneira – considerando que um elemento é icónico, simbólico ou indexical sem uma relação fixa de determinação, e que o pode ser em maior ou menor grau, os resultados indicarão facilmente que elementos como o Rio, o Mouchão, o Convento, a Igreja de São João Baptista e a Cruz Templária aparecem como os elementos fortemente icónicos (cf. Tabela 17, Anexo IV). Neste contexto seria, aí sim, possível dizer algo como: se procurássemos representar a cidade para quem não a conhece, partindo das formas como os indivíduos a representam, a utilização de ícones e índices, como os cotados na nossa análise, seria porventura mais simples do que utilizar estritamente símbolos: enquanto um ícone de segunda ordem, como o rio, facilmente identificaria a cidade, um símbolo de segunda ordem, como a Santa Iria ou a Sinagoga, teriam, eventualmente, mais dificuldade em fazê-lo.

Como temos vindo a notar, estas notas são bastante exploratórias, e apenas procuram demonstrar um conjunto de índices e medidas que podem ser analisadas como parte de processos de renovação, regeneração e transformação urbana no contexto de processos de aumento do turismo, gestão patrimonial, entre outros, como forma de tentar entender de que forma esses processos se ligam com a componente conceptual e cultural da representação do espaço.

#### 7.2.2 Dinâmica no Património em Tomar

Se até aqui procurámos discutir como é que o património é constituído, qual a sua definição, representação e formas de interpretação, é facto que começámos esta por enfatizar, precisamente, a relativa ausência de elementos para se pensar a dinâmica do património. Em bom rigor, o elemento mais responsável por tal problemática, tanto no património como em geral nos sistemas culturais, é a ausência de dados sequenciais e indexáveis a séries temporais, que permitam analisar quais as relações entre partes; a esse respeito, como dissemos, não podemos contribuir sobremaneira. No entanto, há dois domínios nos quais nos parece relevante pensar-se uma forma de dinâmica: em

termos da forma como elementos de interpretação presentes no contexto alteram a representação que os indivíduos têm do sistema patrimonial, ou seja, qual o efeito concreto e real que a interpretação tem ao nível do sistema; e, por outro lado, como é que se pode presumir que esse sistema evolua dadas determinadas restrições. Iremos explorar estas duas últimas questões em termos do desenho experimental, que discutimos previamente, e de um modelo baseado em agentes estruturado em torno da questão da evolução das categorias.

#### *7.2.2.1. Interpretação do Património*

Na linha do que previamente discutimos, a avaliação do papel da interpretação foi feita utilizando um elemento de interpretação, distribuído em papel aos indivíduos, que possuía um determinado previamente aludido:

- Focava seis elementos, três dos quais considerados prováveis, com descrições retiradas de um site de viagens (<http://www.e-cultura.pt/artigo/19347>), nomeadamente, a Igreja de São João Baptista, a Sinagoga e os Paços do Concelho, e três considerados menos prováveis de aparecer, nomeadamente, o café Paraíso, a casa Havaneza e o Poço à entrada da Corredoura, denominado ficticiamente “Poço Templário”;
- Em termos de categorias, a ênfase foi dada em termos esquemáticos às categorias, “Arquitectura” (com vários sub-interpretantes), “Presença Judaica”, “Comunidade”, “Atractividade”, e, no caso do último elemento, “Templários”.

Em termos de respostas, houve precisamente 30 indivíduos em cada condição – Controlo e Tratamento – sendo que os indivíduos em controlo fizeram 485 menções ou fotografias, e 673 interpretações, e os de tratamento fizeram 525 fotografias ou menções, e 842 interpretações.

Lembre-mo-nos de qual seria a nossa intuição acerca do papel da interpretação, à luz da teoria que contemplámos e da lógica expectável na gestão: ao introduzir informação consistente para os indivíduos, esperaríamos que estes tendessem a representar os mesmos elementos, e utilizassem os mesmos interpretantes, de tal forma que a entropia dentro dos indivíduos que recebem informação seria presumivelmente menor,

dado que os indivíduos teriam as suas categorias mais aproximadas, e, como tal, deveria existir menos variação. Os resultados, no entanto, vieram precisamente no sentido oposto (Tabela 12, em baixo): tanto em termos de interpretações<sup>34</sup> como de elementos, a entropia foi mais elevada no caso do tratamento, indicando menos consistência de respostas, a centralidade diminuiu, indicando menos importância de elementos considerados fulcrais, e menor clusterização, mostrando menos densidade semiótica. Este resultado foi surpreendente, obrigando-nos a rever a lógica que a interpretação poderia ter no sentido de afectar a concepção dos indivíduos. Como resultado disto, o índice de efeito da interpretação que tínhamos estipulado – o rácio das entropias da situação de controlo e tratamento, mostrou-se, assim, em vez de superior a 1, inferior – mais especificamente, o controlo tendo uma entropia 5% mais pequena do que o tratamento.

*Tabela 12 - Medidas de Centralidade de Redes de Elementos e interpretantes para Condições de Controlo e Tratamento*

	<i>Hrel (Elementos)</i>	<i>Centralidade</i>	<i>Clustering</i>	<i>Hrel (Interpret)</i>
<b>Controlo</b>	0,857619	0,844298	0,833	0,816141
<b>Tratamento</b>	0,887881	0,835969	0,814	0,818527

Olhando para o resultado, no entanto, torna-se possível re-formular uma hipótese: se presumirmos, como o fizemos, que os indivíduos já carregam a sua própria estrutura categórica, e que a recepção de nova informação activa mais directamente essa estrutura, obrigando a uma re-estruturação das associações semióticas, será pelo menos plausível que as respostas sejam mais diversas precisamente porque existe estimulação nesse sentido; no entanto, notaríamos que os indivíduos que receberam tratamento mencionaram 119 elementos, por contraste com os 120 dos indivíduos de controlo, e que, em termos de interpretações, os indivíduos de tratamento deram 78 interpretantes singulares, contra os 73 dos de controlo – dificilmente uma diferença que nos faça acreditar em tal hipótese. Por essa razão, somos impelidos a verificar a adequação do modelo construído especificamente para os indivíduos de tratamento, e

<sup>34</sup> Em termos das interpretações apenas reportamos o índice de entropia relativo à variação de tratamento, dado que as restantes medidas se provaram demasiado complexas de computar.

comparar as respostas que estes deram em termos dos interpretantes e elementos contidos nesse modelo.

*Tabela 13 - Comparação de Categorização de Elementos pertencentes ao Modelo Abstracto de Interpretação consoante Condição de Tratamento*

	<i>Tratamento</i>	<i>Controlo</i>	<i>Diferença (T-D)</i>
<b>Café Paraíso</b>	12	7	5
<b>Casa Havaneza</b>	3	0	3
<b>Igreja de São João Baptista</b>	21	23	-2
<b>Paços do Conselho</b>	9	9	0
<b>Poço Templário</b>	8	2	6
<b>Sinagoga</b>	10	16	-6

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria*

Olhando às comparações (Tabela 13, em cima), não é de todo imediato que o efeito tenha sido precisamente o esperado: de facto, naqueles elementos que considerávamos que teriam maior disposição existiram aumentos consideráveis, com o Café Paraíso sendo mencionado mais cinco vezes, a Casa Havaneza sendo mencionada de todo, e o Poço Templário aparecendo mais seis vezes. Por contraponto, os elementos que considerávamos mais predispostos tiveram uma diminuição, o que em si pode ser visto como um **efeito de reacção** à presença destes elementos no instrumento de interpretação.

*Tabela 14 - Comparação de Categorização de Interpretantes pertencentes ao Modelo Abstracto de Interpretação consoante Condição de Tratamento*

	<i>Tratamento</i>	<i>Controlo</i>	<i>Diferença</i>
<b>Arquitectura</b>	25	25	0
<b>Arquitectura Gótica</b>	5	1	4
<b>Arquitectura Maneirista</b>	0	1	-1

<b>Arquitectura Manuelina</b>	10	9	1
<b>Atractividade</b>	33	41	-8
<b>Comunidade</b>	36	32	4
<b>História da Cidade</b>	59	64	-5
<b>História Nacional</b>	53	43	10
<b>Pessoal</b>	44	13	31
<b>Templários</b>	77	47	30
<b>Rio</b>	78	48	30

*Fonte: Inquérito realizado a um conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria*

Por seu turno, em termos de interpretantes (Tabela 14, em cima), enquanto a arquitectura se manteve estável, outros interpretantes tiveram alterações mais interessantes: a Atractividade diminuiu consideravelmente, de 41 para 33 menções, a comunidade aumentou marginalmente, a História da Cidade desceu e a História Nacional aumentou – algo que poderia fazer sentido como uma substituição – ainda que num nível muito baixo. Os Templários sofreram, de facto, um aumento muito substancial – de 47 para 77 menções – e, interessantemente, o mesmo se passou com menções de carácter pessoal e alusões ao rio.

É claro que a partir destes resultados que não podemos extrapolar qualquer tipo de relação minimamente linear entre a interpretação e a distribuição semiótica no contexto, dado que parecem estar inerentes vários aspectos à maneira como a interpretação é processada pelos indivíduos e mobilizada em termos das suas respostas. Na mesma linha de Uzzell, parece-nos crucial com o devido cuidado postular o efeito da informação disponibilizada não numa linha de *inputs-outputs*, mas sim como englobando algumas relações que parecem oferecer-se como hipóteses para o que encontrámos no nosso contexto:

- **Efeitos de retracção:** na presença de determinados elementos considerados relevantes, os indivíduos podem reagir desconsiderando esses elementos se tomarem uma postura de descoberta;
- **Efeitos de autonomização:** no lugar de dependerem da informação providenciada, especialmente sendo locais, os indivíduos podem ver-se no dever de assumirem



opiniões pessoais e que consideram mais “fora da caixa”, o que explicaria o aumento do interpretante “Pessoal”;

- **Efeitos de legitimação:** se já existirem predisposições para avaliar elementos e mobilizar interpretantes, a informação disponibilizada pode servir como uma legitimação; isto foi visível especialmente no caso do “Poço Templário”, onde os indivíduos, ao falarem do elemento, não se mantiveram pela informação dada, mas acrescentaram ideias que já tinham, como a existência de ligações entre os poços na baixa e o castelo ou as igrejas;
- **Efeitos de amplificação:** o facto de a Arquitectura ou a História Nacional terem variações tão ténues enquanto o Rio e os Templários têm variações tão drásticas pode alicerçar-se no carácter icónico destes elementos. A interpretação, ao providenciar imagens, ícones por excelência, pode enfatizar ainda mais esta tendência;

Todos estes efeitos parecem-nos merecedores de análise respectiva, de forma a compreender em mais pormenor exactamente o que faz a informação em termos da estrutura semiótica dos indivíduos. Não sendo por ora possível estabelecer qualquer efeito concreto, e à luz da necessidade de utilizar o efeito de interpretação e contacto com os elementos no modelo que iremos apresentar em seguida, assumiremos, de forma a que haja possibilidades de análise, que a interpretação<sup>6</sup> afecta a sua interpretação de forma uniforme, ou seja, que eles são expostos à informação e irão comparar integralmente a sua concepção com a que lhes é dada, sem que saibamos previamente qual o grau de influência que esta terá sobre o seu comportamento. Em suma, presumiremos que o efeito da informação interpretativa é aleatório de indivíduo para indivíduo. Este seria em qualquer dos casos o modelo a adoptar se não tivéssemos qualquer intuição sobre o efeito da interpretação – e pouco adquirimos – e mantemo-lo por questões que se tornarão óbvias dentro de nada.

#### *7.2.2.2. Análise da transformação de significado utilizando ABM: Signworld*

Como antes notámos, a dinâmica do património enquanto sistema socio-conceptual é algo que nunca esteve longe das discussões mais culturalistas de património: como Waterton nota, o património é um processo cultural, continuamente produzido pelas populações que o experienciam e definem. Como vimos previamente, a interpretação é, de resto, tomada como um dos elementos centrais destas dinâmicas, podendo ser entendida como um canal que filtra as percepções prévias dos indivíduos

(por contraponto com a visão mais mecanicista de alterar completamente essas percepções). No entanto, estas questões de dinâmica colocam determinados fenómenos considerados “extraordinários” – no sentido de afectarem qualquer que seja a dinâmica presumível do contexto, e alterando-a substancialmente – sem existirem modelos precisos de como essa dinâmica aconteceria num contexto “normal”, de formas que antes debatemos.

A ideia central que aqui nos motiva é, pois, perceber algumas questões substancialmente mais simples, e lançar um conjunto de pistas metodológicas para o tipo de análise a que aqui procedemos: como é que, assumindo uma população local com agência cognitiva, e sendo sujeita a pressões de convergência grupal bem como a influência exterior, o significado dos elementos se altera ao longo do tempo?

Esta questão foi feita através do desenho de um modelo baseado em agentes, tendo o modelo analítico supra como base. Leitores interessados são referidos para o artigo com vista a compreenderem os detalhes de implementação e a formulação geral: aqui procuraremos, essencialmente, sumariar os aspectos cruciais do modelo e focar-nos nos resultados que a sua análise nos trouxe, antes de partirmos para utilizar o modelo como uma base de análise para um contexto real, bem como testar alguns desenvolvimentos à sua lógica, em linha com o modelo analítico descrito em cima. Um ponto importante de notar é que o modelo anterior foi focado concretamente para lidar com **turismo patrimonial** – tentando formalizar e adereçar a questão relativamente clássica destes estudos de como é que, dadas certas pressuposições, as categorias associadas a património se alteram por intermédio da intervenção e dos “olhares” dos turistas. Não obstante, cremos que é possível interpretar os resultados para um sistema no qual os agentes não são turistas, mas utilizadores internos – e iremos especificar como procedemos a essa re-leitura, mantendo a implementação fixa.

Sumariamente, podemos notar que o modelo considera o processo de interpretação no extremo da sua abstracção, considerando um conjunto de agentes, ligados por laços numa rede, que são perfeitamente iguais, exceptuando duas variáveis: o seu protótipo de várias categorias consideradas, que é único para cada categoria e cada agente, e o seu “poder de influência” – uma variável que tenta capturar, de forma muito simples, o diferencial de influência num grupo. O poder de influência é definido

em função do número de agentes com o qual um dado agente está ligado, enquanto o protótipo (Disposição de Categoria) é definido como uma probabilidade de interpretar um elemento como pertencendo àquela categoria – e é inicializado estocasticamente em função de uma representação geral (Conhecimento de Categoria).

Contrariamente ao desenvolvido no artigo, onde presumimos os turistas como executando transformação de significados através de comunicação supra-local, a noção de Conhecimento de Categoria é aqui tomada como a representação geral que existe dentro de um contexto local. O “Valor de Categoria”, que cumpria uma função semelhante no modelo ao assumir as representações implícitas da população local, foi, por seu turno, tornado numa representação prototípica definida pelos mediadores locais – quer jornalistas, agentes do poder político, arqueólogos ou especialistas – que são aqui colocados como afectando fortemente a maneira como os indivíduos representam a sua ideia individual, mas, por seu turno, sendo sujeitos a transformação à medida que os indivíduos formulam novas interpretações – tanto por comunicação directa como por intermédio de *blogs*, redes sociais e outros mecanismos de transmissão de informação.

O modelo opera ao colocar os indivíduos junto a elementos definidos como “monumentos”, que “possuem” este “Valor de Categoria”, e fá-los interpretar o elemento em função de uma das suas categorias, aumentando a probabilidade futura de identificar elementos com essa categoria (aumento do seu conhecimento), e aumentando a probabilidade do elemento ser interpretado segundo essa categoria (influenciando os mediadores). Mais ainda, o modelo contempla a possibilidade de os agentes comunicarem entre si, em momentos específicos, quais as categorias que consideram mais relevantes no contexto em que estão, e, dessa forma, aumentarem o “Conhecimento de Categoria”, em função de uma estratégia calculada na base das Disposições de Categoria dos seus pares. Especificaremos melhor como isto funciona em baixo.

O modelo é longe do ideal micro-fundacional que gostaríamos de implementar, dado que carrega alguns pressupostos excessivamente fortes:

1. Existe um contexto territorial que possui determinados elementos que são, à partida, identificados como património (fixamos os signos);

2. Existe uma estrutura cognitiva comum em função da interpretação, que mapeia a complexidade dos protótipos para uma função de probabilidade de interpretação (uma “Disposição de Categoria”);
3. Existe um limite constante de categorias partilhado por todos os indivíduos;
4. Os agentes têm uma única variável de diferenciação, e uma única estrutura grupal;
5. A comunicação, feita no contexto, é exclusivamente referente ao sistema patrimonial;
6. Os indivíduos possuem uma probabilidade de interpretar um dado elemento como sendo de uma dada categoria, dado por um elemento num vector de tamanho  $N$ , onde  $N$  é o número de categorias;
7. Existe uma probabilidade de interpretação de um elemento em função de uma categoria relativa a mediadores sociais, reconhecida por todos os utilizadores, que todos os indivíduos comparam com as suas próprias probabilidades e que altera lentamente como produto de uma mudança de opiniões de cada indivíduo;
8. Existe uma probabilidade de interpretação de elementos em função de uma categoria geral, associada a um contexto local, reconhecível, que informa os valores médios de surgimento dos indivíduos – uma propriedade associada à noção de “informação geral”;

Naturalmente, a natureza destes pressupostos leva a que não seja possível afirmar com um grau de certeza digno o efeito dinâmico do contexto. O propósito do modelo – providenciar uma base analítica de efeitos dinâmicos emergentes – pode, no entanto, ser vista, ainda que neste estado profundamente preliminar. Partindo da sua definição – sendo um modelo que trabalha com a transformação de probabilidades de interpretação – a questão que podemos formular é, essencialmente, a de como é que o peso relativo das categorias na rede semântica de património se transforma ao longo do tempo.

Isto trata, na realidade, várias questões: por um lado perceber se existem categorias que estejam *particularmente sensíveis*; por outro perceber qual a forma da dinâmica de entropia no contexto. O objectivo disto é perceber que tipo de intervenções, ao nível de macro-representações, fará sentido antecipar, dentro dos parâmetros de limitada aplicabilidade do modelo. Iremos, pois, em primeiro lugar, remeter para as principais relações observadas no artigo supracito; em seguida iremos parametrizar o modelo com todos os parâmetros ecológicos obtidos da cidade de Tomar, incluindo:

- Número de agentes médios e fluxos;

- Número de elementos monumentais;
- Tempo média de estadia;
- Valor de Categoria – obtido pela análise de inquéritos;
- Valor Geral – obtido pela análise de conteúdo online;
- O desvio padrão do valor geral;
- Relevância da interpretação

Parâmetros que não podem ser calibrados ecologicamente incluem, por seu turno:

- O grau de alteração do património;
- A “punição” de interpretações dissidentes;
- O grau de influência de agentes uns sobre outros;
- A topologia da rede

Estes parâmetros são, precisamente, aqueles que analisámos em mais pormenor em Almeida, Ernst & David: sabendo o seu comportamento geral, podemos presumivelmente analisar várias condições consoante a sua transformação. Note-se, mais ainda, que a única razão pela qual não podemos formular quaisquer estimativas para eles dá-se por não termos nenhum ponto de interpolação: outro *data point* com o qual cruzar a dinâmica do modelo. A existir, e procedendo a retroditar o modelo entre os data points, seria possível estimar quais os valores razoáveis do modelo, procurando maximizar a goodness of fit em função dos quatro parâmetros. Esperamos poder tratar estas questões com maior detalhe noutros trabalhos.

#### 7.2.2.2.1. *Descrição operacional de SignWorld e Resultados da simulação*

O modelo SignWorld opera fundamentalmente com dois algoritmos relevantes – o Mecanismo de Transformação de Categorias (Cat-Value-Exchanger – CVE), e o Mecanismo de Comunicação de Categorias (Cat-Knowledge-Updater – CKU), que correspondem aos mecanismos de interpretação e comunicação a que aludimos acima.

O CVE assume que, no processo de interpretação, o indivíduo vai tentar estabelecer uma categoria na qual interpretar o elemento à sua frente, mas que o vai fazer de uma maneira específica: vai utilizar os seus protótipos de cada categoria, identificar um interpretante retirado do elemento que conduza a um protótipo, e inferir daí a associação do elemento ao contexto. Mas de igual forma, é natural que os

indivíduos procurem perceber qual é a representação do sistema conceptual em termos mediáticos e mediados, e que avaliem o peso relativo de tal sistema conceptual na sua decisão de categorizar um dado elemento. O que devemos imaginar é um par de conjuntos de protótipos que existem na cabeça do indivíduo, um seu, e um que representa a sua ideia da mediação; é perfeitamente possível que alguns interpretantes que no indivíduo se vinculam a “História Nacional” sejam, no protótipo oposto, vinculados a “História Local”.

As possíveis lógicas interpretativas dispõem-se, pois, como uma matriz de combinações, com a diagonal sendo a utilização de interpretantes de forma concordante, e as restantes como a utilização de interpretantes de maneira divergente: podemos imaginar um indivíduo que diz “Certo, vocês acham que estes arcos são de Architectura Gótica, mas o que eu aprendi é que eles pertencem à Architectura Romana”. Ao fazer a sua interpretação, o indivíduo é sempre soberano, e a sua influência continua a ser sentida no sistema conceptual em função do seu poder de influência (na pressuposição de que este vai comunicar as suas afirmações sobre o sistema a amigos e locais). Mas, de certa forma, tais interpretações terão, naturalmente, menos receptividade, devido ao viés de confirmação – e, por isso, introduzimos uma penalização chamada **Dúvida**, que diminui a influência da categorização do indivíduo junto do sistema conceptual local quando se dá um caso de discordância, como o que aqui expressamos.

$$X = [0,41 \quad 0,29 \quad 0,3]$$

$$Y = [0,37 \quad 0,41 \quad 0,22]$$

$$T = \begin{bmatrix} 0,1517 & 0,1073 & 0,111 \\ 0,1681 & 0,1189 & 0,123 \\ 0,0902 & 0,0683 & 0,066 \end{bmatrix}$$

A Matriz T denota portanto, em cada uma das células, a probabilidade de utilizar um interpretante que é mais próximo com algo que aparece no protótipo 1, 2 ou 3 em X, e na posição 1, 2 ou 3 em Y. A diagonal da matriz denota os casos concordantes. O processo de interpretação é modelado gerando um número aleatório, de 0 a 1, e perguntando em qual dos intervalos (em qual das células) esse número cai – sendo que no exemplo, teríamos que é bastante mais provável que o elemento seja interpretado

como 1, e o mais provável sendo que seja interpretado como 1 utilizando elementos do protótipo 2 de Y.

O CKU deriva deste procedimento, e assume, de novo de forma muito simplista, que os indivíduos no dado contexto de simulação e modelação selecionam uma categoria acerca da qual vão comunicar com os seus pares. A concepção geral do local é posta como sendo acessível a todos os indivíduos, e é actualizada pelo CKU pondo os indivíduos a comunicar utilitariamente através dessa variável apenas: comunicando uma categoria em função de determinados objectivos que querem operar dentro do seu grupo social. São, por isso, admitidos vários modelos possíveis de comunicação – seguindo o princípio de adequação ao *in-group*, marcado pela rede de pares do agente, o princípio de distinção bourdeusiano, o princípio de maximização do conhecimento pessoal, e um princípio misto de Tajfel e Bourdieu – e postos como formas segundo as quais os indivíduos vão comunicar – da mesma forma, essencialmente transmitindo um interpretante como pertencendo a uma categoria, e afectando o protótipo geral, que pode ser a categoria que eles têm mais em comum com o seu “grupo”, a categoria que mais os distingue, uma combinação dos dois posta em função da sua influência social relativa, ou a categoria que eles têm mais desenvolvida. Introduzimos ainda uma **estratégia comunicativa** aleatória, para servir de contraponto a estas. O objectivo aqui torna-se, pois, perceber qual o efeito que tais estratégias comunicativas têm no desenvolvimento da concepção geral acerca das categorias, bem como nos protótipos de interpretação local. As estratégias são assim denominadas:

1. **Conformar** – O agente analisa qual o diferencial das suas categorias face às médias de vizinhos, e seleciona aquela na qual houver menos diferença, aumentando o valor na categoria correspondente em Cat-Knowledge.
2. **Distinguir** – O agente analisa o diferencial, e seleciona aquela na qual existir maior diferença;
3. **Táctica** – O agente analisa o diferencial de categorias, e compara a sua influência social com a dos membros do seu grupo; se a sua influência for superior à média do grupo, este escolhe distinguir; se for inferior, escolhe conformar.
4. **Pessoal** – O agente escolhe a categoria que para si tem maior probabilidade;
5. **Aleatório** – O agente escolhe uma categoria aleatoriamente.

A análise e calibração do primeiro algoritmo focou-se em perceber como é que as variáveis afectam o modelo, e como se coadunam com certos critérios de avaliação. Em termos analíticos, como explicitado no artigo, estabelecemos três condições de avaliação do modelo:

- **Não-estagnação** – os valores de património local têm de produzir alterações substanciais ao longo do tempo;
- **Convergência para as crenças locais** – o modelo tem de convergir para as crenças locais gerais dos agentes que fazem a avaliação (Cat-Val -> Cat-Dis);
- **Dinâmica Global** – o modelo tem de ser suficientemente distinto em termos de variação de um modelo nulo pré-estabelecido.

Avaliando estas condições, encontrámos necessário analisar certos parâmetros e calibrá-los para poder prosseguir com a análise. Estes incluíram, nomeadamente, o papel relativo da dúvida – o factor de punição de interpretações dissidentes – que pelas mesmas razões antes descritas presumiríamos e conseguimos verificar que tem um efeito positivo na convergência até certo ponto (i.e apenas as interpretações mais “reprodutórias” são consideradas), a partir daí diminuindo a tendência de convergência; notámos que o número de categorias não parece ter relação com o comportamento do modelo, tão pouco o regime de activação, excepto em termos do tempo de convergência. Os níveis de parâmetro seleccionados para as subseqüentes análises foram, por isso, os seguintes:

*Tabela 15 - Parâmetros chave, os seus símbolos, papel e valores utilizados nas simulações*

Parâmetro	Código	Role	Valores
Regime de Activação	$a$	Define quantos agentes são invocados pelo modelo em cada iteração	$a = 1$
Tamanho do Vector	$n$	Define o número de categorias	$n = 3$
Rácio de Influência	$CR$	Escala o poder de influência dos agentes	$CR = 4$
Dúvida	$D$	Penalisa interpretações dissidentes	$D = 8$

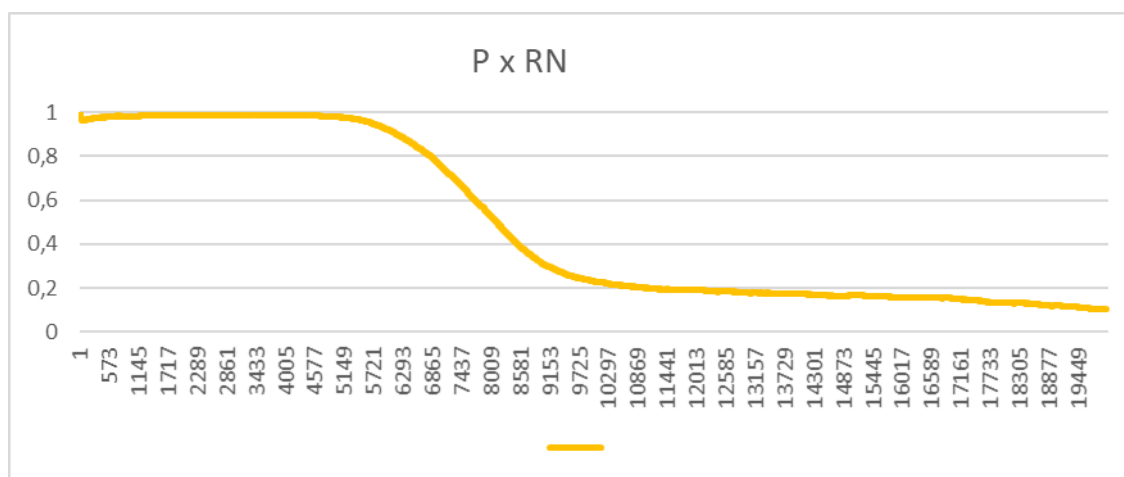
As simulações de 20k ticks foram, por isso, feitas variando três parâmetros: o grau de dissidência, a estratégia comunicativa e a topologia de rede (se os indivíduos se encontram dispostos num grupo social segundo um grafo aleatório ou segundo uma rede de ligação preferencial). Os resultados foram analisados detalhadamente no artigo



supracito, podendo citar-se as seguintes conclusões como as mais substanciais e relevantes em termos de implicações para a nossa análise da dinâmica patrimonial:

- O efeito da dissidência face à média é diferente, ainda que não muito, consoante as estratégias: em geral, há uma correlação entre o nível de Divergência Global e a dispersão de categorias (aqui dado pelo índice de entropia descrito na Equação 4), de forma diferente entre estratégias (com graus de efeito bastante distintos).
- A estratégia “Pessoal” (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, em baixo) marca-se por uma curva de decréscimo de entropia abrupto, correspondendo a um ponto crítico a partir do qual todas as subseqüentes valorizações são no mesmo sentido. Isto faz sentido: se cada indivíduo mencionar performativamente aquilo que preferiu, e essa constatação afectar aquilo que os indivíduos seguintes vão mencionar positivamente, chega a um ponto de distinção no qual existe uma lógica de impossibilitação de competição entre as várias categorias.

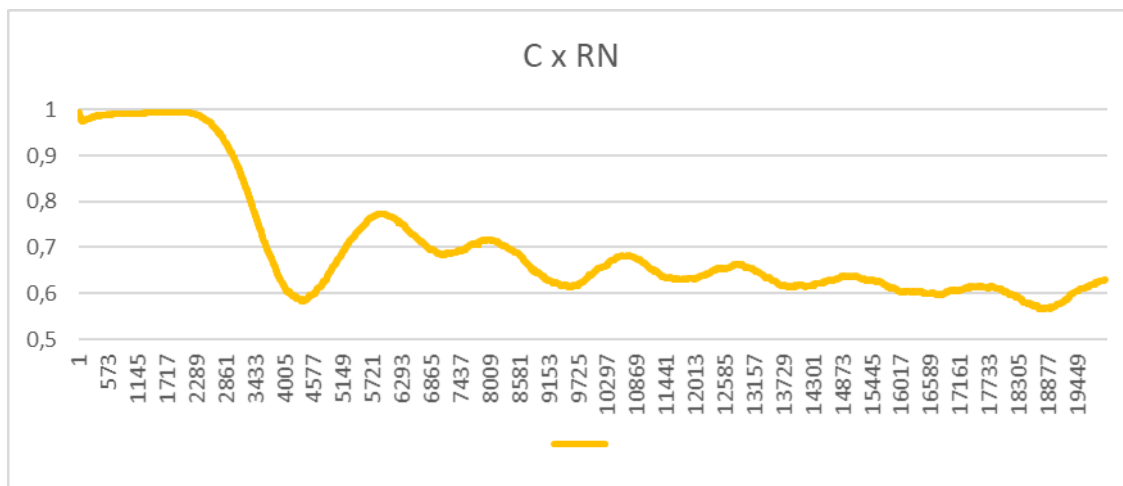
Gráfico 12 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia Pessoal em Rede Aleatória



Fonte: Simulações de modelo “Signworld”, Elaboração Própria

- A estratégia “Conformar” (Gráfico 13) tem um efeito cíclico, na linha do que concebemos em  $\text{SH}^{\text{B}20}$ : uma categoria é abarcada como dominante pelo total de agentes, atingindo um ponto máximo, apenas para decrescer rapidamente, ao mesmo tempo que outra categoria sobe. Isto deriva da natureza evolutiva do modelo, nomeadamente do facto de que novas “gerações” de agentes, que vêm substituir outros agentes que desaparecem do modelo, vão ter perspectivas diferentes e constituir laços de consenso distintos.

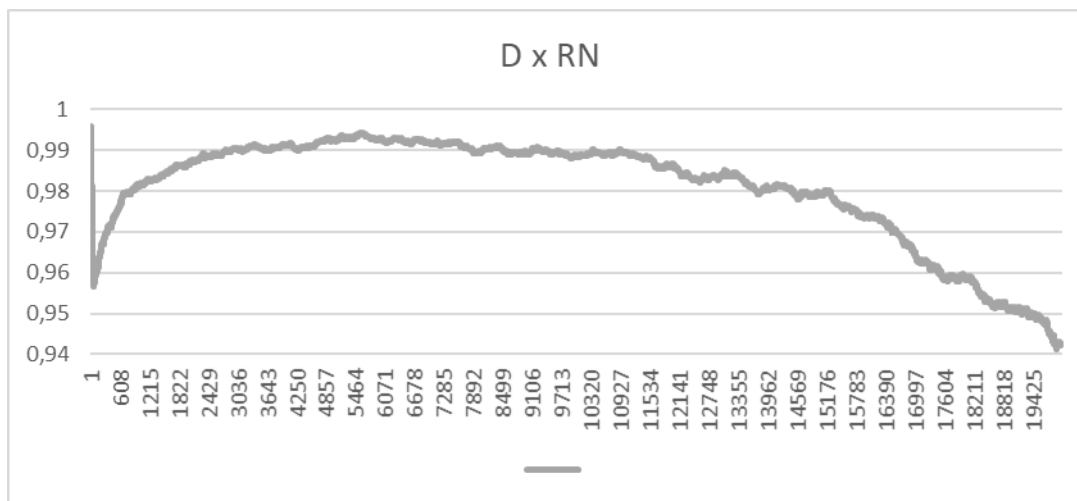
Gráfico 13 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Conformidade em Rede Aleatória



Fonte: Simulações de modelo "Signworld", Elaboração Própria

- A estratégia "Distinguir" (Gráfico 14, em baixo) tem uma tendência para micro-variações, que se marca, ainda assim, por uma descida constante da entropia ao longo do estado de espaço, o que indica que uma modalidade vai assumindo mais predominância ao longo do tempo, mesmo que todos os indivíduos procurem distinguir-se uns dos outros.

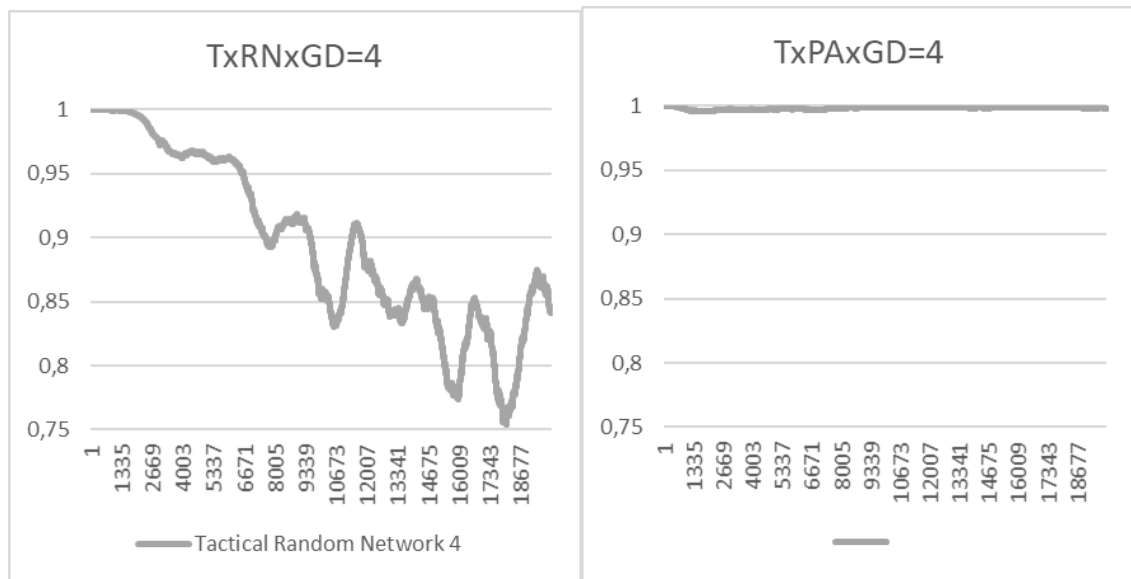
Gráfico 14 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Distinguir em Rede Aleatória



Fonte: Simulações de modelo "Signworld", Elaboração Própria

- A estratégia táctica (Gráfico 15, em baixo) aparece como tendo uma variação semelhante à da estratégia conformar, ainda que com mais estocasticidade envolvida, e com ciclos menos bem identificados. Esta é, igualmente, a estratégia com maior variação entre a topologia de redes aleatórias e a de redes de ligação preferencial.

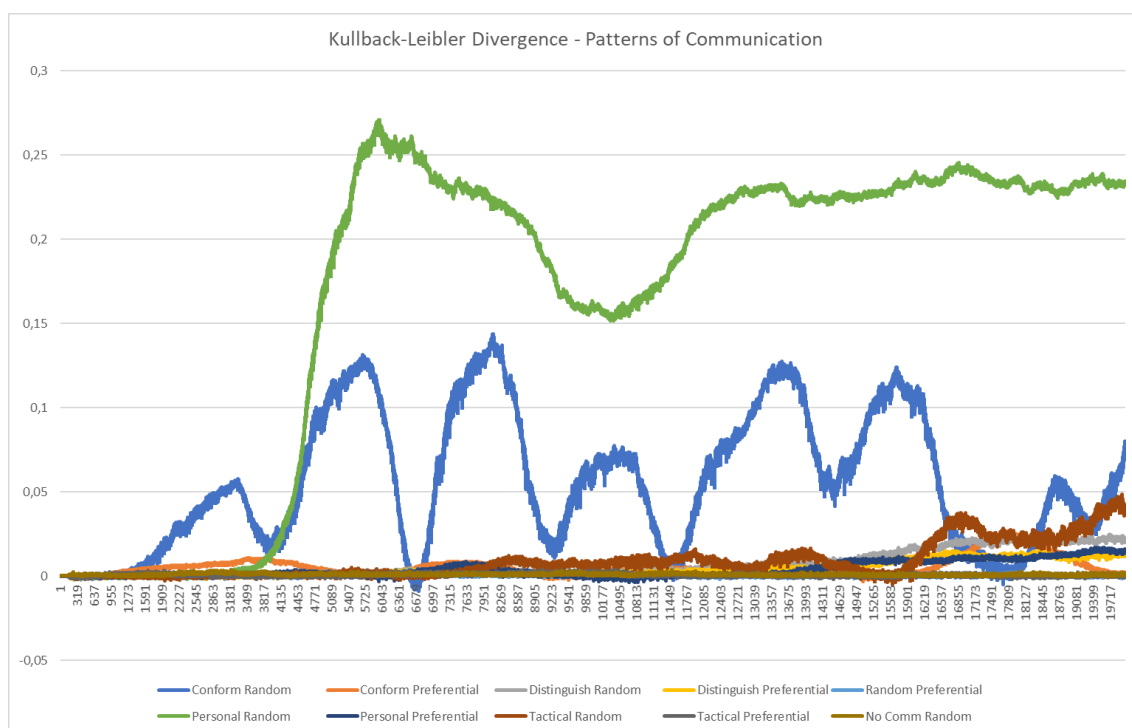
Gráfico 15 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Tática em Rede Aleatória e de Ligação Preferencial



Fonte: Simulações de modelo "Signworld", Elaboração Própria

- Em geral, a topologia das redes tem o maior efeito de variação face à dinâmica global , sendo a responsável por tornar estratégias bastante radicais (como a de conformidade e pessoal) em estratégias mais próximas da aleatória quando as redes são de ligação preferencial, por oposição a redes aleatórias (Gráfico 16, em baixo).
- As únicas estratégias que configuravam dinâmica global suficiente foram a Pessoal, Tática e Conformidade em redes aleatórias, ainda que estas pareçam ser dificilmente representativas do que efectivamente decorrerá numa evolução realista de um sistema conceptual.

Gráfico 16 – DKL de Padrões de Comunicação em relação a Padrão de Comunicação Aleatório



Fonte: Simulações de modelo “Signworld”, Elaboração Própria

Essencialmente, notamos que, introduzindo a comunicação dos agentes com uma entidade central que representa a sua representação geral de um dado local, o modelo torna-se mais dinâmico, ainda que não seja intuitivo que de forma mais adequada. Mais ainda, o facto destas estratégias não mostrarem suficiente distinção face à estratégia aleatória codifica a possibilidade muito real de que a comunicação de categorias seja melhor aproximada por uma estratégia aleatória. Pondo estas considerações de parte por agora, podemos ver como um tal modelo se comporta quando carregado com dados empíricos retirados das nossas múltiplas análises anteriores.

#### 7.2.2.2.2. Análise com parâmetros retirados do contexto real;

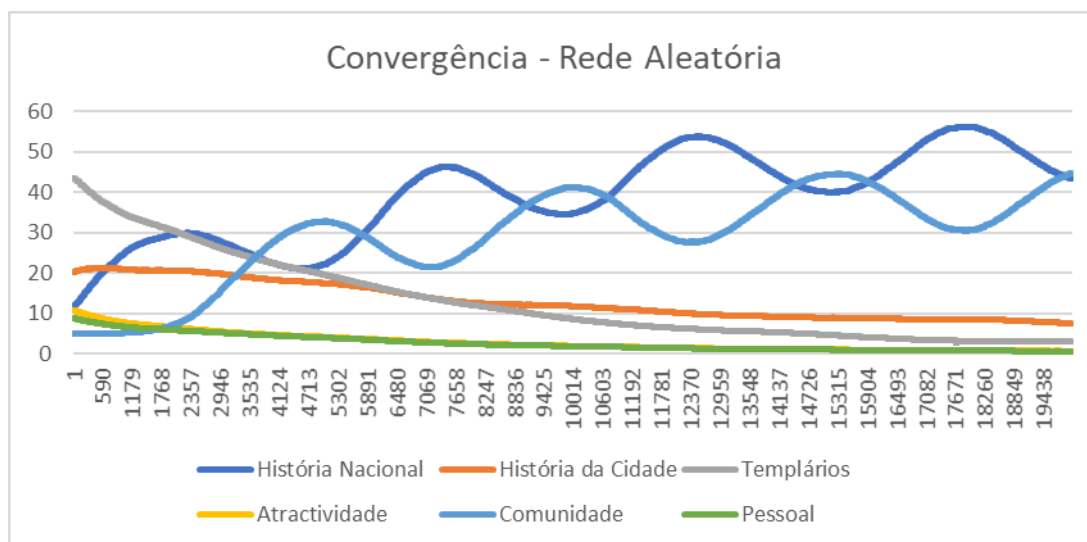
As anteriores notam reportam, naturalmente, a um contexto abstracto. Por outro lado, importa sabermos definir qual o contexto em que ocorre a modelação: a CV neste caso consiste na representação local dos agentes, dada pelos resultados que obtivemos no inquérito (como uma percentagem do total de interpretações que

mobilizam o interpretante restrito ao número de categorias relevante); a CK é dada pela informação a que se acede externamente, e para a qual presumimos que os indivíduos vão todos contribuir, nomeadamente, no caso, e de forma ilustrativa, a análise de conteúdo online que fizemos originalmente. O número de agentes foi estimado como uma proporção (5%) dos habitantes da cidade de Tomar, e o número de elementos interpretáveis manteve a mesma proporção face ao número de elementos presentes na nossa classificação – resultando em 500 indivíduos e 8 elementos interpretáveis. De forma a mobilizarmos os resultados previamente considerados, restringimos as categorias às sete com que trabalhámos anteriormente (excluindo o património), tomando em conta como é que estas presumivelmente poderão evoluir. Os restantes parâmetros foram calibrados de acordo com Almeida, Ernst & David (2018, em preparação), com vista a manter a comparabilidade de caso com os resultados do artigo. O único elemento que teve de ser introduzido, de forma a tornar a leitura dos resultados plausível, foi a **margem de tempo**; considerámos que tendo em conta que cada agente é chamado num dado tick, com cada agente representando 20 outros, poderíamos considerar, de forma meramente ilustrativa, cada tick como um dia, e, nesse sentido, postulámos um tempo de simulação de 20 mil ticks – correspondendo a 54 anos de simulação. Note-se de novo que sendo os agentes chamados para o modelo sempre agentes que não o conhecem, não existe aqui a possibilidade de cada dado agente mudar de opinião – uma pressuposição muito forte que naturalmente não terá tradução real.

Os resultados que obtivemos seguem, em termos gerais, os resultados reportados em Almeida, Ernst & David: as cinco estratégias de comunicação têm níveis diferentes de variação da entropia, com a conformidade tendo um decréscimo muito substancial em loop, entre outras estruturas. Em qualquer das instâncias, no entanto, o que parece claro é que o presente desnível entre a valorização dos indivíduos no sistema, e a forma como o contexto é representado externamente, deverá tender para minimizar esse desnível de alguma forma, tentando aproximar os elementos da sua valorização exterior. Em termos da convergência (Gráfico 17, em baixo), por exemplo, em redes aleatórias observamos que isto decorre através de um ciclo virtuoso entre a categoria de comunidade e a categoria de história nacional, decrescendo

substancialmente a importância dos Templários<sup>35</sup>. Mesmo não servindo como critério *strictu sensu*, é, no entanto, fácil de perceber que a categoria de Templários dificilmente seria perdida e continuará a fazer parte dos esforços dos indivíduos; caso este tipo de estratégia e rede fossem representativas do caso na cidade, mais alguns elementos seriam necessários. Já num caso em que a rede seja de preferência, vemos a categoria de Templários, História nacional e História da cidade a concentrarem-se num ponto de equilíbrio no qual, presumivelmente, se manterão.

Gráfico 17 - Evolução das 6 categorias consideradas – valor de CV por tempo de simulação.

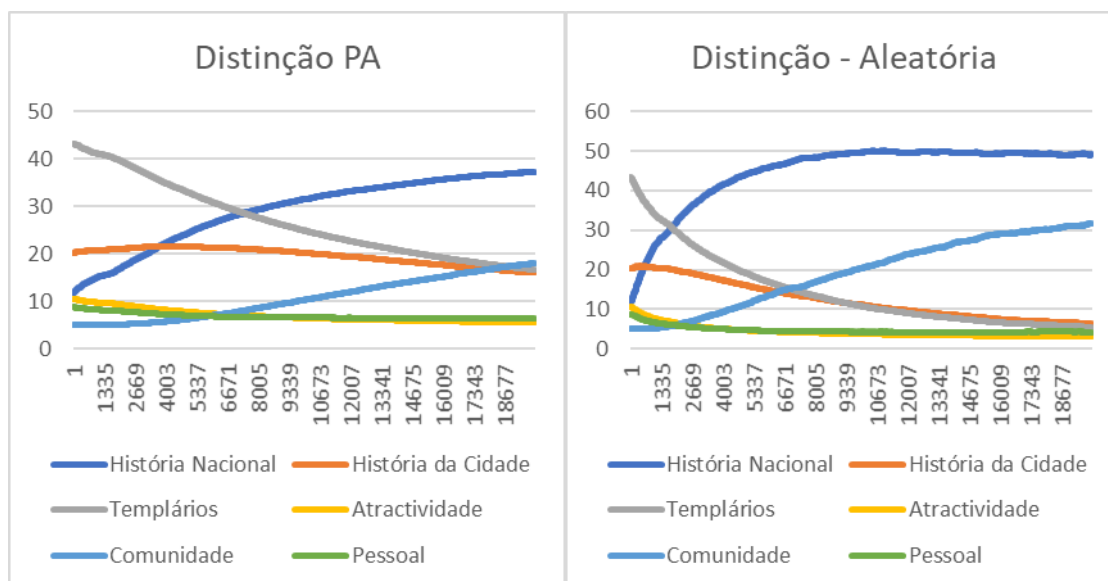


Fonte: Simulações de modelo "Signworld", Elaboração Própria

Da forma como notámos implicitamente em Almeida, Ernst & David, convirá reparar que a estratégia de distinção (Gráfico 18, em baixo) se mostra aqui ainda com estocasticidade a nível micro, mas com uma única categoria a tomar o papel central (a história nacional) e a conservá-lo ao longo do tempo, tanto em redes aleatórias como de preferência. A diferença destas redes está mais na velocidade de convergência: as redes de ligação preferencial parecem “esticar” os processos, de tal forma que, ao fim dos 20 mil ticks – 54 anos –, essas redes aproximam-se dos 4 mil ticks das redes aleatórias. Tais notas podem, de resto, ser ditas a propósito de quaisquer dos presentes modelos.

<sup>35</sup> Ainda que seja meramente uma propriedade matemática do modelo, relativa à posição e à valorização dos elementos, não podemos deixar de notar o quão curioso é que, numa estratégia de matriz convergente, a comunidade suba substancialmente em relevância.

Gráfico 18 - Evolução das 6 categorias consideradas – valor de CV por tempo de simulação



Fonte: Simulações de modelo "Signworld", Elaboração Própria

Descontando a estratégia pessoal – cuja fiabilidade nos parece por de lado a sua consideração – podemos, por fim, perguntarmo-nos qual a tendência de evolução quando os indivíduos procuram otimizar as suas valorizações em função da estrutura dos grupos sociais. O que verificamos consistentemente ao longo de 20 iterações é que, em todos os casos, a História Nacional acaba por ser a matriz de interpretação central, seguida da Comunidade, e só depois a História da cidade, e, mais em baixo, os Templários. Tal acontece com ciclos e variações subtis derivadas de efeitos de reacção e retracção multigeracionais, como observado anteriormente em Almeida, Ernst e David.

A lógica que podemos interpretar no modelo parece ser que a História nacional assume maior importância a despeito dos Templários porque, mais do que preocuparem-se com a iconicidade e a mística dos Templários, os indivíduos que viriam interpretar o contexto local tomariam em consideração a relevância da história nacional – algo consistente com a forte identidade nacional do património que temos vindo a aludir, e tanto mais gritante se tomarmos a opção de considerar os templários como parte da história nacional – e partiriam para uma valorização muito maior desta; o mesmo se poderá dizer sobre a comunidade. Empolados pela informação a que têm acesso, os indivíduos que visitam a cidade começariam, nesse sentido, a formular uma interpretação do conjunto patrimonial da cidade orientado para o papel dos elementos na história de Portugal, o renascimento, na história de arte, etc; e de igual forma na

vivência comunitária tradicional da cidade, com o seu equilíbrio entre província e cidade. Esta é, no entanto, uma mera interpretação, arriscada, do possível sentido que o modelo teria, e funciona apenas se pudermos suspender as muitas e legítimas dúvidas a propósito da sua fiabilidade.

O que isto nos parece indicar são, essencialmente, dois desafios: por um lado, a propósito dos Templários, para aumentar a sua visibilidade externa, seria preciso providenciar ligações mais simbolicamente fortes entre a Cidade e a Ordem Religiosa (e assim afastar o perigo da híper-nacionalização se estes forem tomados como elementos da história nacional), nesse sentido formulando mais símbolos no lugar de ícones que atraíam indivíduos e os coloquem na mira da cidade; tal não quer dizer que esses símbolos faltem, mas deve ser reparado, à luz da análise de conteúdo que fizemos, que as menções aos cavaleiros templários tendem a ser bastante oblíquas e pouco claras. Aumentar esse nível de valorização dos Templários não quer dizer que se deva focar exclusivamente neles, ou sequer maioritariamente neles. Em paralelo, considerar a história da cidade e as histórias de matriz localista como um activo efectivo da cidade pode, nesse sentido, ajudar a prevenir a dissipação e descida substancial da categoria de história da cidade, a qual, como temos vindo a notar, pode ter interesse estratégico conservar.

#### 7.2.2.2.3. *Algoritmo evolucionário*

Os pressupostos relacionados com o conhecimento de categoria e valor de categoria, e as suas subsequentes implicações em termos de como adequar este contexto a um contexto local, deixam, naturalmente, bastante a desejar: assumem uma transmissão não-vertical de conhecimento, bem como algumas variáveis algo questionáveis, como a representação do contexto local vs a representação dos mediadores, algo que desejavelmente não teríamos de maneira separada. Se quiséssemos perceber os efeitos concretos num contexto de ter tais comunicações a acontecer, seria muito mais intuitivo que o algoritmo fosse evolucionário, no sentido de fazer uso do mínimo de componentes externas ao seu funcionamento, e o mínimo de



mediação possível. Tal implica, no entanto, que procedamos a uma nova análise de parâmetros, e especifiquemos novas bases estruturais<sup>36</sup>.

O que procurámos fazer com um modelo “evolucionário” foi relaxar o pressuposto de transmissão vertical de conhecimento, o pressuposto de existência de conhecimento trans-reticular, e o pressuposto de conhecimento local. Em vez disso, continuamos a assumir que os indivíduos se encontram distribuídos numa rede, que são indistinguíveis senão pelo seu poder de influência, relações e vector de conhecimento. No lugar dos monumentos possuírem, por seu turno, valor de categoria, abandonamos essa variável, e em vez disso o indivíduo é influenciado pelos seus pares quando tomar uma interpretação do local – utilizando as médias de valorização dos seus pares em termos das categorias relevantes. Por seu turno, o valor geral para o qual os indivíduos reportam quando produzem comunicação – o protótipo geral de uma dada categoria – é substituído por relações intra-reticulares, de tal forma que um agente irá apenas influenciar os membros que lhe estão directamente ligados. Por seu turno, o sistema de reprodução, que faz com que os indivíduos tenham um determinado protótipo associado, é substituído por várias estratégias, ou lógicas gerais, de reprodução:

- **Reprodução aleatória** por mistura das categorias de todos os indivíduos na rede;
- **Reprodução “Parental”** com duas figuras transmitindo a média da qual o indivíduo vai partir e com a qual vai variar estocasticamente;
- **Reprodução em “Revolta”** com duas figuras transmitindo a média a partir da qual os seus protótipos são criados, mas uma troca da valorização das categorias pelos agentes, valorizando mais as categorias que os pais valorizam menos

Da mesma forma que na análise em cima procurámos explorar as estratégias de comunicação, valerá aqui a pena percebermos como é que estas estratégias funcionam num contexto evolucionário, como é que se organizam, e como se distribuem pelas lógicas de reprodução.

No entanto, é necessário reconstruirmos as nossas condições de avaliação. A **não-estagnação** – o critério mais simples de obter – será, em princípio, garantido pela própria estruturação do modelo; mas a convergência para as crenças dos agentes torna-

---

<sup>36</sup> O modelo subjacente a esta análise foi, tal como o SignWorld, implementado em Netlogo; o código de implementação encontra-se disponível no Anexo VI.

se espúria, dado que não existe nada em função de que se possa fazer convergir os valores, sendo que só trabalhamos com as crenças dos agentes. A dinâmica global continua a poder ser avaliável. Mas não tendo uma condição torna-se mais difícil descrever o modelo ou avaliá-lo, podendo tornar o esforço de modelação numa análise relativamente vácuca. Como solução, podemos utilizar a convergência para o nosso anterior modelo: se os resultados forem pelo menos semelhantes (algo bastante difícil, tendo em conta o grau das mudanças), poderemos basear-nos no anterior modelo para garantir a qualidade deste.

Devido à forma como tal modelo funciona, percebemos cedo que as nossas ferramentas de análise não eram suficientemente finas para detectar os padrões subjacentes aos dados, tendo em conta que a utilização de medidas de tendência central em séries, quando o que nos interessa é uma forma geral, mas a estocasticidade do modelo a pode desencadear em vários pontos distintos, será, no mínimo, contraprodutivo. Com isto em mente, procedemos a analisar o modelo.

Os resultados da implementação foram menos do que interessantes: ao retirar a estrutura global, as estratégias tornaram-se muito menos bem definidas, e em resultado disso, torna-se difícil falar de estratégias de comunicação como tendo um efeito claro a nível geral do sistema; mesmo que internamente a determinados grupos as dinâmicas sejam as mesmas, a inexistência de uma variável de relação que transmita o comportamento interno torna o entendimento dessas estratégias difícil.

As estratégias de reprodução definidas parecem, no entanto, suportar que, de facto, exista a nível global uma tendência dessa convergência para entropia máxima – algo que parece estar implicitamente ligado com o papel que a rede de agentes estrutura. Efectivamente, ao olharmos para os diagramas de estado de espaço das estratégias de reprodução (Gráfico 24, Fonte: *Simulações de modelo “EvoSignworld”, Elaboração Própria*

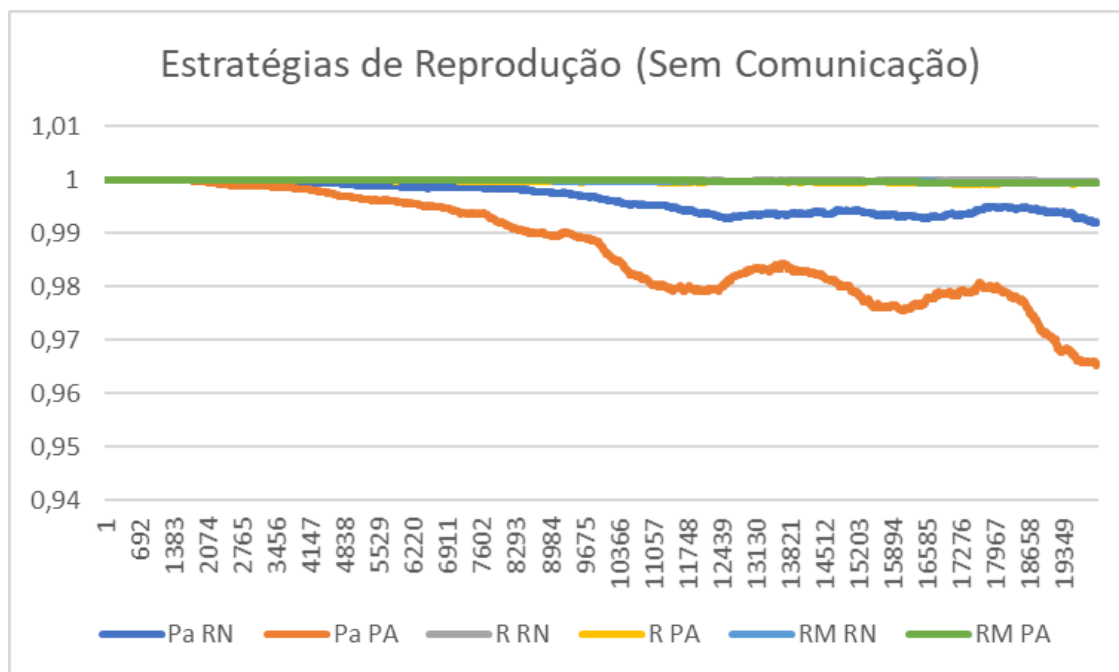
Gráfico 25 e Gráfico 26, no Anexo III – Gráficos) vemos que existem diferenças não só de grau – a variação de entropia é muito menor neste modelo – como de qualidade, dado que algumas propriedades se parecem ter perdido: a ciclicidade associada à estratégia de comunicação “Conformar” fica bastante reduzida, não existindo o efeito de sobreposição de categorias que antes verificámos, com a entropia

a voltar ao máximo após ter descido substancialmente; na estratégia “Táctica”, o efeito de redução de entropia é ainda mais elevado, fazendo a estratégia aparecer como tendo uma variação de entropia mínima, e mantendo-se próxima da máxima; na estratégia “Distinção” existe, igualmente, pouca variação de entropia, e o efeito de redução progressiva cíclica não se verifica; por seu turno, a estratégia “Pessoal” tem uma redução de entropia constante, mas sem a existência de um ponto crítico abaixo do qual a entropia tende para 0.

Tais efeitos são profundamente mediados tanto pela topologia das redes, como pelas estratégias de reprodução: podemos notar, ao olhar para o Gráfico 19, em baixo, que a estratégia de rebelião aparece como a mais conservadora de entropia, por contraste com a de herança parental – o que fará sentido, dado que ao estarem sucessivamente a por em causa as opções dos pais nenhum estado fixo é possível de encontrar. A estratégia de herança aleatória – que poderíamos tomar como tendo maior proximidade com a ideia de “Category-Knowledge”, que tínhamos originalmente previsto – é marginalmente menos conservadora, mas apenas quando toca à estratégia de comunicação “Conformar”, e, ainda assim, substancialmente menos do que quando existe herança parental.

O que estes resultados parecerão indicar logo à partida é, pois, que a ausência de um ponto de referência comum para todos os indivíduos leva a que se formem nichos mais específicos de gosto, que não obedecem a lógicas de progressão lineares ou facilmente analisáveis. Seguindo nesta lógica, procurámos testar o que aconteceria se restringíssemos a comunicação apenas a grupos homofílicos, resultando que, mantendo os mesmos parâmetros, a evolução do modelo continuava a ser semelhante, ainda que com graus de entropia mais baixos – algo que parece indicar que a variável Category Knowledge era de facto crucial para que o modelo pudesse produzir os resultados que espelhámos no artigo.

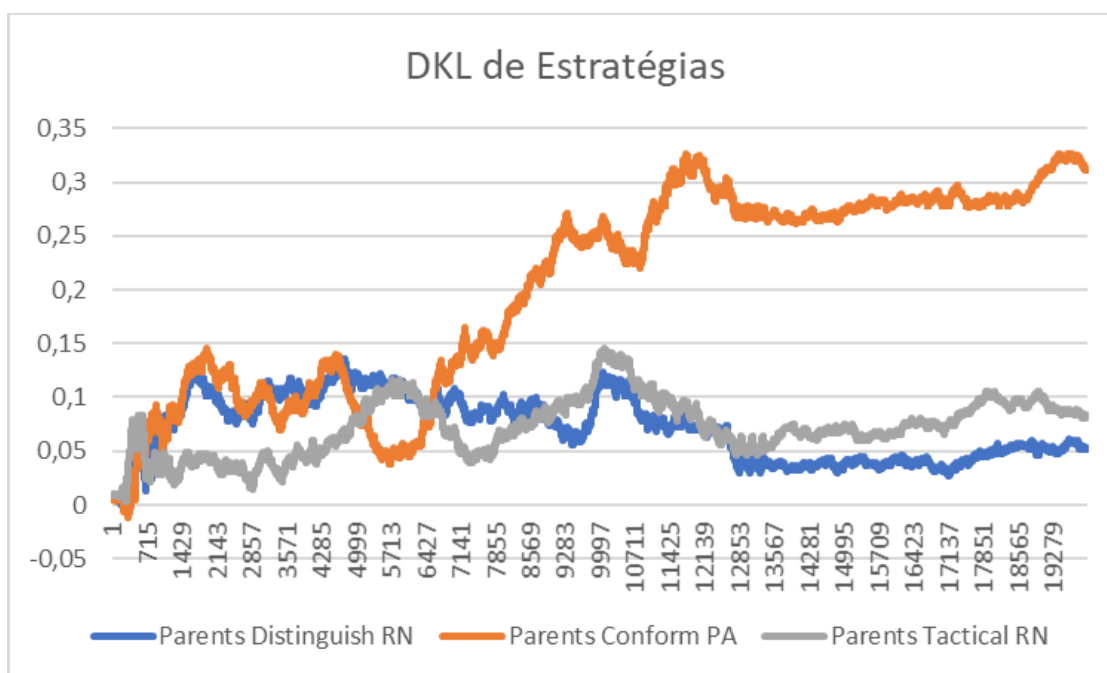
Gráfico 19 - Entropia sobre estado de espaço (Padrões de Reprodução e Topologias, Sem Comunicação)



Fonte: Simulações de modelo “EvoSignworld”, Elaboração Própria

Mais interessante ainda é que quando olhámos para as estratégias de reprodução isoladamente – sem comunicação, variando apenas a topologia das redes – pudemos verificar que estas têm alguma forma estrutural. A estratégia aleatória desenha uma descida muito pouco inclinada, linear, em direcção a menos entropia; a estratégia de rebelião tem igualmente uma descida, ainda menos pronunciada, com várias oscilações substanciais entre partes; e a estratégia de herança parental mostra um comportamento semelhante ao que antes verificámos com “Conformar” – uma oscilação continuamente negativa, com pequenos picos cíclicos que nunca sobem muito antes de voltar a descer. Interpretando os resultados, em particular o último, aquilo que parece surgir é que, sem comunicação, a estratégia de herança parental parece reduzir a entropia ao longo do tempo, ao promover uma forma de consenso, o que seria consistente com uma ideia de formarem-se determinados núcleos de opinião derivados de herança, que vão oscilando à medida que novas gerações são introduzidas. É por isso possível que o problema de análise aqui subjacente seja um de tempo, e, subsequentemente, de poder de computação – dado que estipulámos os mesmos números de ticks para estas estratégias que no anterior modelo.

Por fim, se formos a analisar as dinâmicas globais do modelo, concluímos que tomando o critério delineado no artigo preparado, de 0.05 bits, o resultado é particularmente limitado: apenas três resultados são superiores a 0.05 bits, sendo todos provenientes da estratégia de herança parental, com um deles oscilando na linha muito perto de 0.05. No entanto, a estratégia de Conformidade com PA surge aqui, por comparação com o SignWorld, com um DKL bastante mais elevado, de forma que podemos falar de uma influência bastante substancial das alterações em termos de herança reprodutiva nos termos de evolução do modelo globalmente.



Da mesma forma que mencionámos no artigo, sobre a topologia, o que estes resultados, bastante incipientes em termos da exploração da complexidade do modelo evolucionário, é que na análise de dinâmica, e especialmente quando procuramos analisar contextos de grupos fechados com vista a cruzá-los empiricamente, a herança parental e os laços de transmissão vertical de informação devem ser variáveis de consideração, pondo mesmo em causa a relevância da estrutura de comunicação, que antes enfatizámos como sendo fulcralmente importante – algo que sociologicamente parecerá trivial, e que parece afirmar a ideia bourdeusiana de reprodução (|AXH3). Estudos empíricos de dinâmica patrimonial, que tomem por isso em conta a forma como o património se transforma ao longo do tempo tendo em conta as gerações, poderão, nesse sentido, beneficiar de mobilizar hipóteses teóricas dos campos de estudos

longitudinas (Kashima, 2014), bem como da sociologia da educação, com vista a perceber os graus de apreensão, os tipos de reacção e relação inter-grupal. O que os nossos resultados apontariam, portanto, é que, dadas as condições de necessidade de dinâmica global, a tendência de reprodução geracional, ou ciclicidade causada por essa reprodução, seria mais plausível, enquanto modelo, do que a existência de mudanças muito aceleradas entre gerações.

Como antes dissemos, no entanto, tal estudo é bastante preliminar, e mereceria mais considerações do que lhe demos, para além de uma análise mais fina que aproxime um tal modelo da realidade fenomenológica social – tomando em conta questões como o turismo ou as mudanças institucionais.

Tal modelo – que podemos definir como “TouristHub” para propósitos de identificação – teria, sem dúvida, muito mais propriedades interessantes que lhe poderiam ser imputadas: poderíamos introduzir, na linha de outros ABM como os de Boavida-Portugal, noções de satisfação e retorno, bem como tendências de selecção; diferenciar vários territórios; localizar os modelos, de forma a existir uma representação da população local, na linha do algoritmo evolucionário descrito em cima, e por os turistas contingentes de determinadas representações dos locais; introduzir gestores locais que operam em função das representações e desejos dos turistas. Contudo, para o fazermos adequadamente, seria igualmente necessário especificar funções de rendimento, tendências de retorno, diferenciação de interesses, etc – colocar os turistas como tendo motivações ecológicas, mais do que estritamente culturais – bem como tendências de valorização económica dos elementos culturais, orçamentos limitados para a preservação e investimento, etc. O resultado disto é que teríamos partido directamente para aderaçar o fenómeno do turismo holisticamente – algo que deriva naturalmente da forma como este intervém junto dos vários sistemas em questão, mas que não ajuda nos esforços de controlar o crescimento de complexidade dos modelos.

O conjunto de questões que podemos aqui colocar são, por todas estas razões, aquelas que no limite interessariam mais activamente se estivéssemos ocupados com a problemática do turismo e património como foco central: quais os efeitos de alocação de capital para preservação de determinados elementos? Como é o comportamento óptimo de um turismo em termos de procura de sentido? Como é que se pode otimizar

a selecção e atracção dos turistas, fazendo uso de modelos generalizados (Prada-Trigo, Gálvez, López-Guzmán, & Loyola, 2016; Sidonia & Cristina, 2013), bem como modelos locais e específicos, orientados à semiótica concreta dos locais. Esperamos que em futuros desenvolvimentos possamos dar conta de tais questões de forma mais aprofundada.

## 8. Notas sobre transformações políticas e gestão pública do património

As questões que temos vindo a debater inserem-se, de maneira geral, no que poderíamos considerar a analítica do sistema patrimonial: tudo aquilo que debatemos procura, de certa forma, tomar o contexto e descrever de maneira fiel, à luz dos pressupostos epistemológicos e metodológicos tomados, aquilo que nele se passa, quer o estado constitutivo do património, quer a forma como dinamicamente os significados se transformam. No entanto, como notado por Waterton e Watson (2015a), a discussão do património dificilmente se pode afastar durante muito tempo de questões de política – com particular foco naquilo que os autores chamam de “política ontológica”, ou seja, as questões e reflexões ligadas à definição do que é e como funciona o património. Isto implica, necessariamente, debater os processos de mediação que existem junto do património, entre uma população que constitui o sistema como o demarcámos, e a representação objectiva que notámos antes existir socio-tecnicamente.

O que nos importa perceber aqui é, tomando todos os dados que temos anteriormente, o que podemos interpretar concretamente para o contexto, e que posições nos parecem fazer mais sentido assumir axiologicamente – isto é, que princípios nos parecem mais defensáveis dentro do contexto que temos.

O leque de questões que caem dentro de uma gestão política do património implicam vários tipos de valores diferentes, que importarão ter em conta: desde logo podemos notar que dentro de um sistema de utilidade no qual o património representa um activo que potencia o turismo, a gestão patrimonial passará por garantir que o valor económico dos elementos continua a aumentar dentro de mercados nacionais e internacionais. Implicitamente, para se discutir o valor económico que tais elementos têm, é necessário falar do valor cultural que o elemento tem para essa mesma população – algo que, como notámos, na primeira parte se pode dar por uma avaliação do elemento dentro de um conjunto de categorias relevantes, e que pode ser indexado através de percentagens, interpretantes e distribuições relativas de objectos.

Tendencialmente, no entanto, a maneira como se debate valor cultural está bastante longe de se falar de uma relevância concreta para uma população, tomando-se uma postura de mediação orientada por especialistas, que define um elemento como



tendo valor cultural, tendencialmente associando-o a determinados sistemas socio-conceptuais que lhe confeririam valor, e que podemos antes verificar, como por exemplo: antiguidade, unicidade, centralidade temporal, perdurância, atractividade estética, relevância na história nacional ou representação. Segundo uma tal perspectiva, o valor cultural do objecto encontra-se na sua própria relação diacrónica com a história e com outros objectos, e não nos indivíduos que o observam, e é o mister de uma política cultural conservar e trazer ao de cima esses elementos – seguindo a lógica de Tilden. No entanto, como vimos anteriormente, a informação que realmente passa para os indivíduos não é a totalidade daquilo que é dado enquanto interpretação, apenas uma parte. O valor cultural de um objecto torna-se, portanto, algo escondido à espera de ser absorvido por uma população local, turística ou externa que consiga tomar para si o conhecimento imbuído nos objectos. Mas poderá isto ser razoável enquanto expectativa?

Trazendo isto para Tomar, o risco de uma patrimonialização fortemente indexada a categorias de história nacional, e com uma glorificação dos feitos e representações de cavaleiros templários, aparece não só em termos da distribuição de representações como a nível de semiótica formal, mas também quando vimos que a iconização do local se faz em grande medida indexado ao branding da cidade. Existe simultaneamente um desejo de rentabilizar o sistema de forma a torna-lo atractivo para os turistas – que não tendo discutido em grande fôlego na tese permanecem associados ao património. Contudo, convém procurarmos perceber o que é a realidade do contexto em termos do modelo geral que se procura transmitir do que é a cidade – aquilo que antes denominámos como “discurso patrimonial institucional” (DPI) – e quais as formas possíveis de o alterar. Podemos, por isso, admitir dois princípios axiológicos que não debateremos em demasiado pormenor, mas que são vistos no curso deste trabalho como relevantes:

**PAx5:** Deve incrementar-se a densidade do sistema económico local, aumentando o número de turistas

**PAx6:** Deve manter-se o discurso patrimonial o mais próximo dos indivíduos locais possível.

Chegamos então ao nexó de questões:

- Qual o discurso patrimonial na cidade de Tomar?
- Quanto difere este discurso patrimonial das representações dos indivíduos?
- Como podemos esperar intervir no território, dados os constrangimentos presentes, e dado um conjunto de objectivos?

### 8.1. Estado presente do discurso patrimonial em Tomar

Para respondermos às questões supracitas, primeiro que tudo interessar-nos-á perceber como é que o património é mediado face aos indivíduos – o que existe política e institucionalmente definido como património, e quais as interpretações que aparecem mais fortemente associadas a tal rede semântica. Importa notar que o problema aqui não parece é a existência de mediadores, especialistas ou considerações técnicas sobre a estrutura do património, mas sim com o facto de estas poderem na sua aplicação ser sujeitas a processos limitativos – de existir uma certa inércia em considerar novas formas de património, ou estruturas que melhor representem o contexto que os agentes que constituem o sistema considera, e de existir uma certa dificuldade em levantar aquilo que poderia ser relevante, dado não existirem mecanismos de comunicação deste tipo de questões da população para as entidades municipais. A existência de diálogo de parte a parte entre população, especialistas e poder local, parece-nos constituir o cerne da questão; e por essa razão interessará, logo à partida, perceber como é que é constituído o conjunto patrimonial na cidade de Tomar.

Tomando o sistema de património na cidade de Tomar como a rede semântica que abarca todos os elementos considerados na nossa análise, somos rapidamente levados a perceber que, a nível de definição institucional, estamos a falar de situações muito diferentes: alguns dos elementos presentes são privados, e outros públicos; alguns são imóveis de interesse público, outros considerados património local, outros património nacional, e o Convento de Cristo é considerado património mundial pela UNESCO; a gestão é feita a nível público não só pela câmara, mas pela diocese, a DGPC, e pelo ICN. A soma disto é que temos não um, mas vários conjuntos de normas patrimoniais concorrentes, com critérios diferentes – Monumentos, Conjuntos e Imóveis, no caso de património físico imóvel, sendo de interesse público, nacional ou municipal, a somar ao património mundial. Efectivamente, estes diversos enquadramentos levam a múltiplos critérios de selecção para determinar o que deve ser tido como património; notavelmente, a referência central daquilo que define o que é património aparece na carta de

conservação de património cultural e natural, em 1972, como a noção de “Valor Universal Extraordinário” (Blake, 2000), algo que aparece ligado a uma propriedade intrínseca dos objectos.

A concepção de património mundial que aparece aqui é, contudo, suficientemente vaga para que se possa considerar a especificidade do contexto local; e, no caso do Convento de Cristo, vemos na sua afirmação uma preocupação com os estilos arquitectónicos, a centralidade histórica do conjunto edificado, a sucessão de estilos, e a importância na narrativa nacional do espaço. Esta abordagem técnica e focada na história e história de arte é igualmente visível nas notas históricas e artísticas do Convento de Santa Iria (DG, 1946)<sup>37</sup>; na Igreja de São João Baptista, como numa série de outros elementos que antes identificámos: Estaus, Açude dos Frades, Capela de São Lourenço, Ermida de Nossa Senhora da Conceição, entre tantos outros. Em todo o caso, a abordagem de matriz historicista faz, nesse sentido, com que haja limitações claras àquilo que pode ser tomado como património, e o enquadramento burocrático impede que tal possa acontecer num fluxo activo com a população local e com os seus interesses; a classificação e desclassificação é sempre vista como algo dependente de pareceres de especialistas em matérias científicas.

#### 8.1.1 O Património em Tomar

Partindo dos elementos registados na DGPC existem 30 elementos classificados como tendo alguma forma de interesse: 12 monumentos nacionais, 3 imóveis de interesse municipal, um monumento de interesse público, e 14 imóveis de interesse público (cf. Tabela 17, no Anexo IV – Tabelas). A maior parte destes elementos aparecem-nos no nosso levantamento, sendo que algumas das excepções figuram (Tabela 18, no Anexo IV – Tabelas), e existe um número bastante substancial de elementos mencionados que não são legalmente considerados património.

Os elementos que pudemos identificar que ficam de fora da noção de património institucional são, por isso, e na sua maioria, contextos ou de ligação (praça), ou com um carácter especificamente relevante no contexto, que não têm uma ligação histórica ou

---

<sup>37</sup> Cf. também <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73505/>

cultural suficiente para serem considerados importantes (Café Paraíso), ou que, simplesmente, caem fora dos padrões daquilo que poderia ser considerável como património (pequenos pormenores adornando a rua, candeeiros, etc). Apesar de não terem interpretação, e muitas vezes não estarem preservados ou protegidos, o que vemos no discurso de interpretação dos agentes é que este tipo de elementos podem ter relevância na experiência do património, e que pode, em contextos nos quais possamos falar de “turismo criativo”, incentivar a uma apropriação mais forte dos contextos por parte de visitantes, servindo nesse sentido para capitalizar o tecido urbano:

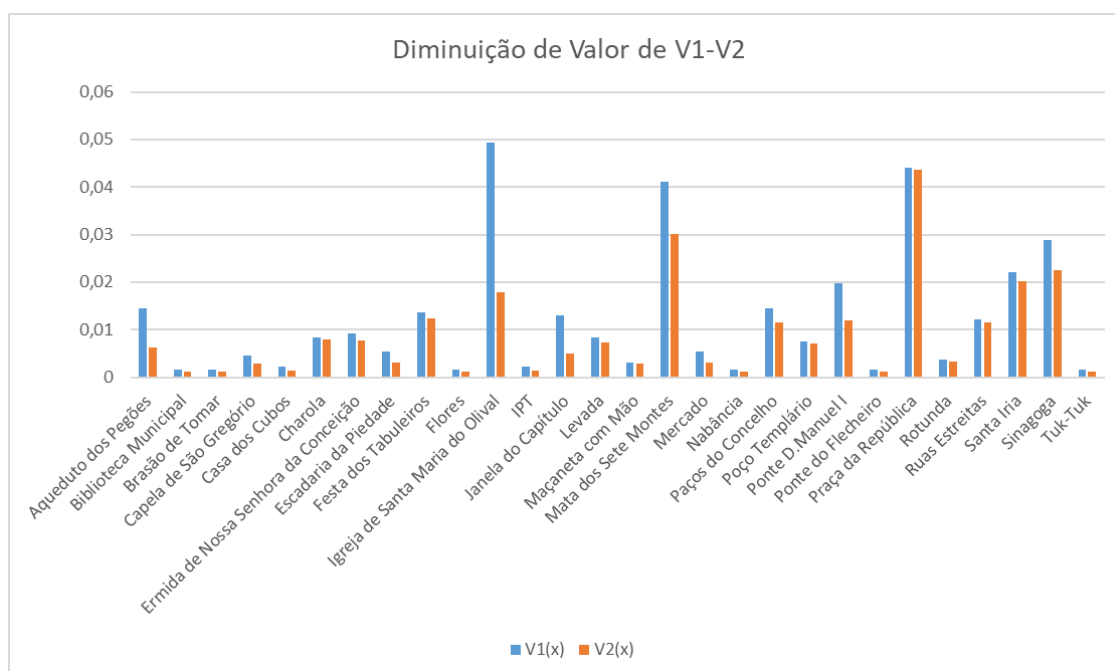
*É um dos monumentos mais procurados da cidade; todos os azulejos na rua da corredoura são bastante importantes e emblemáticos para a cidade. Clara, 23 anos, Frequência de Ensino Superior acerca de Azulejos como “Património”*

*Também foi parte da história; a cidade já foi um bocado mais industrializada, supostamente nem sempre viveu sempre só do turismo; faz parte da história. Frederico, 25 anos, 12ºano acerca da Gráfica como “Património”*

Mobilizando a ideia de valor cultural a que aludimos na secção 4, procurámos operar os índices definidos nas Equação 6 - Equação 9. O objectivo era, pois, perceber mais profundamente como é que os indivíduos valorizam os elementos no sistema, presumindo que mais menções indicam maior importância percebida, e procurar mapear as relações que isto tem com o número de interpretações existentes e com a distribuição de elementos. Tendo em conta o número de elementos presente, no entanto, mais do que reportar a totalidade dos elementos e as suas valorizações, optámos por notar alguns casos que parecem indicar algumas particularidades do contexto.

Por um lado, focámo-nos em perceber quais os elementos que obtinham uma diminuição de valor de V1 para V2. Se nos recordarmos que o que V2 mede é uma ponderação do número de interpretações e menções, uma diminuição indicaria que os indivíduos, mesmo considerando o elemento relevante, podem sentir maior dificuldade em explicar porquê – não saberem mobilizar interpretantes para o contexto. Isto é algo que fará sentido ocorrer tanto mais quando existir falta de interpretação<sup>G</sup> no contexto.

Gráfico 20 - Diminuição de V1 para V2 nos casos analisados

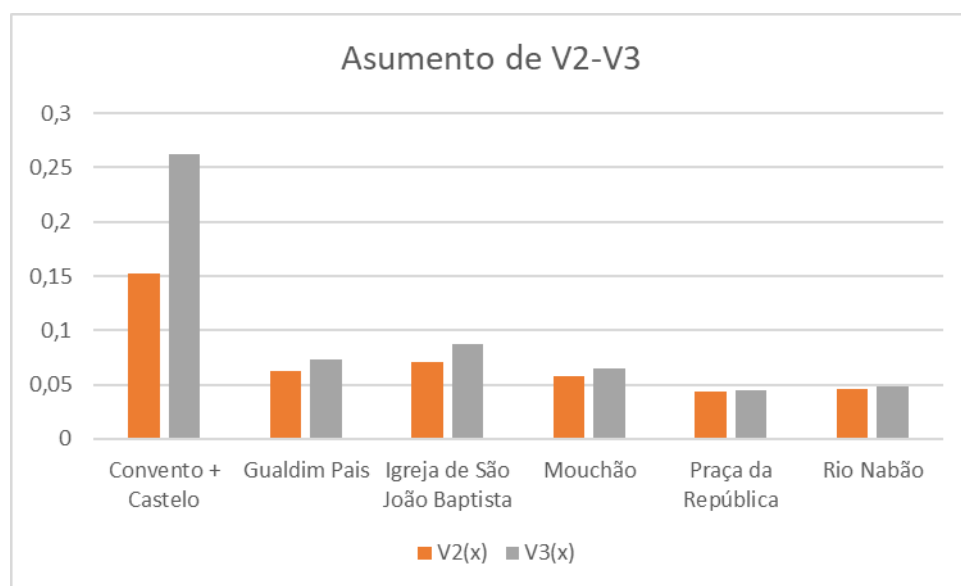


O que os dados parecem indicar é que, exceptuando casos como a Igreja de Santa Maria e os Pegões – cuja diminuição abrupta se pode explicar por figurarem junto das menções, para as quais os indivíduos não tinham necessariamente de dar interpretações –, os restantes casos mostram elementos nos quais existe uma concepção de falta de elementos que os ajudem a conceber a importância. Quer seja a Ponte D. Manuel, a Mata dos Sete Montes, a Sinagoga ou os Paços do Concelho, a percepção de importância, por parte dos indivíduos, não é necessariamente a mesma quando tomamos em conta as suas percepções.

Por oposição, os casos em que existe um aumento entre estas quantidades (cf. Gráfico 27 - Aumento de Valor de V1-V2), de forma mais gritante, são, para além do Convento e Castelo, a Corredoura, a Estátua de D. Gualdim Pais, o Mouchão, o Café Paraíso, etc. Conversamente, podemos ver estes elementos como tendo um papel central, sendo por isso mais conceptualmente relevantes em termos das interpretações que se podem tecer deles do que uma simples análise de signos nos poderia indicar – e, por essa razão, devem ser tidos em mente como repositórios de significado, especialmente quando se situam fora do domínio do que é considerado património politicamente – como iremos debater já em seguida.

Por último, na relação entre o índice V2 e V3 (cf. Gráfico 21), vemos que a vasta maioria dos elementos sofre uma diminuição, com seis elementos traçando o caminho inverso: o Convento, a Estátua de Gualdim Pais, a Igreja de São João Baptista, o Mouchão, a Praça da República e o Rio Nabão. Tendo em conta que este último índice vai contrastar o valor obtido contra a distribuição geral do sistema (aumentando valores que podem estar deflacionados devido ao número de outras categorias, e diminuindo as que podem estar inflacionadas pelo inverso), podemos interpretar que um aumento significa que o valor dos elementos ocorre é tanto mais significativo no contexto. Serem estes seis elementos não será espantoso, ainda que seja de notar o facto do único aumento de grande porte ser o do Convento de Cristo – o que nos permite afirmar com bastante certeza a tremenda centralidade de tal elemento no próprio sistema cultural.

Gráfico 21 - Aumento de V2-V3 nos casos analisados



### 8.1.2 Condicionantes Socio-Políticas do Património

Partindo das anteriores notas teóricas, e tendo em conta a especificidade territorial com que nos deparámos, procurámos levantar algumas problemáticas que pudessem ter relevância em termos da definição analítica da nossa pesquisa. Para isto procurámos contactar a câmara Municipal, requisitando a sua colaboração no estudo, ao que nos foi indicado que comunicássemos com a chefe de divisão de Turismo e Cultura da cidade, bem como com a técnica responsável pelo Posto de Turismo, de forma a compreender não só o seu entendimento da estruturação do discurso

patrimonial institucional, como também a forma como este discurso é estruturado e a maneira como as políticas de interpretação<sup>6</sup>, promoção, preservação e manutenção dos elementos são organizadas; um inquérito à população numa rua com vista a perceber o que estes consideravam mais relevante enquanto categorias relativas ao património no território. Isto visou dois conjuntos de questões:

- Por um lado, qual a lógica de administração do património presentemente mobilizada, tomando em particular atenção a interpretação, preservação e promoção turística dos elementos, e quais as potenciais linhas de alteração deste estado de coisas;
- Por outro, a proposta de mobilização dos resultados do presente estudo para introduzir soluções de melhoramento deste mesmo sistema.

Procedemos à realização de uma entrevista semi-estruturada com ambas as entrevistadas, seguindo o guião descrito em (Anexo II – Guiões de Entrevista e Procedimentos), que decorreu a 23 de Maio de 2018, no Posto de Turismo de Tomar. O nosso objectivo com isto, na luz das questões que procurámos levantar, eram três: como é priorizado e gerido o sistema patrimonial por parte das entidades públicas, atendendo nomeadamente à existência de múltiplas tutelas e elementos privados inseridos na cidade; quais as temáticas (referentes a categorias) enfatizadas no contexto local; e quais os principais constrangimentos identificados ao usufruto deste sistema por parte dos visitantes e da população local.

Foi-nos notado que do corpo monumental e patrimonial na cidade de Tomar, apenas dois elementos são efectivamente propriedade da câmara – o Museu dos Fósforos e a Casa Memória Lopes Graça – sendo as restantes divididas entre a Direcção Geral do Património Cultural, o Instituto da Conservação da Natureza, a paróquia local, e vários privados. Isto resulta em que a articulação dos conteúdos, a interpretação e a forma de gestão dos elementos contidos obriga continuamente a uma discussão com vários stakeholders. Tal torna-se tanto mais relevante no caso de estruturas como o Convento de Cristo, cuja relevância para o município foi fortemente enfatizada, mas que tendo uma gestão e manutenção diferente não podem ser directamente ministradas em função dos interesses do município.

Em termos concretos de ênfase, apesar de as entrevistadas não notarem por agora a existência de um programa explícito de **city-branding** a nível municipal – implicitamente, a ideia de “Tomar, terra Templária” permanece como um dos atractivos mais fortes do território para turistas e interessados – a cidade tem vindo a participar na rede de cidades templárias a nível nacional, e tem tentado posicionar-se através da sua história medieval junto dos sistemas nacionais de turismo, sem prejuízo das várias outras vertentes nas quais se procura mobilizar os elementos locais: em termos de história moderna, as entrevistadas notaram o corpo de indústria tradicional tomarense, visto como tendo grande relevância em termos da história industrial portuguesa, bem como a importância de outros elementos como a Sinagoga (notada por uma das entrevistadas como possivelmente a segunda atracção turística), pequenas capelas na cidade, ou mesmo o núcleo de arte contemporânea.

No discurso das entrevistadas encontramos assim um certo agnosticismo quanto à forma de representação do património, e uma proximidade grande à concepção objectiva de património: o património é o que é património, e o esforço de manutenção, preservação e interpretação é feito com vista a capturar aquilo que há de natural no contexto. As categorias específicas a representar no contexto aparecem como sendo subordinadas à categoria de interesse turístico e de visita – nesse sentido assumindo o papel de gestão como uma resposta à procura de elementos no contexto. Isto é tornado particularmente problemático porque as ferramentas de monitorização disponíveis são poucas, prendendo-se em grande medida com os constrangimentos que notaremos em baixo.

É de notar que, sendo uma tutela camarária, estes elementos são disponibilizados sem custos para os visitantes, apesar dos custos subjacentes à sua manutenção, preservação e interpretação serem notáveis. Em termos de limitações, a falta de orçamento foi notada como um dos problemas vinculados a isto, devido à falta de recursos humanos para assegurar a abertura e fechamento dos elementos patrimoniais – incorrendo em custos substanciais para um orçamento que não é suficiente para disponibilizar todos os elementos. A isto soma-se a incapacidade de resposta aos pedidos por parte do posto de turismo – independentemente do seu esforço neste sentido – devido à falta de pessoal especializado capaz de responder às



necessidades de turistas. Mais ainda, em termos de interpretação, a dificuldade de providenciar sinalética devido aos custos associados ao desenho do projecto e a sua implementação ao nível do concelho. Somando a isto, a dificuldade de providenciar interpretação em geral reduz-se, por vezes, à dificuldade de sustentar a disponibilização de material informativo em cada local de visita.

As entrevistadas notaram, por isso, a necessidade de soluções práticas orientadas para providenciar apoio aos turistas e visitantes, de forma a maximizar a experiência do local e garantir que os indivíduos se sentem em controlo das suas próprias escolhas nas visitas – criando assim um mediador que disponibiliza informação sobre os locais, aconselha a visitar determinados espaços em função dos interesses dos indivíduos, e que seja flexível de forma a incorporar elementos que, mesmo sem serem identificados como património, podem ter relevância para os visitantes.

#### 8.1.3 Análise de conteúdo da brochura

Tomando uma brochura do Turismo de Tomar como o cerne da nossa análise sobre as categorias, complementando a visão mais burocrática e oficializada de património da DGPC, procedemos a uma análise de conteúdo de uma brochura/livro promocional oferecido pela câmara de Tomar, com o intuito de percebermos como é que o próprio município representa e constitui o património que tem disponível.

A análise de conteúdo procedeu seguindo os elementos mencionados em texto e em fotografia/imagem, tomando particular atenção às temáticas gerais mencionadas no contexto. Desde logo podemos notar que não existe uma ênfase em elementos que estejam fora da nossa análise (exceptuando aqueles que não se encontram abarcados pela delimitação empírica), ainda que sejam considerados elementos que não aparecem dentro da categoria património para os indivíduos: o Açude dos frades, a Capela de santa iria, a Capela de são Lourenço, o Cine-teatro paraíso, a Fábrica de Fiação. Por seu turno, os elementos que aparecem no sistema não figurando na brochura são em muitos casos elementos gerais – a Praça da República, o Mouchão, o Rio, as Ruas Estreitas da baixa – bem como elementos muito específicos e de interesse limitados – uma maçaneta com uma mão, uma casa abandonada. Os casos mais interessantes de elementos mencionados afiguram-se nos cafés, como o Paraíso, e restaurantes como a Casa das

Ratas, bem como associações e instituições de relevo que se prendem intrinsecamente com a cidade e que fazem parte do seu desenvolvimento social e económico: a Nabantina, o Hotel dos Templários ou o Instituto Politécnico de Tomar. A forma como estes elementos são tomados como património não é, de forma alguma, a mesma como uma igreja ou um retábulo o é, mas fazem, ainda assim, parte daquilo que cai sobre a definição conceptual a nível sistémico.

Um caso semelhante se dá ao nível dos interpretantes: aquelas categorias e conceitos que mais aparecem como mobilizáveis no contexto são os que se ancoram em aspectos sociais e económicos da vivência da cidade, como a economia, a cultura local, história política, a gastronomia, a paisagem, a tipicidade, a comunidade (com todos os problemas que tal conceito ancora) ou, simplesmente, a antiguidade dos elementos. Em geral, o que parece aparecer de forma marcante é uma tendência para que os aspectos mais prosaicos e derivados da vivência contínua da cidade sejam enfatizados lado a lado com os elementos de cariz histórico, cultural ou artístico, algo que fará sentido quando pensamos na lógica da “pequena historicização” dos elementos patrimoniais de que Bourdin falava (1996). De forma sucinta, temos cerca de 20% dos interpretantes são partilhados pelo discurso patrimonial institucional, e pelo sistema semiótico, bem como 38% dos elementos – valores que desacreditam uma visão de que o sistema semiótico incorpore directamente o discurso patrimonial, e que seja, por isso, unicamente necessária uma alteração desse discurso para englobar os elementos. Estes valores são, de facto, derivados unicamente da comparação que temos, mas para efeitos de consideração, e na ausência de melhores dados, vamos, por isso, assumir que **o efeito do DPI** é de disseminação de 40% dos elementos e 20% dos interpretantes – ou seja, para cada 10 elementos considerados património, 4 são incorporados pelo sistema, e para cada 10 categorias, 2 são incorporadas pelo sistema. Tal presunção ignora por que razão são aqueles elementos, mas pode servir-nos já de seguida para percebermos como é que se pode desenhar alguma intervenção.

Apesar de esta ser uma comparação frágil e demasiado simplista, parece ir de encontro ao conjunto de questões que temos vindo a apontar nesta parte da dissertação. Por essa razão, fará sentido agora tentarmos repegar nessas questões para tentarmos perceber que tipo de intervenção pode ser concebida para o local.

## 8.2. Questões de Intervenção no Sistema Patrimonial

A partir das notas que temos vindo a traçar, a ideia de uma política patrimonial orientada para satisfazer e adequar o património aos interesses da população, com um eventual intuito posterior de adequar tal estrutura ao que é ambicionado por uma população turística, torna-se mais ou menos claro. Recapitulando:

- Sabemos que existe um discurso patrimonial, ancorado em normas legais e técnicas que definem o que é entendido como património, com uma influência no sistema patrimonial presumível de 40% em elementos e 20% em interpretantes; sabemos, mais ainda, que existe um conjunto substancial de elementos que têm valorização legal-técnica que não aparecem no sistema, e cuja relevância não pode ser aferida socialmente, e, conversamente, um conjunto de elementos com importância social que não podem ser avaliados legal-tecnicamente.
- Sabemos que a estrutura da categoria patrimonial no contexto de Tomar é moderadamente entrópica em termos de elementos e de interpretantes, tendo baixa centralidade de qualquer elemento, e uma densidade semiótica bastante grande;
- Sabemos que de entre as categorias que partilham mais elementos com património, os Templários e a História da Cidade parecem ter particular peso; por seu turno, em termos de interpretantes, a História Nacional e a História da Cidade parecem contribuir mais para associar elementos ao património; nenhuma destas categorias é responsável integralmente pela categoria patrimonial, ainda que todas tenham um papel integrante, pelo que podemos tomar a questão do património como relacionando-se com todas elas;
- Sabemos que a distribuição de património, quanto à estrutura social, não parece ter nenhuma especificidade discernível, pelo que, na ausência de melhores dados, podemos cuidadosamente assumir que o património é transversal em termos de elementos aos vários indivíduos;
- Sabemos que os elementos no sistema patrimonial mais fortemente associados são símbolos, ainda que haja uma relevância desproporcional de ícones em

categorias como os Templários, sendo que podemos presumir que os ícones operam como uma estrutura de redução de entropia e aumento de centralidade reticular;

- Sabemos ainda que a relação de interpretação de informação disponibilizada no local não é, como presumíamos, de diminuição da entropia, mas, pelo contrário, do seu aumento (em cerca de 5%), e que existem múltiplos efeitos consideráveis sobre o sistema semiótico derivados da maneira como os indivíduos locais reagem a serem expostos a informação: retracção, enfatização, entre outros;
- Sabemos que tomando em conta uma lista de pressupostos quanto ao comportamento dos agentes, do ambiente, e dos meios de comunicação inerentes ao sistema, a tendência de evolução será para que a história nacional e a comunidade assumam um papel dominante, e que a História da Cidade e os Templários diminuam a sua importância no contexto, ao mesmo tempo que o número de visitantes se mantém constante, ao longo de 54 anos.
- Sabemos que passando de uma questão de associação para uma noção de valorização sistémica – pressupondo, pois, convergência de associação e valor cultural atribuído – vemos que existe um conjunto de elementos que tem uma diminuição de valor quando se considera o número de interpretações junto com as menções (índice V2), o que pode indicar falta de interpretação<sup>6</sup> precisamente junto destes elementos; semelhantemente, aqueles que sofrem um aumento mais abrupto serão, precisamente, os que valeria a pena considerar como mais centrais em termos de identificação, e que tendem a convergir com aqueles que também se tornam mais centrais quando importamos a distribuição de elementos para o índice (V3).

Temos ainda alguns problemas associados aos índices, vários, que constituímos, derivado de não haver bases estruturais que alicercem se os valores são altos ou baixos, ou se faz sentido querer que esses índices diminuam ou subam. De forma a ultrapassar isto, tomemos com referência o caso da categoria “Comunidade”: esta tem um índice de entropia elevado, baixa co-ocorrência com património, baixa co-interpretação, baixa autonomia, em geral parecendo um domínio conceptual relativamente “vazio”; presumivelmente, se se quiser que exista uma noção de comunidade, isto teria de ser

sujeito a intervenção. No caso, o que nos interessa não seria tanto aumentar a coesão de património, como permitir que a noção já presente de património, que se vincula a questões sociais e económicas relevantes para os indivíduos, que parece não estar presente no DPI, seja trazido para a discussão; nesse sentido, estaremos potencialmente a falar de uma subcategoria de património – um património memorialístico e social, materialmente realizado – que se acrescenta ao património material-histórico que começou por ser a nossa preocupação. Por essa razão, e olhando ao que se verificou no caso da história nacional em termos da alteração de interpretantes quando agrupámos as categorias, será desejável **aumentar a entropia do sistema patrimonial**, que corresponde a fomentar o conjunto de elementos que neste momento têm pouca representação junto do conceito.

De igual forma, adequar o DPA a reconhecer a importância da história da cidade e as suas especificidades, não só ao nível de narrativas enquadradas na história nacional, mas também em termos de micro-narrativas e aspectos relevantes a um nível mais regional e específico, pode servir para fazer jus ao que no sistema aparece como uma presumivelmente forte co-ocorrência entre elementos de Património e História da Cidade, bem como uma relevante heteronomia da História da Cidade face ao sistema patrimonial. Isto por seu turno parece-nos garantir bastante potencial em termos utilitários de decisão, ao aproximar o DPA de uma forma interessante para o turista criativo interessado nas questões sociais relevantes no contexto, e que permite um acesso mais livre e democrático à construção de determinados elementos como património.

Os Templários, enquanto sistema com grande centralidade, baixa entropia, alta clusterização, alta iconização, entre outras propriedades desejáveis conceptualmente para o tipo de sistema que figuram, pode e deve continuar a ser utilizado como uma forma de apoiar a representação da cidade para fora, e como um apoio importante ao património, sem que com isso se perca a representação social dos indivíduos. No entanto, relembremos que, se estes forem tidos como pertencendo à história nacional, deparar-nos-emos com um sistema muito fortemente nacionalista, o que pode ter consequências a nível social, diminuindo a diversidade de narrativas que existem no território – e, por essa razão, a sua utilização faria sentido ser mobilizada mais no sentido

de uma estrutura localizada. Mais ainda, no sentido de moderar a excessiva iconização, prejudicando as narrativas simbólicas que podem figurar como importantes para a população na sua ligação com o território e com o património territorial, pode procurar incluir-se no DPA conjuntos de interpretantes simbólicos quanto à vivência templária, sem com isso negar a mística e esoterismo que permanecem sempre à sua volta.

De igual forma, do ponto de vista de uma gestão que não tenta adequar ao sistema, mas alterar o sistema, **diminuir a centralidade** de elementos como o Convento de Cristo pode servir como forma de garantir uma preocupação mais distribuída com os restantes elementos, garantindo assim um respeito distribuído pelos vários tipos de coisas que são preocupações dos indivíduos, ainda que tal não deva ser tamanhamente forte que perturbe o carácter centralmente valorativo que este tem junto do sistema. É notável que o sistema patrimonial tenha já, à partida, uma centralidade interpretativa e sónica tão baixa, mas tal não deve ofuscar o facto de, consistentemente em termos turísticos, o Convento de Cristo figurar como um elemento de atracção única no contexto. De igual forma, **providenciar formas de sensibilizar os indivíduos para a preservação** dos elementos considerados legal-tecnicamente como relevantes pode garantir que não só os elementos socio-económicos derivados da experiência social do património são incorporados no DPA, mas também que existe um caminho inverso de sensibilização para elementos vistos como menos relevantes, e, por subsequente, com menos adaptabilidade dentro do sistema. Isto será tanto mais relevante nos elementos que antes indicámos como tendo uma diminuição entre os índices V1 e V2, podendo postular-se estes elementos (descritos na pg. 239) como sendo os mais **sensíveis** a intervenções no sistema e a influências externas como as turísticas.

Por último, tomar em conta a evolução dos sistemas socio-conceptuais adjacentes ao património permite-nos entender de forma reforçada a importância de canalizar recursos na representação externa do contexto local, de forma a poder regular como é que indivíduos externos e internos ao contexto, que derivem a sua informação a partir de fontes externas (a internet, nomeadamente) pensam o contexto patrimonial. **Dar maior ênfase à componente narrativa e simbólica dos Templários**, e dar **maior relevância às narrativas locais e à especificidade do local** será, nesse sentido, também

uma potencial prioridade que deve ser tomada em conta para a gestão do contexto patrimonial local.

Todas estas questões parecem encaminhar-nos para um conjunto de intervenções junto do DPA, ou seja, através da interpretação, especificamente para a introdução de narrativas locais como uma alternativa à interpretação tradicional, com vista a atrair agentes do turismo criativo (Duxbury et al., n.d.; OECD, 2014; Richards & Lénia, 2012); mas como notámos, a interpretação é notavelmente instável, e não podemos garantir que, ao construir qualquer sistema de interpretação, este não tenha efeitos sobre o sistema imprevisíveis. Mesmo modelações de um grau de detalhe incrível não podem prever esse tipo de situações, pela simples razão de que tais eventos imprevisíveis – *black swans* – são inevitáveis dado tempo suficiente (Taleb, 2007). Mais ainda, relembremo-nos de que o conjunto de restrições inerentes ao contexto local faz com que quaisquer mediações tomadas como formas de acção política directa, implicam custos económicos elevados, o que se nota na inexistência de um sistema de interpretação e sinalética no contexto. Qualquer solução que procure otimizar estas questões terá por essa razão de ser muito mais flexível do que presumido até aqui, e terá de incorporar a complexidade de gerir todos estes pequenos elementos ao mesmo tempo que procura monitorizar e otimizar as tendências inerentes ao sistema patrimonial. Mais ainda, tal solução será sempre idealmente uma solução **local**, dado que emerge das restrições, dos dados e das questões que o local carrega consigo.

### 8.3. Criação de Soluções Locais: APP para optimização de roteiros turísticos

Aqui chegados podemos, pois, notar que em termos de intervenção o problema central com o qual nos deparamos é um problema de **mediação**. Mais ainda, tomamos em conta os constrangimentos apontados na entrevista que tivemos com a Câmara, que nos identificou a dificuldade de estender muito mais as suas práticas de gestão e interpretação. Idealmente, teríamos, por isso, algo que operasse de forma relativamente autónoma da estrutura organizativa do poder público, e que pudesse contar com participação democrática.

A solução proposta e discutida com a Câmara Municipal de Tomar foi a construção de uma APP que mapeasse e agisse como mediador no local. Isto visou adereçar estes pontos ao identificar como um dos principais constrangimentos em Tomar notados pelos stakeholders – a falta de informação interpretativa disponível no contexto local – de uma forma que simultaneamente permitisse aceder a roteiros de circulação, informação sobre os locais, e que os agentes no sistema (quer internos, quer externos, i.e turistas) pudessem contribuir as suas representações do contexto. A primeira fase deste projecto foi desenvolvida sob a coordenação de Célio Marques, do Instituto Politécnico de Tomar, com a planificação e idealização deste tipo de questões apresentadas na conferência profissional e académica de Córdoba. Foi desenvolvida, no contexto desta dissertação, uma segunda fase que visava o desenvolvimento concreto de uma aplicação por parte do IPT e a sua distribuição no contexto patrimonial, com fases posteriores planeadas para desenvolvimento em 2019 e 2020. Olhemos um pouco mais minuciosamente para a implementação:

#### 8.3.1 Primeira Fase de Implementação: Interpretação Auxiliada

A primeira fase, desenvolvida por Célio Marques, e anterior à colaboração com os autores desta tese, visou promover a acessibilidade da informação turística, criando um conjunto de QR Codes e narrativas auditivas, com o intuito de expandir o tipo de informação disponível – ao criar uma plataforma para onde os conteúdos poderiam ser carregados, de forma simples – bem como georreferenciando estes dados e tornando-os disponíveis para visitantes. O racional, identificado estruturalmente no local, é que para muitos dos turistas, visitantes e habitantes da cidade, muitos dos monumentos apareciam descontextualizados, não tendo interpretação que os ancorasse à História da cidade, da Nação, dos Templários, ou a outra tal categoria.





*Ilustração 16 - QR Code da Sinagoga de Tomar*

O desenvolvimento do projecto, no entanto, mostrou que tal passo não seria suficiente, dado que continuavam a existir problemas em identificar os monumentos *ex ante*, bem como dificuldades de articulação em termos de carregamento de dados para a plataforma. Quando aproximámos o projecto com estas questões entendeu-se, por isso, a necessidade de alargar o escopo de intervenção tecnológica, tendo em conta a matriz de objectivos em questão, partilhada com este projecto.

### 8.3.2 Seguintes Fases de Implementação

A ideia da aplicação é ser de uso fácil e acessível, descarregável na cidade, e baseada em três eixos estruturais numa visita: a deslocação no espaço, o tempo de visita e os aspectos desejados pelos turistas. Visa-se, portanto, construir uma forma de guiar os turistas, formando uma espécie de roteiro temático e constrangido pelos tempos disponíveis para visitar, bem como providenciar-lhes com informação específica sobre os espaços que visitam. Ao servir de intermediário temático para a distribuição de interpretação, bem como ao mesmo tempo permitindo o manuseamento mais flexível de informação, quanto à segunda fase de implementação, esta tem o foco em desenvolver o modelo específico de funcionamento da aplicação, testar a fiabilidade dos algoritmos, etc.

O funcionamento da aplicação seria, pois, o seguinte: no início da visita um turista seleccionaria uma ou mais temáticas que lhe interessariam (um conjunto de categorias interpretativas), e quanto tempo tem para visitar o contexto; a aplicação tratará, então, de gerar um percurso que adequasse o tempo e optimizasse os elementos que o indivíduo queria visitar, dando-lhe a escolha de descartar alguns, e

sucessivamente gerando novos mapas. O indivíduo seria conduzido consoante os seus interesses, podendo a qualquer momento alterar os parâmetros da visita. Ao chegar aos contextos, a aplicação teria um conjunto de informações indexadas a determinadas temáticas, que os indivíduos poderiam explorar; consoante a exploração que o indivíduo faz no contexto – se mais superficial ou mais funda, se de acordo com a categoria que tinha seleccionado originalmente ou mais próximo de outra que não mencionou – a aplicação continuaria a actualizar as sugestões que fazia para o roteiro do indivíduo. Desta forma a visita seria continuamente personalizada e tornada o mais relevante possível, trabalhando essencialmente para maximizar PAX5.

Esta fase encontra-se presentemente em fase de testes alfa, não estando suficientemente desenvolvida para aplicação no contexto, mas contamos que esteja pronta para implementação pelo final de 2018.

A terceira fase de implementação, no entanto, será de longe a que mais nos interessará: aqui procurámos introduzir a possibilidade da população local contribuir com as suas próprias representações e ideias para aquilo que considera património, junto com os turistas, criando uma plataforma que permite aos turistas ser mediados por agentes locais nas suas visitas e tomadas de decisões quanto a vários aspectos. Tal teria a vantagem de tornar a gestão do património um esforço colectivo, que poderia na mesma ser mediada por especialistas, e ter garantias de qualidade.

A introdução de uma tal forma alternativa de mediação tem por isso menos custos para o município, ao mesmo tempo que cria simultaneamente um observatório da evolução do sistema cultural (colmatando porventura algumas das limitações do presente estudo para futuras incursões), e o de servir como uma forma de dar poder aos agentes locais para determinarem o que consideram relevante como património – quer seja um café, um pormenor numa casa, ou uma paisagem. Aqui procura-se activamente maximizar PAX6, de forma a que haja convergência entre o sistema patrimonial e a sua versão institucional – algo que, por seu turno, tem implicações potenciais quando pensamos nas novas formas de turismo criativo que têm vindo a surgir, e no ênfase dado aqui na colaboração e cooperação com as populações locais.

Por fim, uma quarta fase está presentemente a ser planeada, com o intuito duplo de utilizar algoritmos de *machine learning* para ir ainda mais ao encontro da procura dos

visitantes, e de possibilitar a experiência do contexto através de ferramentas de gamificação: essencialmente, tornar a visita do património cultural em algo envolvente e interactivo, com sistemas de recompensa, objectivos e ansejos, algo que tem sido identificado na literatura relevante como uma ferramenta de potenciação de activos locais, ao criar uma identidade distinta e específica para o sistema. Aqui é também possível tornar a experiência turística mais participativa, junto de agentes locais que encontrem disponibilidade, de forma a aprofundar ainda mais as questões de participação no turismo.

Não sendo possível prever, desde já, os impactos deste tipo de ferramentas no funcionamento do turismo, é, no entanto, de notar que mais do que ferramentas práticas, estas produzem uma riqueza de informação muito notável. A partir dos dados recolhidos da aplicação torna-se possível analisar o funcionamento do sistema patrimonial nos termos que aqui o discutimos, bem como tentar aproximar os índices que estudámos no contexto: entropia, iconização, indexicalização e simbolização, valor cultural, etc, de tal forma que estes sejam otimizados em linha com os desejos e ambições político-sociais relevantes. As questões levantadas anteriormente em termos de dados produzidos para interpolação pelos modelos formais como de ABM, tornam-se, pois, mais acessíveis e mais intuitivos – ainda que menos fiéis, pelo menos numa fase inicial – do que utilizando métodos tradicionais de pesquisa como os que empregámos aqui. Essencialmente, teremos, desta forma, um observatório de pesquisa no desenvolvimento de um sistema cultural, que nos pode providenciar inúmeros dados longitudinais, não só de cariz sintáctico-técnico (número de visitas, tempos de visita, elementos visitados), mas também de aspectos semióticos (tipo de interpretantes utilizados, formas de acesso aos elementos, distribuição de valorizações). Em súmula, cremos que este tipo de soluções pode assim trazer vantagens substanciais, não apenas a nível político-prático, como também sistémico-científico.

## 9. Notas conclusivas

Começámos esta inquirição com um problema – como é que podemos pensar o património enquanto conceito operacional nos estudos urbanos – e fomos levados, sucessivamente, para um campo mais abstracto, do património para a cultura, da cultura para a semiótica, a agência e a formação grupal, e daí para como construir uma formulação sistémica de cultura que possa transactar com os estudos urbanos de forma produtiva.

O argumento central inerente a todas estas questões foi que a parte interpretativa deste tipo de sistemas constitui um elemento fulcral para podermos compreender as componentes de acção desses sistemas (comunicações, conhecimentos e produções) partindo da premissa básica do interaccionismo simbólico: que os indivíduos agem em função do significado que atribuem às coisas. Compreender os significados que os indivíduos atribuem a elementos como um tal sistema permite-nos, por essa razão, objectificar e analisar minuciosamente as influências existentes entre os sistemas económicos, culturais e sociais, e perceber como é que determinados fenómenos emergem dessas interpretações e das acções que lhes estão subjacentes. Todas estas questões meta-teóricas aparecem alicerçadas a duas problemáticas gerais e contraditórias aos estudos urbanos: a crescente e cada vez mais relevante valorização da cultura como um aspecto necessário para a gestão da urbanidade; e a dificuldade de formulação e formalização de uma noção de cultura consistente, transversalmente, aos vários campos de análise – antropologia, sociologia, economia, geografia ou arquitectura.

O caminho que nos propusemos vai, nesse sentido, beber à teoria de sistemas, bem como a inúmeros teóricos, especialmente da sociologia, para propor uma visão fortemente estruturo-relacional da cultura, abrindo portas para a convergência de vários tipos de análise: análises espaciais, dinâmicas baseadas em agentes, análises semiótico-visuais, entre tantas outras possibilidades que conservam em todas as instâncias a relevância de uma ontologia analítica comum. O objectivo de tudo isto, no entanto, não se limita ao património, mas sim em mostrar o potencial que existe para se tratar de uma forma analiticamente consistente questões que têm permanecido num domínio discursivo e argumentativo, de tal forma que questões que se encontram na

intersecção dos sistemas – o turismo, a gentrificação ou a apropriação cultural – possam ser analisados, compreendidos e geridos de uma forma mais concreta. Nesse sentido, procurámos introduzir um vocabulário e um conjunto de medidas analíticas – autonomia e heteronomia, co-ocorrência, iconização, adaptabilidade, entropia, centralidade, *clustering*, disseminação no estado de fase, entre outras – que visam ajudar no sentido de tornar conceitos, como os mencionados, passíveis de tratamento comum, não só em termos académicos, mas a nível político-social.

No curso destes trabalhos assumimos, por isso, que o património partilha desta forma da estrutura dos sistemas culturais, tentando mostrar como é que os elementos inerentes a este sistema socio-conceptual existem e se relacionam com um conjunto variado de categorias – conceitos que aparecem associados ao património, e que, simultaneamente, possuem uma semântica que nos permite interpretar o que significa que tais categorias determinem o património ou se relacionam intensamente com eles. Menos atenção foi dada, precisamente, a essas influências que os sistemas culturais, por seu turno, podem ter na formação de determinados fenómenos como a gentrificação, a ocupação de casas, clusterização de actividades económicas, ou outros fenómenos derivados de um cruzamento de estruturas socio-conceptuais com outros sistemas, dada a extensão de tal tarefa e os limites associados à presente dissertação.

Alguns pontos teóricos que podemos salientar acerca do património:

- A constituição do património é multi-categorial – não faz sentido presumir que o nacionalismo, o comunitarismo, ou outra forma de patrimonialização é, *a priori*, responsável por um contexto, e investigações a tais categorias devem, por isso, considerar os limites de definir a ontologia de património dessa forma, sob peso de enviesar a análise;
- Certos sistemas conceptuais têm substancialmente mais concentração de respostas em termos de elementos e interpretantes que outros, algo que parece ter relação com a disseminação desses elementos e interpretantes no discurso patrimonial institucional; sistemas socio-conceptuais como a comunidade são particularmente instáveis;
- Os signos patrimoniais têm diferentes estruturas semióticas: podem ser icónicos, quando denotam exclusivamente aspectos formais, indexicais quando denotam

algum facto existencial face à categoria/*objekt*, e simbólicos quando se vinculam a uma dada narrativa interna ou externa.

- A interpretação<sup>G</sup> leva ao aumento da iconização nas redes semióticas;
- Há múltiplos efeitos possíveis para a interpretação<sup>G</sup>, não sendo à partida possível esperar que haja um único efeito unívoco de aumento ou diminuição da entropia, centralidade ou clustering
- A dinâmica de significação constitui um campo muito complexo, ainda que tratável, dos processos de patrimonialização, e o seu estudo pode permitir analisar de que forma certas tendências causadas por intervenção política, intervenção económica desregulada, ou simples descuido, podem alterar substancialmente a forma como os indivíduos valorizam o património.

De um outro ponto de vista, a formalização destas estruturas pode ainda servir como ferramenta para que se mobilize essas estruturas socio-conceptuais nas políticas públicas: essencialmente, em vez de demonstrar que as estruturas socio-conceptuais afectam as decisões de representação, podemos dizer que elas *devem* ter esse efeito. Ao armarmo-nos com um tal compromisso de representação, as questões do património tornam-se, nesse sentido, questões de gestão pública: se devemos representar o que as pessoas representam, deve ser possível analisar qual o impacto que dadas intervenções terão na forma como as pessoas representam. O racional do princípio axiológico é indutivo e garante a conservação do sistema cultural, mobilizando argumentos utilitários provenientes do turismo e da comodificação dos territórios, e argumentos deontológicos acerca da homologia entre o sistema como é representado pelo grupo local (a “população”), e o sistema como é cristalizado e mobilizado pelo poder político (“o discurso patrimonial institucional”).

Questões mais práticas sobre as acções face ao património – quais as acções que os indivíduos tomam em função da sua representação do sistema socio-conceptual – são substancialmente mais difíceis de aferir, mas podem, ainda assim, ser matéria de questionamento. Acções como a comunicação – o que é que se selecciona discutir – implicam, na lógica de Hewison, que se determinadas categorias, como o património histórico, dominarem a concepção de cultura dos indivíduos, então existirá maior tendência para conceber a cultura como um todo acabado, cristalizado e sereno,

fechado; a produção de novos elementos para a cultura do local pode igualmente ser dependente das representações locais, dado que a maneira como estes elementos são recebidos pode levar a situações de asemiose, ou de categorização exógena: como o elemento é muito diferente da representação social geral, não é recebido como parte do contexto e não ganha reconhecimento ou legitimidade.

De forma sumária, esperamos poder continuar a desenvolver as temáticas inerentes à sistémica da cultura e do património em futuros trabalhos, e que estas notas possam servir como um contributo para o desenvolvimento de tais áreas de estudo dentro dos estudos urbanos, tendo em conta a crescente importância de considerar questões culturais na gestão cidadina. Focando-nos especialmente nas potencialidades de modelação e simulação deste tipo de contextos, parece-nos que o potencial de formalização deste tipo de questões – desde que tratadas com notável cuidado e preocupação – pode abrir novas fronteiras à análise e intervenção social em contextos citadinos.

## Bibliografia

- Aiken, M., Newton, K., Friedland, R., & Martinotti, G. (1987). Urban Systems Theory and Urban Policy: A Four-Nation Comparison. *British Journal of Political Science*, 17(3), 341–358.
- Akcay, E., & Roughgarden, J. (2011). The evolution of payoff matrices: providing incentives to cooperate. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 278(1715), 2198–2206. <https://doi.org/10.1098/rspb.2010.2105>
- Alexander, J. C. (2004). *The Meanings of Social Life*. New York: Oxford.
- Alexander, J. C., & Smith, P. (2010). The Strong Program: Origins, achievements, prospects. In J. Hall, L. Grindstaff, & M.-C. Lo (Eds.), *Handbook of Cultural Sociology*. London & New York: Routledge.
- Allais, M. (1953). Le Comportement de l'Homme Rationnel devant le Risque: Critique des Postulats et Axiomes de l'Ecole Americaine. *Econometrica*, 21(4), 503. <https://doi.org/10.2307/1907921>
- Almeida, A. S. F. (2012). *Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal: Dois Casos de Estudo em S.Jorge e Pombal*. Universidade de Coimbra.
- Almeida, R. N. (2017). Dark Areas: Preliminary Elements for a Sociology of Illumination. In M. Smagacz-Poziemska, K. Frysztański, & A. Bukowski (Eds.), *Re-Imagining the City: Municipality and Urbanity Today from a Sociological Perspective* (pp. 73–89). Krakow: Jagiellonian University Press.
- Almeida, R. N. (2018). Cities, Systems and Structures: an ontological approach to urban studies. *Cidades, Comunidades e Territórios*.
- Althusser, L. (1978). *Essays in Self-Criticism*. New York: Verso.
- Andersen, N. Å. (2009). Second-order Observation. In *Power at Play: The Relationships between Play, Work and Governance* (pp. 12–18). London: Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1057/9780230239296\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230239296_2)
- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origins of Nationalism*. London: Verso.
- Anscombe, G. E. M. (2000). *Intention*. New York: Harvard University Press.
- Appadurai, A. (1986). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Archer, M. (1988). *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Archer, M. (1995). *Realist social theory: the morphogenetic approach*. New York: Cambridge University Press.
- Arrow, K. J. (2001). Uncertainty and The Welfare Economics of Medical Care. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, 26(5), 851–883. <https://doi.org/10.1215/03616878-26-5-851>
- Asch, S. E. (1940). Studies in the Principles of Judgments and Attitudes: II. Determination of Judgments by Group and by Ego Standards. *The Journal of Social Psychology*, 12(2), 433–465. <https://doi.org/10.1080/00224545.1940.9921487>



- Atkin, A. (2013). Peirce's Theory of Signs. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2013 Edition)*. Retrieved from <https://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/peirce-semiotics/>
- Auletta, G. (2016). CRITICAL EXAMINATION OF PEIRCE'S THEORY OF CATEGORIES. *SCIO. Revista de Filosofía*, 12, 23–49.
- Bailey, K. D. (1990). Social Entropy Theory: An overview. *Systems Practice*, 3(4), 365–382. <https://doi.org/10.1007/BF01063441>
- Bailey, K. D. (1994). Talcott parsons, social entropy theory, and living systems theory. *Behavioral Science*, 39(1), 25–45. <https://doi.org/10.1002/bs.3830390103>
- Barile, S., & Saviano, M. (2015). From the Management of Cultural Heritage to the Governance of the Cultural Heritage System. In G. M. Golinelli (Ed.), *Cultural Heritage and Value Creation: Towards New Pathways* (pp. 71–104). Rome: Springer.
- Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Paris: Editions du Seuil.
- Bashkar, R. A. (1975). *A Realist Theory of Science*. London: Verso.
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and Simulation*. Michigan: University of Michigan Press.
- Becker, G. (1976). *An Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Becker, H. S. (1976). Art world and social types. *American Behavioral Scientist*, 19(6), 703–718.
- Beebe, H. (2000). The Non-Governing Conception of Laws of Nature. *Philosophy and Phenomenological Research*, 61(3), 571. <https://doi.org/10.2307/2653613>
- Beiser, F. C. (2011). *The German Historicist Tradition*. Oxford & New York: Oxford University Press.
- Benedict, R. (1934). *Patterns of Culture*. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt.
- Bennett, J. (2010). *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham and London: Duke University Press.
- Bianchini, F. (1999). Cultural Planning for Urban Sustainability. In L. Nystrom (Ed.), *City and Culture: Cultural Processes and Urban Sustainability*. Kalmar: The Swedish Urban Environment Council.
- Blake, J. (2000). On Defining the Cultural Heritage. *International and Comparative Law Quarterly*, 49(01), 61–85. <https://doi.org/10.1017/S002058930006396X>
- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. New Jersey: University of California Press.
- Boavida-Portugal, I., Ferreira, C. C., & Rocha, J. (2014). Where to vacation? An agent-based approach to modelling tourist decision-making process. *Current Issues in Tourism*, 0(0), 1–18. <https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1041880>
- Bohnet, I. (2009). Experiments. In P. Hedström & P. Bearman (Eds.), *The Oxford Handbook of Analytical Sociology* (pp. 639–665). Oxford & New York: Oxford University Press.
- Bormann, E. G., Craan, J. F., & Shields, D. C. (1994). In Defense of Symbolic Convergence Theory: A Look at The Theory and Its Criticisms After Two Decades. *Communication Theory*, 4(4), 259–294. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1994.tb00093.x>

- Boujdad Mkadem, A., Zakriti, A., & Nieuwenhuysen, P. (2018). Pay or preserve: a new approach to valuing cultural heritage. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 8(1), 2–16. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-11-2014-0040>
- Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Geneve: Libraire Droz.
- Bourdieu, P. (1984a). *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1984b). Le champ littéraire. Préambles critiques et principes de méthode. In *Lendemains.*, 36.
- Bourdieu, P. (1986). Forms of Capital. In *Handbook of Theory and Research for Sociology of Education* (pp. 241–258). New York: Greenwood.
- Bourdieu, P. (1990). *The Logic of Practice*. Redwood City: Stanford University Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1990). *Reproduction in Education*. London: Society and Culture, Sage Publications.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An invitation to reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bourdin, A. (1996). Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain ? Professionnels et citoyens face aux témoins du passé. *Les Annales de La Recherche Urbaine*, 72(1), 6–13. <https://doi.org/10.3406/aru.1996.1975>
- Bourdin, A. (2005). TURISMO PATRIMONIAL, CIDADE E CIVILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS. *Fórum Sociológico*, 13/14, 13–29.
- Brake, M. (1980). *The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures: Sex and Drugs and Rock "n" Roll*. London: Routledge.
- Braudel, F. (1992). *The Perspective of the World: Civilization and Capitalism 15Th-18th Century*, Vol. 3. Oakland, California: University of California Press.
- Brettell, C. B. (2000). Urban History, Urban Anthropology, and the Study of Migrants in Cities. *City and Society*, 12(2), 129–138. <https://doi.org/10.1525/city.2000.12.2.129>
- Brewer, M. B. (1991). The Social Self: On Being the Same and Different at the Same Time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17(5), 475–482. <https://doi.org/10.1177/0146167291175001>
- Brier, S. (2008). *Cybersemiotics: Why information is not enough*.
- Bruch, E., & Atwell, J. (2015). Agent-Based Models in Empirical Social Research. *Sociological Methods & Research*, 44(2), 186–221. <https://doi.org/10.1177/0049124113506405>
- Butler, T., & Lees, L. (2006). Super-gentrification in Barnsbury, London: globalization and gentrifying global elites at the neighbourhood level. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31, 467–487.
- Byrne, D. (1998). *Complexity Theory and the Social Sciences*. London & New York: Routledge.
- Campos, R. (2012). A cultura visual e o olhar antropológico. *Visualidades*, 10(1), 17–37.
- Carr, E. H. (2002). *What is History?* (Revised Ed). Palgrave MacMillan.
- Castells, M. (1983). *The City and the Grassroots: a Cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley: University of California Press.

- Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Catt, I. (2006). Pierre Bourdieu's Semiotic Legacy - A Theory of Communicative Agency. *The American Journal of Semiotics*, 22(4), 31–54.
- Choay, F. (2001). *The Invention of the Historic Monument*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Christaller, W. (1966). *The Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Clarke, D. (1997). Consumption and the City, Modern and Postmodern. *International Journal of Urban and Regional Research*, 21(2), 218–237.
- Clarke, D. (2010). The Seduction of Space. In *Consuming Space Placing Consumption in Perspective* (pp. 57–80). Goodman, Michael K. and Goodman, David and Redcliff, Michael. (: Ashgate e-book.
- Cohen, H., & Lefebvre, C. (2005). *Handbook of Categorization in Cognitive Science*. Amsterdam: Elsevier.
- Collingwood, R. G. (1956). *The Ideas of History*. Oxford: Oxford University Press.
- Costa, P., Oliveira, A., Magalhães, A., Sousa, F. A. de, Teixeira, G., Guerra, P., & Moreira, T. (2017). *Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017*. Lisboa.
- Costa, P., Vasconcelos, B., & Sugahara, G. (2011). Urban Milieu and the genesis of creativity in cultural activities: An introductory framework for the analysis of urban creative dynamics. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 3–21.
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative Enquiry and Research Design: Choosing among Five Traditions*. London: Sage.
- Crooke, E. (2010). The politics of community heritage: motivations, authority and control. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1–2), 16–29.  
<https://doi.org/10.1080/13527250903441705>
- Crossley, N. (2001). The Phenomenological Habitus and Its Construction. *Theory and Society*, 30(1), 81–120. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/658063>
- Crossley, N. (2015). Relational sociology and culture: a preliminary framework. *International Review of Sociology*, 25(1), 65–85. <https://doi.org/10.1080/03906701.2014.997965>
- Cuadrado Roura, J. (1995). Planteamientos y teorías dominantes sobre el crecimiento regional en Europa en las cuatro últimas décadas. *Revista EURE.*, 21(63), 5–32.
- David, N., Sichman, J. S., & Coelho, H. (2005). The logic of the method of agent-based simulation in the social sciences: Empirical and intentional adequacy of computer programs. *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, 8.
- Davidson, D. (1963). Actions, Reasons and Causes. *The Journal of Philosophy*, 60(23), 685–700.
- Dawkins, R. (1976). *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press.
- Dawson, M. (2010). Bauman, Beck, Giddens and our understanding of politics in late modernity. *Journal of Power*, 3(2), 189–207.  
<https://doi.org/10.1080/17540291.2010.493698>
- Deleuze, G. (1994). *Difference and Repetition*. New York: Columbia University Press.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *Mille Plateaux*. Paris: Editions Minuit.
- Dennett, D. (2017). *From Bacteria to Bach and Back: The Evolution of Minds*. New York: WW. Norton.
- Derrida, J. (1997). *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- DG. Decreto n.º 35 532 de 15 de Março de 1946 (1946). Portugal.
- Dicks, B. (2017). The Habitus of Heritage: a Discussion of Bourdieu's Ideas for Visitor Studies in Heritage and Museums. *Museum and Society*, 14(1), 52–64. Retrieved from <https://journals.le.ac.uk/ojs1/index.php/mas/article/view/625>
- DiMaggio, P. (1977). Market Structure, the Creative Process, and Popular Culture: Toward an Organizational Reinterpretation of Mass-Culture Theory. *The Journal of Popular Culture*, 11(2), 436–452.
- DiMaggio, P. (1987). Classification in Art. *American Sociological Review*, 52(4), 440–455.
- DiMaggio, P. (1997). Culture and Cognition. *Annual Review of Sociology*, 23, 263–287.
- DiMaggio, P. (2011). *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. (J. Scott & P. Carrington J., Eds.). London and New York and Delhi: Sage Publications.
- Doreian, P., Batagelj, V., & Ferligoj, A. (2004). Generalized blockmodeling of two-mode network data. *Social Networks*, 26(1), 29–53. <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2004.01.002>
- DOT. Regulamento do PDM (2009). Portugal.
- Du Cros, H. (2001). A new model to assist in planning for sustainable cultural heritage tourism. *International Journal of Tourism Research*, 3(2), 165–170.
- Du Cros, H., & McKercher, B. (2015). *Cultural Tourism*. (2nd ed.). New York: Routledge.
- Durkheim, E. (1997). *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press.
- Duxbury, N., Silva, S., & Castro, T. V. de. (n.d.). Creative tourism development in small cities and rural areas in Portugal: Insights from start-up activities. In *Creating and Managing Experiences in Cultural Tourism*. Singapore: World Scientific Publishing. Retrieved from [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79348/1/Creative tourism development in small cities and rural areas in Portugal.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79348/1/Creative%20tourism%20development%20in%20small%20cities%20and%20rural%20areas%20in%20Portugal.pdf)
- Ellsberg, D. (1961). Risk, Ambiguity, and the Savage Axioms. *The Quarterly Journal of Economics*, 75(4), 643. <https://doi.org/10.2307/1884324>
- Elster, J. (1989). *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is Agency? *The American Journal of Sociology*, 103(4), 962–1023.
- Enquist, M., Ghirlanda, S., & Eriksson, K. (2011). Modelling the evolution and diversity of cumulative culture. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 366(1563), 412–423. <https://doi.org/10.1098/rstb.2010.0132>
- Epstein, J., & Atxell, R. (1996). *Growing artificial societies: social science from the bottom up*. Washington: Brookings Institution Press.
- Erdős, P., & Rényi, A. (1959). On Random Graphs I. *Publicationes Mathematicae (Debrecen)*, 6,

290–297.

- Fainstein, S. (2016). Spatial Justice and Planning. in Fainstein, Susan and Defilippis, James. (2016). In *Readings in Planning Theory*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Festinger, L. (1962). Cognitive Dissonance. *Scientific American*, 207(4), 93–106.  
<https://doi.org/10.1038/scientificamerican1062-93>
- Finetti, B. De. (1974). *Theory of Probability*. New York: John Wiley & Sons.
- Fischer-Kowalski, M., & Hüttler, W. (1999). Society's Metabolism: The Intellectual History of Materials Flow Analysis, Part II, 1970-1998. *Journal of Industrial Ecology*, 2(4), 107–136.
- Florida, R. (2003). *Cities and the Creative Class*. New Jersey: Blackwell Publishing.
- Foucault, M. (1969). *The Archaeology of Knowledge*. Sheridan Smith. London and New York: Routledge.
- Foucault, M. (2004). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977–1978*. Basingstoke: Palgrave.
- Fox, R. (1977). *Urban Anthropology: Cities in Their Cultural Settings*. Durham: Duke University Press.
- Freestone, R. (1993). Heritage, urban planning, and the postmodern city. *Australian Geographer*, 24(1), 17–24. <https://doi.org/10.1080/00049189308703074>
- Freire, J. R. (2011). Branding Lisbon --- Defining the Scope of the City Brand. In K. Dinnie (Ed.), *City Branding: Theory and Cases* (pp. 169–174). London: Palgrave Macmillan UK.  
[https://doi.org/10.1057/9780230294790\\_22](https://doi.org/10.1057/9780230294790_22)
- Frey, B. (1997). *Not Just for the Money: An Economic Theory of Personal Motivation*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Friedmann, J. (2000). The good city: in defense of utopian thinking. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(2), 460–472.
- Frigg, R., Berkovitz, J., & Kronz, F. (2016). The Ergodic Hierarchy. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 201). Retrieved from  
<https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/ergodic-hierarchy/>
- Fuyama, M., & Saigo, H. (2018). Meanings, Metaphors, and Morphisms: Theory of Indeterminate Natural Transformation (TINT). Retrieved from  
<http://arxiv.org/abs/1801.10542>
- Garnett, N. S. (2011). Managing the Urban Commons - New Dimensions in Property Theory. In *2011 University of Pennsylvania Law Review Symposium*. University of Pennsylvania.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books.
- Gentry, K. (2013). History, heritage and localism. *Policy Studies*, 34(5–6), 508–522.  
<https://doi.org/10.1080/01442872.2013.864083>
- Gibson, J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. London & New York: Psychology Press, Routledge.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge, M.A.: Polity Press.
- Gilbert, N. (2008). *Agent-based models*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage

Publications.

- Gilbert, N., & Troitzsch, K. (2005). *Simulation for the Social Scientist*. Maidenhead: Open University Press.
- Glaser, B. (1992). *Basics of grounded theory analysis*. Mill Valley, California: Sociology Press.
- Goffman, E. (1959). *The Presentation of the Self in Everyday Life*. London: Penguin Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. London: Harper and Row.
- Goh, S., Choi, M. Y., Lee, K., & Kim, K. (2016). How complexity emerges in urban systems: Theory of urban morphology. *Physical Review E*, 93(5), 052309.  
<https://doi.org/10.1103/PhysRevE.93.052309>
- Goldthorpe, J. H. (2007). "Cultural Capital": Some Critical Observations. *Sociologica*, 2, 1–23.
- Gottdiener, M. (1995). *Postmodern semiotics : material culture and the forms of postmodern life*. Oxford & Cambridge: Blackwell.
- Greene, M. R., & Fei-Fei, L. (2014). Visual categorization is automatic and obligatory: Evidence from Stroop-like paradigm. *Journal of Vision*, 14(1), 14–14.  
<https://doi.org/10.1167/14.1.14>
- Guerra, P. (2013). *A instável leveza do rock*. Porto: Edições Afrontamento.
- Guia, A. (2008). *A Valoração Económica de Bens Culturais: Uma Aplicação a Monumentos da Cidade de Tomar*.
- Gvoždiak, V. (2012). John Searle's Theory of Sign. *Organon F*, 19, 148–160.
- Habermas, J. (1984). *Theory of Communicative Action*. Boston: Mass: Beacon Press.
- Habermas, J. (1988). *The Logic of The Social Sciences*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Hacker, P. M. S. (2005). Thought and Action: A Tribute to Stuart Hampshire. *Philosophy*, 80(02).  
<https://doi.org/10.1017/S0031819105000227>
- Hájek, P., & Haniková, Z. (2003). A Development of Set Theory in Fuzzy Logic. In M. Fitting & E. Orłowska (Eds.), *Beyond Two: Theory and Applications of Multiple-Valued Logic* (pp. 273–285). Heidelberg: Physica-Verlag HD. [https://doi.org/10.1007/978-3-7908-1769-0\\_12](https://doi.org/10.1007/978-3-7908-1769-0_12)
- Halbwachs, M. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hall, E. T. (1966). *The Hidden Dimension*. New York: Anchor Books.
- Hall, S. (1973). *Encoding and Decoding in the Television Discourse*. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Harman, G. (2002). *Tool-Being: Heidegger and the Metaphysics of Objects*. Chicago and Sa lalle: Open Court.
- Harman, G. (2007). On Vicarious Causation. *Collapse*, 1, 171–205.
- Harrison, R. (1994). *Manual of Heritage Management*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Harrison, R. (2015). Heritage and Globalization. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 297–312). New York: Palgrave MacMillan.

- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, M.A.: Blackwell.
- Harvey, D. C. (2001). Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319–338. <https://doi.org/10.1080/13581650120105534>
- Hasselblatt, B., & Katok, A. (2003). *A First Course in Dynamics: With a Panorama of Recent Developments*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Hebdige, D. (1979). *Subculture - The Meaning of Style*. London: Routledge.
- Hedström, P., & Bearman, P. (2009). *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- Heidegger, M. (1962). *Being and Time*. London: SCM Press.
- Henrich, J., Boyd, R., & Richerson, P. J. (2008). Five Misunderstandings About Cultural Evolution. *Human Nature*, 19(2), 119–137. <https://doi.org/10.1007/s12110-008-9037-1>
- Hewison, R. (1987). *The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline*. London: Methuen.
- Hillier, B., & Juliette, H. (1984). *The Social Logic of Space*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Husserl, E. (1982). *Cartesian Meditations: An introduction to phenomenology*. London: Martinus Nijhoff Publishers.
- Hutter, M., & Throsby, D. (Eds.). (2011). *Beyond Price: Value in Culture, Economics, and the Arts*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Jameson, F. (1991). *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press.
- Jarvis, D., Berkeley, N., & Lambie, H. (2009). Creative industries and urban regeneration. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 2(4), 364–374.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1998). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under uncertainty* (pp. 201–208). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511809477.015>
- Kashima, Y. (2014). How can you capture cultural dynamics? *Frontiers in Psychology*, 5. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00995>
- Köhn, J. (2017). *Uncertainty in Economics: A New Approach*. Berlin: Springer.
- Krause, U. (1996). Impossible Models. In *Modelling and Simulation in the Social Sciences from the Philosophy of Science Point of View* (pp. 65–75). Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-015-8686-3\\_4](https://doi.org/10.1007/978-94-015-8686-3_4)
- Lakoff, G. (1973). Hedges: A Study in Meaning Criteria and the Logic of Fuzzy Concepts. *Journal of Philosophical Logic*, 2, 458–508.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). Conceptual Metaphor in Everyday Language. *The Journal of Philosophy*, 77(8), 453. <https://doi.org/10.2307/2025464>
- Landry, C. (1995). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. London & New York.

- Lash, S., & Urry, J. (2002). *Economies of Signs and Space*. 1 Oliver's Yard, 55 City Road, London EC1Y 1SP United Kingdom: SAGE Publications Ltd.  
<https://doi.org/10.4135/9781446280539>
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Leal, M. do R. (1985). *Diagnóstico Socio-Cultural do Distrito de Santarém - Estudo 1*.
- Lees, L. (2000). A reappraisal of gentrification: towards a 'geography of gentrification.' *Progress in Human Geography*, 24(3), 389–408. <https://doi.org/10.1191/030913200701540483>
- Lefebvre, H. (1974). *The Production of Space*. Oxford & Cambridge: Blackwell.
- Lei de Bases do Património Cultural. (2001).
- Leonardelli, G. J., Pickett, C. L., & Brewer, M. B. (2010). Optimal Distinctiveness Theory. *Advances in Experimental Social Psychology*, 43, 63–113. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(10\)43002-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(10)43002-6)
- Lewis, D. (1994). Humean Supervenience Debugged. *Mind*, 103, 473–490.
- Ley, D. (1996). *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- Leydesdorff, L., Johnson, M. W., & Ivanova, I. (2018). Toward a calculus of redundancy: Signification, codification, and anticipation in cultural evolution. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. <https://doi.org/10.1002/asi.24052>
- Leydesdorff, L., & Vaughan, L. (2006). Co-occurrence matrices and their applications in information science: Extending ACA to the Web environment. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 57(12), 1616–1628.  
<https://doi.org/10.1002/asi.20335>
- Lickel, B., Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (2001). Elements of a Lay Theory of Groups: Types of Groups, Relational Styles, and the Perception of Group Entitativity. *Personality and Social Psychology Review*, 5(2), 129–140. [https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0502\\_4](https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0502_4)
- Lindenberg, S. (1992). The Method of Decreasing Abstraction. In *Rational Choice Theory: Advocacy and Critiques* (pp. 3–20). London & New Delhi: Sage Publications.
- Lotman, J. (2009). *Culture and Explosion*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Low, S. M. (2016). *Spatializing Culture: The Ethnography of Space and Place*. New York: Routledge.
- Low, S. M., & Lawrence-Zuniagais, D. (2003). *The Anthropology of Space and Place*. Malden, MA: Blackwell.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lucarelli, A., & Berg, P. O. (2011). City branding: a state-of-the-art review of the research domain. *Journal of Place Management and Development*, 4(1), 9–27.
- Luhmann, N. (1982). *The differentiation of Society*. Columbia University, Press: New York.
- Luhmann, N. (1984). *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt: Surkhamp.
- Luhmann, N. (2012). *Theory of Society, Volume 1*. Redwood City: Stanford University Press.



- Lumer, C. (2017). Automatic actions: Agency, intentionality, and responsibility. *Philosophical Psychology*, 30(5), 616–644. <https://doi.org/10.1080/09515089.2017.1291928>
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Lynch, O. (1994). Urban Anthropology - Postmodernist Cities and Perspectives. *City and Society*, 7(1), 35–52.
- Lyotard, J.-F. (1991). *Phenomenology*. New York: Suny Press.
- Lysgård, H. K. (2013). The definition of culture in culture-based urban development strategies: antagonisms in the construction of a culture-based development discourse. *International Journal of Cultural Policy*, 19(2), 182–200. <https://doi.org/10.1080/10286632.2011.647005>
- MacCannell, D. (1999). *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. London: University of California Press.
- Marcuse, P. (2016). The Three Historic Currents of City Planning. In J. Fainstein Susan; Defillipis (Ed.), *Readings in Plannning Theory*. J. Malden: Wiley Blackwell.
- Marques, J. F. (2007). *Do Não-Racismo português aos dois racismos portugueses*. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Martiniello, M. (2017). Visual sociology approaches in migration, ethnic and racial studies. *Ethnic and Racial Studies*, 40(8), 1184–1190. <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1295163>
- Marx, K. (1959). *Capital*. USSR: Marxist-Leninist Institute.
- Mateus, A. (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Tomar*. Tomar.
- McLuhan, M., & Fiore, Q. (1967). *The Medium is the Massage: An Inventory of Effects*. Hamburg: Gingko Press.
- McNeil, D., & White, A. (2000). The New Urban Economies. In R. Paddison (Ed.), *Handbook of Urban Studies*. London: Sage Publications.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and Society*. Chicago: Chicago University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Signs*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1968). *The Visible and the Invisible*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *The Prose of the World*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (2012). *Phenomenology of Perception*. London & New York: Routledge.
- Merton, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: free Press.
- Mesoudi, A. (2016). Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies. *Evolutionary Biology*, 43(4), 481–497. <https://doi.org/10.1007/s11692-015-9320-0>
- Metro-Roland, M. (2011). *Tourists, Signs and the City: The Semiotics of Culture in an Urban Landscape*. Surrey: Ashgate.
- Mills, C. W. (1976). *The Sociological Imagination*. London: Oxford University Press.
- Morris, A., Ross, W., Hosseini, H., & Ulieru, M. (2014). Modelling Culture with Complex, Multi-dimensional, Multi-agent Systems. In V. Dignum & F. Dignum (Eds.), *Perspectives on*

- Culture and Agent-based Simulations: Integrating Cultures* (pp. 13–30). Cham: Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-01952-9\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-01952-9_2)
- Muggleton, D., & Weinzierl, R. (2003). *The Post-subcultures Reader*. London: Berg Publishers.
- Mydland, L., & Grahn, W. (2012). Identifying heritage values in local communities. *International Journal of Heritage Studies*, 18(6), 564–587. <https://doi.org/10.1080/13527258.2011.619554>
- Nadel, S. F. (1957). *Theory of Social Structure*. Melbourne: Melbourne University Press.
- Noelle-Neumann, E. (1984). *The Spiral of Silence : Public Opinion and Our Social Skin*. Chicago: Chicago University Press.
- Norman, D. (1988). *The Design of Everyday Things*. New York: Basic Books.
- North, S. (2014). Why do Most City Branding Campaings Fail? *City Metric*. Retrieved from <http://www.citymetric.com/business/why-do-most-city-branding-campaigns-fail>
- Nowakowska, M. (1981). Formal Semiotics and Multidimensional Semiotic Systems. *Cybernetics and Systems*, 12(1–2), 83–102. <https://doi.org/10.1080/01969728108927666>
- OECD. (2014). *Tourism and the Creative Economy*. Paris.
- Oizumi, M., Albantakis, L., & Tononi, G. (2014). From the Phenomenology to the Mechanisms of Consciousness: Integrated Information Theory 3.0. *PLoS Computational Biology*, 10(5), e1003588. <https://doi.org/10.1371/journal.pcbi.1003588>
- Olick, J. K. (2010). What is the ‘relative autonomy of culture.’ In J. Hall, L. Grindstaff, & M.-C. Lo (Eds.), *Handbook of Cultural Sociology* (pp. 97–108). London & New York: Routledge.
- Ostrom, E., Burger, J., Field, C. B., Norgaard, R. B., & Policansky, D. (1999). Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, 284(5412), 278–282.
- Park, R., & Burgess, E. (1925). *The City: Suggestions for Investigation of Human Behaviour in The Urban Environment*. Chicago and London: Chicago University Press.
- Parsons, T. (1937). *The Structure of Social Action*. London: McGraw-Hill.
- Parsons, T. (1971). *The System of Modern Societies*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Pask, G., & Foerster, H. Von. (1960). A predictive model for self organizing systems, Part I. *Cybernetica*, 3, 258–300.
- Paul, S. K. (2009). How We Know What We’re Doing. *Philosophers’ Imprint*, 9(11).
- Peirce, C. S. (1868). On a New List of Categories. *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*, 7, 287–298. Retrieved from <http://www.peirce.org/writings/p32.html>
- Peirce, C. S. (1958). *The Collected Papers* (Vol. 1–6). Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Peirce, C. S., & Welby-Gregory, Vi. (2001). *Semiotic and Signifys: The Correspondence between C. S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Elsau: Press of Arisbe Associates.
- Persky, J. (1995). Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. *Journal of Economic Perspectives*, 9(2), 221–231. <https://doi.org/10.1257/jep.9.2.221>
- Pinker, S. (2002). *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*. New York: Penguin Books.
- Poria, Y., Butler, R., & Airey, D. (2003). The core of heritage tourism. *Annals of Tourism*

- Research*, 30(1), 238–254. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00064-6](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00064-6)
- Porpora, D. V. (2013). Morphogenesis and Social Change. In *Social Morphogenesis* (pp. 25–37). Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-6128-5\\_2](https://doi.org/10.1007/978-94-007-6128-5_2)
- Portugali, J. (2004). Toward a cognitive approach to urban dynamics. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 31, 589–613.
- Portugali, J. (2011). *Complexity, Cognition and the City*. Berlin: Springer.
- Prada-Trigo, J., Gálvez, J. C. P., López-Guzmán, T., & Loyola, S. E. P. (2016). Tourism and Motivation in Cultural Destinations: towards those Visitors Attracted by Intangible Heritage. *Almatourism - Journal of Tourism, Culture and Development*, 7(14), 17–37.
- Ragin, C. C. (2000). *Fuzzy-set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ramsey, F. (1931). Truth and Probability. In R. . Braithwaite (Ed.), *The Foundations of Mathematics and other Logical Essays* (1999 Elect, pp. 156–198). London: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Co.
- Ramstead, M., Veissière, S., & Kirmayer, L. (2016). Cultural Affordances: Scaffolding Local Worlds Through Shared Intentionality and Regimes of Attention. in *Frontier in Psychology*. *Frontiers in Psychology*, (7), 1090-.
- Raunig, G., Ray, G., & Wuggenig, U. (2011). *Critique of Creativity: precarity, subjectivity and resistance in the creative industries*. London: Mayfly.
- Reshef, D. N., Reshef, Y. A., Finucane, H. K., Grossman, S. R., McVean, G., Turnbaugh, P. J., ... Sabeti, P. C. (2011). Detecting Novel Associations in Large Data Sets. *Science*, 334(6062), 1518–1524. <https://doi.org/10.1126/science.1205438>
- Richards, G. (2016). The sustainability of cultural cities: A view from Barcelona. *Sustainability of Local Commons with a Global Value: Venice and Its Lagoon*, 16.
- Richards, G., & Lénia, M. (2012). Exploring Creative Tourism: Editors Introduction. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, 4(2), 1–11.
- Richerson, P. J., & Boyd, R. (1985). *Culture and the evolutionary Process*. Chicago: Chicago University Press.
- Ritzer, G. (1985). The Rise of Micro-Sociological Theory. *Sociological Theory*, 3(1), 88–98.
- Robinson, J. (2001). *Goodman*. (B. Gaut & D. M. Lopes, Eds.). London & New York: Routledge.
- Rosch, E., & Lloyd, B. B. (Eds.). (1978). *Cognition and Categorization*. New York, London, Toronto, Sydney: John Wiley & Sons.
- Ross, L., Greene, D., & House, P. (1977). The “false consensus effect”: An egocentric bias in social perception and attribution processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13(3), 279–301. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(77\)90049-X](https://doi.org/10.1016/0022-1031(77)90049-X)
- Russo, A. P., & Richards, G. (2016). *Reinventing the local in tourism: producing, consuming and negotiating place*. Bristol: Channel View Publications.
- Sadegh-Zadeh, K. (2012). Fuzzy formal ontology. *Studies of Fuzziness and Soft Computing*, 237, 383–400.
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.

- Schiller, N. G., & Çağlar, A. (2009). Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: Migrant Incorporation and City Scale. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(2), 177–202.
- Schutz, A. (1967). *The Phenomenology of the Social World*. Evanston: Northwestern University Press.
- Scott, A. J. (2000). *The Cultural Economy of Cities: Essays on the Geography of Image-Producing Industries*. New York: Sage Publications.
- Scott, A. J. (2008). *Social Economy of the Metropolis: Cognitive-Cultural Capitalism and the Global Ressurgence of Cities*. Oxford: Oxford University Press.
- Scott, A. J. (2014). Beyond the Creative City: Cognitive-Cultural Capitalism and the New Urbanism. *Regional Studies*, 48(4), 565–578.
- Scott, A. J., & Storper, M. (2015). The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1–15.
- Seamon, D. (2007). A Lived Hermetic of People and Place: Phenomenology and Space Syntax. In *Proceedings 6th International Space Syntax Symposium Istanbul, 2007*.
- Seidl, D. (2004). Luhmann's theory of autopoietic social systems. *Münchner Betriebswirtschaftliche Beiträge*, 2.
- Selada, C., Vilhena Da Cunha, I., & Tomaz, E. (2012). Creative-Based Strategies in Small and Medium-Sized Cities: Key Dimensions of Analysis. *Quaestiones Geographicae*, 31(4). <https://doi.org/10.2478/v10117-012-0034-4>
- Semenenko, A. (2012). *The Texture of Culture - An Introduction to Lotman's Semiotic Theory*. Basingstoke: Palgrave-MacMillan.
- Shannon, C. (1948). A Mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*, 27(4), 623–666.
- Shannon, C., & Weaver, W. (1963). *The Mathematical Theory of Communication*. Champaign: University of Illinois Press.
- Shepherd, R. (2002). Commodification, Culture and Tourism. *Tourist Studies*, 2(2), 183–201.
- Shiota, M. N., Keltner, D., & Mossman, A. (2007). The nature of awe: Elicitors, appraisals, and effects on self-concept. *Cognition & Emotion*, 21(5), 944–963. <https://doi.org/10.1080/02699930600923668>
- Sidonia, R. A., & Cristina, M. (2013). What Motivates Cultural Tourists? An Analysis Of Bucharest Inhabitants' Motivation To Visit The Centre Region. *Annals of Faculty of Economics*, 1(1), 825–834. Retrieved from <https://ideas.repec.org/a/ora/journal/v1y2013i1p825-834.html>
- Silberman, N., & Purser, M. (2012). Collective memory as affirmation: people-centered cultural heritage in a digital age. In *Heritage and Social Media: Understanding Heritage in a Participatory Culture* (pp. 13–29). London & New York: Routledge.
- Simmel, G. (2002). Metropolis and the Mental Life. In G. Bridge & S. Watson (Eds.), *Blackwell City Reader*. Oxford and Malden: Wiley-Blackwell.
- Simon, H. A. (1957). *Models of Man: Social and Rational- Mathematical Essays on Rational Human Behavior in a Social Setting*. New Jersey: Wiley.

- Smelser, N. J. (1967). Processes of Social Change. In N. J. Smelser (Ed.), *Sociology* (pp. 674–728). New York: John Wiley & Sons.
- Smith, L. (2006). *The Uses of Heritage*. London & New York: Routledge.
- Smith, M. K. (2003). *Issues in Cultural Tourism Studies*. London: Routledge.
- Smith, N., & Williams, P. (1986). *Gentrification of the City*. London: George Allen & Unwin.
- Smithson, M., & Verkuilen, J. (2006). *Fuzzy Set Theory: Applications in the Social Sciences*. California: Sage.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford: Basil Blackwell.
- Sorokin, P. A. (1970). *Social and Cultural Dynamics: A Study of Change in Major Systems of Art, Truth, Ethics, Law and Social Relationships*. Boston: Porter Sargents Publishers.
- Sosa, E. (2015). *Judgment and Agency*. Oxford: Oxford University Press.
- Speaks, J. (2017). Theories of Meaning. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2017). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355. <https://doi.org/10.2307/1882010>
- Stahl, T. (2018). Georg [György] Lukacs. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2018 Edition). Retrieved from <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/lukacs/%3E>
- Stähle, A. (2012). Place Syntax Tool (PST). In A. Hull, C. Silva, & L. Bertolini (Eds.), *Accessibility Instruments for Planning Practice* (pp. 173–178). COST Office.
- Staiff, R. (2014). *Re-Imagining Heritage Interpretation: Enchanting the Past-Future*. Surrey: Ashgate.
- Storper, M., & Scott, A. J. (2008). Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*, 9(2), 147–167. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbn052>
- Stover, S. S. (1977). Convergences Between Symbolic Interactionism and Systems Theory 1, 2. *Symbolic Interaction*, 1(1), 89–103. <https://doi.org/10.1525/si.1977.1.1.89>
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Taleb, N. N. (2007). *The Black Swan: The Impact of the Highly Improbable*. New York: Random House.
- Thornton, S. (1995). *Club Cultures: Music, Media and Subcultural Capital*. Connecticut: Wesleyan University Press.
- Thrift, N. (1996). *Spatial Formations*. Longon: Sage Publications.
- Tilden, F. (1977). *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Tononi, G., Boly, M., Massimini, M., & Koch, C. (2016). Integrated information theory: from consciousness to its physical substrate. *Nature Reviews. Neuroscience*, 17(7), 450–61. <https://doi.org/10.1038/nrn.2016.44>
- Tunbridge, J. E., Ashworth, G. J., & Graham, B. J. (2013). Decennial reflections on A Geography

- of Heritage (2000). *International Journal of Heritage Studies*, 19(4), 365–372.  
<https://doi.org/10.1080/13527258.2012.695038>
- Turner, J. C. (1985). Social Categorization and Self-Concept: A Social Cognitive Theory of Group Behavior. In E. J. Lawler (Ed.), *Advances in Group Process: Theory and Research* (pp. 77–121). Greenwich: JAI press.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Cambridge, M.A.: Basil Blackwell.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, 185(4157), 1124–1131.
- Tylor, E. B. (1871). *Primitive Culture: Research into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custum*. London: John Murray.
- Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze. 2nd Edition*. London: Sage Publications.
- Uzzell, D. (1989). *Heritage Interpretation: The Visitor Experience Vol 2*. New York: John Wiley & Sons.
- Uzzell, D. (2006). Interpreting our heritage: A theoretical interpretation. In *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation*.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- van Deursen, A. J. A. M., & van Dijk, J. A. G. M. (2009). Using the Internet: Skill related problems in users' online behavior. *Interacting with Computers*, 21(5–6), 393–402.  
<https://doi.org/10.1016/j.intcom.2009.06.005>
- Volland, C. S. (1987). A comprehensive theory of long wave cycles. *Technological Forecasting and Social Change*, 32(2), 123–145. [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(87\)90035-7](https://doi.org/10.1016/0040-1625(87)90035-7)
- Von Mises, L. (1998). *Human Action: A Treatise on Economics*. Auburn, Alabama: Ludwig Von Mises Institute.
- Walters, P. (1982). *An introduction to ergodic theory*. Berlin: Springer.
- Wang, N. (1999). Rethinking Authenticity in Tourism Experience. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 349–370.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social Network Analysis*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Waterton, E., & Smith, L. (2010). The recognition and misrecognition of community heritage. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1–2), 4–15.  
<https://doi.org/10.1080/13527250903441671>
- Waterton, E., & Watson, S. (2014). *The Semiotics of Heritage Tourism*. Bristol: Channel View Publications.
- Waterton, E., & Watson, S. (2015a). The Ontological Politics of Heritage; or How Research Can Spoil a Good Story. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 21–36). New York: Palgrave MacMillan.
- Waterton, E., & Watson, S. (2015b). *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. New York: Palgrave MacMillan.

- Watts, D. J., & Strogatz, S. H. (1998). Collective dynamics of 'small-world' networks. *Nature*, 393(6684), 440–442. <https://doi.org/10.1038/30918>
- Weatherson, B. (2016). David Lewis. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 201). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: An outline of Interpretative Sociology*. London: University of California Press.
- Weber, M. (1991). The Nature of Social Action. In W. G. Runciman (Ed.), *Weber: Selections in Translation* (p. 7). Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- White, H. (1963). *An Anatomy of Kinship*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Wilcox, A. R. (1973). Indices of Qualitative Variation and Political Measurement. *The Western Political Quarterly*, 26(2), 325. <https://doi.org/10.2307/446831>
- Willensky, U., & Rand, W. (2015). *An Introduction to Agent-Based Modeling*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Wilson, E. O. (2000). *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Wilson, G., & Shpall, S. (2016). Action. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 201). Stanford University Press. Retrieved from <https://plato.stanford.edu/entries/action/>
- Wilson, M. (2002). Six views of embodied cognition. *Psychonomic Bulletin & Review*, 9(4), 625–636. <https://doi.org/10.3758/BF03196322>
- Winter, T. (2015). Heritage and Nationalism: An Unbreachable Couple? In *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 331–345). London: Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1057/9781137293565\\_21](https://doi.org/10.1057/9781137293565_21)
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *American Journal of Sociology*, 44(1), 1–24. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2768119>
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical Investigations*. London: Blackwell Publishing.
- Woodside, A. G., & Dubelaar, C. (2002). A General Theory of Tourism Consumption Systems: A Conceptual Framework and an Empirical Exploration. *Journal of Travel Research*, 41(2), 120–132. <https://doi.org/10.1177/004728702237412>
- Worrall, J. (1989). Structural Realism: The Best of Both Worlds? *Dialectica*, 43(1–2), 99–124. <https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.1989.tb00933.x>
- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, M.A.: Blackwell.
- Zukin, S. (2011). Is There An Urban Sociology? - Questions on a Field and a Vision. *Sociologica*, (3), 1–18.
- Zukin, S., Kasinitz, P., & Chen, X. (2015). *Global Cities, Local Streets: Everyday Diversity from New York to Shanghai*. New York: Routledge.

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Questões de Partida para o Sistema Patrimonial de Tomar .....	15
Ilustração 2 - Esquema sobre a relação de emergência de Disciplinas Sociais Empíricas .....	33
Ilustração 3 - Mapa da Cidade de Tomar; percurso permitido aos inquiridos a preto .....	155
Ilustração 4 - Fotografias Retiradas por entrevistados .....	156
Ilustração 5 - Mapa de Interpretações dos Indivíduos; tamanho das bolas representa número e categorizações (apenas signos representáveis no espaço considerados) .....	171
Ilustração 6 - Grafo da Rede Geral (Agrupamento das várias questões) .....	173
Ilustração 7 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz Geral.....	174
Ilustração 8 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de História da Cidade.....	176
Ilustração 9 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Representação .....	177
Ilustração 10 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Templários.....	179
Ilustração 11 – Representação Projectada de Análise de Correspondências de Matriz Geral de Interpretações.....	186
Ilustração 12 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de História da Cidade.....	188
Ilustração 13 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Património .....	190
Ilustração 14 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação a matriz História Nacional.....	191
Ilustração 15 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Representação .....	193
Ilustração 16 - QR Code da Sinagoga de Tomar .....	251
Ilustração 17 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Comunidade .....	321
Ilustração 18 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz Património .....	322
Ilustração 19 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Atractividade .....	323
Ilustração 20 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz Pessoal .	324
Ilustração 21 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação a matriz Comunidade .....	326
Ilustração 22 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Património .....	327
Ilustração 23 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Atractividade.....	328
Ilustração 24 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz Pessoal .....	329

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Estado de Fase de Sistema de três categorias co-dependentes dado pela entropia do sistema .....	119
---	-----



Gráfico 2 - Variação do VAB em percentagem no período 2009-2014 na cidade de Tomar ....	144
Gráfico 3 - Variação do VAB sectorial em % da contribuição para VAB total no período de 2009-2014 em Tomar .....	146
Gráfico 4 - Menções de Categorias no Inquérito à População (% do total de menções) .....	149
Gráfico 5 - Análise de Conteúdo Online sobre a Cidade de Tomar.....	150
Gráfico 6 - Categorias de Análise do Sistema Patrimonial de Tomar.....	152
Gráfico 7 - Distribuição de Interpretantes em Categorias Agregadas na Matriz Geral .....	187
Gráfico 8 - Índice de Entropia de Distribuição de Formas Semióticas em Categorias Interpretativas.....	201
Gráfico 9 - Distribuição de Formas Semióticas por Categoria Interpretativa .....	201
Gráfico 10 - Distribuição de Formas Semióticas Dominantes em Geral .....	203
Gráfico 11 - Distribuição de Formas Semióticas segundo condição de Tratamento .....	204
Gráfico 12 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia Pessoal em Rede Aleatória .....	219
Gráfico 13 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Conformidade em Rede Aleatória .....	220
Gráfico 14 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Distinguir em Rede Aleatória .....	220
Gráfico 15 - Entropia Relativa sobre Estado de Espaço: Estratégia de Tática em Rede Aleatória e de Ligação Preferencial .....	221
Gráfico 16 - Padrões de Comunicação em relação a Padrão de Comunicação Aleatório.....	222
Gráfico 17 - Evolução das 6 categorias consideradas – valor de CV por tempo de simulação. ....	224
Gráfico 18 - Evolução das 6 categorias consideradas – valor de CV por tempo de simulação.....	225
Gráfico 19 - Entropia sobre estado de espaço (Padrões de Reprodução e Topologias, Sem Comunicação).....	230
Gráfico 20 - Diminuição de V1 para V2 nos casos analisados .....	239
Gráfico 21 - Aumento de V2-V3 nos casos analisados .....	240
Gráfico 22 - Distribuição de Elementos por número de menções (só elementos com mais de 10 menções) e curva de densidade.....	321
Gráfico 23 - Grafo de Interpretantes Hierarquizados em termos das suas relações de dependência.....	325
Gráfico 24 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Revolta": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes .....	330
Gráfico 25 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Parental": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes .....	330
Gráfico 26 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Aleatório": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes .....	330
Gráfico 27 - Aumento de Valor de V1-V2.....	332

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Exemplo de Avaliação de Categorias com o Índice V3 e Avaliação de Utilidade ordinal .....	104
Tabela 2 - Distribuição da Amostra Recolhida .....	157
Tabela 3 - Elementos Identificados pelos Respondentes e número de menções correspondente (elementos com mais de 10 menções apenas).....	170
Tabela 4 - Medidas de Redes Gerais .....	175
Tabela 5 - Medidas de Centralidade das Redes Categóricas.....	180

Tabela 6 - Medidas de Co-Ocorrência de elementos com Património das Redes Categóricas	182
Tabela 7 - Medidas de Centralidade nas várias Redes Interpretativas .....	185
Tabela 8 - Índice de Autonomia nas Matrizes Originais e Reduzidas.....	195
Tabela 9 - Tabela de Heteronomia entre Sistemas Conceptuais .....	196
Tabela 10 - Medidas de Centralidade de Redes com determinadas propriedades sociais .....	198
Tabela 11 - Classificação de Signos com mais de 10 interpretações quanto ao tipo semiótico dominante .....	205
Tabela 12 - Medidas de Centralidade de Redes de Elementos e interpretantes para Condições de Controlo e Tratamento.....	208
Tabela 13 - Comparação de Categorização de Elementos pertencentes ao Modelo Abstracto de Interpretação consoante Condição de Tratamento .....	209
Tabela 14 - Comparação de Categorização de Interpretantes pertencentes ao Modelo Abstracto de Interpretação consoante Condição de Tratamento .....	209
Tabela 15 - Parâmetros chave, os seus símbolos, papel e valores utilizados nas simulações ..	218
Tabela 16 - Partição por CONCOR da matriz de Representação em blocos de posições estruturais .....	333
Tabela 17 - Tabela de Signos com Legenda Expandida .....	334
Tabela 18 - Tabela de Classificação Oficial dos Elementos em Tomar pela DPGC.....	335
Tabela 19 - Menções de Elementos; Elementos a Itálico-Bold aparecem mencionados na Tabela 3.....	336
Tabela 20 - Matriz Reduzida de Interpretações com Hierarquia .....	338

## Índice de Equações

Equação 1 .....	101
Equação 2 .....	101
Equação 3 .....	101
Equação 4 .....	101
Equação 5 .....	101
Equação 6 – Índice de Valorização .....	102
Equação 7 – Índice de Valorização ajustado a Interpretantes .....	103
Equação 8 .....	103
Equação 9 – Índice de Valorização Ajustado a Dispersão .....	103
Equação 10 - Índice de Co-Ocorrência .....	162

## Tabela de Abreviaturas

ABM - Agent-Based Modelling

DPI - Discurso Patrimonial Institucional

DKL – Divergência de Kullback-Leibler

PF - Princípio Formal

PAX - Princípio Axiológico

C - Convenção

HB - Hipótese Operacional

HN - Hipótese Nula

HT - Hipótese Testável

XH - Esquema de Hipóteses (Teoria)

# Cities, Systems and Structures: an ontological approach to urban studies

## ***Abstract***

Ontological issues lie at the heart of the epistemological, methodological and theoretical discussions over the workings and operations of cities – however, as Castells and Zukin point out, they find themselves mired in the midst of the praxis of urban studies, for reasons not entirely clear. In this work we attempt to trace a path through the ontology of urban studies, attempting to show the reasons for this apparent omission, as well as showing convergent trends from various disciplines towards a constructed ontology. Attempting to advance these discussions, and focusing on the case of heritage studies, we analyse a set of analytical classes that can inform the construction of such a “shared language”, debating them as a phenomenologically constructed set of plausible entities and intentions. In line with that, we argue the need for a transparent phenomenological epistemology, synthesized with strands of complex system analysis, as well as the methodological implications of such processes. We conclude by tracing some possibilities and implications of these kinds of analysis for urban studies in general.

**Keywords:** epistemology, ontology, urban studies, complex systems theory

## Introduction

There is a set of questions with which any analysis about space, urban life, and in particular social and cultural phenomena taking place in these, have to face, even if implicitly: what do we define as a city, a culture, an urban space, an agent, a public space, etc? These questions are what we can call *ontological* concerns, that is, questions regarding what can be said to exist in urban contexts – including the concept of the urban *qua* urban, or “urban in itself” – what properties they can be said to possess, etc. This is

a task that can be done in itself, as a metaphysical analysis, but is one that also occurs in the construction of models and concepts about urban life – and in this paper we will concern ourselves solely with the second type of question, although the two share an obvious common ground. Such an analytical clarification is needed so that common sense and intuitive notions such as “agent” or “culture” can be made into operative categories, and this is something that traces its roots at least to the beginnings of sociology and economics (Christaller, 1966; Park & Burgess, 1925; Simmel, 2002; Weber, 1978; Wirth, 1938), a concern which extended throughout the 20th century and led to concepts such as global cities, informational cities and creative cities, popularized by authors such as Sassen (1991), Castells (1996) or Landry (Landry, 1995), amongst numerous other incursions into the same fields, from various disciplines (O. Lynch, 1994; Scott & Storper, 2015; Soja, 1996). We will come back to this in the next section.

Such definitions pose a clear challenge, and are necessarily temporary – a fact we will try to argue below – but it constitutes a starting and ending point that are necessary to understand social reality. The case that we will present throughout the text shows clearly these issues: how to construct an understanding about cultural phenomena such as interpretation of heritage in urban contexts, as well as the underlying system, in a way that one can postulate concrete hypothesis about its dynamics, criticize the analytical framework and in general constitute an actual explanation of what “interpretation” or “heritage” mean, without starting from an extremely intuitive understanding of these notions? And analogously – how are we to consider the “unobservables”, such as in the case are signs, meanings and interpretations – is it at all plausible to attempt to place these elements scientifically to construct a system?

The notes we leave here – with the intention of contributing for a theory of urban systems, specifically in what respects cultural phenomena – attempt to tackle three kinds of interconnected questions: first we address the existent and missing concepts of “urban” and “culture in urban”, tracing some considerations about the possibilities of defining urbanity, and arguing for a constructivist approach to these issues; we then focus on the case of heritage studies, constituting a broad base on which to set the stage for concepts such as “sign” or “interpretation” to be defined, outlining a process of modelization that can be useful in other fields of urban and social inquiry; we conclude with some thoughts regarding the epistemological grounding of these approaches, noting the limits and tensions associated with studying culture through a system-theoretic lens.

### The Ontology of Urban Studies

As Zukin (2011) points out, in clear reference to Castells (Castells, 1983), the concerns over the ontological status of urbanity or space in general is not clearly felt upon first sight of urban studies – whilst various conceptions of time and space are mobilized, assuming further variation of parameters in such topics as culture or community, these debates lay somewhat hidden out of sight. The critique is quite incisive, even if limited to the scope of urban *sociology* – in other disciplines such a concern has been at times made more explicitly (K. Lynch, 1960; Scott, 2008). These are what we may call the “strong” ontological questions – definition of what is specific about urban spaces, in what way these are distinguished from others, and what are the necessary and sufficient elements that define them – with Zukin raising the point of what to do with such questions.

However, upon close inspection, the question is quite clear in many academic debates, with sociology being a prime example: from the sucession of ideas about urban space as a system of economic production, as in Marx, or as a threat to social community, as in Durkheim and especially Tönnies, to urbanism as a way of life as stated by Wirth (1938), to the urban as an habitat like any other, and analysable as any other (Park & Burgess, 1925), the urban as opposed to the productive and cultural patterns of the “rural”, as placed in Redfield or Sorokin, urban as another stage for the operation of the capitalist system (Castells, 1983), the urban as the producer and product of cognitive-cultural economic shifts (Scott, 2008) – the pattern goes on, roughly distinguishing between “the urban” being seen as a relevant category, that catalyses specific social processes, to its role being perceived as simply a distinct location for other processes. The same can be seen in anthropology, with the debates over anthropology “in” the city and anthropology “of” the city (cf. (Brettell, 2000; Fox, 1977; O. Lynch, 1994)). One first fact that jumps to mind, and which would be worthy of its own deep reflection, lies with the sort of conceptual tools used by these authors – whether they consider such topics to be crisply defined as either/or, or rather accept the use of fuzzy terminology, defining urbanity as being approximated but not exhausted by their definitions. Furthermore, the fundamental question seems to be: can such defining factors be known from any specific analysis of a phenomenon, or multiple such phenomena? Can such a question even legitimately be asked? Should the practice-focused urban studies ever care about strong questions as such?

In parallel, all of these works have mobilized sets of concepts to distinguish and specify certain areas of study, marking disciplines as focused on certain phenomena and manifestations of phenomena – or as we could call them, “weak ontological questions” (or ontical, if we used Heidegger’s proposed distinction), which try to distinguish what is crucial for the understanding of facts such as housing preferences, economic concentration, etc. However, since these are different fields, one result is that the ontological hierarchy is often widely different: whilst areas like architecture or geography will consider the role of the environment, both built and natural, as a determinant factor, sociology, anthropology and economy will privilege the motives and intentions of agents (for instance the demand side explanations of gentrification) or alternatively the role of social structures that command action from the agents, whilst areas such as cognitive and social psychology and some branches of architecture will give emphasis to agent-environment interactions. This *teleology* of agents is furthermore widely distinct in its presuppositions – from rational choice theory, to symbolically motivated action, to motivations of homophily, to assumptions over the role of community and culture in defining movement and job opportunities. This is clearly a caricature, but upon looking at debates such as Nigel Thrift (1996) in geography, John Urry (2002) in the studies of culture and heritage, David Clarke (1997, 2010) in economic sociology or Bill Hillier (1984) in architecture, we find attempts at reductionism and anti-reductionism very much like this factorial understanding which we have presented.

Such an operation of different sets of factors will naturally make sense from an analytical point of view – it consists in taking the most relevant aspect of the social issues at hand, trying to decompose it parcimoniously, in order to try and see how an explanation oriented to that factor can explain as much as possible, which seems to us a direct corollary of the scientific methods of these disciplines, and which should be upheld – but they do not contribute directly for a synthesis of the various perspectives, nor to an aggregate reading of the respective systems. Taking an example which showcases this clearly – gentrification studies – to see the role that market shifts in real estate capital flows have for local populations – namely their expulsion of places – does not make clear who exactly partakes in these processes in terms of purchasers, the uses of space or the specific types of capital flows, or even the ecological impacts of these gentrification practices. In light of this, there was the need to produce synthetic approaches that condensed multiple forms and types of gentrification, towards making it a clearer phenomenon (Butler & Lees,

2006; Lees, 2000; Ley, 1996) – showcasing precisely the difficulties and ambitions we are discussing here.

We find then two core problems in the study of urban life: the lack of a commonly held notion of what is “the urban”, and a lack of cohesion and synthetic efforts in explaining specific phenomena. It seems clear from the outset that however one attempts to define the former – whether by contrast or by itself – a definition of the urban *a priori* a given work seems rather impossible without a synthesis of “the urban in its economic aspect” or “the urban in its cultural aspect” – which is precisely the *locus* of the second question. For such an effort to be feasible, it would seem clear that an ontological cohesion would be needed, so that the specific presumptions and theoretical backgrounds can be stated in a common language of sorts. In this sense, the answer to the first question seems to again be deferred: what is “the urban” remains intrinsic to each specific system, until (and if) that system can be synthetized with others to form a more complex system, in a dialectical/Hegelian fashion, and as such, the “urban in general” is something that we ought to remain agnostic until a theory that can has overwhelming explanatory power comes to be. In that sense, what follows is that we try to produce that convergence, and bring about holistic explanations as wide as possible: this is something we can see to a great extent in the discussions of cognitive exploration of urban space, in the work of Juval Portugali (2011), the geometrical and phenomenological understanding of urban places of Stähle (2012), the understanding of the roles of creativity and culture in defining economic drives (Costa et al., 2011), through and within the various new attempts at gentrification and residential synthesis (Zukin, Kasinitz, & Chen, 2015).

Our hypothesis and motivation for this article lies precisely in trying to make such synthetic efforts easier through the use of tools from debates over metaphysics, epistemology, and especially systems theory (Hedström & Bearman, 2009) – notions such as system openness, Dynamics, agents, intentions, etc – with the goal of making the ontological principles of research clear and opening doors to incorporating complex explanatory mechanisms in models. It is our hope that this can foster new lines of analysis as well as, in specific, reorient the debates of heritage studies in what concerns complex elements such as “signs” and “meanings” – as well as bring methodological tools such as computational modelling into the toolkit of the urban researcher. Our exposition will follow from the more abstract to the more concrete, focusing at the end on heritage and the specific concepts useful for analysing it.



## Ontological structures in the analysis of the city

### *Primitive Concepts*

The primitive concept we are drawn to, and which has been a hallmark of the debates in sociology as in other social sciences, is the problematic of the “agent”. As Jane Bennett (2010) notes, this is, in the context of metaphysics, far from settled – agent is often placed as opposite to “object”, in a duality where the first has a generative, causal and effective power, capable of directing intentional action, whilst the second lacks one or more of these characteristics. However, as the same author points out, the specific point of cleavage never is clearly defined in an unproblematic way; a similar, yet distinct problem can be seen in the distinction between agent and “structure” (Giddens, 1984): whether to define agents as capable of intentional social action by themselves, capable of exacting social transformation in a context of structural constraint that force them to reproduction of social processes, or whether this constrictive force is what is responsible for these transformations. Both approaches have often been charged with reductionism (agents are instances of structures/objects; structures/objects are instances of agents), and both have faced attempts at synthesis, such as the work of Pierre Bourdieu (1984a, 1986) about the *habitus*, Giddens “double structuration” (1984), and in philosophy, the work of Object-Oriented Ontologists (Harman, 2007), with varying degrees of success. For the purpose of this work we will assume the agent metaphysically as the phenomenological entity that recognizes its *being-in-the-world* as being focused on a specific existence and a body, that distinguishes himself from objects in its capacity to manipulate them; and we will assume the agent socially as the imbricated entity which acts upon a certain structure with an illusion of certain, a certain cognitive framework, a sociological background which constrains his capacity for action whilst giving him *margins of creativity*. This description will be grounded in the following section, and draws both from Bourdieu, Merleau-Ponty, and analytical sociology.

If we talk of agents we are forced to search for a **teleology**, that is, the problem of intentionality (why and how do people do what they do). This begins and ends as our concern when developing research into any system, and exists in two forms: both as the assumptions from which one can derive a theoretical and modelling framework, and likewise as an hypothesis about the specific workings of the system. The assumption of rationality is such a assumption: “Individuals act upon situations based on towards

maximizing their wellbeing”, which implies, in some of its forms, almost perfect information (G. Becker, 1976). We speak of the “strength” of an assumption as the measure to which an assumption can prove certain results and entail certain analytical conclusions – stronger assumptions normally provide more information, but carry strong restrictions upon knowledge extracted from the model about the system. Whether such assumptions are at all needed by science is a matter to which we will not approach (Glaser, 1992); it is enough for us to find what could for the subject of cultural interactions work as such an assumption. Basing ourselves on a very close field of inquiry, we can then assume our **First Principle** in the following way:

**Primeiro Princípio:** Individuals act upon things based on the meaning that they attribute to them (Blumer, 1969)

This principle lies at the heart of symbolic interactionism, drawing from American Pragmatism, and is a similar telic basis of action to the rational principle we assumed above. It is neither sufficient nor necessary to explain the action of individuals – it can be falsified, if it is proven that individuals will often or in many relevant cases act upon a meaning not attributed; an action based upon a meaning does not even imply that the meaning is the sole contributor to the action. We leave this as the sole first principle based upon two distinct analytical fields: following Anscombe (2000), the “actional complex”, that is, the set of actions that an individual can be said to be undertaking is *normally* coincidental with the “intentional complex”, that is, the intentions that drive the individual to do things – but such is not perfect, as one can imagine the intentional action of “sawing wood” is at the same time the action of “producing sawdust” and “dirtying the carpet”, without those being necessarily intentional. As such, to assume further upon the intentions and actions of individuals could produce unnecessary restrictions regarding the nature of intention itself. At the same time, following in line with social phenomenology, it would make little sense to start from an *a priori* matrix that does not take individuals and their decisions, rationales and justifications into account (Emirbayer & Mische, 1998; Schutz, 1967).

For us to talk of different kinds of agents we need to also bring in agent **properties**, that admit of various **attributes** (an attribute being the “value” that a certain property assumes in the individual). These can have physical or biological (age or sex), sociological (gender) or ultra specific reference (such as liking to play football on the Tuesdays when it rains in the town of Sines). These are not fundamental facts of agents, but rather

contingencies which gain sense by **relation** to a given society: the “difference” that generates such properties only exists as the product of agents and structures in interaction (Luhmann, 1982), which lends to the common interpretation that a property is an instance of a relation (Peirce, 1958), as is often mentioned in social network analysis (Wasserman & Faust, 1994; White, 1963).

Having established agents thus, we ought now to define their “opposites”: objects and structures. These **non-agent entities** are too broad a class, and need to be specified: we can speak of **territory** as the perceived and outline space where entities not built or incorporated by humans exist, and which is subdivided into “territorial units” by geographical, physical and cognitive criteria; non-human built entities defined as **objects**, which in the urban context are mostly buildings; and the emergent **structures** which derive from the interaction between agents and objects, within a given set of actions and normally set on a given intention of action. Below we will allude to the plausible processes of emergence of one such well studied structure – the social group, and the more specific cultural group.

A crucial kind of entity which evades in many sense these definitions, and which we will have to define apodictically is **information** this is a codification of given properties, attributes and states, transmitted and received in given sets of agents, and stored in specifically encoded frameworks<sup>38</sup>. Information can be modalized in certain ways: as a proposition when it is stated with a material adequacy criterion, as a belief when it is hinged upon a certain mental state of the agente, etc.

For us to be able to proceed we must also make use of two other primitive notions: **set** and **mereology**. These can be taken as abstract ontological categories, like relations, and as such they exist merely in the analysis, and which denote a specific relationship: sets denote belonging to themselves based on a predicate<sup>39</sup>; and mereologies denote relations of part-whole of a “mereological sum” to its constituents. These two forms of relation are crucial for many conceptual definitions we will undertake in our modelling efforts, as we

---

<sup>38</sup> This definition follows the notions of (Dennett, 2017) in giving a *sui generis* status to information, not being reducible to an object, a concept or an agent, etc

<sup>39</sup> This intuitive understanding of set is deeply problematic in set theory, and is often called “comprehension without restriction” – that is, understanding that the set is defined by the members which satisfy the given predicate, which lead easily to Russel’s Paradox. Whilst it is by itself questionable that anything like that would happen analytically, it is likewise worthy of note that in multi-value logic – fuzzy logic and fuzzy sets – like we are discussing here, the axiom of comprehension is sufficient (Hájek & Haniková, 2003)

will give example in short term; they follow the arguments of Charles Ragin (2000), as well as others (Sadegh-Zadeh, 2012; Smithson & Verkuilen, 2006), of how the fuzzy nature of social sciences should entail an acceptance of such diffuse forms, for instance in attributing indexes of certainty to constructs, as is the case of Cronbach's Alpha and similar tests for quantitative analysis, but which seldom if ever is seen in qualitative analysis with a comparative framework. For instance, when we talk of the elements of a given culture, it becomes conceptually more accessible to imagine such a process as a diffuse set of belongings, driven by individuals who place them within a set of concepts according to their apparent satisfaction of a predicate to a certain extent, rather than defining in a clear cut way what does belong to the given culture.

#### *Composite concepts*

We can here then define a class of structures composed of the previous elements, which we can call a **social group**: an entity, abstractly represented by a set, composed of individuals who share a given set of attributes that define that group. The intuitive reasoning on social groups is that they are “crisp”, that is, that they admit belonging only in binary terms – one either is or is not part of the group. However, it's clear that certain predicates are inherently confusing: “liking crocodiles” is not the same kind of relational property as “being 16 years old” – the second relates to a socially accepted and reproduced notion of age which is taken as unproblematic, whilst the first has a much wider margin of interpretation and doubt, as “liking crocodiles” is not the same thing for two individuals. Consequently, what happens in some social groups is the need to admit input functions with values that vary in an interval – they are *diffuse social groups*.

Moreover, this diffusive nature does not go unnoticed by the agents, some of which struggle then to define and stabilize the property that predicates group belonging, thus creating a shared sense of what it means to be part of the group beyond the simple sharing of the property. This includes for instance considering that individuals from the “ingroup” are in general better at tasks, kinder, or in general have other positive traits compared to “outgroup individuals” – something which has been widely studied stemming from Tajfel (1981) or Turner *et al.* (1987), and as synthesized by DiMaggio (DiMaggio, 1997). This tendency for homophily is in turn accompanied by a restriction of the attribute values, incurring in the “True Scotsman” phenomenon. Groups which face this sort of struggle

for criteria dialectically (in response to a perceived outgroup) can be called **tajfelian social groups**.

If these latter groups are defined by contrast, it should also be of interest to consider groups which are formed, in a multitude of ways, but internally organized towards internal division: these are what we will call **bourdeusian social groups**. These groups are the result of a given shared property being applied to itself – the social group of “Portuguese people” predicates individuals who have the property of being Portuguese, which may sound paradoxical. Given the complexity of the meaning of culture, we will apply a restricted definition of this term: such a group involves a fuzzy input function that relates objects, beliefs, propositions, notions, etc, to a certain set, and a fuzzy social group, whose predicates have the peculiar property of being malleable, directed in a given moment by a set of individuals with a high belonging/recognition to the group, who attribute a scale of relevance to the predicates or make new ones entirely – some of which have to do with how much the individual values certain entities. The scaling of the group in terms of belonging is intrinsically related to social power, which we can operatively define as a margin of agency conceded by a group of individuals to a single one or to a structure towards a given end, whether implicitly or explicitly, and which in this case means that individuals with higher social power tend to dictate the rules of bigger social groups, whilst individuals with lower social power tend to only dictate rules in smaller social groups (given the relative nature of social power this is somewhat intuitive). We hope in further work on the social theory of Bourdieu to elaborate further on these points, and show their conceptual relevance in thinking social mobility and stratification.

These elements obviously leave out many elements which are crucial for the construction of any analytical framework: we can speak of a type of object defined as **commodity** as that which can be acquired (which involves the relation of **property** and the subsequent exchange of it), of **common or public goods** when the property belongs to an organized structure to which the individual belongs (such as a **state**), and so forth. **Public space** can thus be defined as a common good which contains multiple objects which are supposed to be used by individuals. **Heritage** could be defined in such a hasty manner, but we reserve it for a specific kind of definition: following the notes of Merleau-Ponty (2012) or Gibson (1979), we assume that the engagement of individuals with objects entails a given relation of **modality**, that is, a certain way the object presents to the individual in the plausible interaction between the two, whether physical manipulation as such, taken

as a cognitive primitive, or socially mediated action (Ramstead et al., 2016). As such, cultural affordances can be seen as modalities, and modalities are in practice how the individual perceives his engagement with the object. **Heritage** is one such form of modality, which entails the attribution of a high cultural, social or emotional capital to an object (or other entity), in such a way that it is, to a greater or lesser extent, desired to remain for future use by individuals – to be preserved.

Arriving here we are forced to come back to a previous point: if we take on our first principle and admit that individuals act based on the meaning of things, what then is **meaning**? The question is deep: if we define meaning too widely, we risk emptying it of analyticity; too restricted a definition will make it impractical between areas. Following the pragmatic line exposed by the symbolic interactionists, and especially of semioticians such as Charles Sanders Peirce, we can define these elements as such: a meaning is an informational entity, motivated by the agents situation in the world and enframed in a given modality, which the author perceives in a **sign**, which is the phenomenological projection of the entity, and is found through a chain of **interpretation** (Peirce, 1958). We could see how an entity such as this can serve a great deal of analysis of urban studies: if signs are merely the encounter with a reality to which the individual attributes a meaning, with a certain interpretation, with certain degrees of confidence and cohesiveness within society, then the study of heritage would be highly dependent on such an analysis, and the same rationale could be extended to architecture, economics, or geography. This is in a sense a more restrictive methodological prescription than qualitative analysis based on interviews, content analysis, etc – for the simple reason that it entails the specific meaning attributed by the individuals themselves, and an access to an original perception which produced that semiotic process, as an error reduction method.

If the elements presented here can indeed help us think of the concepts we operate it is likewise true that they are but pieces with which to assemble specific methods about the field of study. A question such as “What is the reason for individuals to transact cultural capital with heritage buildings?” finds here the meaning of most of its words, but it is still necessary to make sense of how to investigate them, and how to go about making hypothesis – and, on a more radical basis, how it is possible to have achieved these definitions at all.

### Epistemological issues

In light with what we have pointed out, the analytical crossroads of urban studies seem highly inclined to one particular direction – to follow the implications of phenomenology, at least in the sense of trying to construct explanations about reality based on the way that entities present themselves, and keeping the fundamental nature of this presentation at hand when formulating higher order concepts (such as measurements and quantifications). However, there persist some apparent confusion as to what this means in practice: the goal ought not to be either a total perceptive relativism, nor a pretense objectivism, nor can we drive phenomenological research entirely into small phenomena withholding from big systems, nor can such a contact lead to substituting positive assertions for purely normative ones. Lastly, the way in which we perceive the connection between systems theory and phenomenology – which intuitively appear to be at odds with one another – has to be explained.

### *A Positive Phenomenology*

Trying to keep our description brief, phenomenology came about as the attempt to solve the Kantian dilemma over the possibility of knowledge (how to *know* objects), by shunning the notion of *noumena*, and turning the transcendental ego upside down: rather than considering an abstract *cogito*, outside of time, which looks into reality, that cogito is found in real life engagement of day to day life. The guarantee of truth is not on the projection of consciousness to objects, but rather on the capacity for consciousness to engage with the fundamental shape of objects, which remain constant through variation, which Edmund Husserl named the “*eidōs*” (1982).

Husserl’s student, Heidegger (1962) set out a different project for phenomenology, as a guarantee of ontology – which is in practice what we have implemented in the previous section – as the “being in the world” [*In-der-welt-sein*] of the agent – in which the ontological structures come about from the assumption of an ego (or in our case, of an agent) defined as such, and then extracted from the engagement of the agent with the world. Following in line, but with a clearer goal in mind – making the phenomenon of perception the fundamental entity – Maurice Merleau-Ponty (1964, 2012) founded the notion of modality and claimed that the body serves as a fundamental entity in constructing understandings about the realities we engage with.

One might here say: “What can any of this have to offer to urban studies, from its inception a field so deeply interested in the way that individuals themselves conceive of

reality?”. First of all, we need to consider that not all its disciplines have had the same level of concern with individually constituted social reality – human geography, for instance, is claimed by Nigel Thrift (1996) to have faced a *turn* towards this end, in a similar vein of Lefebvre’s “thirdspace” (Lefebvre, 1974); spatial economics, with its concern over substitution markets, concentration, and localized efficiency have not always considered what it means for the individuals to inhabit urban space in what it has of more concrete (Cuadrado Roura, 1995). Other such considerations urge us to still call for phenomenology as a primary epistemological basis for urban research, with a goal in mind that even abstract economic models (or as we will discuss in the next section, cultural models) can have a ground of representation of the reality. This anti-realist stance, that is, the idea that models can only approximate the reality and should do so to the best of their capacities, is indeed the mark of neo-positivist strands of thought – which do away with the verification criterion, and admit agnosticism over inobservables. But is phenomenology able to undertake such a positivist program?

The opposition of positive science in the Comtian sense (with the adoption of the tools and methods of natural sciences) and interpretative science following the Weberian-Diltheyan *verstehen*, is one which in sociology played off Durkheim and his “social facts” against the types of Weber. However, analysing Weber’s arguments – such as the fact that social reality always transcends the models we use to analyse them, requiring that we look at the complexity of the field at hand, and criticizing the over-expansion of scientific rules found – seems somewhat close to the concerns of Bas Van Fraassen’s *The Scientific Image*, with its “constructive empiricism”, and its criterion of empirical adequacy. Against what appears as the resignation to the local and contingent reality of unrestrained social constructivism, in the lines of Foucault (1969), these authors, and with them others such as Luhmann (1984) and Alexander (2004), urge us to attempt to work carefully in generalizing our claims, in synthesizing knowledge and constructing transversal logics – but to do it nonetheless.

This first debate finds a complement in the distinction between normative and positive science, in which the acceptance of many of the postulates of the anti-positivist epistemology entails the impossibility of positive science. The reasoning goes that the scientist is riddled with the impossibility of objectivity or impartiality, and that in investigating the subject he is in a certain way already always intervening. Following a Foucauldian line one would say: “It is never possible to construct knowledge that is



outside the social context and that does not bear an impact”. Again we would ask – but ought we then to stop trying to produce wide ranging explanations? In face of this problem, the phenomenological approach tends to be to find the intersubjective realm which maximizes both information and social representation; to co-opt into the research the very impact that the researcher bears upon the context. The implication of works such as Habermas’ (1988) tend to be that accepting critical theory does not destroy positive science, but rather exists in a permanent continuum with it – social science and applied fields such as urban studies more so, are always critical and always positive, but importantly, can never be adequately critical without being positive (that would be a merely moral projection onto the field) nor adequately positive without being critical (that would be ignoring a large part of the social phenomenon at hand). Phenomenology seems quite aptly positioned as a middle-ground of sorts, interpenetrating the typologies of social life, attempting to generalize them, and simultaneously gathering not only data on what is, but also on what could be (the sort of “utopian thinking” that lies at the heart of planning and most research-intervention actions, cf. (Friedmann, 2000)), raising these questions from experience as it was intended in its beginnings to do (Lyotard, 1991).

Bringing these questions into the context we previously discussed, the study of heritage, and in particular in what concerns tourism and heritage engagement, more or less phenomenological methods are deeply entrenched into works of John Urry (2002), Dean MacCannell (1999), Russo (2016), as well as Metro-Roland (2011). Debatably, the concern for the advancement of positive knowledge as well as normative intervention can be found in the work of any of these authors. But in line with what we have mentioned, the assumption of crisp logics of belonging – whether an object belongs to a culture is or is not, whether a photograph represents a building is or is not – leaves certain questions with a methodological assumption which is too strong. For instance in the work of Dean MacCannell, on the chapter on semiotics, the author, like many semioticians, takes the semantic stance of analysing what a photograph or a “mark” can entail for the tourist; while that may indeed be the case, the presumption that the researcher is very much alike the individuals he researches in many ways can lead to dangerous assumptions and conclusions. Likewise, the critique of Metro-Roland, based on photograph analysis, has the researcher taking the mantle of the individuals who took the photos – an admittedly closer task, but still far from having the individuals themselves provide interpretation.

Furthermore, it appears to us, in line with various authors (Boavida-Portugal et al., 2014; Bruch & Atwell, 2015; Morris, Ross, Hosseini, & Ulieru, 2014) that the assumption of linear explanations cannot satisfy the inherent complexity of phenomena as heritage interpretation. Whilst it is not our ambition here to provide a detailed description of what modelling such a system would entail – a work which we have been developing – it is crucial to admit the possibility that certain systems have chaotic behaviour, and need in turn chaotic explanations (Byrne, 1998). Let us attempt to peer into this, and make sense of these apparently empty words.

#### Systems theory and Complexity in the Social Sciences

The problema of social problems – if we risk the repetition – is in great part its complexity – something we do not say in the prosaic use of the term, but in the way it has been used in biology, physics and computational sciences: as dynamical, stochastic and deterministic (the line can be hard to draw due to the question of free will), with a high number of intervening factors, and with a high chance for disturbance from “the outside” (Byrne, 1998). This reasoning has gathered followers in areas like urban ecology (Fischer-Kowalski & Hüttler, 1999) and some strands of architecture (Hillier & Julienne, 1984), but less so in the fields of social and cultural issues in part due to the sheer complexity and in part possibly due to methodological traditions and epistemological quarrels – some of which, due to the scale of application and the feasibility of the model, have been temporarily solved by Merton and followed by authors such as “analytical sociologists” (Hedström & Bearman, 2009), with the attempt to create middle-range theories.

Systems theory is in its essence concerned with the functioning of systems, abstract analytical terms that designate sets of agents, objects and relations that they establish with each other, which is oriented by a teleology or set of teleologies, and which produces a set of phenomena. Whilst functionalist theory focused heavily on describing these systems as self-productive – and indeed, we can see how the process of social reproduction based upon imitation, socialization and similar processes, can entail the dissemination of given values, orientations, principles, etc – it is highly unlikely that anything like a self-productive system in the sense of Luhmann exists in anything like a pure form. The system that does exist is one that balances, much like an individual, between self-preservation and self-defeat, with bounded action whose outcomes it cannot

predict, and thus incorporating negative effects that harm its chances of long-term survival – the system as a higher order agent of sorts, much like the agent is a higher order cell, but with the necessary adaptations to include the margins of actions previously mentioned. These notes, informed by Integrated Information Theory (Oizumi, Albantakis, & Tononi, 2014; Tononi, Boly, Massimini, & Koch, 2016), remain highly contentious and should remain for now possibilities; what can indeed be said is that, taking this formulation of the system as “merely existing” (existing in analytical terms, that is), then phenomenology is tasked with building from the flows of the system which generate a given phenomenon what the rules that govern it are, how they came to be, and how they can be changed.

In our case we are driven to focus specifically on the **dynamics** of the system, that is, how it evolves over time in a given space, and to attempt to build from a contact with individuals the teleology that underlies their action and which generates the transformation – specifically, how the interpretation of heritage shifts the cultural meaning of an object simply by the presence of different actors, or actors over a period of time. For instance, we might be interested in understanding how the modalities “national history”, “romantic architecture” or “patriotism” evolve over time when subjected to the interpretation of a set of agents, with a certain meaning that the heritage elements have from the outset (i.e meaning that is statistically more likely for individuals to attribute). If we looked at such a system with methods such as photography-led content analysis, we would quickly find certain trends which are well-documented, albeit with different names: that the system is stable in a given small timeframe, that change does take place in miniscule amounts over time, enough to cause long term change, and that there are wide and abrupt changes which appear out of nowhere and without any apparent reasoning. If we took on a chaotic explanatory mechanism we could grab this information, and rather than consider it a mere epiphenomenon, program it into our analysis and test certain assumptions under a more strict paradigm.

Towards this end we will need to first approach some characteristics of complex systems. First of all, they are **open**: they are in constant flux and interaction with elements around it, as first outlined by Wiener (1948). This openness entails that the components of the system are not ever left to their own functional designs but always have to interact as such with others. The action of the agents often also leads to **emergence**, defined as the arising

of complex behaviour from simple rules, without specific command or orientation towards that end.

The concept of **chaos** refers in particular to deterministic systems that satisfy three properties with sufficient degree:

- Sensitivity to initial conditions: independently of how close two states are in a state space, they tend to get arbitrarily distant as the system evolves, also known as the “Butterfly Effect”;
- Topological mixture: any open set of states in a state space will tend to overlap to a higher or greater degree with all possible states of the space – intuitively, the system states “spread out” and are mixed into the whole of the state space, and thus, can get distant in the previous sense in a wide range of possibilities;
- Density of period orbits: the evolution of a state over a period will approach indistinguishably from a given attractor – intuitively, that states will be “pulled into orbit” of a given set of possible states. (Hasselblatt & Katok, 2003)

These properties – originally used to describe chaotic systems in weather forecast models – has found applications throughout the sciences, and has given rise to close concepts such as that of the *edge of chaos* (namely frontier between a system being chaotic and not-chaotic, which is overall very hard to define). These properties also lend to the very analysis of the system: if one defines that an apparently chaotic system actually has very is not very topologically mixing, than can indicate that a non-linear but non-chaotic solution (i.e, a pattern of behaviour, or in our case, a rule of action) is at hand, and likewise, a highly topologically mixing system can point to one or more rules that destabilize the system; the presence of periodic orbits may point to certain cycles within the system that need to be explained, and the lack thereof can indicate very strong path-dependency which may increase the difficulty, and subsequently, the specificity of the intervention.

A related concept is that of “**ergodicity**” (Walters, 1982): the idea that the average probability of any given time state of the system is the same as time goes to infinity. The notion of **mixture**, of which topological mixture is a geometric analogue, extends this, implying various hierarchical steps that lead to the system converging on an equal probability faster, up to a Bernoulli system, where the probability of any point being visited is the same at any given time (Frigg, Berkovitz, & Kronz, 2016). Defining these

properties for a given system can have very useful methodological implications: whilst there is a common practice of approximating very complex deterministic processes with stochastic ones, if one can prove that the evolution of the system has, for instance, strong mixing properties (for instance by analysing how the meaning over a time-series has consistently cycled through its meanings) then the adequacy of stochastic processes increases.

These sorts of uses of chaotic theory are still very preliminary, and are found in authors such as Juval Portugali (Portugali, 2011), in tentative steps. Chaotic dynamics are however a subset of the more general dynamical system analysis – one in which the aforementioned author has been a leading figure, namely the use of agent-based modelling. Computational simulations have way vaster applications than any we could list out, but one stands as a core element which falls in line with what we have said: they can be used to test theoretical prediction – teleological patterns – before and after empirical research, leading us to reform and improve conceptual models and reorient analytical ones to make better use of resources. This has had some limited successes in sociology with the aforementioned authors of the analytical school, but could benefit from a wider incorporation of these models for theoretical as well as empirical investigation. And this in turn closes the loop of our discussion: such models require a very specific ontology, with agents, classes, properties and structures needing to be clearly defined in order for the model to be implemented. In our current research we are indeed focusing on making use of the present ontology to develop such a model related to the case of heritage interpretation.

#### Concluding Notes

The transformation of urban and cultural contexts in recent years has urged us to rethink how to construct social science and how to study urbanity in particular. The process of building a “common language” within urban studies seems to us to entail two important questions: the need to remain agnostic about the nature of urban *qua* urban, whilst at the same time working towards such a question within specific fields and – we would say – systems. In this text we presented a specific study case – regarding heritage meaning and interpretation – attempting to construct such a language for the field of urban heritage studies whilst attempting to contribute to the wider project of a transversal urban studies language by exposing the analytical classes that underlie these debates. Consequently, we tried to show how such a construction is based on a phenomenological approach, and how

such an approach can bear adequate epistemological ground to most of the urban fields of study, whilst also serving as solid ground for the development of complex systems theory applied to these contexts.

One note we should emphasize is that all these concerns with systems are always framed within a “middle-range” reach, with specific locality and temporality, attempting to expand the borders of knowledge with clear notion of the challenge that an increase in complexity brings. We believe that these approaches can help foster a greater understanding of urban studies in its positive and normative orientations. Our expectation is that in integrating urban reality in complex systems theory, especially in what regards social and cultural phenomena, we can look with a finer lens at the causes of social problems and to promote morally relevant values (such as equality, inclusivity and sustainability) whilst simultaneously advancing the knowledge of social reality.

## References

- Aiken, M., Newton, K., Friedland, R., & Martinotti, G. (1987). Urban Systems Theory and Urban Policy: A Four-Nation Comparison. *British Journal of Political Science*, 17(3), 341–358.
- Akcay, E., & Roughgarden, J. (2011). The evolution of payoff matrices: providing incentives to cooperate. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 278(1715), 2198–2206. <https://doi.org/10.1098/rspb.2010.2105>
- Alexander, J. C. (2004). *The Meanings of Social Life*. New York: Oxford.
- Alexander, J. C., & Smith, P. (2010). The Strong Program: Origins, achievements, prospects. In J. Hall, L. Grindstaff, & M.-C. Lo (Eds.), *Handbook of Cultural Sociology*. London & New York: Routledge.
- Allais, M. (1953). Le Comportement de l’Homme Rationnel devant le Risque: Critique des Postulats et Axiomes de l’Ecole Americaine. *Econometrica*, 21(4), 503. <https://doi.org/10.2307/1907921>
- Almeida, A. S. F. (2012). *Intervenção Contemporânea nos Castelos em Portugal: Dois Casos de Estudo em S.Jorge e Pombal*. Universidade de Coimbra.
- Almeida, R. N. (2017). Dark Areas: Preliminary Elements for a Sociology of Illumination. In M. Smagacz-Poziemska, K. Frysztański, & A. Bukowski (Eds.), *Re-Imagining the City: Municipality and Urbanity Today from a Sociological Perspective* (pp. 73–89). Krakow: Jagiellonian University Press.
- Almeida, R. N. (2018). Cities, Systems and Structures: an ontological approach to urban studies. *Cidades, Comunidades e Territórios*.
- Althusser, L. (1978). *Essays in Self-Criticism*. New York: Verso.
- Andersen, N. Å. (2009). Second-order Observation. In *Power at Play: The Relationships*

- between Play, Work and Governance* (pp. 12–18). London: Palgrave Macmillan UK.  
[https://doi.org/10.1057/9780230239296\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230239296_2)
- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origins of Nationalism*. London: Verso.
- Anscombe, G. E. M. (2000). *Intention*. New York: Harvard University Press.
- Appadurai, A. (1986). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Archer, M. (1988). *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Archer, M. (1995). *Realist social theory: the morphogenetic approach*. New York: Cambridge University Press.
- Arrow, K. J. (2001). Uncertainty and The Welfare Economics of Medical Care. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, 26(5), 851–883. <https://doi.org/10.1215/03616878-26-5-851>
- Asch, S. E. (1940). Studies in the Principles of Judgments and Attitudes: II. Determination of Judgments by Group and by Ego Standards. *The Journal of Social Psychology*, 12(2), 433–465. <https://doi.org/10.1080/00224545.1940.9921487>
- Atkin, A. (2013). Peirce's Theory of Signs. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2013 Edition)*. Retrieved from <https://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/peirce-semiotics/>
- Auletta, G. (2016). CRITICAL EXAMINATION OF PEIRCE'S THEORY OF CATEGORIES. *SCIO. Revista de Filosofia*, 12, 23–49.
- Bailey, K. D. (1990). Social Entropy Theory: An overview. *Systems Practice*, 3(4), 365–382. <https://doi.org/10.1007/BF01063441>
- Bailey, K. D. (1994). Talcott parsons, social entropy theory, and living systems theory. *Behavioral Science*, 39(1), 25–45. <https://doi.org/10.1002/bs.3830390103>
- Barile, S., & Saviano, M. (2015). From the Management of Cultural Heritage to the Governance of the Cultural Heritage System. In G. M. Golinelli (Ed.), *Cultural Heritage and Value Creation: Towards New Pathways* (pp. 71–104). Rome: Springer.
- Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Paris: Editions du Seuil.
- Bashkar, R. A. (1975). *A Realist Theory of Science*. London: Verso.
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and Simulation*. Michigan: University of Michigan Press.
- Becker, G. (1976). *An Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Becker, H. S. (1976). Art world and social types. *American Behavioral Scientist*, 19(6), 703–718.
- Beebe, H. (2000). The Non-Governing Conception of Laws of Nature. *Philosophy and Phenomenological Research*, 61(3), 571. <https://doi.org/10.2307/2653613>
- Beiser, F. C. (2011). *The German Historicist Tradition*. Oxford & New York: Oxford University Press.
- Benedict, R. (1934). *Patterns of Culture*. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt.

- Bennett, J. (2010). *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham and London: Duke University Press.
- Bianchini, F. (1999). Cultural Planning for Urban Sustainability. In L. Nystrom (Ed.), *City and Culture: Cultural Processes and Urban Sustainability*. Kalmar: The Swedish Urban Environment Council.
- Blake, J. (2000). On Defining the Cultural Heritage. *International and Comparative Law Quarterly*, 49(01), 61–85. <https://doi.org/10.1017/S002058930006396X>
- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. New Jersey: University of California Press.
- Boavida-Portugal, I., Ferreira, C. C., & Rocha, J. (2014). Where to vacation? An agent-based approach to modelling tourist decision-making process. *Current Issues in Tourism*, 0(0), 1–18. <https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1041880>
- Bohnet, I. (2009). Experiments. In P. Hedström & P. Bearman (Eds.), *The Oxford Handbook of Analytical Sociology* (pp. 639–665). Oxford & New York: Oxford University Press.
- Bormann, E. G., Craan, J. F., & Shields, D. C. (1994). In Defense of Symbolic Convergence Theory: A Look at The Theory and Its Criticisms After Two Decades. *Communication Theory*, 4(4), 259–294. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1994.tb00093.x>
- Boujdad Mkaem, A., Zakriti, A., & Nieuwenhuysen, P. (2018). Pay or preserve: a new approach to valuing cultural heritage. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 8(1), 2–16. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-11-2014-0040>
- Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Geneve: Librairie Droz.
- Bourdieu, P. (1984a). *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1984b). Le champ littéraire. Préambles critiques et principes de méthode. In *Lendemains.*, 36.
- Bourdieu, P. (1986). Forms of Capital. In *Handbook of Theory and Research for Sociology of Education* (pp. 241–258). New York: Greenwood.
- Bourdieu, P. (1990). *The Logic of Practice*. Redwood City: Stanford University Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1990). *Reproduction in Education*. London: Society and Culture, Sage Publications.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An invitation to reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bourdin, A. (1996). Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain ? Professionnels et citoyens face aux témoins du passé. *Les Annales de La Recherche Urbaine*, 72(1), 6–13. <https://doi.org/10.3406/aru.1996.1975>
- Bourdin, A. (2005). TURISMO PATRIMONIAL, CIDADE E CIVILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS. *Fórum Sociológico*, 13/14, 13–29.
- Brake, M. (1980). *The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures: Sex and Drugs and Rock "n" Roll*. London: Routledge.
- Braudel, F. (1992). *The Perspective of the World: Civilization and Capitalism 15Th-18th Century*, Vol. 3. Oakland, California: University of California Press.



- Brettell, C. B. (2000). Urban History, Urban Anthropology, and the Study of Migrants in Cities. *City and Society*, 12(2), 129–138. <https://doi.org/10.1525/city.2000.12.2.129>
- Brewer, M. B. (1991). The Social Self: On Being the Same and Different at the Same Time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17(5), 475–482. <https://doi.org/10.1177/0146167291175001>
- Brier, S. (2008). *Cybersemiotics: Why information is not enough*.
- Bruch, E., & Atwell, J. (2015). Agent-Based Models in Empirical Social Research. *Sociological Methods & Research*, 44(2), 186–221. <https://doi.org/10.1177/0049124113506405>
- Butler, T., & Lees, L. (2006). Super-gentrification in Barnsbury, London: globalization and gentrifying global elites at the neighbourhood level. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31, 467–487.
- Byrne, D. (1998). *Complexity Theory and the Social Sciences*. London & New York: Routledge.
- Campos, R. (2012). A cultura visual e o olhar antropológico. *Visualidades*, 10(1), 17–37.
- Carr, E. H. (2002). *What is History?* (Revised Ed). Palgrave MacMillan.
- Castells, M. (1983). *The City and the Grassroots: a Cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley: University of California Press.
- Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Catt, I. (2006). Pierre Bourdieu's Semiotic Legacy - A Theory of Communicative Agency. *The American Journal of Semiotics*, 22(4), 31–54.
- Choay, F. (2001). *The Invention of the Historic Monument*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Christaller, W. (1966). *The Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Clarke, D. (1997). Consumption and the City, Modern and Postmodern. *International Journal of Urban and Regional Research*, 21(2), 218–237.
- Clarke, D. (2010). The Seduction of Space. In *Consuming Space Placing Consumption in Perspective* (pp. 57–80). Goodman, Michael K. and Goodman, David and Redcliff, Michael. (: Ashgate e-book.
- Cohen, H., & Lefebvre, C. (2005). *Handbook of Categorization in Cognitive Science*. Amsterdam: Elsevier.
- Collingwood, R. G. (1956). *The Ideas of History*. Oxford: Oxford University Press.
- Costa, P., Oliveira, A., Magalhães, A., Sousa, F. A. de, Teixeira, G., Guerra, P., & Moreira, T. (2017). *Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017*. Lisboa.
- Costa, P., Vasconcelos, B., & Sugahara, G. (2011). Urban Milieu and the genesis of creativity in cultural activities: An introductory framework for the analysis of urban creative dynamics. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 3–21.
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative Enquiry and Research Design: Choosing among Five Traditions*. London: Sage.
- Crooke, E. (2010). The politics of community heritage: motivations, authority and control. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1–2), 16–29.

<https://doi.org/10.1080/13527250903441705>

- Crossley, N. (2001). The Phenomenological Habitus and Its Construction. *Theory and Society*, 30(1), 81–120. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/658063>
- Crossley, N. (2015). Relational sociology and culture: a preliminary framework. *International Review of Sociology*, 25(1), 65–85. <https://doi.org/10.1080/03906701.2014.997965>
- Cuadrado Roura, J. (1995). Planteamientos y teorías dominantes sobre el crecimiento regional en Europa en las cuatro últimas décadas. *Revista EURE.*, 21(63), 5–32.
- David, N., Sichman, J. S., & Coelho, H. (2005). The logic of the method of agent-based simulation in the social sciences: Empirical and intentional adequacy of computer programs. *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, 8.
- Davidson, D. (1963). Actions, Reasons and Causes. *The Journal of Philosophy*, 60(23), 685–700.
- Dawkins, R. (1976). *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press.
- Dawson, M. (2010). Bauman, Beck, Giddens and our understanding of politics in late modernity. *Journal of Power*, 3(2), 189–207. <https://doi.org/10.1080/17540291.2010.493698>
- Deleuze, G. (1994). *Difference and Repetition*. New York: Columbia University Press.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1976). *Mille Plateaux*. Paris: Editions Minuit.
- Dennett, D. (2017). *From Bacteria to Bach and Back: The Evolution of Minds*. New York: WW. Norton.
- Derrida, J. (1997). *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- DG. Decreto n.º 35 532 de 15 de Março de 1946 (1946). Portugal.
- Dicks, B. (2017). The Habitus of Heritage: a Discussion of Bourdieu’s Ideas for Visitor Studies in Heritage and Museums. *Museum and Society*, 14(1), 52–64. Retrieved from <https://journals.le.ac.uk/ojs1/index.php/mas/article/view/625>
- DiMaggio, P. (1977). Market Structure, the Creative Process, and Popular Culture: Toward an Organizational Reinterpretation of Mass-Culture Theory. *The Journal of Popular Culture*, 11(2), 436–452.
- DiMaggio, P. (1987). Classification in Art. *American Sociological Review*, 52(4), 440–455.
- DiMaggio, P. (1997). Culture and Cognition. *Annual Review of Sociology*, 23, 263–287.
- DiMaggio, P. (2011). *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. (J. Scott & P. Carrington J., Eds.). London and New York and Delhi: Sage Publications.
- Doreian, P., Batagelj, V., & Ferligoj, A. (2004). Generalized blockmodeling of two-mode network data. *Social Networks*, 26(1), 29–53. <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2004.01.002>
- DOT. Regulamento do PDM (2009). Portugal.
- Du Cros, H. (2001). A new model to assist in planning for sustainable cultural heritage tourism. *International Journal of Tourism Research*, 3(2), 165–170.
- Du Cros, H., & McKercher, B. (2015). *Cultural Tourism*. (2nd ed.). New York: Routledge.
- Durkheim, E. (1997). *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press.

- Duxbury, N., Silva, S., & Castro, T. V. de. (n.d.). Creative tourism development in small cities and rural areas in Portugal: Insights from start-up activities. In *Creating and Managing Experiences in Cultural Tourism*. Singapore: World Scientific Publishing. Retrieved from [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79348/1/Creative tourism development in small cities and rural areas in Portugal.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/79348/1/Creative%20tourism%20development%20in%20small%20cities%20and%20rural%20areas%20in%20Portugal.pdf)
- Ellsberg, D. (1961). Risk, Ambiguity, and the Savage Axioms. *The Quarterly Journal of Economics*, 75(4), 643. <https://doi.org/10.2307/1884324>
- Elster, J. (1989). *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is Agency? *The American Journal of Sociology*, 103(4), 962–1023.
- Enquist, M., Ghirlanda, S., & Eriksson, K. (2011). Modelling the evolution and diversity of cumulative culture. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 366(1563), 412–423. <https://doi.org/10.1098/rstb.2010.0132>
- Epstein, J., & Atxell, R. (1996). *Growing artificial societies: social science from the bottom up*. Washington: Brookings Institution Press.
- Erdős, P., & Rényi, A. (1959). On Random Graphs I. *Publicationes Mathematicae (Debrecen)*, 6, 290–297.
- Fainstein, S. (2016). Spatial Justice and Planning. in Fainstein, Susan and Defilippis, James. (2016). In *Readings in Planning Theory*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Festinger, L. (1962). Cognitive Dissonance. *Scientific American*, 207(4), 93–106. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican1062-93>
- Finetti, B. De. (1974). *Theory of Probability*. New York: John Wiley & Sons.
- Fischer-Kowalski, M., & Hüttler, W. (1999). Society's Metabolism: The Intellectual History of Materials Flow Analysis, Part II, 1970-1998. *Journal of Industrial Ecology*, 2(4), 107–136.
- Florida, R. (2003). *Cities and the Creative Class*. New Jersey: Blackwell Publishing.
- Foucault, M. (1969). *The Archaeology of Knowledge*. Sheridan Smith. London and New York: Routledge.
- Foucault, M. (2004). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977–1978*. Basingstoke: Palgrave.
- Fox, R. (1977). *Urban Anthropology: Cities in Their Cultural Settings*. Durham: Duke University Press.
- Freestone, R. (1993). Heritage, urban planning, and the postmodern city. *Australian Geographer*, 24(1), 17–24. <https://doi.org/10.1080/00049189308703074>
- Freire, J. R. (2011). Branding Lisbon --- Defining the Scope of the City Brand. In K. Dinnie (Ed.), *City Branding: Theory and Cases* (pp. 169–174). London: Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1057/9780230294790\\_22](https://doi.org/10.1057/9780230294790_22)
- Frey, B. (1997). *Not Just for the Money: An Economic Theory of Personal Motivation*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Friedmann, J. (2000). The good city: in defense of utopian thinking. *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(2), 460–472.

- Frigg, R., Berkovitz, J., & Kronz, F. (2016). The Ergodic Hierarchy. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 201). Retrieved from <https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/ergodic-hierarchy/>
- Fuyama, M., & Saigo, H. (2018). Meanings, Metaphors, and Morphisms: Theory of Indeterminate Natural Transformation (TINT). Retrieved from <http://arxiv.org/abs/1801.10542>
- Garnett, N. S. (2011). Managing the Urban Commons - New Dimensions in Property Theory. In *2011 University of Pennsylvania Law Review Symposium*. University of Pennsylvania.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books.
- Gentry, K. (2013). History, heritage and localism. *Policy Studies*, 34(5–6), 508–522. <https://doi.org/10.1080/01442872.2013.864083>
- Gibson, J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. London & New York: Psychology Press, Routledge.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Cambridge, M.A.: Polity Press.
- Gilbert, N. (2008). *Agent-based models*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage Publications.
- Gilbert, N., & Troitzsch, K. (2005). *Simulation for the Social Scientist*. Maidenhead: Open University Press.
- Glaser, B. (1992). *Basics of grounded theory analysis*. Mill Valley, California: Sociology Press.
- Goffman, E. (1959). *The Presentation of the Self in Everyday Life*. London: Penguin Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. London: Harper and Row.
- Goh, S., Choi, M. Y., Lee, K., & Kim, K. (2016). How complexity emerges in urban systems: Theory of urban morphology. *Physical Review E*, 93(5), 052309. <https://doi.org/10.1103/PhysRevE.93.052309>
- Goldthorpe, J. H. (2007). "Cultural Capital": Some Critical Observations. *Sociologica*, 2, 1–23.
- Gottdiener, M. (1995). *Postmodern semiotics : material culture and the forms of postmodern life*. Oxford & Cambridge: Blackwell.
- Greene, M. R., & Fei-Fei, L. (2014). Visual categorization is automatic and obligatory: Evidence from Stroop-like paradigm. *Journal of Vision*, 14(1), 14–14. <https://doi.org/10.1167/14.1.14>
- Guerra, P. (2013). *A instável leveza do rock*. Porto: Edições Afrontamento.
- Guia, A. (2008). *A Valoração Económica de Bens Culturais: Uma Aplicação a Monumentos da Cidade de Tomar*.
- Gvoždiak, V. (2012). John Searle's Theory of Sign. *Organon F*, 19, 148–160.
- Habermas, J. (1984). *Theory of Communicative Action*. Boston: Mass: Beacon Press.
- Habermas, J. (1988). *The Logic of The Social Sciences*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Hacker, P. M. S. (2005). Thought and Action: A Tribute to Stuart Hampshire. *Philosophy*, 80(02).

<https://doi.org/10.1017/S0031819105000227>

- Hájek, P., & Haniková, Z. (2003). A Development of Set Theory in Fuzzy Logic. In M. Fitting & E. Orłowska (Eds.), *Beyond Two: Theory and Applications of Multiple-Valued Logic* (pp. 273–285). Heidelberg: Physica-Verlag HD. [https://doi.org/10.1007/978-3-7908-1769-0\\_12](https://doi.org/10.1007/978-3-7908-1769-0_12)
- Halbwachs, M. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hall, E. T. (1966). *The Hidden Dimension*. New York: Anchor Books.
- Hall, S. (1973). *Encoding and Decoding in the Television Discourse*. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Harman, G. (2002). *Tool-Being: Heidegger and the Metaphysics of Objects*. Chicago and Saal: Open Court.
- Harman, G. (2007). On Vicarious Causation. *Collapse*, 1, 171–205.
- Harrison, R. (1994). *Manual of Heritage Management*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Harrison, R. (2015). Heritage and Globalization. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 297–312). New York: Palgrave MacMillan.
- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, M.A.: Blackwell.
- Harvey, D. C. (2001). Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319–338. <https://doi.org/10.1080/13581650120105534>
- Hasselblatt, B., & Katok, A. (2003). *A First Course in Dynamics: With a Panorama of Recent Developments*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Hebdige, D. (1979). *Subculture - The Meaning of Style*. London: Routledge.
- Hedström, P., & Bearman, P. (2009). *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- Heidegger, M. (1962). *Being and Time*. London: SCM Press.
- Henrich, J., Boyd, R., & Richerson, P. J. (2008). Five Misunderstandings About Cultural Evolution. *Human Nature*, 19(2), 119–137. <https://doi.org/10.1007/s12110-008-9037-1>
- Hewison, R. (1987). *The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline*. London: Methuen.
- Hillier, B., & Julienne, H. (1984). *The Social Logic of Space*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E., & Ranger, T. (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Husserl, E. (1982). *Cartesian Meditations: An introduction to phenomenology*. London: Martinus Nijhoff Publishers.
- Hutter, M., & Throsby, D. (Eds.). (2011). *Beyond Price: Value in Culture, Economics, and the Arts*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Jameson, F. (1991). *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press.

- Jarvis, D., Berkeley, N., & Lambie, H. (2009). Creative industries and urban regeneration. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 2(4), 364–374.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1998). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under uncertainty* (pp. 201–208). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511809477.015>
- Kashima, Y. (2014). How can you capture cultural dynamics? *Frontiers in Psychology*, 5. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00995>
- Köhn, J. (2017). *Uncertainty in Economics: A New Approach*. Berlin: Springer.
- Krause, U. (1996). Impossible Models. In *Modelling and Simulation in the Social Sciences from the Philosophy of Science Point of View* (pp. 65–75). Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-015-8686-3\\_4](https://doi.org/10.1007/978-94-015-8686-3_4)
- Lakoff, G. (1973). Hedges: A Study in Meaning Criteria and the Logic of Fuzzy Concepts. *Journal of Philosophical Logic*, 2, 458–508.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). Conceptual Metaphor in Everyday Language. *The Journal of Philosophy*, 77(8), 453. <https://doi.org/10.2307/2025464>
- Landry, C. (1995). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. London & New York.
- Lash, S., & Urry, J. (2002). *Economies of Signs and Space*. 1 Oliver's Yard, 55 City Road, London EC1Y 1SP United Kingdom: SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446280539>
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Leal, M. do R. (1985). *Diagnóstico Socio-Cultural do Distrito de Santarém - Estudo 1*.
- Lees, L. (2000). A reappraisal of gentrification: towards a 'geography of gentrification.' *Progress in Human Geography*, 24(3), 389–408. <https://doi.org/10.1191/030913200701540483>
- Lefebvre, H. (1974). *The Production of Space*. Oxford & Cambridge: Blackwell.
- Lei de Bases do Património Cultural. (2001).
- Leonardelli, G. J., Pickett, C. L., & Brewer, M. B. (2010). Optimal Distinctiveness Theory. *Advances in Experimental Social Psychology*, 43, 63–113. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(10\)43002-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(10)43002-6)
- Lewis, D. (1994). Humean Supervenience Debugged. *Mind*, 103, 473–490.
- Ley, D. (1996). *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- Leydesdorff, L., Johnson, M. W., & Ivanova, I. (2018). Toward a calculus of redundancy: Signification, codification, and anticipation in cultural evolution. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. <https://doi.org/10.1002/asi.24052>
- Leydesdorff, L., & Vaughan, L. (2006). Co-occurrence matrices and their applications in information science: Extending ACA to the Web environment. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 57(12), 1616–1628. <https://doi.org/10.1002/asi.20335>
- Lickel, B., Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (2001). Elements of a Lay Theory of Groups: Types of

- Groups, Relational Styles, and the Perception of Group Entitativity. *Personality and Social Psychology Review*, 5(2), 129–140. [https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0502\\_4](https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0502_4)
- Lindenberg, S. (1992). The Method of Decreasing Abstraction. In *Rational Choice Theory: Advocacy and Critiques* (pp. 3–20). London & New Delhi: Sage Publications.
- Lotman, J. (2009). *Culture and Explosion*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Low, S. M. (2016). *Spatializing Culture: The Ethnography of Space and Place*. New York: Routledge.
- Low, S. M., & Lawrence-Zuniagais, D. (2003). *The Anthropology of Space and Place*. Malden, MA: Blackwell.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lucarelli, A., & Berg, P. O. (2011). City branding: a state-of-the-art review of the research domain. *Journal of Place Management and Development*, 4(1), 9–27.
- Luhmann, N. (1982). *The differentiation of Society*. Columbia University, Press: New York.
- Luhmann, N. (1984). *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt: Surkhamp.
- Luhmann, N. (2012). *Theory of Society, Volume 1*. Redwood City: Stanford University Press.
- Lumer, C. (2017). Automatic actions: Agency, intentionality, and responsibility. *Philosophical Psychology*, 30(5), 616–644. <https://doi.org/10.1080/09515089.2017.1291928>
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Lynch, O. (1994). Urban Anthropology - Postmodernist Cities and Perspectives. *City and Society*, 7(1), 35–52.
- Lyotard, J.-F. (1991). *Phenomenology*. New York: Suny Press.
- Lysgård, H. K. (2013). The definition of culture in culture-based urban development strategies: antagonisms in the construction of a culture-based development discourse. *International Journal of Cultural Policy*, 19(2), 182–200. <https://doi.org/10.1080/10286632.2011.647005>
- MacCannell, D. (1999). *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. London: University of California Press.
- Marcuse, P. (2016). The Three Historic Currents of City Planning. In J. Fainstein Susan; Defillipis (Ed.), *Readings in Plannning Theory*. J. Malden: Wiley Blackwell.
- Marques, J. F. (2007). *Do Não-Racismo português aos dois racismos portugueses*. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Martiniello, M. (2017). Visual sociology approaches in migration, ethnic and racial studies. *Ethnic and Racial Studies*, 40(8), 1184–1190. <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1295163>
- Marx, K. (1959). *Capital*. USSR: Marxist-Leninist Institute.
- Mateus, A. (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Tomar*. Tomar.
- McLuhan, M., & Fiore, Q. (1967). *The Medium is the Massage: An Inventory of Effects*. Hamburg: Gingko Press.

- McNeil, D., & White, A. (2000). The New Urban Economies. In R. Paddison (Ed.), *Handbook of Urban Studies*. London: Sage Publications.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, Self, and Society*. Chicago: Chicago University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Signs*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1968). *The Visible and the Invisible*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *The Prose of the World*. Evanston: Northwestern University Press.
- Merleau-Ponty, M. (2012). *Phenomenology of Perception*. London & New York: Routledge.
- Merton, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: free Press.
- Mesoudi, A. (2016). Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies. *Evolutionary Biology*, 43(4), 481–497. <https://doi.org/10.1007/s11692-015-9320-0>
- Metro-Roland, M. (2011). *Tourists, Signs and the City: The Semiotics of Culture in an Urban Landscape*. Surrey: Ashgate.
- Mills, C. W. (1976). *The Sociological Imagination*. London: Oxford University Press.
- Morris, A., Ross, W., Hosseini, H., & Ulieru, M. (2014). Modelling Culture with Complex, Multi-dimensional, Multi-agent Systems. In V. Dignum & F. Dignum (Eds.), *Perspectives on Culture and Agent-based Simulations: Integrating Cultures* (pp. 13–30). Cham: Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-01952-9\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-01952-9_2)
- Muggleton, D., & Weinzierl, R. (2003). *The Post-subcultures Reader*. London: Berg Publishers.
- Mydland, L., & Grahn, W. (2012). Identifying heritage values in local communities. *International Journal of Heritage Studies*, 18(6), 564–587. <https://doi.org/10.1080/13527258.2011.619554>
- Nadel, S. F. (1957). *Theory of Social Structure*. Melbourne: Melbourne University Press.
- Noelle-Neumann, E. (1984). *The Spiral of Silence : Public Opinion and Our Social Skin*. Chicago: Chicago University Press.
- Norman, D. (1988). *The Design of Everyday Things*. New York: Basic Books.
- North, S. (2014). Why do Most City Branding Campaigns Fail? *City Metric*. Retrieved from <http://www.citymetric.com/business/why-do-most-city-branding-campaigns-fail>
- Nowakowska, M. (1981). Formal Semiotics and Multidimensional Semiotic Systems. *Cybernetics and Systems*, 12(1–2), 83–102. <https://doi.org/10.1080/01969728108927666>
- OECD. (2014). *Tourism and the Creative Economy*. Paris.
- Oizumi, M., Albantakis, L., & Tononi, G. (2014). From the Phenomenology to the Mechanisms of Consciousness: Integrated Information Theory 3.0. *PLoS Computational Biology*, 10(5), e1003588. <https://doi.org/10.1371/journal.pcbi.1003588>
- Olick, J. K. (2010). What is the ‘relative autonomy of culture.’ In J. Hall, L. Grindstaff, & M.-C. Lo (Eds.), *Handbook of Cultural Sociology* (pp. 97–108). London & New York: Routledge.
- Ostrom, E., Burger, J., Field, C. B., Norgaard, R. B., & Policansky, D. (1999). Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, 284(5412), 278–282.
- Park, R., & Burgess, E. (1925). *The City: Suggestions for Investigation of Human Behaviour in*



- The Urban Environment*. Chicago and London: Chicago University Press.
- Parsons, T. (1937). *The Structure of Social Action*. London: McGraw-Hill.
- Parsons, T. (1971). *The System of Modern Societies*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Pask, G., & Foerster, H. Von. (1960). A predictive model for self organizing systems, Part I. *Cybernetica*, 3, 258–300.
- Paul, S. K. (2009). How We Know What We're Doing. *Philosophers' Imprint*, 9(11).
- Peirce, C. S. (1868). On a New List of Categories. *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*, 7, 287–298. Retrieved from <http://www.peirce.org/writings/p32.html>
- Peirce, C. S. (1958). *The Collected Papers* (Vol. 1–6). Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Peirce, C. S., & Welby-Gregory, Vi. (2001). *Semiotic and Significs: The Correspondence between C. S. Peirce and Victoria Lady Welby*. Elsau: Press of Arisbe Associates.
- Persky, J. (1995). Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. *Journal of Economic Perspectives*, 9(2), 221–231. <https://doi.org/10.1257/jep.9.2.221>
- Pinker, S. (2002). *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*. New York: Penguin Books.
- Poria, Y., Butler, R., & Airey, D. (2003). The core of heritage tourism. *Annals of Tourism Research*, 30(1), 238–254. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00064-6](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00064-6)
- Porpora, D. V. (2013). Morphogenesis and Social Change. In *Social Morphogenesis* (pp. 25–37). Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-6128-5\\_2](https://doi.org/10.1007/978-94-007-6128-5_2)
- Portugali, J. (2004). Toward a cognitive approach to urban dynamics. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 31, 589–613.
- Portugali, J. (2011). *Complexity, Cognition and the City*. Berlin: Springer.
- Prada-Trigo, J., Gálvez, J. C. P., López-Guzmán, T., & Loyola, S. E. P. (2016). Tourism and Motivation in Cultural Destinations: towards those Visitors Attracted by Intangible Heritage. *Almatourism - Journal of Tourism, Culture and Development*, 7(14), 17–37.
- Ragin, C. C. (2000). *Fuzzy-set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ramsey, F. (1931). Truth and Probability. In R. . Braithwaite (Ed.), *The Foundations of Mathematics and other Logical Essays* (1999 Elect, pp. 156–198). London: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Co.
- Ramstead, M., Veissière, S., & Kirmayer, L. (2016). Cultural Affordances: Scaffolding Local Worlds Through Shared Intentionality and Regimes of Attention. in *Frontier in Psychology*. *Frontiers in Psychology*, (7), 1090-.
- Raunig, G., Ray, G., & Wuggenig, U. (2011). *Critique of Creativity: precarity, subjectivity and resistance in the creative industries*. London: Mayfly.
- Reshef, D. N., Reshef, Y. A., Finucane, H. K., Grossman, S. R., McVean, G., Turnbaugh, P. J., ... Sabeti, P. C. (2011). Detecting Novel Associations in Large Data Sets. *Science*, 334(6062), 1518–1524. <https://doi.org/10.1126/science.1205438>
- Richards, G. (2016). The sustainability of cultural cities: A view from Barcelona. *Sustainability of Local Commons with a Global Value: Venice and Its Lagoon*, 16.

- Richards, G., & Lénia, M. (2012). Exploring Creative Tourism: Editors Introduction. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, 4(2), 1–11.
- Richerson, P. J., & Boyd, R. (1985). *Culture and the evolutionary Process*. Chicago: Chicago University Press.
- Ritzer, G. (1985). The Rise of Micro-Sociological Theory. *Sociological Theory*, 3(1), 88–98.
- Robinson, J. (2001). *Goodman*. (B. Gaut & D. M. Lopes, Eds.). London & New York: Routledge.
- Rosch, E., & Lloyd, B. B. (Eds.). (1978). *Cognition and Categorization*. New York, London, Toronto, Sydney: John Wiley & Sons.
- Ross, L., Greene, D., & House, P. (1977). The “false consensus effect”: An egocentric bias in social perception and attribution processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13(3), 279–301. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(77\)90049-X](https://doi.org/10.1016/0022-1031(77)90049-X)
- Russo, A. P., & Richards, G. (2016). *Reinventing the local in tourism: producing, consuming and negotiating place*. Bristol: Channel View Publications.
- Sadegh-Zadeh, K. (2012). Fuzzy formal ontology. *Studies of Fuzziness and Soft Computing*, 237, 383–400.
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press.
- Schiller, N. G., & Çağlar, A. (2009). Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: Migrant Incorporation and City Scale. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(2), 177–202.
- Schutz, A. (1967). *The Phenomenology of the Social World*. Evanston: Northwestern University Press.
- Scott, A. J. (2000). *The Cultural Economy of Cities: Essays on the Geography of Image-Producing Industries*. New York: Sage Publications.
- Scott, A. J. (2008). *Social Economy of the Metropolis: Cognitive-Cultural Capitalism and the Global Ressurgence of Cities*. Oxford: Oxford University Press.
- Scott, A. J. (2014). Beyond the Creative City: Cognitive-Cultural Capitalism and the New Urbanism. *Regional Studies*, 48(4), 565–578.
- Scott, A. J., & Storper, M. (2015). The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1–15.
- Seamon, D. (2007). A Lived Hermetic of People and Place: Phenomenology and Space Syntax. In *Proceedings 6th International Space Syntax Symposium Istanbul, 2007*.
- Seidl, D. (2004). Luhmann’s theory of autopoietic social systems. *Münchner Betriebswirtschaftliche Beiträge*, 2.
- Selada, C., Vilhena Da Cunha, I., & Tomaz, E. (2012). Creative-Based Strategies in Small and Medium-Sized Cities: Key Dimensions of Analysis. *Quaestiones Geographicae*, 31(4). <https://doi.org/10.2478/v10117-012-0034-4>
- Semenenko, A. (2012). *The Texture of Culture - An Introduction to Lotman’s Semiotic Theory*. Basingstoke: Palgrave-MacMillan.
- Shannon, C. (1948). A Mathematical Theory of Communication. *Bell System Technical Journal*,

27(4), 623–666.

Shannon, C., & Weaver, W. (1963). *The Mathematical Theory of Communication*. Champaign: University of Illinois Press.

Shepherd, R. (2002). Commodification, Culture and Tourism. *Tourist Studies*, 2(2), 183–201.

Shiota, M. N., Keltner, D., & Mossman, A. (2007). The nature of awe: Elicitors, appraisals, and effects on self-concept. *Cognition & Emotion*, 21(5), 944–963.  
<https://doi.org/10.1080/02699930600923668>

Sidonia, R. A., & Cristina, M. (2013). What Motivates Cultural Tourists? An Analysis Of Bucharest Inhabitants' Motivation To Visit The Centre Region. *Annals of Faculty of Economics*, 1(1), 825–834. Retrieved from  
<https://ideas.repec.org/a/ora/journl/v1y2013i1p825-834.html>

Silberman, N., & Purser, M. (2012). Collective memory as affirmation: people-centered cultural heritage in a digital age. In *Heritage and Social Media: Understanding Heritage in a Participatory Culture* (pp. 13–29). London & New York: Routledge.

Simmel, G. (2002). Metropolis and the Mental Life. In G. Bridge & S. Watson (Eds.), *Blackwell City Reader*. Oxford and Malden: Wiley-Blackwell.

Simon, H. A. (1957). *Models of Man: Social and Rational- Mathematical Essays on Rational Human Behavior in a Social Setting*. New Jersey: Wiley.

Smelser, N. J. (1967). Processes of Social Change. In N. J. Smelser (Ed.), *Sociology* (pp. 674–728). New York: John Wiley & Sons.

Smith, L. (2006). *The Uses of Heritage*. London & New York: Routledge.

Smith, M. K. (2003). *Issues in Cultural Tourism Studies*. London: Routledge.

Smith, N., & Williams, P. (1986). *Gentrification of the City*. London: George Allen & Unwin.

Smithson, M., & Verkuilen, J. (2006). *Fuzzy Set Theory: Applications in the Social Sciences*. California: Sage.

Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford: Basil Blackwell.

Sorokin, P. A. (1970). *Social and Cultural Dynamics: A Study of Change in Major Systems of Art, Truth, Ethics, Law and Social Relationships*. Boston: Porter Sargents Publishers.

Sosa, E. (2015). *Judgment and Agency*. Oxford: Oxford University Press.

Speaks, J. (2017). Theories of Meaning. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2017). Metaphysics Research Lab, Stanford University.

Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355.  
<https://doi.org/10.2307/1882010>

Stahl, T. (2018). Georg [György] Lukacs. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2018 Edition). Retrieved from  
<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/lukacs/%3E>

Stähle, A. (2012). Place Syntax Tool (PST). In A. Hull, C. Silva, & L. Bertolini (Eds.), *Accessibility Instruments for Planning Practice* (pp. 173–178). COST Office.

Staiff, R. (2014). *Re-Imagining Heritage Interpretation: Enchanting the Past-Future*. Surrey:

Ashgate.

- Storper, M., & Scott, A. J. (2008). Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*, 9(2), 147–167. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbn052>
- Stover, S. S. (1977). Convergences Between Symbolic Interactionism and Systems Theory 1, 2. *Symbolic Interaction*, 1(1), 89–103. <https://doi.org/10.1525/si.1977.1.1.89>
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Taleb, N. N. (2007). *The Black Swan: The Impact of the Highly Improbable*. New York: Random House.
- Thornton, S. (1995). *Club Cultures: Music, Media and Subcultural Capital*. Connecticut: Wesleyan University Press.
- Thrift, N. (1996). *Spatial Formations*. Longon: Sage Publications.
- Tilden, F. (1977). *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Tononi, G., Boly, M., Massimini, M., & Koch, C. (2016). Integrated information theory: from consciousness to its physical substrate. *Nature Reviews. Neuroscience*, 17(7), 450–61. <https://doi.org/10.1038/nrn.2016.44>
- Tunbridge, J. E., Ashworth, G. J., & Graham, B. J. (2013). Decennial reflections on A Geography of Heritage (2000). *International Journal of Heritage Studies*, 19(4), 365–372. <https://doi.org/10.1080/13527258.2012.695038>
- Turner, J. C. (1985). Social Categorization and Self-Concept: A Social Cognitive Theory of Group Behavior. In E. J. Lawler (Ed.), *Advances in Group Process: Theory and Research* (pp. 77–121). Greenwich: JAI press.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Cambridge, M.A.: Basil Blackwell.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, 185(4157), 1124–1131.
- Tylor, E. B. (1871). *Primitive Culture: Research into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custum*. London: John Murray.
- Urry, J. (2002). *The Tourist Gaze. 2nd Edition*. London: Sage Publications.
- Uzzell, D. (1989). *Heritage Interpretation: The Visitor Experience Vol 2*. New York: John Wiley & Sons.
- Uzzell, D. (2006). Interpreting our heritage: A theoretical interpretation. In *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation*.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- van Deursen, A. J. A. M., & van Dijk, J. A. G. M. (2009). Using the Internet: Skill related problems in users' online behavior. *Interacting with Computers*, 21(5–6), 393–402. <https://doi.org/10.1016/j.intcom.2009.06.005>
- Volland, C. S. (1987). A comprehensive theory of long wave cycles. *Technological Forecasting and Social Change*, 32(2), 123–145. [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(87\)90035-7](https://doi.org/10.1016/0040-1625(87)90035-7)

- Von Mises, L. (1998). *Human Action: A Treatise on Economics*. Auburn, Alabama: Ludwig Von Mises Institute.
- Walters, P. (1982). *An introduction to ergodic theory*. Berlin: Springer.
- Wang, N. (1999). Rethinking Authenticity in Tourism Experience. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 349–370.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social Network Analysis*. Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- Waterton, E., & Smith, L. (2010). The recognition and misrecognition of community heritage. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1–2), 4–15.  
<https://doi.org/10.1080/13527250903441671>
- Waterton, E., & Watson, S. (2014). *The Semiotics of Heritage Tourism*. Bristol: Channel View Publications.
- Waterton, E., & Watson, S. (2015a). The Ontological Politics of Heritage; or How Research Can Spoil a Good Story. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 21–36). New York: Palgrave MacMillan.
- Waterton, E., & Watson, S. (2015b). *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. New York: Palgrave MacMillan.
- Watts, D. J., & Strogatz, S. H. (1998). Collective dynamics of ‘small-world’ networks. *Nature*, 393(6684), 440–442. <https://doi.org/10.1038/30918>
- Weatherson, B. (2016). David Lewis. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 201). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: An outline of Interpretative Sociology*. London: University of California Press.
- Weber, M. (1991). The Nature of Social Action. In W. G. Runciman (Ed.), *Weber: Selections in Translation* (p. 7). Cambridge, M.A.: Cambridge University Press.
- White, H. (1963). *An Anatomy of Kinship*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Wiener, N. (1948). *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Wilcox, A. R. (1973). Indices of Qualitative Variation and Political Measurement. *The Western Political Quarterly*, 26(2), 325. <https://doi.org/10.2307/446831>
- Willensky, U., & Rand, W. (2015). *An Introduction to Agent-Based Modeling*. Cambridge, M.A.: MIT Press.
- Wilson, E. O. (2000). *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, M.A.: Harvard University Press.
- Wilson, G., & Shpall, S. (2016). Action. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 201). Stanford University Press. Retrieved from <https://plato.stanford.edu/entries/action/>
- Wilson, M. (2002). Six views of embodied cognition. *Psychonomic Bulletin & Review*, 9(4), 625–636. <https://doi.org/10.3758/BF03196322>
- Winter, T. (2015). Heritage and Nationalism: An Unbreachable Couple? In *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 331–345). London: Palgrave

Macmillan UK. [https://doi.org/10.1057/9781137293565\\_21](https://doi.org/10.1057/9781137293565_21)

Wirth, L. (1938). Urbanism as a Way of Life. *American Journal of Sociology*, 44(1), 1–24.  
Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/2768119>

Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical Investigations*. London: Blackwell Publishing.

Woodside, A. G., & Dubelaar, C. (2002). A General Theory of Tourism Consumption Systems: A Conceptual Framework and an Empirical Exploration. *Journal of Travel Research*, 41(2), 120–132. <https://doi.org/10.1177/004728702237412>

Worrall, J. (1989). Structural Realism: The Best of Both Worlds? *Dialectica*, 43(1–2), 99–124.  
<https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.1989.tb00933.x>

Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, M.A.: Blackwell.

Zukin, S. (2011). Is There An Urban Sociology? - Questions on a Field and a Vision. *Sociologica*, (3), 1–18.

Zukin, S., Kasinitz, P., & Chen, X. (2015). *Global Cities, Local Streets: Everyday Diversity from New York to Shanghai*. New York: Routledge.

## Anexo II – Guiões de Entrevista e Procedimentos

### Guião de Entrevista ao Município

O trabalho que estamos a fazer foca-se em perceber como é que as pessoas na cidade de Tomar representam o património – o que é que elas acham que tem mais que ver com o património construído e o que é mais importante para elas. Este trabalho está a ser desenvolvido com vista a tentar construir ferramentas para perceber o que é que as pessoas acham relevante, e como é que se pode aproximar as ideias dos cidadãos locais tanto da maneira como o património é gerido como do turismo cultural que vem para a cidade – daí que haja trabalho a ser feito por colegas nesse sentido.

1. Tomar tem vários elementos patrimoniais, administrados por diversas entidades – a DGPC, as paróquias locais, grupos de acção local. Confesso que é difícil perceber o que é que é o quê, e quem é que faz a gestão do quê. Como é que a câmara de Tomar lida com estes diversos stakeholders?
2. Um dos aspectos que mais vezes é mencionado é que existem elementos de património que têm pouca informação e interpretação, ou estão em mau estado de conservação – como o fórum romano, ou como alguns dos monumentos, nomeadamente as igrejas de são João baptista ou Santa Maria. Duas questões:
  - a. Existe alguma selecção em termos de quais os elementos nos quais se investe mais?
  - b. Como é que é feita a selecção de investir na interpretação e conservação dos elementos?
3. Em que é que há mais foco – há alguma área, ou tema que seja mais enfatizado pela câmara? – CATEGORIAS DE ANÁLISE
4. Um dos focos da nossa investigação prende-se com a forma como o património tem múltiplas funções, e serve não só para manter uma história nacional e local, mas também tem importância para as pessoas que o utilizam. Em Tomar, como é que acha que é a ligação das pessoas ao património construído?
5. Na mesma linha, existe uma preocupação de que o turismo altere, ou deforme, o património, tornando apenas aquele património que é facilmente comercializável em importante. Acha que há esse risco em Tomar, especialmente com a marca de “Templários” passando por cima de outros aspectos?
6. Quais é que são as outras marcas que atraem os turistas para Tomar?
7. Em termos gerais o que é que acha que se podia fazer de diferente em todos estes aspectos – conservação, preservação, interpretação, exploração turística, e articulação com a população local?

### **Inquérito para a Dissertação de Mestrado “Interpretação do Património Urbano” de Rodrigo Nicolau de Almeida**

Este inquérito tem como objectivo perceber o é que os cidadãos da cidade de Tomar valorizam em termos culturais, focando-se especificamente em elementos urbanos. O inquérito consiste em duas partes: oito questões para serem realizadas num perímetro urbano à volta do centro da cidade, que consistem em que o respondente fotografe os elementos que acha que mais lhe lembram a ideia presente na questão; e uma breve interpretação das oito fotos.

O investigador vai entregar-lhe uma folha com alguma informação recolhida da internet acerca da cidade de Tomar, para lhe dar uma ideia de algumas coisas que os visitantes prestam atenção. Pedimos que leia esta folha antes de começar o inquérito com atenção.

Em cada questão é possível fotografar mais do que um elemento, e o mesmo elemento pode servir de resposta a mais do que uma questão. Lembre-se que estamos à procura da sua opinião sincera: pedimos que escolha os elementos que vai fotografar de forma a fazer o mais sentido possível para si. Enquanto o estiver a fazer, pense igualmente nas razões que o levam a fazer essa escolha.

Quando estiver pronto, passe para a página seguinte.



## Questões

1. Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha que mais tem que ver com a história da cidade;
2. Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha que mais tem que ver com a vida da comunidade em Tomar;
3. Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha mais tem que ver com o património de Tomar;
4. Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha mais tem que ver com a história nacional e de Portugal;
5. Tire uma ou mais fotografias àquilo (ou elementos) que acha que mais tem que ver com a presença templária em Tomar;
6. Tire uma ou mais fotografias a elementos que ache que são particularmente belos ou atractivos;
7. Tire uma ou mais fotografias a elementos que lhe pareçam interessantes por outras razões;
8. Tire uma ou mais fotografias que ache que seriam boas representações da cidade de Tomar para quem não a conhece

O perímetro a fotografar vai desde o final da Rua Marquês de Pombal, incluindo toda a área até ao Hotel dos Templários, a Norte, e a Sul a Rua que segue para a Mata dos Sete Montes. Esta é a área em geral delineada no mapa seguinte:



## Tomar: O caminho dos Templários

(adaptado de <http://www.e-cultura.pt/artigo/19347>)

### Igreja de S. João Baptista

Situada na Praça do Município, a construção desta igreja já estava terminada em 1510. Ladeando a fachada, com o seu magnífico portal tardo-gótico pode ver-se uma torre do mesmo período.

Pode-se observar a influência das formas batalhinas na decoração das platibandas. No interior, de três naves, podem ver-se magníficos quadros de cerca de 1538-39, atribuídos a Gregório Lopes e um tríptico luso-flamengo do início de quinhentos, no Baptistério, atribuído a Eduardo o Português, discípulo do mestre flamengo Quintino de Metsys.



### Sinagoga

A sinagoga de Tomar é o melhor edifício do tipo existente em Portugal, sendo um exemplar completo para o estudo da presença judaica no território português e em particular na cidade de Tomar.

Alberga no seu interior o Museu Luso-Hebraico Abraham Zacuto. Este edifício revela a importância que os Judeus tiveram no desenvolvimento da cidade de Tomar nos sécs. XIV e XV.

### Paços do Concelho

O centro desta baixa é a belíssima praça com a estátua de Gualdim Pais de premeio entre os Paços do Concelho e a Igreja de S. João Batista (que também se diz padroeiro dos cavaleiros de Salomão).

Embora a edificação deste conjunto date dos primeiros anos da centúria de Quinhentos, a sua estrutura não apresenta qualquer elemento de gosto manuelino, uma vez que na segunda metade do século XVI o modelo



dos Paços do Concelho foi totalmente refeito segundo um projecto maneirista, que em muito se inspira no modelo das igrejas-salão.

### **Café Paraíso**

No caminho para a Praça central, uma paragem inescapável é o café Paraíso, com o traçado clássico de inícios de século 20, pleno de mármore, inox e madeira.



Por aqui passa meia Tomar e Umberto Eco, o autor de "O Nome da Rosa", ia escrever numa das mesas, quando esteve na cidade há uns 15 anos. Com uma fachada em vidro (que transformou a fachada anterior, de quatro pórticos), o melhor do Paraíso, segundo a sua proprietária, é o facto de ser um espaço "arejado e ter um pé direito maravilhoso". "Intemporal."

### **Casa Havaneza**

Um elemento notável que não escapa a quem passa é igualmente a casa Havaneza, na entrada da Rua Serpa Pinto, com o seu púlpito ladeado a azulejos representando a Roda do Mouchão e a casa Vieira de Guimarães. A construção data de finais do século XIX, e terá sido na altura um edifício de comércio, estando agora desactivado. Não poucas pessoas terão aqui passado boas horas, e especialmente a alta sociedade tomarense teria pouso aqui.

A elegância do edifício acrescenta-se pela sua localização, como porta de entrada ora para a extensa rua da "Corredoura", ora para o rio Mouchão, mais à frente.



### **Poço Templário**

Um elemento discreto à entrada da Corredoura, o poço de uma antiga cavaleriça, feito de materiais retirados de um teatro romano, tem uma importância histórica notável, ao ser um dos poucos marcos templários na "Cidade Baixa" facilmente acessível, para além de um marco da história nacional mais obscura. Alguns pontos notáveis incluem a sua profundidade – 9 metros, apesar de estar seco – e o detalhe da sua construção rudimentar, remanescente da arquitectura popular de século XVI.



## Template de Registo

Nome do Respondente:

Número de Inquérito:

**Pergunta 1 - Tirem uma fotografia a algo que acham que se relaciona com a história da cidade**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 2 - Tirem uma fotografia a algo que parece relacionar-se com a vida de comunidade do local**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 3 - Tirem uma ou mais fotografias que melhor representem a ideia de “património”**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 4 - Tirem uma ou mais fotografias aos espaços que acham que têm mais que ver com a cultura de Portugal e a sua história**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 5 - Tirem uma ou mais fotografias a algo que tem que ver com a presença templária na cidade**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 6 - Tirem uma ou mais fotografias a algo que lhes pareça particularmente belo, atractivo, ou que tenha valor estético**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 7 - Tirem uma fotografia de algo que lhes pareça particularmente interessante por outras razões**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

**Pergunta 8 - Seleccionem um ângulo para retirar uma foto que "represente" a cidade para quem não a conhece**

O que representa:

Porque a escolheste:

Que outras escolhas podias ter feito (por ordem de relevância):

#### **Perguntas Sociodemográficas**

1. Género:
2. Idade:
3. Educação:
4. Profissão:
5. Situação na Profissão:

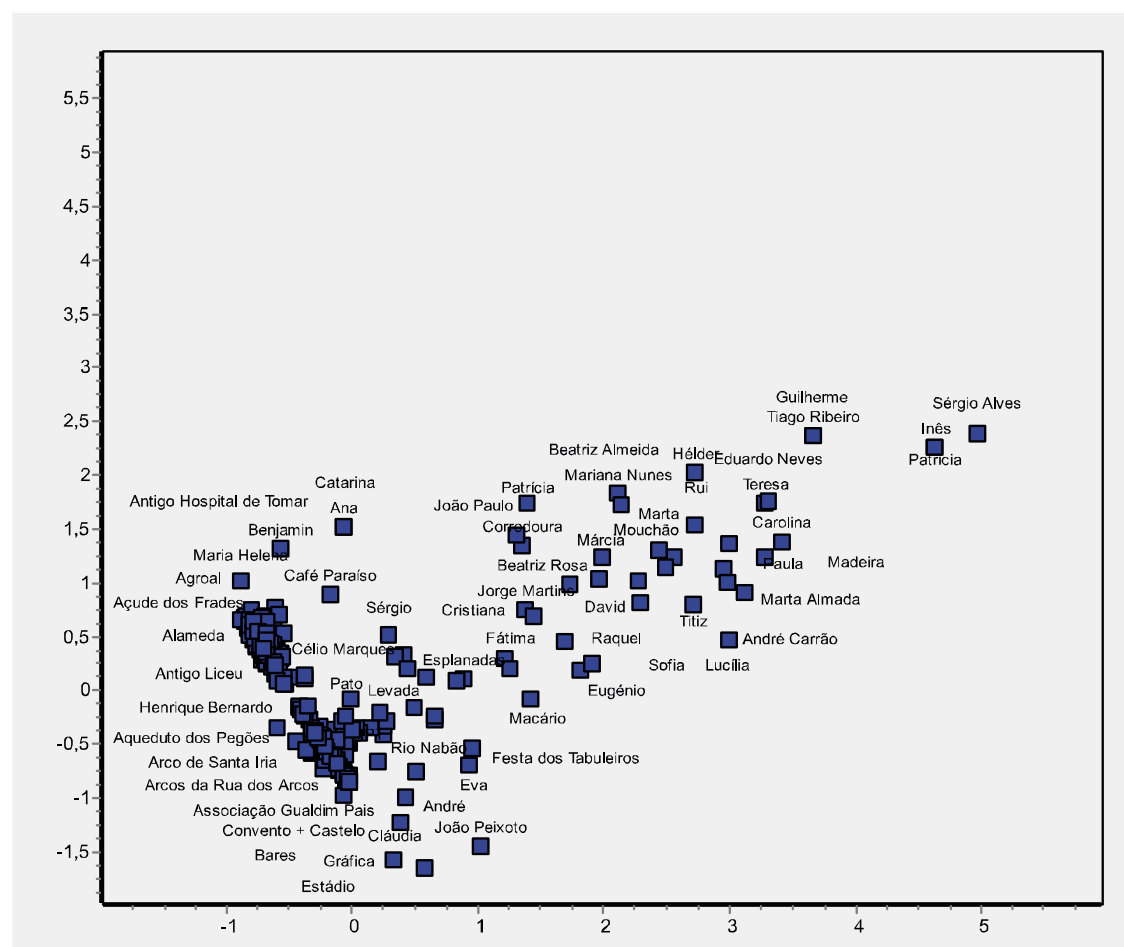
## Anexo III – Gráficos e Ilustrações

### Distribuição de elementos

The chart displays the frequency of 25 elements. The elements are ordered by decreasing frequency. The first element, 'Convento + ...', has a frequency of approximately 190. The frequency drops significantly for the second element, 'Igreja de São...', and then continues to decrease more gradually for the remaining elements. The cumulative distribution curve (orange line) shows that the first 10 elements account for approximately 60% of the total frequency, while the first 20 elements account for approximately 90%.

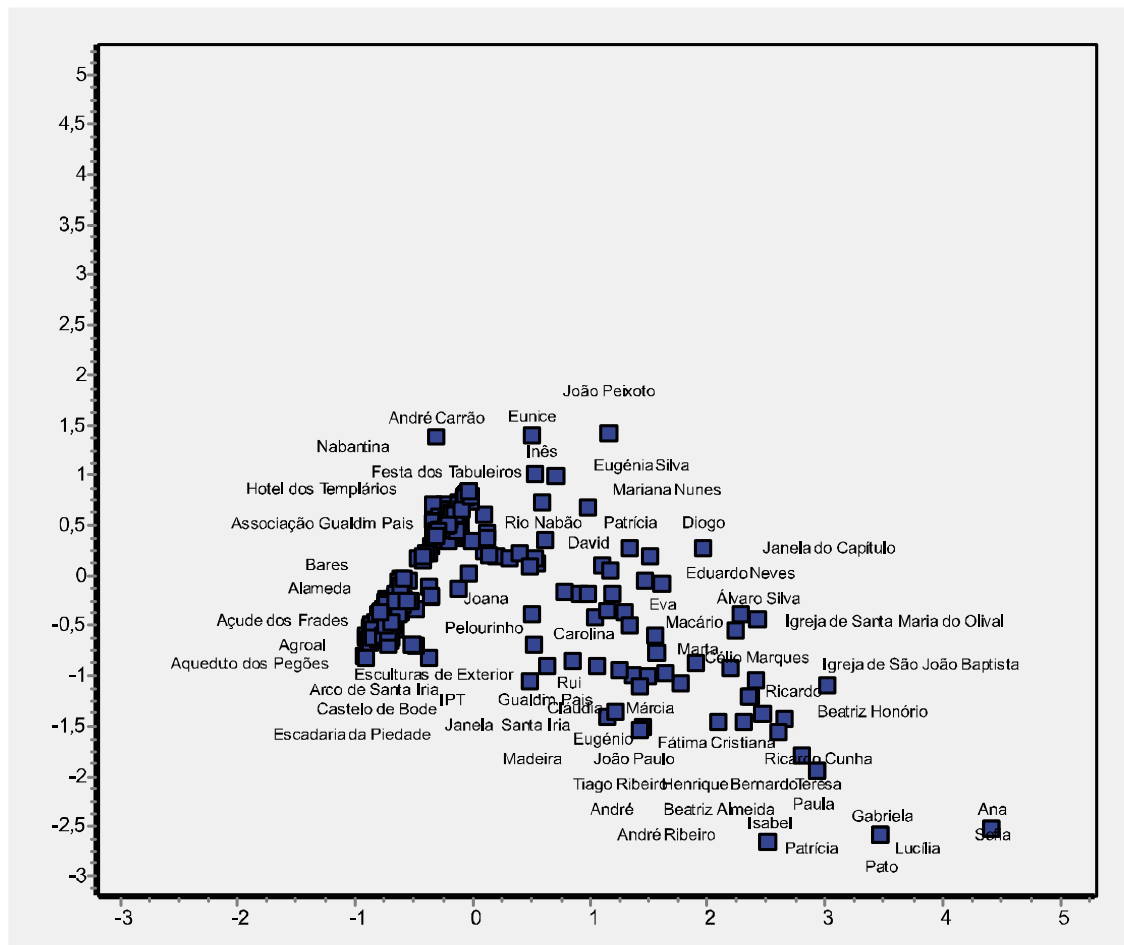
Elemento	Frequência (aproximada)
Convento + ...	190
Igreja de São...	80
Mouchão	70
Gualdim Pais	68
Igreja de Santa...	65
Praça da...	58
Rio Nabão	55
Mata dos Sete...	55
Roda do...	42
Corredoura	40
Sinagoga	38
Santa Iria	30
Ponte D.Manu...	28
Enquadrament...	25
Cruz Templária	23
Café Paraíso	22
Lagares d'el Rei	20
Aqueduto dos...	18
Festa dos...	18
Janela do...	18
Infante...	17
Ruas Estreitas	17
Casa Vieira de...	15
Azulejos	14
Charola	12
Levada	11
Tabuleiro	10

*Ilustração 17 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Comunidade*



Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

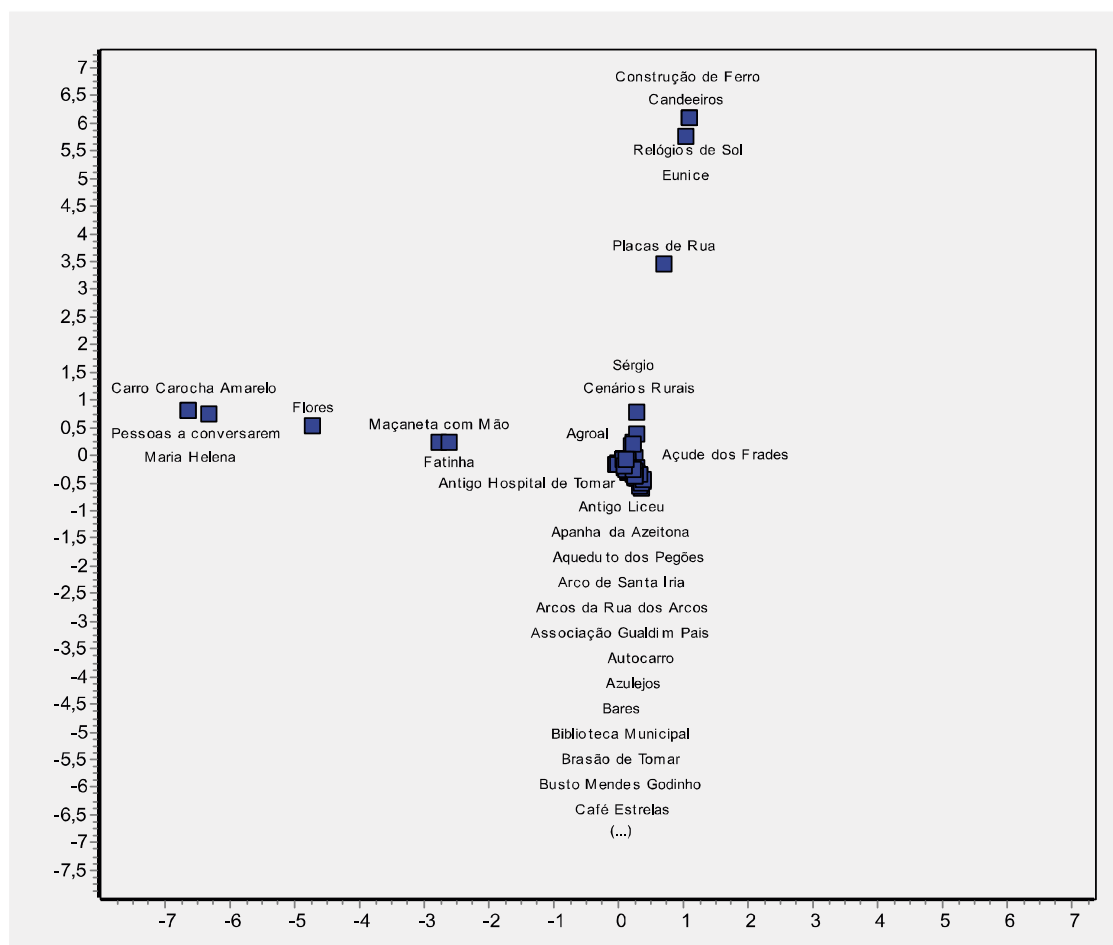
*Ilustração 18 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz Património*



Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

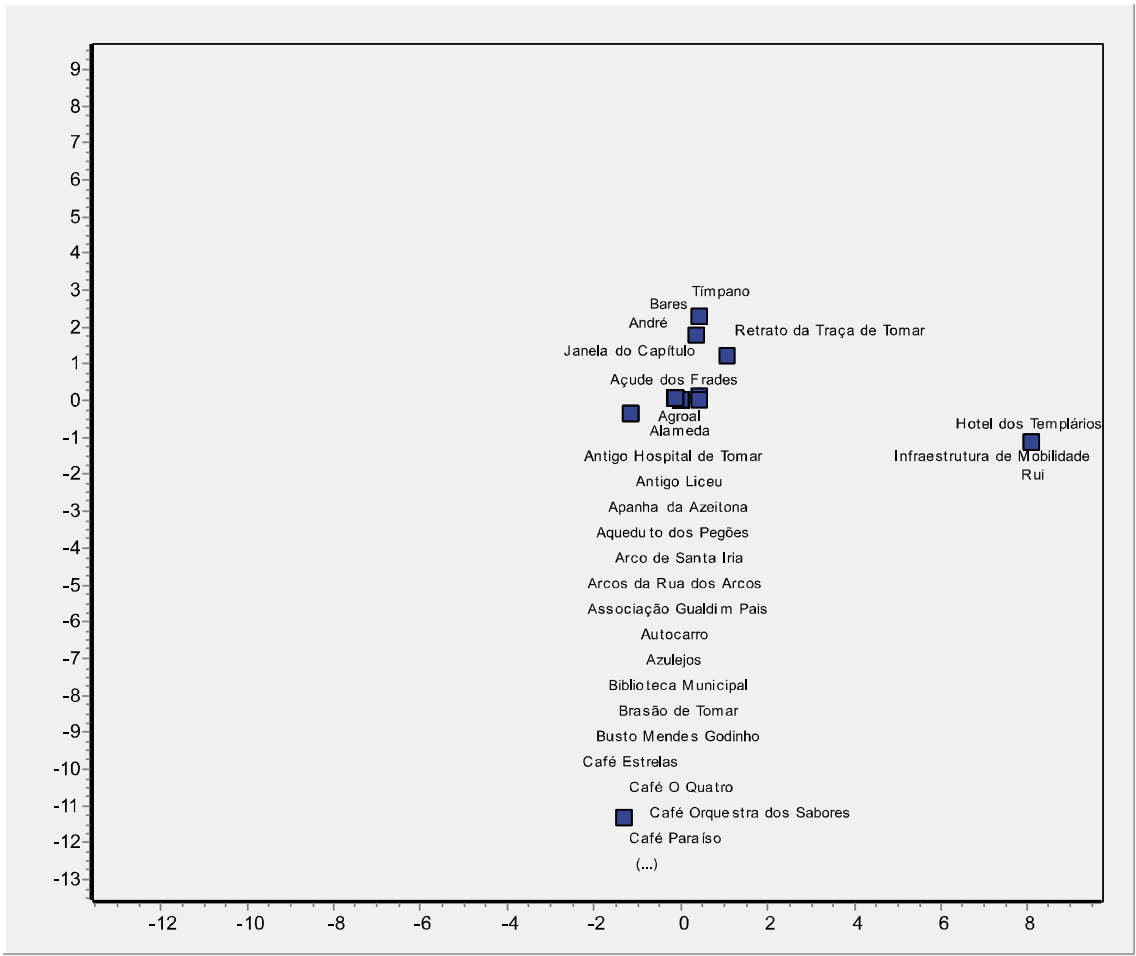


Ilustração 19 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz de Atractividade



Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

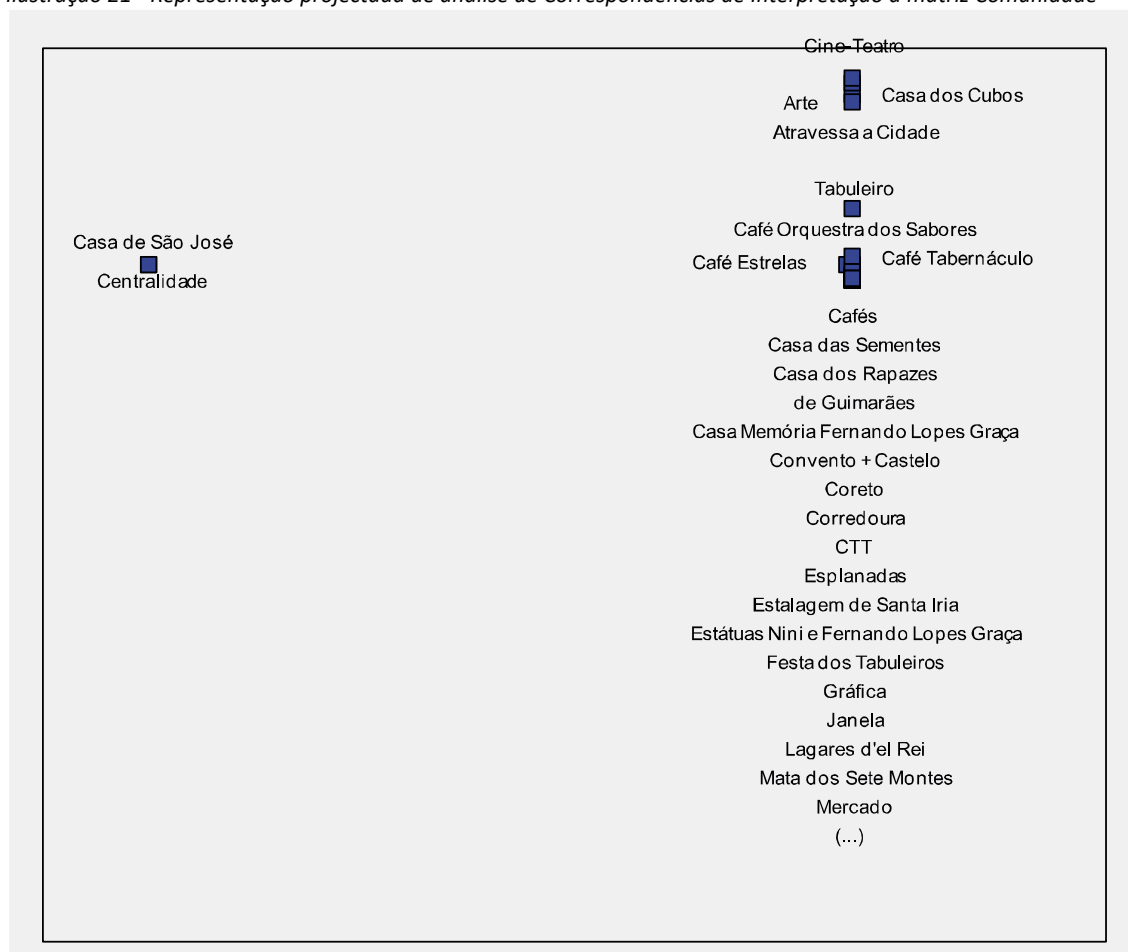
Ilustração 20 - Representação projectada de análise de Correspondências a matriz Pessoal



Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

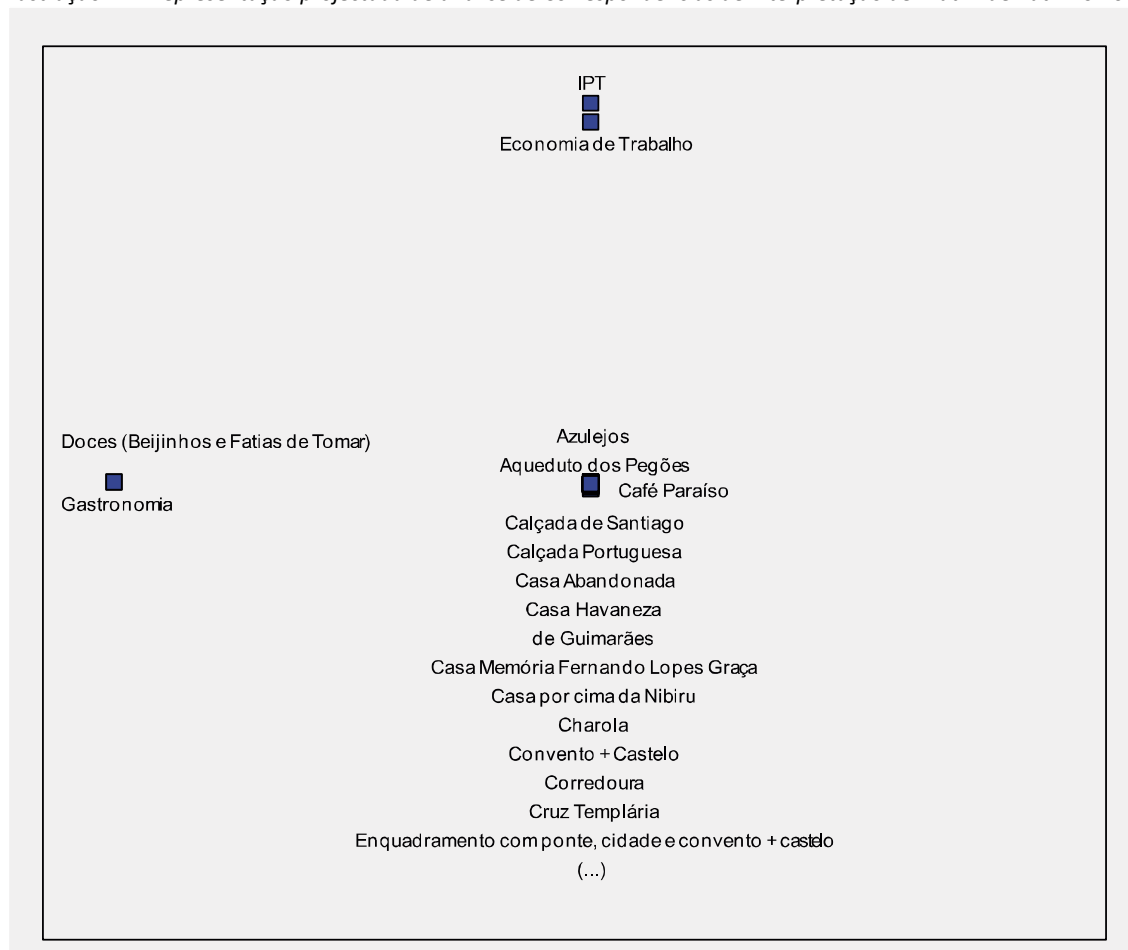


Ilustração 21 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação a matriz Comunidade



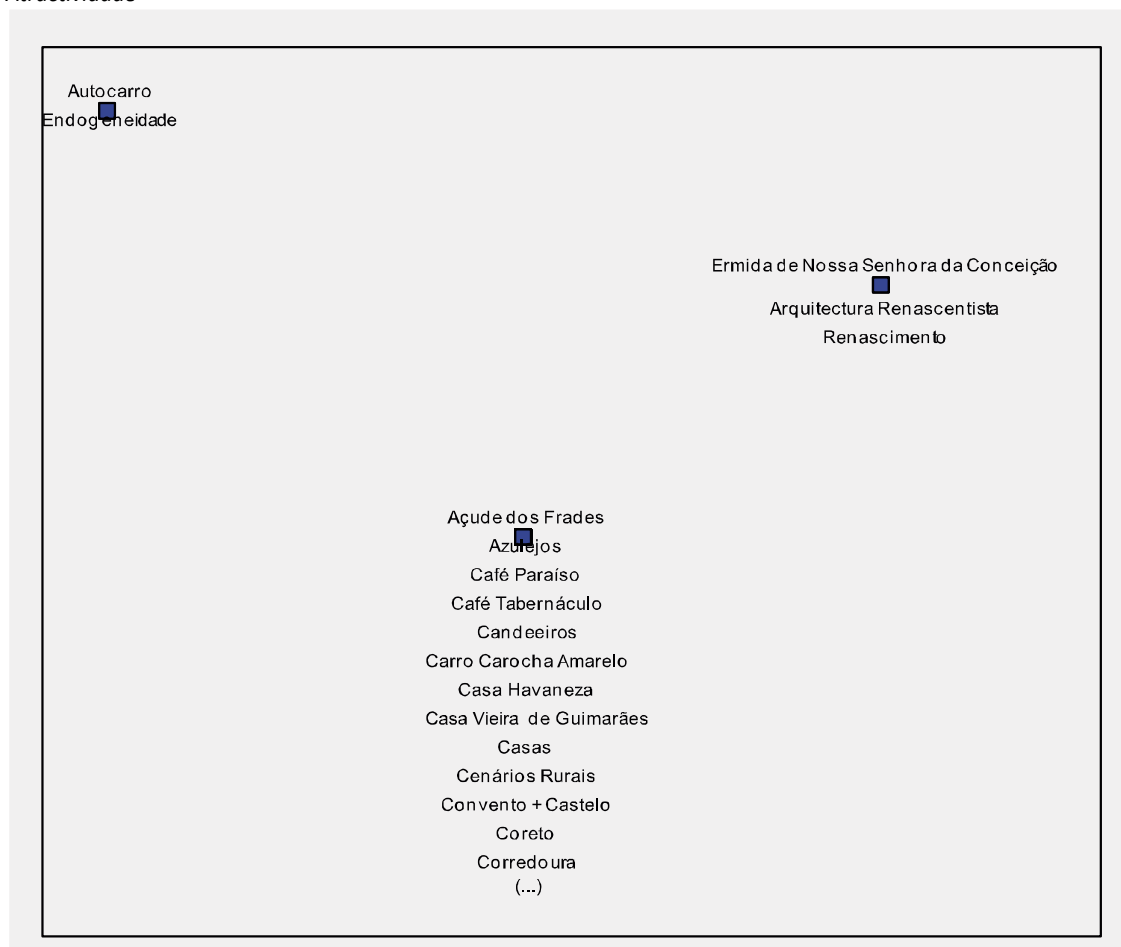
Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

Ilustração 22 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Património



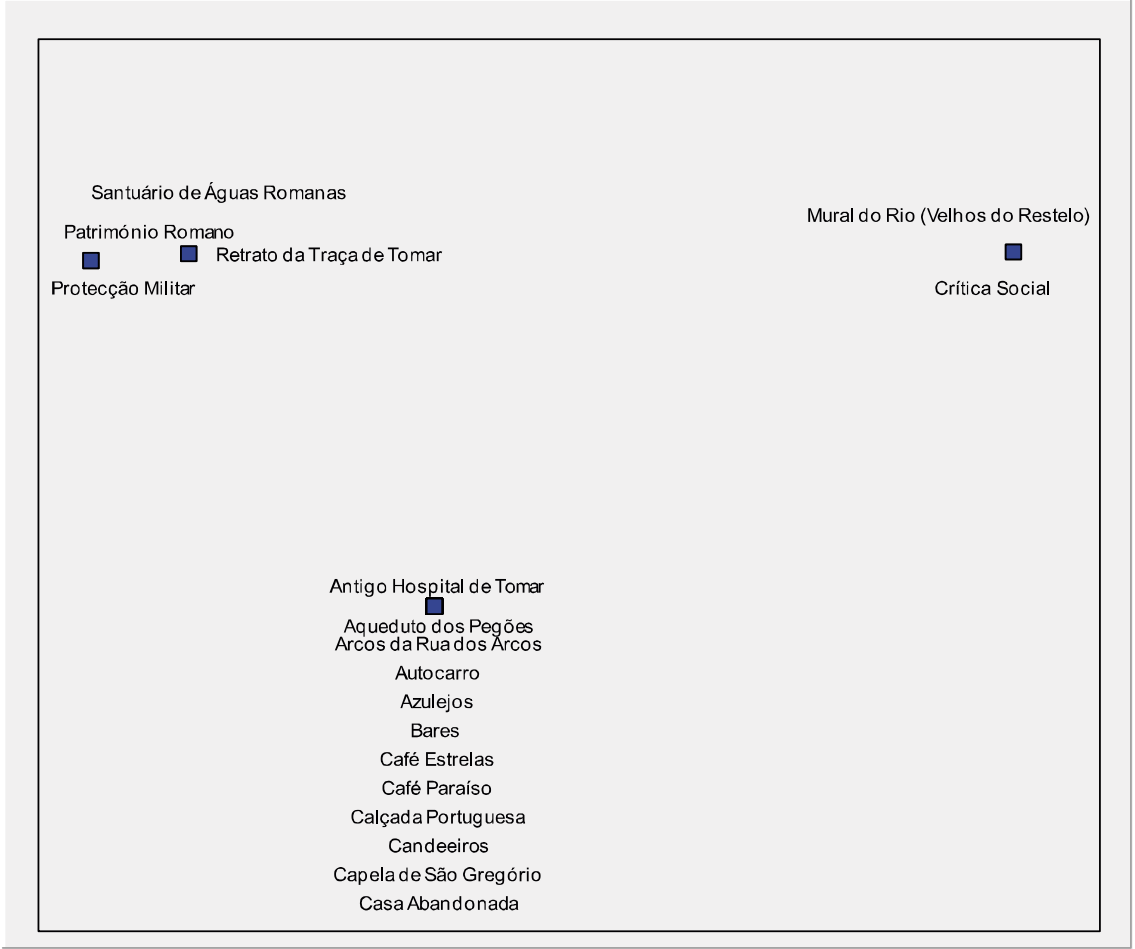
Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

*Ilustração 23 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz de Atractividade*



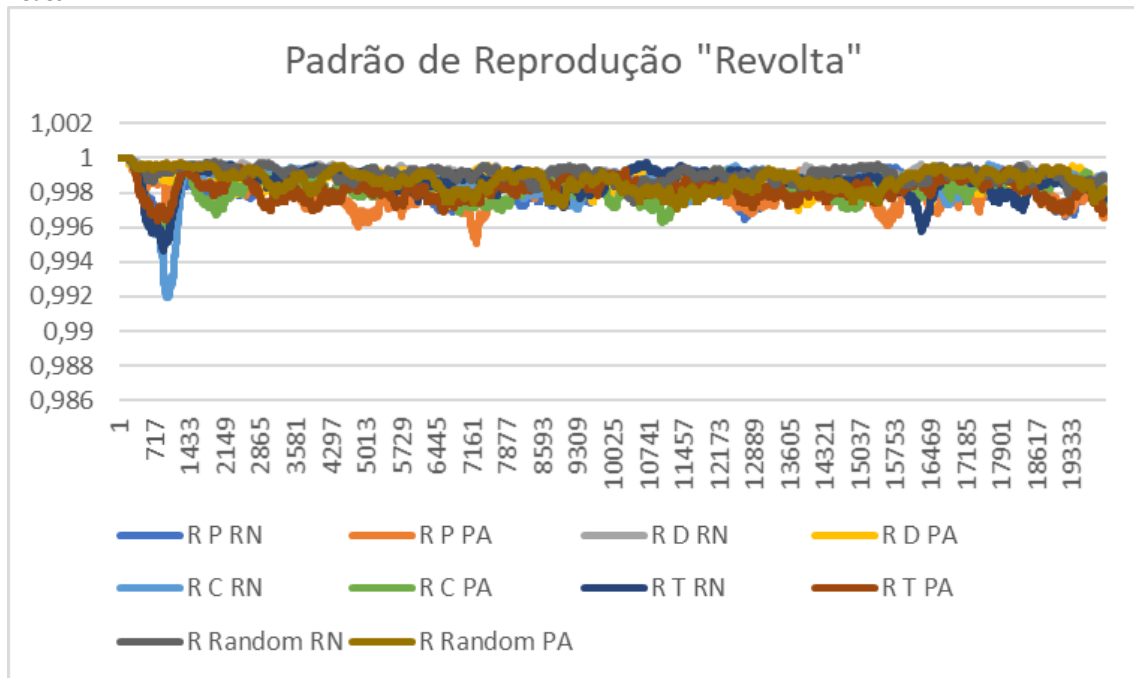
*Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET*

Ilustração 24 - Representação projectada de análise de Correspondências de Interpretação de Matriz Pessoal



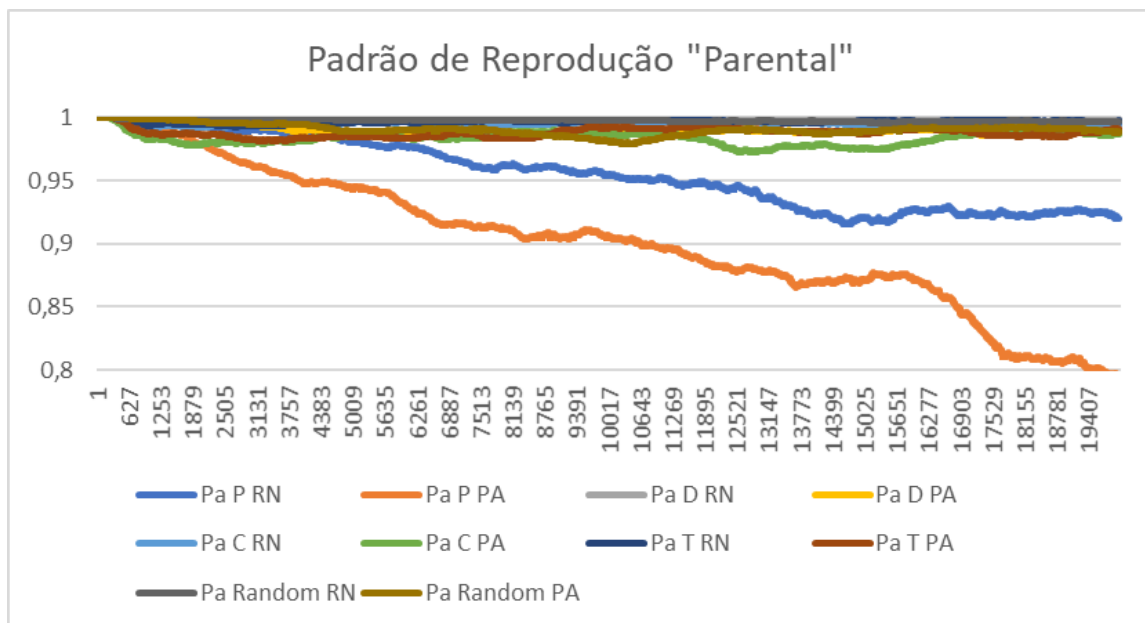
Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Gráfico obtido a partir do Programa UCINET

Gráfico 24 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Revolta": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes



Fonte: Simulações de modelo "EvoSignworld", Elaboração Própria

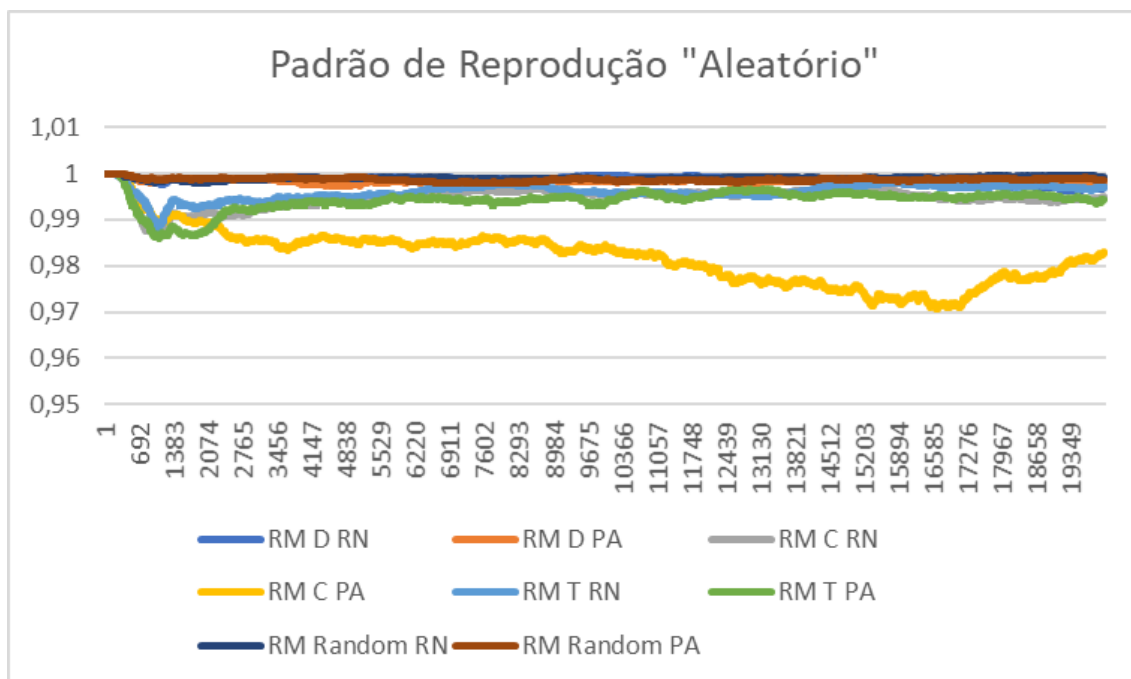
Gráfico 25 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Parental": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes



Fonte: Simulações de modelo "EvoSignworld", Elaboração Própria

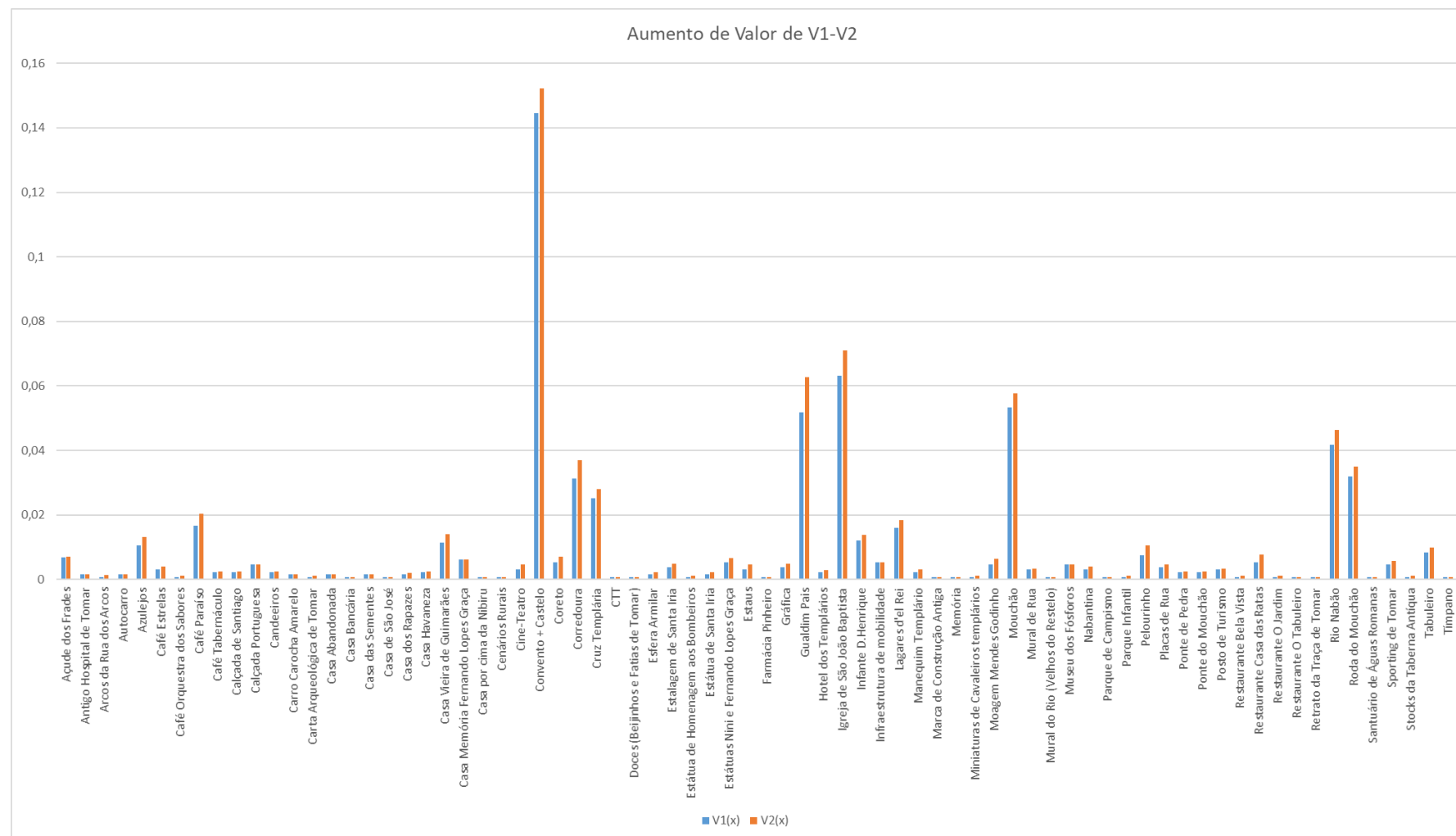
Gráfico 26 - Entropia sobre Estado de Espaço: Reprodução "Aleatório": Estratégias de Comunicação e Topologia de Redes





Fonte: Simulações de modelo "EvoSignworld", Elaboração Própria

Gráfico 27 - Aumento de Valor de V1-V2



Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

## Anexo IV – Tabelas

*Tabela 16 - Partição por CONCOR da matriz de Representação em blocos de posições estruturais*

<b>Block</b>	<b>Elementos</b>
<b>1</b>	Açude dos Frades Convento + Castelo Enquadramento com ponte, cidade e convento + castelo Estátuas Nini e Fernando Lopes Graça Rotunda
<b>2</b>	Charola Ponte de Pedra
<b>3</b>	Arco de Santa Iria Casa Vieira de Guimarães Corredoura
<b>4</b>	Gualdim Pais Igreja de São João Baptista
<b>5</b>	Habitantes Locais Infraestrutura de Mobilidade Mouchão Praça da República Tabuleiro
<b>6</b>	Agroal Aqueduto dos Pegões Castelo de Bode Ponte do Mouchão Real Fábrica da Fiação
<b>7</b>	Igreja de Santa Maria do Olival Levada Ponte D.Manuel I Roda do Mouchão
<b>8</b>	Alameda Festa dos Tabuleiros Mata dos Sete Montes Rio Nabão
<b>9</b>	Capela da Nossa Senhora da Piedade Lagares d'el Rei Quinta da Granja Santa Iria
<b>10</b>	Padrão de S.Lourenço Pelourinho

<b>11</b>	Janela do Capítulo Pátios Restaurante Casa das Ratas
-----------	--

Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Tabela 17 - Tabela de Signos com Legenda Expandida

<b>Signo</b>	<b>Tipo Designatório Semiótico (Escala)</b>
Açude dos Frades	Icónico (1/2), Sub-Indexical
Casa Manuel Vieira de Guimarães	Icónico, Simbólico
Cruz Templária	Icónico (III)
Estátuas Nini e Fernando Lopes Graça	Icónico (1/2)
Paços do Concelho	Icónico
Azulejos	Icónico, Indexical
Café Paraíso	Icónico, Indexical
Enquadramento com ponte, cidade e convento + castelo	Indexical (III)
Mouchão	Icónico (II), Indexical (II), Simbólico (II)
Praça da República	Indexical (II), Simbólico (II)
Rio Nabão	Icónico (II), Indexical (II), Simbólico (II)
Mata dos Sete Montes	Icónico, Indexical, Simbólico
Convento + Castelo	Icónico (II), Indexical (III), Simbólico (IV)
Festa dos Tabuleiros	Simbólico
Gualdim Pais	Simbólico (III)
Igreja de São João Baptista	Icónico (II), Simbólico (III)
Infante D. Henrique	Simbólico (II)
Lagares d'el Rei	Simbólico (II)
Moagem Mendes Godinho	Simbólico
Pelourinho	Simbólico
Ponte D. Manuel I	Indexical, Simbólico
Restaurante Casa das Ratas	Simbólico
Roda do Mouchão	Simbólico (II)
Ruas Estreitas	Simbólico
Santa Iria	Simbólico (II)
Sinagoga	Icónico, Indexical, Simbólico (II)
Tabuleiro	Simbólico
Corredoura	Indexical (II), Simbólico (II)

Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Elaboração Própria

Tabela 18 - Tabela de Classificação Oficial dos Elementos em Tomar pela DPGC

Elemento	Classificação DGPC
Capela de Santa Iria (portal e capela lateral)	MN - Monumento Nacional
Fachada quinhentista do prédio da Rua Direita da Várzea Pequena	MN - Monumento Nacional
Convento de Cristo	MN - Monumento Nacional
Antiga Sinagoga de Tomar	MN - Monumento Nacional
Ermida de Nossa Senhora da Conceição	MN - Monumento Nacional
Igreja de São João Baptista	MN - Monumento Nacional
Janela de Cunhal Quinhentista	MN - Monumento Nacional
Aqueduto do Convento de Cristo	MN - Monumento Nacional
Castelo de Tomar	MN - Monumento Nacional
Ruínas ditas de Nabância	MN - Monumento Nacional
Capela de São Lourenço e Padrão de D. João I	MN - Monumento Nacional
Igreja de Santa Maria do Olival	MN - Monumento Nacional
Palácio de Alvaiázere	IM - Interesse Municipal
Casa de Vieira Guimarães	IM - Interesse Municipal
Quinta da Anunciada Velha	IM - Interesse Municipal
Açude da Fábrica de Fiação de Tomar	MIP - Monumento de Interesse Público
Trechos arquitectónicos que restam dos edifícios dos Estaus	IIP - Imóvel de Interesse Público
Igreja de São Francisco	IIP - Imóvel de Interesse Público
Cerca do Convento de Cristo	IIP - Imóvel de Interesse Público

Edifício dos Paços do Concelho em Tomar	IIP - Imóvel de Interesse Público
Fórum romano de Tomar	IIP - Imóvel de Interesse Público
Capela de São Gregório	IIP - Imóvel de Interesse Público
Parte do antigo convento de Santa Iria, compreendendo a igreja	IIP - Imóvel de Interesse Público
Arco denominado das Freiras	IIP - Imóvel de Interesse Público
Corpo do edifício onde, nos baixos, se encontra o Pego de Santa Iria	IIP - Imóvel de Interesse Público
Fonte de São Lourenço e terreiro anexo	IIP - Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Tomar	IIP - Imóvel de Interesse Público
Padrão de D. Sebastião	IIP - Imóvel de Interesse Público
Casa da Quinta da Granja	IIP - Imóvel de Interesse Público
Pelourinho de Paialvo	IIP - Imóvel de Interesse Público

Fonte: Classificação da DGPC, cf. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70918/>

Tabela 19 - Menções de Elementos; Elementos a **Itálico-Bold** aparecem mencionados na Tabela 3

<b>Aqueduto dos Pegões</b>	<b>4</b>
Azulejos	5
Biblioteca Municipal	1
Café Paraíso	1
Calçada de Santiago	2
Calçada Portuguesa	2
<b>Capela de São Gregório</b>	<b>3</b>
Casa Abandonada	1
Casa dos Cubos	1
Casa Havaneza	1
<b>Casa Vieira de Guimarães</b>	<b>3</b>
Casa Memória Fernando Lopes Graça	3
Casa por cima da Nibiru	1
Charola	2
<b>Convento + Castelo</b>	<b>31</b>
Coreto	1

Corredoura	4
Cruz Templária	4
Doces (Beijinhos e Fatias de Tomar)	1
Enquadramento com ponte, cidade e convento + castelo	1
<b><i>Ermida de Nossa Senhora da Conceição</i></b>	<b>2</b>
Estátuas Nini e Fernando Lopes Graça	1
Estaus	1
Festa dos Tabuleiros	1
<b><i>Fórum Romano</i></b>	<b>1</b>
Gualdim Pais	7
Hotel dos Templários	1
<b><i>Igreja de Santa Maria do Olival</i></b>	<b>15</b>
<b><i>Igreja de São João Baptista</i></b>	<b>28</b>
Infante D.Henrique	1
IPT	1
Janela do Capítulo	8
Lagares d'el Rei	6
Levada	1
Lojas	1
Maçaneta com mão	1
Mata dos Sete Montes	8
Moagem Mendes Godinho	2
Mouchão	3
Mural de Rua	1
Museu dos Fósforos	2
Museu Municipal	1
Nabantina	1
<b><i>Paços do Concelho</i></b>	<b>3</b>
<b><i>Pelourinho</i></b>	<b>1</b>
Poço Templário	2
Ponte D.Manuel I	7
Ponte do Flecheiro	1
Posto de Turismo	2
Praça da República	4
<b><i>Real Fábrica da Fiação</i></b>	<b>2</b>
Restaurante Casa das Ratas	1
Rio Nabão	7
Roda do Mouchão	10
Ruas Estreitas	1
<b><i>Convento de Santa Iria</i></b>	<b>6</b>
<b><i>Sinagoga</i></b>	<b>12</b>
Tabuleiro	4

Tabela 20 - Matriz Reduzida de Interpretações com Hierarquia

Atractividade	1.1
Antiguidade	1.2
Actividade	1.3
Autenticidade	1.4
Centralidade	1.5
Centralidade Política	1.5.1
Diversidade	1.6
Cor	1.7
Disposição	1.8
Endogeneidade	1.9
Identificação	1.10
Auto-evidência	1.11
Incredulidade	1.12
Imponência	1.13
Tipicidade	1.14
Tolerância	1.15
Unicidade	1.16
Melancolia	1.17
Azulejos	2.1
Brasão	2.2
Iluminação Pública	2.3
Tabuleiros	2.4
Traçado Urbano	2.5
Comunidade	3.1
Etnia Cigana	3.2
Maçonaria	3.3
Inquisição	3.4
Templários	3.5
Ordens Religiosas	3.6
Religião Católica	3.7
Amigos	3.8
Bairro	3.9
Cinema	4.1
Cemitério	4.2
Espaços Verdes	4.3
Esplanadas	4.4
Local de Reunião	4.5
Rio	4.6
Comércio	5.1.1

Economia	5.1.2
Economia de Trabalho	5.1.2.1
Educação	5.1.3
Industrialização	5.1.4
Turismo	5.1.5
Cultura	5.2.1
Cultura Local	5.2.1.1
Arquitectura	5.2.2
Arquitectura Gótica	5.2.2.1
Arquitectura Maneirista	5.2.2.2
Arquitectura Manuelina	5.2.2.3
Arquitectura Nacional	5.2.2.4
Arquitectura Renascentista	5.2.2.5
Arte	5.2.3
Arte Nova	5.2.3.1
Património	5.2.4
Património Artístico	5.2.4.1
Património da Humanidade	5.2.4.2
Património Imunitário	5.2.4.3
Património Legal	5.2.4.4
Património Nacional	5.2.4.5
Património Natural	5.2.4.6
Património Romano	5.2.4.7
História	5.2.5
História da Cidade	5.2.5.1
História Económica	5.2.5.2
História Industrial	5.2.5.3
História Local	5.2.5.4
História Médica	5.2.5.5
História Mundial	5.2.5.6
História Nacional	5.2.5.7
História Pessoal	5.2.5.8
História Política	5.2.5.9
Música	5.2.6
Música Internacional	5.2.6.1
Protecção	5.2.7
Protecção Militar	5.2.7.1
Protecção Simbólica	5.2.7.2



Gastronomia	5.2.8
Preservação	5.2.9
Esoterismo	5.2.10
Paganismo	5.2.10.1
Presença de Povos	5.3.1
Presença Judaica	5.3.2
Presença Moura	5.3.3
Presença Romana	5.3.4
Lazer	5.3.2
Ciência	5.3.3
Crítica Social	5.3.4
Desporto	5.3.5
Revolução de 74	6.1

Descobrimientos	6.2
Renascimento	6.3
Reconquista	6.4
Animais	7.1
Fundação	7.2
Festas	7.3
Atravessa a Cidade	7.4
Paisagem	7.5
Lendas	7.6
Pessoal	7.7
Propaganda do Estado Novo	7.8

*Fonte: Inquérito Realizado a conjunto de Indivíduos em Tomar, Elaboração Própria*

## Anexo V – Código de Implementação do Modelo “Signworld Evolucionário”

```
; Global variables
```

```
globals [  
    modal-knowledge  
]
```

```
; Variables to use in each patch
```

```
patches-own [  
    heritage-number  
]
```

```
; Variables in each turtle
```

```
turtles-own [  
    lifecycle  
    agent-countdown  
    count-down  
    influenced  
    heritage-list  
    modality-disposition  
    influence-power  
]
```

```
;Function called by Setup button to clear and initialize the model
```

```
to setup
```

```
    clear-all ;Combines the effects of clear-globals, clear-ticks, clear-turtles, clear-patches, clear-  
drawing, clear-all-plots, and clear-output
```

```
    if set-seed? ;If set-seed? = true, calls set-seed sending the choosen value on seeda
```

```

[set-seed seeda]
define-variables
load-heritage
create-agents
clean-stock
reset-ticks
end

```

```

;Functions to set the random seed to generate the same random sequence
to set-seed [maxNum]
  random-seed maxNum
end

```

```

;Sets the global variables with the choosen values on the sliders
to define-variables

```

```

; Fill modal-knowledge with the three modalities knowledge from the sliders

```

```

let suma []
set suma n-values no [((1 / no) * 100)]
set modal-knowledge suma
end

```

```

; Function o setup some patches with a heritage id, color and their own modality values (values
from the sliders)
to load-heritage

```

```

; Sets the heritage-number to specific patches positions and the neighbours of each one
ask patch 15 5 [
  ask neighbors [
    set heritage-number 1

```

```
]
  set heritage-number 1
]
```

```
ask patch 17 13 [
  ask neighbors [
    set heritage-number 2
  ]
  set heritage-number 2
]
```

```
ask patch 8 -2 [
  ask neighbors [
    set heritage-number 3
  ]
  set heritage-number 3
]
```

```
ask patch 14 -4 [
  ask neighbors [
    set heritage-number 4
  ]
  set heritage-number 4
]
```

; Sets the colors to each patch by their heritage-number

```
ask patches [
  if heritage-number = 4 [
    set pcolor red
  ]
]
```

```

if heritage-number = 3 [
  set pcolor violet
]
if heritage-number = 2 [
  set pcolor green
]
if heritage-number = 1 [
  set pcolor brown
]
]

; Sets the middle vertical gray line
ask patches with [pxcor = 0][
  set pcolor gray
]
end

; Function to setup the agents
to create-agents
  crt number ; Number of agents to create (from slider)
  [setxy -10 0] ; Sets initial positions of turtles
  set-default-shape turtles "person" ; Changes the turtles shape to person

; Set turtle size and own variables
ask turtles [
  set size 1
  set heritage-list []
]

ask turtles [

```

```

let n random 3

set color blue

set lifecycle 1000 + random 350 ; Setup turtle life cycle to a number between 1000 and 1350
randomly

set modality-disposition []

; Sets each modal-knowledge with modal-knowledge plus a random number between 0 and
the corresponding modality % from sliders

foreach modal-knowledge[

  x -> set modality-disposition lput (precision (random-normal x Global-Dissensus) 2)
modality-disposition

]

if topology = "Preferential Attachment"

[ask one-of turtles

[

  create-link-with one-of other turtles

]

]

; Creates a link for each turtle without link with another turtle
while [any? turtles with [any? my-links = false]][

  ask one-of turtles with [any? my-links = false]

  [create-link-with [one-of both-ends] of one-of links]

]

]

if topology = "Random Network"

[create-links-with n-of (random 7) other turtles]

]

ask turtles

[

```

```

let carl turtles with-max [count link-neighbors]

let carls-choice 0

ask carl

[set carls-choice (count link-neighbors)]

set influence-power ((count link-neighbors) / carls-choice)

]

layout

end

```

```

to layout
repeat 5 [
let factor sqrt count turtles

layout-spring turtles links (1 / factor) (7 / factor) (1 / factor)

display

]

let x-offset max [xcor] of turtles + min [xcor] of turtles
let y-offset max [ycor] of turtles + min [ycor] of turtles
set x-offset limit-magnitude x-offset 0.1
set y-offset limit-magnitude y-offset 0.1
ask turtles [ setxy (xcor - x-offset / 2) (ycor - y-offset / 2) ]

end

```

```

to-report limit-magnitude [numberio limit]

if numberio > limit [ report limit ]

if numberio < (- limit) [ report (- limit) ]

report numberio

end

```

; Start cycle function called by go button

to go

; Exits if there are no more turtles

if any? turtles != true [

stop

]

; There is 50% chance to choose a random turtle with one of heritage-list equal to false from the left side of the patches and send it to a monument

if random 100 < 50 [

let carlos n-of selection-mechanism turtles with [

(member? 1 heritage-list = false) or

(member? 2 heritage-list = false) or

(member? 3 heritage-list = false) or

(member? 4 heritage-list = false) or

[pxcor] of patch-here < 0

]

; If it really found a turtle with all heritage-list equal to false, call head-to-heritage

if carlos != nobody [

ask carlos [head-to-heritage]

]

]

; Stops the agents on the left side of the patches

ask turtles [

if [pxcor] of patch-here < 0 [

stop

]

]

;Keep agents on the left side of the patches moving



```
ask turtles
```

```
[if [pxcor] of patch-here > 0
```

```
  [move-agents]
```

```
]
```

```
give-birth
```

```
if (ticks = 1000 or ticks = 2000 or ticks = 3000 or ticks = 4000 or ticks = 5000 or ticks = 6000 or  
ticks = 7000 or ticks = 8000 or ticks = 9000 or ticks = 10000 or ticks = 11000 or ticks = 12000 or  
ticks = 13000 or ticks = 14000 or ticks = 15000 or ticks = 16000 or ticks = 17000 or ticks = 18000  
or ticks = 19000)
```

```
[update-influence]
```

```
check-life
```

```
clean-up-stock
```

```
; Limites the model cycles to 100000
```

```
if ticks >= 20000 [
```

```
  stop
```

```
]
```

```
tick
```

```
end
```

```
to update-influence
```

```
ask turtles [
```

```
  let carl turtles with-max [count link-neighbors]
```

```
  let carls-choice 0
```

```
  ask carl
```

```
  [set carls-choice (count link-neighbors)]
```

```
  set influence-power (count link-neighbors) / carls-choice
```

```
]
```

```
end
```

```

; Set turtle life and send it to a monument patch
to head-to-heritage
; Set turtle life with 150 base plus a random number up to 100
set agent-countdown 150 + random 100

; Find a random monument
let monument one-of patches with [heritage-number > 0]
let distos distance monument

; Send the turtle to that monument patch
face monument
fd distos
End

; Function to check the agents lifecycle and the countdown when visiting the monumens
to check-life
ask turtles[
set agent-countdown agent-countdown - 1
set lifecycle lifecycle - 1

; Calls the modality-knowledge-updater function before the agent exists the monument
if agent-countdown = 1[
if communication? = true [
modality-knowledge-updater
]
]

; If the agent-countdown is less or equal to 0, asks the agent to exit the monument
if agent-countdown <= 0 and [pxcor] of patch-here > 0[

```

```

    exit-monument
]

; 1% chance to remove one member of heritage-list from a turtle with all 4 heritage-list
members
if random 100 < 1[
    let carlos one-of turtles with [
        (member? 1 heritage-list = true) and
        (member? 2 heritage-list = true) and
        (member? 3 heritage-list = true) and
        (member? 4 heritage-list = true) and
        [pxcor] of patch-here < 0
    ]

    if carlos != nobody[
        ask carlos[
            set heritage-list remove (one-of heritage-list) heritage-list
        ]
    ]
]

; If lifecycle is less or equal to 0, the turtle dies
if lifecycle <= 0[
    die
]

end

; Points the turtle to the left side of model (To exit the monument)
to exit-monument
    let other-side one-of patches with [pxcor < 0]

```

```

let distos distance other-side

face other-side

fd distos

end

to modality-knowledge-updater
  let local-average (count turtles)

  let w 0

  if any? link-neighbors = false[
    stop
  ]

  let means []

  repeat no
    [set means lput precision ((item w modality-disposition) - (mean [item w modality-
disposition] of link-neighbors)) input means
    set w w + 1]

  let change map [x -> 5 * precision ((sqrt (x ^ 2))) input] means

  let clara (max means)
  let jorge (min means)
  let stan (one-of means)
  let george (max modality-disposition)
  let xpos (position clara means)
  let ypos (position jorge means)
  let wpos (position stan means)
  let zpos (position george modality-disposition)
  let power-average (influence-power - (mean [influence-power] of link-neighbors))

```

```

if Pattern-of-Communication = "Random Mode"[

    set modality-disposition replace-item wpos modality-disposition precision (item wpos
modality-disposition + (item wpos change)) input

    ask link-neighbors

    [set modality-disposition replace-item wpos modality-disposition precision (item wpos
modality-disposition + (item wpos change)) input]

]

if Pattern-of-Communication = "Personal Best"[

    set modality-disposition replace-item zpos modality-disposition precision (item zpos
modality-disposition + (item zpos change)) input

    ask link-neighbors

    [

        set modality-disposition replace-item zpos modality-disposition precision (item zpos
modality-disposition + (item zpos change)) input]

    ]

if Pattern-of-Communication = "Pure Convergence"[

    set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition precision (item ypos
modality-disposition + (item ypos change)) input

    ask link-neighbors

    [ set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition precision (item ypos
modality-disposition + (item ypos change)) input]

]

if Pattern-of-Communication = "Distinction/Convergence"[

    ifelse power-average >= 0

        [set modality-disposition replace-item xpos modality-disposition precision (item xpos
modality-disposition + (item xpos change)) input

        ask link-neighbors

        [ set modality-disposition replace-item xpos modality-disposition precision (item xpos
modality-disposition + (item xpos change)) input]

        ]

]

```

```

[set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition precision (item ypos
modality-disposition + (item ypos change)) input
ask link-neighbors

[ set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition precision (item ypos
modality-disposition + (item ypos change)) input]
]
]

if Pattern-of-Communication = "Pure Distinction"

[set modality-disposition replace-item xpos modality-disposition precision (item xpos
modality-disposition + (item xpos change)) input
ask link-neighbors

[ set modality-disposition replace-item xpos modality-disposition precision (item xpos
modality-disposition + (item xpos change)) input]
]

end

```

;o movimento das tartarugas é aleatório, mas elas param quando a patch à frente é património  
;incluem o registo do património no seu directório pessoal e depois continuam a sua vidinha  
to move-agents

```

ifelse patch-ahead 1 != nobody and [heritage-number] of patch-ahead 1 != 0[

```

```

ifelse member? [heritage-number] of patch-ahead 1 heritage-list = false[

```

```

face patch-ahead 1

```

```

transact-meaning

```

```

][

```

```

set heading 90

```

```

walk-normally

```

```

]

```

```

][

```

```

walk-normally

```

```

]

```

end

; Makes the turtle walk or stop on a monument

to walk-normally

let herito heritage-list

if member? 1 herito and member? 2 herito and member? 3 herito and member? 4 herito[

stop

]

let heritage-new [heritage-number] of one-of patches with [heritage-number != 0 and  
(member? heritage-number herito) = false]

face one-of patches with [heritage-number = heritage-new]

fd 0.5

end

to give-birth

if random 100 < 10[

repeat 5

[

ask one-of patches with [pxcor < 0]

[

sprout 1

[

set lifecycle 1000 + random 350

set modality-disposition []

set heritage-list []

if topology = "Preferential Attachment" [

while [count link-neighbors = 0]

```

[create-link-with [one-of both-ends] of one-of links]
]
if topology = "Random Network"
[while [count link-neighbors = 0]
  [create-link-with one-of other turtles]
]
let carl turtles with-max [count link-neighbors]
let carls-choice 0
ask carl
[set carls-choice (count link-neighbors)]
set influence-power (count link-neighbors) / carls-choice

```

```

if reproduction = "Parents"
[let parent1 one-of link-neighbors
let parent2 one-of link-neighbors
let means []
let saint 0
repeat no
  [set means lput ((([item saint modality-disposition] of parent1) + ([item saint modality-
disposition] of parent2)) / 2) means
set saint saint + 1]
foreach means
  [x -> set modality-disposition lput (precision (random-normal x Global-Dissensus) input)
modality-disposition]
]
if reproduction = "Random Mix"
[let means []
let saint 0
repeat no
  [set means lput mean [item saint modality-disposition] of other turtles means

```



```

    set saint saint + 1]

  foreach means

    [x -> set modality-disposition lput (precision (random-normal x Global-Dissensus) input)
modality-disposition]

  ]

  if reproduction = "Parent Rebellion"

    [let parent1 one-of link-neighbors

    let parent2 one-of link-neighbors

    let means []

    let saint 0

    repeat no

      [set means lput ((([item saint modality-disposition] of parent1) + ([item saint modality-
disposition] of parent2)) / 2) means

      set saint saint + 1]

      let y (max means)

      let z (min means)

      let ypos position (y) means

      let zpos position (z) means

      set means replace-item ypos means z

      set means replace-item zpos means y

      foreach means

        [x -> set modality-disposition lput (precision (random-normal x Global-Dissensus) input)
modality-disposition]

        ]

      ]

    ]

  ]

end

```

```

; Function to update values and keep turtles moving
to transact-meaning
  if count-down = 0 [
    set count-down 10
  ]

  set count-down count-down - 1

  if count-down = 1[
    repeat 1 [
      modality-value-exchanger
    ]
  ]

  if count-down = 0[
    set heritage-list fput [heritage-number] of patch-ahead 1 heritage-list
    rt 180
    walk-normally
  ]

end

; Function to calculate and update values
to modality-value-exchanger
  let influence-decision precision (random-float influence-power) 3
  if influence-decision <= 0
  [set influence-decision 0.001]
  set influence-decision (influence-decision * weird-parameter)
  let heritage-site [heritage-number] of patch-ahead 1

```

```

let updated-average 0
let super-friends []
let modal-val []
let w 0
if any? link-neighbors with [member? heritage-site heritage-list]
[set super-friends link-neighbors with [member? heritage-site heritage-list]
]
ifelse any? link-neighbors with [member? heritage-site heritage-list]
[repeat no
  [set modal-val lput (mean [item w modality-disposition] of super-friends) modal-val
  set w w + 1
]
]
[set modal-val modality-disposition]

```

```

let resulting-list []
let dummy-list []
let other-dummy []
  set updated-average ((sum modal-val) * (sum modality-disposition) * (1 / 100))
let oh-dummy 0
let interpretation-prediction [5 5 90]
let pondering-parameter ratio-difference
let partial-list []

```

```

foreach modality-disposition[
  x ->
  foreach modal-val [
    y -> set dummy-list lput precision ((x * y) / updated-average) input dummy-list
  ]
]

```

```

]
if interpretation?
[
foreach modality-disposition[
  x ->
  foreach interpretation-prediction [
    y -> set partial-list lput precision ((x * y) / updated-average) input partial-list
  ]
]

let difference-partials (map [ [x y] -> (x - y) * ratio-difference] partial-list dummy-list)
set dummy-list (map [ [x y] -> x + y] dummy-list difference-partials)
]

foreach dummy-list[
  x ->
  set other-dummy fput precision (x + oh-dummy) 1 other-dummy
  set oh-dummy item 0 other-dummy
]

set other-dummy reverse other-dummy

let resulto random-float 100
if resulto < 0
[set resulto 0]
if resulto > 100
[set resulto max other-dummy]
let flag false
let sign 0
let truth-table []

```

if empty? other-dummy

[stop]

while [flag = false]

[ifelse resulto <= item sign other-dummy

[set flag true

set truth-table fput sign truth-table]

[set sign sign + 1

if sign > ((no ^ 2) - 1)

[stop]

]

]

let contador []

set contador fput 0 contador

let counter 0

repeat (length modal-val)

[let temporary-list (custom-range (counter) (counter + (length modal-val)) 1)

set counter ((max temporary-list) + 1)

set contador lput temporary-list contador]

set contador but-first contador

let descontador []

let countero 1

set descontador fput 0 descontador

repeat (length modal-val)

[set descontador lput ((countero ^ 2) - 1) descontador

set countero countero + 1]

set descontador but-first descontador

```
if empty? truth-table
```

```
[stop]
```

```
foreach contador[
```

```
  x -> let xpos (position x contador)
```

```
  if (member? (first truth-table) x = true)[
```

```
    if (member? (first truth-table) descontador = false)[
```

```
      set influence-decision (influence-decision / doubt)
```

```
    ]
```

```
    set modality-disposition replace-item xpos modality-disposition precision (item xpos  
modality-disposition + (influence-decision)) input
```

```
  ]
```

```
]
```

```
end
```

```
to clean-stock
```

```
ask turtles [
```

```
  let omo sum modality-disposition
```

```
  set modality-disposition map [x -> precision ((x / omo) * 100) input] modality-disposition
```

```
]
```

```
end
```

```
to clean-up-stock
```

```
ask turtles[
```

```
  let omo sum modality-disposition
```

```
  set modality-disposition map [x -> precision ((x / omo) * 100) input] modality-disposition
```

```
  foreach modality-disposition[
```

```
    x -> let ypos position x modality-disposition
```

```

    if x <= 0
    [set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition 0.1]
    if x >= 100
    [set modality-disposition replace-item ypos modality-disposition (100 - 0.1)]
    ]
  ]
end

to-report entropy
  let modal-alternative []
  let w 0
  repeat no
  [set modal-alternative lput (mean [item w modality-disposition] of turtles) modal-alternative
  set w w + 1]
  let sumo sum modal-alternative
  set modal-alternative map [x -> x / sumo] modal-alternative
  set modal-alternative map [ x -> x * log (1 / x) 2] modal-alternative
  set modal-alternative precision ((sum modal-alternative) / (log no 2)) 6
  report modal-alternative
end

to-report custom-range [initial-value final-value interval]
  let lista []
  let current-value initial-value
  let sizo ((final-value - initial-value) / interval)
  repeat sizo
  [set lista lput current-value lista
  set current-value precision (current-value + interval) 2]
  report lista
end

```